

GLOSSÁRIO DA 'ERA LULA'

*Para entender o fenômeno político inédito
que está ocorrendo no Brasil a partir de 2003*



ESTE LIVRO FOI ESCRITO EM 2006

Augusto de Franco

Parte Conceitual

Este livro foi escrito em 2006

O texto a seguir terminou de ser elaborado em novembro de 2006 e não foi publicado, permanecendo inédito até outubro de 2010.

No plano original era para ser o primeiro volume – Parte Conceitual, seguido por um segundo volume – Parte Factual (que não foi escrito).

São Paulo, outubro de 2010.

Apresentação

Novembro de 2006

Há mais ou menos um ano, comecei a escrever um artigo, intitulado “É hora de resistência democrática” (publicado no site e-Agora em 06/11/05) com as seguintes palavras:

“Preferiria não estar escrevendo sobre isso. Sinceramente, gostaria apenas de dar continuidade ao trabalho que ajudei a realizar na última década, de fortalecimento da sociedade civil e de promoção do desenvolvimento comunitário por meio do investimento em capital social. Continuo tentando fazer tal trabalho, nos últimos dois anos e meio, quase três, diga-se, em condições políticas particularmente adversas. No entanto, não é mais possível fazer apenas isso, fingindo que nada de muito grave está acontecendo no Brasil e esperando melhores dias no futuro. Luta política é sempre uma coisa aborrecida. Acarreta dissabores, retaliações e perseguições. Inviabiliza negócios e dificulta parcerias. Além disso, ameaça transformar o contendor em uma espécie de imagem espelhada daqueles que combate. Mas há momentos na vida em que não é possível fugir da luta. Os que prezam o valor da democracia, estamos vivendo um desses momentos”.

Pois é. Passados mais de doze meses, continuamos na mesma situação diagnosticada no final de 2005. Pior: confirmaram-se as previsões sombrias, a ‘Era Lula’ dá a impressão de estar apenas começando – alcançado que foi o objetivo estratégico maior da sua primeira etapa: reeleger o presidente – e mergulhamos em um período político muito difícil para a democracia brasileira.

Sim, está em curso no país uma regressão ético-política que acabará retirando substantividade da nossa democracia. Mas não existe um ator político coletivo capaz de fazer frente à perversão da política e à degeneração das instituições que estão enfreado o processo de democratização da sociedade brasileira.

E o pior é que não existe nem mesmo a percepção de que isso está acontecendo.

E, pior ainda, é que a vitória de Lula em 2006 não é, ao que se pode prever, a última etapa da experiência petista no governo federal, como alguns estão pensando e sim o início de uma hegemonia neopopulista de longa duração, apoiada no 'banditismo de Estado'. Com as oposições que temos - se não houver alguma mudança significativa no seu comportamento - o lulopetismo, provavelmente, não abandonará o poder em 2010.

Antes de qualquer coisa porque não haverá quem possa resistir à continuidade do processo de perversão da política e de degeneração das instituições que se processará, daqui para frente, todo dia, 24 horas por dia, fora dos períodos eleitorais. A não ser que aconteça um milagre, vem por aí uma fase tenebrosa.

Será preciso começar tudo de novo, capacitando uma nova geração de agentes políticos capazes de entender o valor da democracia e de se comprometer profundamente com esse valor, com condições de resistir e de articular politicamente novas alternativas democráticas para o Brasil. Isso deverá ser feito durante o próximo período obscuro em que vamos viver e para a qual devemos nos preparar enquanto aguardamos *uma nova esperança*.

Por falta de visão estratégica os partidos de oposição trocaram a lei pela aposta irresponsável na loteria do calculismo eleitoral. Acharam que tudo seria consertado pelas urnas de 2006, às quais caberia o impossível papel de

punir o governo corrupto de Lula da Silva. Seu erro não foi apenas tático, mas refletiu um nível insuficiente de conversão à democracia, revelando a falta de lideranças e quadros políticos capazes de pensar estrategicamente. Salvo as raras exceções de sempre, os tucanos, em especial, estavam muito despreparados para enfrentar a ameaça lulopetista. Foi assim que concederam a Lula a tábua de salvação representada pelo palanque eleitoral, livrando-o do naufrágio.

Não foi por falta de aviso. Foi por falta de compreensão mesmo. Foi por falta de formação democrática e de projeto democrático. Ora, novos quadros políticos, convertidos à democracia a ponto de poderem cumprir os papéis de resistência e de formulação de projetos estratégicos, não vão cair do céu. Não virão de Marte. Se não forem formados em todos os lugares, nos velhos partidos que aí estão e nos governos, passando pelas empresas e pelas organizações da sociedade civil, não teremos os agentes da mudança. Nem teremos como fazer frente àquela rede de proteção e difusão política que o PT levou 20 anos para formar e sem a qual não teria conseguido se sustentar agora, durante a crise que eclodiu a partir da descoberta da quadrilha no governo.

Mais do que isso, porém. Se não brotar, na sociedade brasileira, um movimento de opinião pública insurgente que, atuando em múltiplas redes e democraticamente, dentro das normas do Estado de Direito, seja capaz de repudiar todas as formas de aviltamento das instituições republicanas, uma retomada do processo substantivo de democratização será adiada para um futuro distante, com prejuízos irreparáveis para o desenvolvimento humano e social sustentável do Brasil. Tal retomada deve ser preparada. Com este **Glossário da 'Era Lula'** espero dar uma contribuição a esse necessário processo de formação política de novas lideranças democráticas e para que possamos, algum dia, retomar a caminhada de democratização da democracia brasileira.

Augusto de Franco

Introdução

Sobre as razões do autor para escrever este Glossário da 'Era Lula'

Desde o início do segundo semestre de 2003 venho alertando para os perigos do banditismo de Estado e propondo a resistência democrática dos cidadãos a um governo que se tornou ilegítimo. Escrevi centenas de artigos sobre o tema na chamada grande imprensa (em especial na Folha de São Paulo) e em sites e blogs (como o e-Agora e o Democracia). Invariavelmente os leitores perguntavam: “- Mas você não foi do PT? Não conviveu com Lula? Não percebeu, durante aquele tempo, tais perigos?”

Então é bom que eu compartilhe aqui o teor da minha resposta a essas perguntas, o que também pode contribuir para esclarecer a origem do que chamei de ‘banditismo de Estado’.

Sim, conheço Lula há muito tempo. Convivi com ele por longo período, na direção nacional do PT, do qual – felizmente - me afastei ainda em 1993, ao final de uma infância partidária, digamos, mais ou menos inocente.

Lula sempre me pareceu um bom sujeito, com seus defeitos, claro, como todos os temos. Mas nada capaz de caracterizá-lo como um cafajeste.

Minha primeira decepção com Lula foi o seu comportamento no chamado 'caso Lubeca', quando ele resolveu esconder algum malfeito de Greenhalgh, o bode expiatório inaugural de uma seqüência que hoje já reúne Delúbio, Silvinho e, agora, ao que parece, Lorenzetti e Lacerda (se não Berzoini). Greenhalgh viveu seu ostracismo e depois foi reabilitado pelo chefe, num processo bem semelhante ao que ocorre em certas organizações criminosas. Mas naquela época as coisas ainda estavam muito nebulosas para quem,

como eu, não privava do núcleo real de poder do partido (que nunca coincidiu inteiramente com sua direção formal).

Envolvido em disputas teórico-ideológicas, que me colocaram, durante quase uma década, em posição oposta a Dirceu, a quem eu repreendia – hoje se vê, não sem razão – por usar métodos contrários à democracia, não percebi um movimento subterrâneo, provavelmente já em curso, de organização de quadrilha dentro do PT. Isso não era mesmo visível no partido como um todo, pois sua origem era o núcleo duro da tendência Articulação e a entourage sindical de Lula (que, depois, organizou a chamada Articulação Sindical, de onde saíram, aliás, Delúbio, Bargas, Lorenzetti, Berzoini e muitos outros que ainda continuam estrategicamente "plantados" em fundos de pensão, estatais e para-estatais). Tratava-se, na verdade, de uma organização dentro da organização.

Quem ficou no PT – não é o meu caso – talvez consiga refazer, passo-a-passo, como a direção real do partido se reestruturou como uma organização criminosa, a partir da derrota eleitoral de 1994, aproveitando-se das experiências anteriores, pontuais, de montagem de estruturas paralelas e ilegais de poder ensaiadas em algumas prefeituras sob o controle da tendência Articulação.

Por justiça é necessário dizer que a maioria dos filiados e militantes do PT nunca soube dessa história com suficientes detalhes, pelo menos até a eclosão do escândalo Waldomiro-Dirceu, no início de 2004 e a revelação dos escabrosos pormenores do caso Santo André durante o ano de 2005.

Com a eclosão dos últimos escândalos (mensalão e falso dossiê) impôs-se a necessidade de investigar a quadrilha e desbaratá-la. Ora, isso talvez seja mais simples do que se pensa. Bastaria seguir os passos da tendência Articulação e dos assessores mais próximos de Lula. Uma "Operação Mãos Limpas" no Brasil deveria começar por aí: traçando o cronograma e

esboçando o organograma desses grupos políticos. Os que deles participaram jamais duvidaram de que Lula é o chefe.

É necessário compreender as razões pelas quais tanta "gente boa" caiu no crime. Penso que foi uma avaliação política que levou a isso e não o ímpeto de delinquir para obter vantagens pessoais. A direção real do partido (quer dizer, os grupos mais próximos de Lula e Dirceu, no comando da tendência Articulação), deve ter chegado à conclusão de que não seria possível desbancar as elites que secularmente controlam o poder de Estado no Brasil, sem usar (o que eles achavam que eram) os seus métodos. Para ganhar as eleições seria necessário, como vocalizou Paulo Betti, colocar a mão na merda; ou, como revelou Lula em certa ocasião, retrucando a um militante que se escandalizou com os novos métodos: "- Como você espera que a gente ganhe as eleições?" Foi uma decisão estratégica. Era pegar ou largar. Pelo visto, eles pegaram.

O problema é que eles acabaram não reproduzindo o comportamento das tais "elites corruptas". Como foi uma decisão política coletiva, ao invés da corrupção individual, instauraram uma prática inédita: a corrupção de Estado. E ao invés do banditismo costumeiro dos velhos chefes políticos locais, instalaram o banditismo no centro mesmo do governo federal. Tudo, é claro, em nome da causa. Tanto é assim que, para a ética interna da quadrilha, todos os que foram pegos operando esquemas ilegais, são, no fundo, injustiçados. Quando mudar a correlação de forças – e, para isso, o passo decisivo é a reeleição de Lula – esses abnegados servidores da causa esperam ser reabilitados e recompensados.

Ora, parece claro que o banditismo de Estado é um fator exterminador de capital social, numa proporção incomparavelmente superior àquela que poderia advir dos tradicionais desvios de conduta dos nossos chefes políticos ou de orientações programáticas erradas de nossos governos.

Ou seja, aqui já não estamos tratando do desenho de políticas, que podem favorecer mais ou menos o desenvolvimento. Não estamos tratando, também, dos riscos derivados da administração de políticas macro-econômicas mais ou menos acertadas, que podem favorecer ou prejudicar o crescimento. Aqui chegamos no limite: banditismo de Estado, a partir de certo grau, inviabiliza a própria idéia de desenvolvimento. Quando os responsáveis pelo governo do seu país se transformam, eles próprios, em bandidos, não lhe cabe muita coisa a fazer a não ser resistir, até onde der, até onde for possível.

Quando saí do PT, ainda no dealbar da década de 1990, não imaginava que pudéssemos chegar a essa situação. Mas, como os fatos estão mostrando, eu estava enganado.

Durante a década de 1990 vivi num país que não mais se encontra em quase parte alguma. Na primeira metade dos anos 90 acompanhei o Movimento pela Ética na Política e, em seguida ao impeachment de Collor de Mello, participei da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida (que ficou mais conhecida como "Campanha do Betinho"), como uma espécie de secretário-executivo nacional daquela incrível movimentação dos cidadãos brasileiros, durante os anos de 1993-1995.

Bom, aí veio o Plano Real com Fernando Henrique e fui convidado, juntamente com Dom Luciano Mendes de Almeida e os também falecidos Betinho e Ney Bittencourt de Araújo – por sermos, todos, da Ação da Cidadania – para integrar, na qualidade de participantes da sociedade civil, o Conselho da Comunidade Solidária. Fiquei oito anos nesse Conselho, inicialmente como conselheiro e depois também como membro do seu Comitê Executivo, juntamente com Ruth Cardoso (nossa presidente) e Miguel Darcy de Oliveira.

Durante oitos longos anos, de 1995 a 2002, jamais sofri qualquer tipo de restrição em meu trabalho voluntário. Tudo acontecia com a maior

naturalidade, em um clima democrático onde tínhamos liberdade para propor, para experimentar, para inovar. Ajudei a organizar quatorze rodadas de Interlocução Política sobre temas polêmicos – que iam desde a Reforma Agrária à Reforma do Marco Legal do Terceiro Setor – envolvendo cerca de quinhentos especialistas e decisores, situados em todas as faixas do espectro político-ideológico nacional, de ministros de Estado, passando por pesquisadores, a dirigentes de organizações da sociedade civil. Por incrível que pareça jamais vi alguém perguntar a que partido pertencia esse ou aquele convidado. Jamais fui advertido ou "aconselhado" a não chamar para o diálogo fulano ou beltrano, mesmo que se tratasse de João Pedro Stedile (que participou, aliás, da primeira rodada de negociações na Granja do Torto, em 5 de junho de 1996, obtendo alguns resultados muito concretos). Várias leis inovadoras foram propostas ou articuladas e aprovadas graças a esse trabalho (como as OSCIPs e a Lei do Voluntariado). Novos programas de indução ao desenvolvimento foram implantados (foi aí que surgiu o DLIS – Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável). Novas organizações da sociedade civil, voltadas ao investimento em capital humano e em capital social foram criadas (e continuam atuando até hoje, apoiadas em parcerias com empresas e governos). Tenho afirmado que esses avanços não têm nada a ver com o conjunto do governo anterior como tal, que não foi “essa Coca-Cola toda”, a não ser, talvez, pelo que não-fez: não cerceou, não excluiu, não aparelhou, não partidarizou, não quis ficar intervindo o tempo todo para direcionar, não perseguiu e não violou direitos constitucionais (o que, por si só – em comparação com o que ocorre hoje – já é o bastante para lhe conferir a glória e um lugar de honra no panteão da democracia).

Mas tudo aquilo que fizemos, hoje seria simplesmente impensável. Como? Como é possível abrir espaços sem controle de um partido ou de um grupo político, sem a preocupação (uma clara irresponsabilidade!) de ter maioria? Como deixar se expandir a esse ponto uma atmosfera democrática, onde o ar seja tão e igualmente disponível para amigos e inimigos? Inaceitável, porque vai contra a ordem das coisas (das coisas deste mundo, regido pela lei inexorável da competição pelo poder). Isso seria pura subversão. Não

exatamente subversão da ordem institucional e sim da cultura que diz que tal não é possível neste mundo real (da *realpolitik*).

Refletindo hoje sobre tudo isso, chego à surpreendente conclusão de que eu vivia em um país que não existe. Ou, pelo menos, que enquanto eu habitava esse mundo imaginário, outros mundos – talvez não menos imaginários, mas cujos efeitos se fazem sentir muito concretamente nos dias que correm – co-existiam paralelamente.

Em meados do corrente ano, por exemplo, fui fazer uma palestra e participar de um debate em uma Universidade Federal. Usei argumentos desenvolvidos ainda na década de 1990 para falar das mudanças nos padrões de relação entre Estado e sociedade nos últimos vinte anos. Na medida em que falava, ia percebendo a surpresa dos meus interlocutores e da platéia. Parecia que eles estavam ouvindo essas coisas pela primeira vez. Alguns anotavam sofregamente minhas palavras, dando a impressão de que não queriam perder nada do depoimento desse extraterrestre. Sim, para eles meu pensamento não era deste mundo, quer dizer, não era do seu mundo.

As universidades constituíram mundos à parte durante todo esse tempo em que vivi na “ilha da fantasia”. Dez anos depois, entrando nesse mundo universitário, sou obrigado a ouvir coisas como cidadania, exclusão social, neoliberalismo, participação, geração de emprego e renda... Ou seja, conceitos e noções com os quais trabalhávamos no final da década de 1980 e início dos anos 90. Nada ouvi sobre capital social, redes, empoderamento molecular, inteligência coletiva, nova sociedade civil, emergência, concepção sistêmica de desenvolvimento... Essas, provavelmente, são idéias que ainda vão acontecer naquele mundo (ou que, talvez, nunca vão acontecer). Minha sensação foi a de alguém que tivesse sido subitamente transportado para algum remoto lugar do passado.

E no entanto... esse passado é nosso contemporâneo, está aqui do nosso lado porque resistiu a entrar naquela corrente temporal em que fluíamos. Ou

porque não pudesse mesmo fazê-lo, talvez porque era o passado de uma outra linha do tempo.

O que aconteceu com as universidades, aconteceu também com os partidos e com o mundo político em geral. Para nós a sociedade mudou bastante nas últimas duas décadas. Para eles, continua a mesma, aquela mesma “massa” que cabe aos intelectuais orgânicos e aos agentes partidários organizar, mobilizar a partir de palavras de ordem e conscientizar por meio da transfusão de interpretações colonizadoras da mente, a serviço de algum destacamento privado ou de algum líder que sonha se eternizar no poder. Ainda é aquela mesma sociedade que se movimentou (ou foi movimentada) nos debates da Constituinte de 1988. Vá-se lá dizer-lhes – como brincávamos entre nós, os alienígenas – que ‘o povo desunido jamais será vencido’; ou, na versão literária do ficcionista Frank Herbert (em “O Messias de Duna”), que “não reunir é a derradeira ordenação”!

Às vezes chego a ficar em dúvida se não fomos nós que nos alienamos do presente, escapando para um futuro imaginário, quer dizer, para um mundo imaginário.

Sim, lendo o noticiário sobre a onda neopopulista na América Latina, sou forçado à concluir que o mundo não era o que pensávamos. Jamais me passaria pela cabeça que houvesse espaço, na contemporaneidade, para que um militar golpista, maluco e proto-ditador de uma republiqueta de bananas (e petróleo!) pudesse se afirmar como grande liderança continental, aconselhado pelo mais velho ditador do mundo (alocado em Cuba) e servindo de correia de transmissão para manipular o mais novo líder nativista do mundo (na Bolívia), cuja campanha presidencial foi feita, aliás, com o apoio do atual presidente do Brasil.

Mas ou todos estamos malucos, ou isso tudo existe mesmo. E existe num “grau de realidade”, se for possível falar assim, mais forte do que aquele que emprestávamos ao nosso (agora já velho) novo mundo.

Para usar conceitos teológicos (já que estamos falando do futuro do pretérito), nós, os habitantes daquele mundo perdido no futuro dos anos 90, fomos apenas e tão-somente profetas menores, nunca chegamos a ser messias (no sentido evangélico do termo e não no do messianismo judaico) de coisa alguma. Quer dizer, não antecipamos futuro, apenas o anunciamos ao acreditar que aquela realidade virtual em que nos debatíamos pudesse existir de fato para outrem.

Pelo visto, não existia e não podia existir. Eles – os outros – possuíam suas próprias realidades. E agora vieram. E assomaram. E desmontaram, sem o menor sentimento de culpa, as inovações que imaginávamos ter instituído. E ocuparam, intrépidos, as velhas e as novas instituições que prezávamos, nem que fosse para corrompê-las e degenerá-las segundo sua própria lógica férrea – a lógica das coisas do (seu) mundo –, que, como podemos hoje constatar, está mais próxima do que a nossa, de qualquer coisa que se possa chamar de realidade.

Ou não, para falar “caetanamente” (e serei desmentido pelos fatos), se houver uma onda subterrânea formando uma corrente de opinião insurgente, fabricando um outro mundo que vai emergir em algum lugar do futuro (e esse é o máximo de otimismo aceitável no momento). (Considerem que, nas circunstâncias atuais, o pessimismo é uma obrigação moral enquanto que o otimismo frívolo – dos nefelibatas ou dos mercadores de esperanças, tanto faz – é uma forma de escapar da realidade e de enganar os outros).

Aqui, pois, me encontro, ao escrever este **Glossário da ‘Era Lula’**, um pouco desviado das minhas funções atuais. É um tempo que roubo – e um tempo precioso – da minha investigação teórica sobre as redes sociais, quer dizer, das explorações imaginativas, que venho fazendo nos últimos seis anos, no universo de conexões ocultas que produzem o que chamamos de ‘social’. E um roubo de tempo também do meu trabalho prático – e profissional inclusive – de palestrante e consultor, para governos, empresas e instituições

sociais, que queiram elaborar, aplicar ou avaliar programas de indução ao desenvolvimento local por meio do investimento em capital social, ou seja, por meio da articulação e animação de redes sociais (“*netweaving*”). Na medida do possível tento separar as coisas. Mas nem sempre consigo, pois que – além do tempo desviado, de afazeres tão mais criativos e construtivos, para travar na escuridão a luta política com o passado – nem sempre é possível evitar as conseqüências de ter adotado uma postura pública bastante crítica ao governo Lula. Só continuo porque sinto que algo deve ser feito. Não estou sozinho, conquanto avalio que sejam ainda poucos, muito poucos, os que optaram por trilhar esse caminho.

Espero sinceramente estar errado quanto a minha falta de otimismo. Anseio ser surpreendido por um súbito reflorescimento do vigor democrático e da responsabilidade política da sociedade brasileira. Mas se isso não ocorrer espontaneamente é sinal de que a chegada de *uma nova esperança* deve ser árdua e pacientemente preparada. Se for assim, que assim seja! Vamos começar tudo de novo, porém mantendo agora, como princípio inegociável, a democracia – e a sua progressiva democratização ou radicalização – como o valor mais importante da vida política e como o eixo norteador de qualquer estratégia de promoção do desenvolvimento humano e social sustentável.

Índice dos verbetes da Parte Conceitual

Aparelhamento do governo |
Banditismo de Estado |
Blindagem |
"Bolsa-Esmola" |
Colaboracionismo oposicionista |
Corrupção altruísta |
Corrupção de Estado |
Criptopetista ou criptolulista |
Degeneração das instituições |
Democracia como regime da maioria |
Democratização dos meios de comunicação |
Direita X esquerda |
Eleitoralismo |
"Eles, que governaram o Brasil desde Cabral" |
Elites |
Entourage de Lula |
'Era Lula' |
Estado paralelo |
Estatismo-corporativista |
Falso caixa 2 ou caixa 3 |
Fisiologismo no atacado |
Forças conservadoras |
Gangue política |
Golpe contra a vontade popular |
Governabilidade |
Imparcialidade (ou isenção) jornalística |
Impeachment |
Impunidade |

Jornalismo picareta |
Loteria do calculismo eleitoreiro |
Lulopetismo |
Mensalão |
Ministro-*Consiglieri* |
Movimentos sociais |
"Não existem provas" |
Neoclientelismo |
Neocoronelismo |
Neoliberalismo |
Neopopulismo |
"Nunca antes neste país" |
Parasitismo democrático |
Patrulhamento ideológico |
"Pega Ladrão!" |
Perversão da política |
Popularidade sem legitimidade |
Privatização |
Privatização partidária da esfera pública |
PT no governo |
Quadrilha no governo |
Recursos não-contabilizados |
Resistência democrática |
Revolução pela corrupção |
Síndrome da oposição responsável |
"Sofisticada organização criminosa" |
Suborno de parlamentares |
"Todos fazem a mesma coisa" |
Vigilância democrática |

Como ler este Glossário

Evidentemente um glossário é para ser consultado de acordo com o interesse do leitor. Mas este aqui pode também ser lido, como uma espécie de livro-chave ou “manual de criptografia”, para ajudar a decifrar o fenômeno político inédito que está ocorrendo no Brasil a partir de 2003. Se for usado assim, é recomendável começar por alguns verbetes e, depois, ir seguindo as indicações ou os *links* (as palavras e expressões sublinhadas no corpo de cada verbete ou indicadas imediatamente abaixo do texto, que remetem a outros verbetes do glossário; também são feitas indicações a artigos numerados de [01] a [48]).

O primeiro verbete a ser lido é ‘Neopopulismo’. Em seguida se deveria seguir as indicações: ‘Lulopetismo’, ‘Estatismo-corporativista’, ‘Neoclientelismo’, ‘Privatização partidária da esfera pública’, ‘Degeneração das instituições’, ‘Perversão da política’; o artigo “Os dez mandamentos do populismo”, de Enrique Krause, e os artigos “O neopopulismo lulista” e “Responsabilidade política” (convém ler os artigos relativos ao verbete ‘Neopopulismo’ antes de ler os outros verbetes indicados). Nesses artigos, nos verbetes indicados e nos seus artigos respectivos relacionados, expõe-se o coração do problema, o centro do diagnóstico.

A partir daí basta ir seguindo as indicações: ao ler ‘Lulopetismo’, por exemplo, o leitor será remetido aos seguintes novos verbetes: ‘Estado paralelo’, ‘Banditismo de Estado’, ‘*Entourage* de Lula’, ‘Gangue política’, ‘Quadrilha no governo’. Puxado o fio da meada, é só ir desenrolando.



APARELHAMENTO DO GOVERNO

APARELHAMENTO DO GOVERNO | Expressão cunhada para designar o processo massivo de ocupação dos cargos de confiança da administração direta e indireta, das empresas estatais e para-estatais (Fundos de Pensão, Sistema 'S' e outras) por militantes do Partido dos Trabalhadores ou de partidos aliados. Ao contrário do que possa parecer, tal como feita na 'Era Lula', não se trata da prática costumeira, na política brasileira e de outros países, de nomear correligionários, evidenciando-se, como diferencial, os seguintes elementos: a) o volume da ocupação (que chega a ser quase uma infestação) - caracterizando-se, em muitos casos, uma prática que lembra o butim ou *Spoils System* (por oposição a *Merit System*); b) a falta de observância, em muitos casos, de requisitos técnicos mínimos para as indicações (que obedecem, não raro, à lógica interna da disputa por espaço político e por cargos entre tendências petistas) - o que pode ser comprovado facilmente pelo número de ex-sindicalistas, desprovidos de qualquer qualificação específica, em cargos importantíssimos em bancos estatais ou em instituições para-estatais financiadas com recursos públicos; c) a centralização do processo de nomeações (a partir de comando unificado, inicialmente, nas mãos do ex-Ministro-Chefe da Casa Civil), o que denota, ao contrário da prática comum, a existência de um plano de ocupação (claramente orientado por uma estratégia de poder); d) a manutenção da obediência, dos assim nomeados para cargos públicos, à direção de uma organização privada (em alguns casos com a obrigação extra-oficial do

pagamento, para o partido, de uma porcentagem dos proventos recebidos da União) - o que deforma a lógica do funcionamento de instituições públicas em virtude da (com)fusão com uma lógica partidária (que é privada). Alguns levantamentos feitos durante o primeiro mandato de Lula da Silva constataram que o grau de infestação ultrapassou todos os limites do bom-senso (por exemplo, cerca de 90% dos cargos de direção do Ministério das Cidades sob o comando de Olívio Dutra, estavam, em certa época, nas mãos de petistas). Cunhou-se até mesmo um jocoso neologismo para caracterizar aquilo que foi chamado de "fome pantagruélica" do PT por cargos: 'nepetismo' (para designar a nova forma de nepotismo - partidário - introduzida pelo governo Lula).

{Cf. 'Estado paralelo', 'Quadrilha no governo', 'Gangue política', 'PT no governo'; cf. também o artigo de Antonio Fernandes, [01] "Lula cria um cargo público por hora" e um resumo do estudo [02] "O aparelhamento da máquina pública federal no governo Lula", da Assessoria Técnica Econômica do PSDB; cf. ainda a [03] "Relação dos 974 Contribuintes do PT em cargos de confiança do Poder Executivo" em maio de 2006, segundo o site do PT}



BANDITISMO DE ESTADO

BLINDAGEM

"BOLSA-ESMOLA"

BANDITISMO DE ESTADO | Designa uma nova forma de banditismo político praticada a partir do comando de um governo. O 'banditismo de Estado' em geral vem também acompanhado de uma nova forma de corrupção: a 'corrupção de Estado', planejada e executada, de modo centralizado, pelo alto comando de um partido que se confunde com a própria direção do governo. Ao contrário das já conhecidas práticas ilegais cometidas por expoentes de governo - inclusive por chefes de governo ou de Estado -, encontradas, em maior ou menor escala, em várias épocas e lugares distintos, o chamado 'banditismo de Estado' caracteriza a atuação coordenada de uma 'gangue política' que se instala como direção de um verdadeiro 'Estado paralelo'. E ao contrário do comportamento criminoso de membros de um governo - eventualidade que não pode ser completamente evitada em qualquer regime e contra a qual nem a democracia possui proteção totalmente eficaz, conquanto permita a sua correção - o 'banditismo de Estado', a partir de certo grau, inviabiliza qualquer governança que se possa qualificar como democrática.

{Cf. 'Corrupção de Estado', 'Quadrilha no governo', 'Gangue Política' e 'Estado paralelo'}

BLINDAGEM | Termo utilizado para designar o ato ou o processo de proteção de um ator político contra investigações do seu comportamento, mesmo quando legitimamente realizadas pelas instituições do Estado de Direito diante de fortes evidências de práticas ilegais. No Brasil da 'Era Lula', a 'blindagem' está freqüentemente a serviço da 'impunidade'. O presidente da República e o seu antigo Ministro da Fazenda (envolvido em múltiplas irregularidades e derrubado em virtude de violação de direitos constitucionais de um cidadão) foram blindados pelo governo e por todos os partidos, inclusive os de oposição. Embora também tenha sido blindado, o citado Ministro da Fazenda acabou caindo em função da 'blindagem' - em grau superior - do chefe do governo (ou seja, foi uma peça sacrificada para impedir que as investigações chegassem até o presidente da República).

{Cf. 'Impunidade', 'Eleitoralismo', 'Colaboracionismo oposicionista', 'Governabilidade' e 'Ministro-Consiglieri'}

"BOLSA-ESMOLA" | Expressão jocosa para designar um tipo de PTC (Programa de Transferência Condicionada de Renda), usado eleitoreiramente pelo governo Lula como exercício de 'neoclientelismo' e como parte de uma estratégia mais geral de construção de uma hegemonia neopulista de longa duração no país {cf. 'neopopulismo'}. A expressão tenta fazer blague com o nome do principal programa assistencialista do governo Lula (o "Bolsa Família"), chamando a atenção para o fato de que a doação de recursos financeiros para os pobres mediante contrapartidas somente individuais - e apenas formais - acaba alimentando a pobreza ao constituir um estoque de beneficiários passivos e permanentes, criando uma nova legião de pensionistas do Estado, premiando a condição de pobreza ao invés de premiar os esforços feitos pelas pessoas, individual e coletivamente, para sair da pobreza, investindo no carecimento ao invés de nas potencialidades e,

com isso, desestimulando a criatividade e o empreendedorismo, componentes indispensáveis do desenvolvimento humano e social.

{Cf. 'Neopopulismo', 'Neoclientelismo' e 'Neocoronelismo'; cf. também o artigo de Floriano Pesaro, [04] "É preciso superar os limites" e o artigo [05] "Tecnologia social e pobreza"}



COLABORACIONISMO OPOSICIONISTA

CORRUPÇÃO ALTRUÍSTA

CORRUPÇÃO DE ESTADO

CRÍPTOPETISTA OU CRÍPTOLULISTA

COLABORACIONISMO OPOSICIONISTA | Comportamento objetivamente adotado pelas oposições partidárias e por suas áreas de influência em relação ao governo federal durante a maior parte do primeiro mandato do presidente Lula (janeiro de 2003 a agosto de 2006). O ‘colaboracionismo oposicionista’, ao que tudo indica, foi o resultado tácito do comportamento involuntariamente adotado pelos dois principais partidos de oposição no período considerado e não uma orientação explícita desses partidos. Tal comportamento evoluiu, manifestando-se inicialmente como renúncia de ser e fazer oposição (2003), passando pela vacilação e pela leniência tática (2004 e parte de 2005), avançando temporariamente para características menos colaborativas (2005, no auge do escândalo do ‘mensalão’), mas recuando novamente para formas implícitas ou explícitas de conivência (a partir de meados de agosto de 2005 até o início formal da campanha eleitoral em agosto de 2006).

{Cf. 'Eleitoralismo', 'Governabilidade', 'Loteria do calculismo eleitoreiro' e 'Síndrome da oposição responsável'; cf. também o artigo [06] "Renúncia, vacilação, leniência, conivência: a trajetória colaboracionista das oposições partidárias no Brasil da 'Era Lula'"; cf. ainda o artigo de Gustavo Lochpe, [07] "Se merecem" e a nota [08] "O gene colaboracionista"}

CORRUPÇÃO ALTRUISTA | Inusitada forma de corrupção que ocorre quando o agente do delito não o pratica em causa própria, movido por seus próprios interesses egoístas, senão em benefício de uma causa, em geral de um grupo que tem, como núcleo do seu ideário, uma utopia generosa e/ou como objetivo final instaurar uma nova ordem supostamente mais justa. A 'corrupção altruísta' foi introduzida na política brasileira pelo PT no governo, seja pontualmente, em prefeituras conquistadas eleitoralmente antes de 2002, seja, mais ampla e generalizadamente, no governo federal, a partir de 2003. A 'corrupção altruísta' é justificada por uma ética própria, de bando ou de quadrilha, segundo a qual, se o agente agiu em prol do objetivo coletivo e não para se locupletar com a apropriação de recursos ilícitos, se não embolsou os recursos roubados ou desviados, então não cometeu nenhum delito e não pode ser condenado por isso. Trata-se, evidentemente, de uma ética de fins (que supostamente justificariam os meios ilícitos) em franco conflito com as normas que regem as instituições do Estado de Direito. Tal conflito também é justificado a partir da avaliação de que as instituições que existem não são um ativo democrático e sim um passivo, herdado da secular dominação das elites, um entulho a ser removido e substituído por novas normas e instituições que favoreçam a emancipação das maiorias exploradas e oprimidas.

{Cf. 'Banditismo de Estado', 'Corrupção de Estado' e 'Revolução pela corrupção'; cf. também o artigo de Antonio Fernandes, [09] "Corrupção 'altruísta'?"}

CORRUPÇÃO DE ESTADO | Forma de corrupção planejada e executada, de modo centralizado, pelo alto comando de um partido que se confunde com a

própria direção do governo. A corrupção de Estado é diferente das formas de corrupção política verificadas tradicionalmente no Brasil e em outros países, que são praticadas – sem qualquer centralização ou coordenação nacional – por membros do *staff* político de um governo ou de um parlamento em geral por motivos individuais; ou, quando coletivos, tais motivos não são ideológicos e sim para servir aos objetivos de poder, quase sempre imediatos e regionalmente localizados, de um determinado grupo político. Embora abra precedentes para a corrupção tradicional, a ‘corrupção de Estado’ é uma forma de ‘corrupção altruísta’, na qual os agentes de uma espécie de ‘Estado paralelo’ se sentem legitimados para cometer desvios e roubos do dinheiro público ou privado, pelo fato de estarem, supostamente, servindo a uma causa maior (maior, inclusive, do que as leis do seu país) e se sentem realmente injustiçados quando são surpreendidos no ato delituoso. Diferentemente da corrupção política tradicional, mesmo nas suas formas mais endêmicas, na ‘corrupção de Estado’ os chefes do governo e do partido a que pertencem os malfeitores tendem a minimizar a gravidade dos crimes cometidos, encarando-os como erros ou pecadilhos, próprios da inexperiência dos meliantes com a realidade nua e crua do poder, enquanto que, extra-oficialmente, oferecem proteção aos seus decaídos, providenciando a sua sustentação financeira após a desgraça, viabilizando-lhes a contratação de caríssimos advogados e o conforto de uma interpretação coletiva favorável, no sentido de que eles foram vítimas dos inimigos (dos conservadores, das elites, da direita e da mídia a serviço dos dominadores) e deverão algum dia, quando mudar a correlação de forças, ser reabilitados.

{Cf. ‘Corrupção altruísta’, ‘Revolução pela corrupção’ e ‘Estado paralelo’; confira também os artigos [10] “Crime e política” e [11] “A roubalheira petista é ideológica”}

CRIPTOPETISTA OU CRIPTOLULISTA | Diz-se do agente político disfarçado, em geral presente na mídia e na academia ou mesmo em instituições do Estado (como o Ministério Público e o Judiciário), que, por razões

profissionais, acadêmicas ou legais, não pode se identificar abertamente como defensor do partido oficial ou seguidor do seu líder. Na mídia o ‘criptopetista ou criptolulista’ se esconde na ‘imparcialidade (ou isenção) jornalística’ para prestar o seu serviço à causa ou ao poder, procedendo quase sempre assim: a) se uma notícia é prejudicial ao governo, ao divulgá-la ele desenterra uma notícia velha ou reproduz uma “matéria fria” (muitas vezes sobre denúncia que não restou provada) para tentar mostrar que o governo anterior também cometeu tal pecado; b) pratica um tipo de jornalismo que já foi bem qualificado como ‘jornalismo picareta’ (nem todo jornalista picareta é ‘criptopetista ou criptolulista’, mas todo agente ‘criptopetista ou criptolulista’ na mídia pratica o chamado ‘jornalismo picareta’). {Cf. ‘Jornalismo picareta’}. Na academia o ‘criptopetista ou criptolulista’ também atua sob o manto da imparcialidade, neste caso pretensamente científica, com a diferença de que promove seus critérios político-ideológicos à condição de ortodoxia, movendo profunda e surda campanha contra os seus pares que não aderem a essa suposta opinião-verdadeira. Nas instituições do Estado que deveriam, por lei, ser imparciais, o ‘criptopetista ou criptolulista’ comporta-se, às vezes, com flagrante parcialidade, transformando sua instituição em uma espécie de promotoria ou defensoria à serviço de um projeto de poder (caso de alguns membros do Ministério Público no governo anterior) ou de manutenção do poder (possível caso de alguns juízes de tribunais superiores no governo Lula).

{Cf. ‘Imparcialidade (ou isenção) jornalística’ e ‘Jornalismo picareta’; sobre a nova ortodoxia acadêmica, em geral intoxicada pelo pensamento marxista, cf. a entrevista de Maria Sylvia de Carvalho Franco, publicada na revista Veja e intitulada [12] “Ideologia emburrece”}.



DEGENERAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES

DEMOCRACIA COMO REGIME DA MAIORIA

DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

DIREITA X ESQUERDA

DEGENERAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES | Processo que ocorre quando as normas que determinam o formato e regem o funcionamento institucional são pervertidas por uma prática política que se utiliza instrumentalmente dessas estruturas e dinâmicas para obter vantagens ou alcançar resultados que não têm a ver com a sua natureza ou propósito original, constituinte ou fundante. A corrupção e outros comportamentos políticos pervertidos degeneram as instituições. Na 'Era Lula', tal degeneração vem se dando, para além da corrupção, com a transposição de uma lógica partidária privada – baseada em critérios de maioria e minoria – para dentro das instituições públicas. Com o avanço de tal processo degenerativo, das instituições tende a restar apenas a casca, a dinâmica formal, a liturgia, a ritualística. O processo de ocupação organizada do Estado por uma força privada, partidária, esvazia as instituições públicas de seu conteúdo ao deslocar o centro das decisões para uma instância externa e ilegítima; assim, por exemplo, se o partido oficial logrou fazer maioria em um ente Estatal qualquer, seja um órgão da

administração, uma empresa pública, um tribunal ou uma agência reguladora, as decisões dessas instituições que interessam politicamente ao governo já estarão tomadas de antemão, cabendo apenas, ao ente em questão, fazer a encenação de praxe para validar o que já estava decidido. A 'degeneração das instituições' na 'Era Lula' obedece a uma estratégia de retenção do poder nas mãos de um mesmo grupo – falsificando a rotatividade democrática – e tem como objetivo a construção de condições que permitam o estabelecimento de uma hegemonia de longa duração no país. Tal estratégia é legitimada pela idéia de que as nossas instituições republicanas não são ativos democráticos e sim passivos herdados da velha dominação das elites, os quais um governo popular tem o dever de remover e substituir por outras instituições desenhadas de acordo com os interesses da maioria do povo, só não o fazendo de pronto porquanto (e enquanto) a correlação de forças não lhe é favorável. Para tornar a correlação de forças favorável é necessário prosseguir no processo de conquistar maioria partidária em todas as instâncias onde isso for possível e por todos os meios possíveis, sendo que, um desses meios é, exatamente, a ocupação e a conseqüente degeneração das instituições.

{Cf. 'Perversão da política', 'Parasitismo democrático', 'Elites' e 'Privatização partidária da esfera pública'}

DEMOCRACIA COMO REGIME DA MAIORIA | Concepção de democracia do atual presidente da República, do seu grupo e do seu partido, segundo a qual democracia é a regra do jogo estabelecido para verificar quem tem mais audiência popular e, assim, entregar os cargos públicos representativos ao detentor do maior índice de popularidade, verificado nas urnas. Nesse sentido, a democracia é uma espécie de lei do mais forte, quer dizer, de quem tem mais votos e a sua vontade se identifica, portanto, com a vontade do povo. Segundo tal concepção, quem tem maioria tende sempre a ter legitimidade, independentemente do que faça e, inclusive, em alguns casos, do que dizem as leis (ou, pelo menos, algumas leis que não teriam sido feitas

segundo a vontade do povo), pois os votos da maioria da população estariam acima das decisões das instituições e, no limite, acima de certos julgamentos dos tribunais. Para um governo ser democrático é suficiente que tenha sido eleito pela maioria da população em eleições limpas, não se devendo questionar se governa ou não democraticamente. Fica implícito, para essa maneira de ver a democracia, que um grande líder identificado com o povo e por ele reconhecido e majoritariamente sufragado, pode fazer mais do que velhas instituições criadas pelas 'elites'. Os defensores dessa visão de democracia alegam freqüentemente que 'não adianta ter democracia se o povo passa fome'; ou que 'não adianta ter democracia política se não for reduzida a desigualdade social'; ou, ainda, que 'não pode haver 'verdadeira' (?) democracia se as instituições – sobretudo os meios de comunicação – continuarem sendo controladas pelas 'elites' e colocadas a serviço de seus interesses antipopulares'.

{Cf. 'Popularidade sem legitimidade', 'Elites', 'Degeneração das instituições', 'Democratização dos meios de comunicação' e 'Neopopulismo'; cf. também os artigos [13] "A idéia de democracia de Lula" e [14] "As mudanças extraordinárias de Lula", bem como o artigo de Antonio Fernandes, [15] "A (falta de) idéia de democracia de Lula"}

DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO | Eufemismo utilizado pelo PT para tentar legitimar o controle partidário ou corporativo-estatal sobre os meios de comunicação e a atividade jornalística e áudio-visual em geral. A 'democratização dos meios de comunicação' está a serviço da estratégia do PT no governo de criar condições para a instalação de uma hegemonia de longa duração no país. Segundo essa visão, como os grandes meios de comunicação estariam, supostamente, a serviço das 'elites', eles não seriam democráticos (entendendo-se aqui por democrático aquilo que está a serviço da maioria do povo) e, assim, precisariam ser "democratizados" ou submetidos ao controle social, quer dizer, ao controle da maioria do povo. Tal controle, entretanto, só pode ser viabilizado por instituições que representem o povo, como um governo popular e as

organizações corporativas e classistas a ele alinhadas: *e. g.* conselhos populares – como o Conselho Federal de Jornalismo, proposto pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) e endossado pelo governo Lula; e agências formalmente independentes, como a proposta Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (ANCINAV), porém, na prática, controladas igualmente pelo governo.

{Cf. ‘Elites’, ‘Democracia como regime da maioria’; cf. também artigo de Ipojuca Pontes, [16] “Ameaça totalitária”}

DIREITA X ESQUERDA | Velha polarização ideológica, desenterrada pelo presidente Lula e pelo PT, para defender e justificar a continuidade do governo em suas mãos. Votar em Lula, apoiá-lo, poupá-lo e blindá-lo, abrir mão de fazer oposição ou desculpar o governo e o PT por todos os erros e crimes que cometeram, seria necessário – seria quase uma espécie de imperativo ético-político – para impedir que “a direita” volte ao poder (ou, pelo menos, ao governo federal). A direita, segundo essa visão instrumental, seria composta pelos representantes das ‘elites’ (outra noção imprecisa, manipulada de acordo com a conveniência do momento). Trata-se, evidentemente, de um falso argumento, porquanto o que se classifica como “direita” não tem mais um estatuto próprio e passa a ser, simplesmente, a denominação geral para todos aqueles que não estão do lado do governo e do seu partido. Assim, velhos coronéis da política regional (como Jader Barbalho, José Sarney e Newton Cardoso) e ex-operadores da ditadura militar (como Delfim Neto) – quando aliados a Lula – deixam de ser da “direita” (e deixam, inclusive, de ser representantes das ‘elites’), ao passo que atores políticos conhecidos pela sua trajetória democrática – como Fernando Henrique Cardoso e José Serra – pelo fato de estarem agora na oposição, são considerados “de direita” ou a serviço das ‘elites’. Da mesma maneira, os banqueiros que representam o grande capital financeiro e que apóiam Lula deixam, inexplicavelmente, de ser membros das ‘elites’. Segundo essa visão forçada da realidade política, a “esquerda”, simetricamente em relação à

“direita”, seria composta por todos aqueles que apóiam Lula, o seu governo e o PT, independentemente das políticas conservadoras que estes últimos adotam no campo macroeconômico, do comportamento assistencialista e clientelista que reeditam na oferta estatal de seus programas sociais e, ainda, das práticas fisiológicas e de corrupção, endêmicas na velha política brasileira, que assimilaram, desenvolveram e ampliaram no país.

{Cf. ‘Elites’, ‘Forças conservadoras’, ‘Fisiologismo no atacado’, ‘Neocoronelismo’, ‘Neoclientelismo’, ‘Neoliberalismo’ e ‘Eles, que governaram o Brasil desde Cabral’}



ELEITORALISMO

“ELES, QUE GOVERNARAM O BRASIL DESDE CABRAL”

ELITES

ENTOURAGE DE LULA

‘ERA LULA’

ESTADO PARALELO

ESTATISMO-CORPORATIVISTA

ELEITORALISMO | Desvio da prática política que consiste em reduzir a democracia ao processo eleitoral. Trata-se de um tipo de cretinismo (para usar uma expressão de Lênin, que falava de um “cretinismo parlamentar”) que assola os políticos tradicionais, sobretudo os que pertencem às oposições partidárias no Brasil da ‘Era Lula’. O ‘eleitoralismo’ ou “cretinismo eleitoral” funciona mais ou menos assim: a) durante os períodos não-eleitorais os partidos devem se restringir à atuação parlamentar e a administração dos governos subnacionais conquistados, acumulando pontos,

com suas belas aparições e realizações administrativas, para a próxima campanha eleitoral, evitando fazer a luta política mais direta sob o pretexto de garantir a ‘governabilidade’ (quer dizer, a estabilidade do grupo que está no poder), esperando que estes, que ora estão no governo federal, retribuirão com o mesmo comportamento quando forem para a oposição, como se tudo não passasse de um jogo de salão num clube de elite, entre educados cavalheiros que se revezam civilizadamente no poder; b) caso ocorra, por parte do governo federal ou do seu partido, algum atentado às leis do país ou ao regime democrático, as oposições não devem se precipitar, fazendo cobranças e adotando procedimentos mais contundentes – por exemplo, apelando à opinião pública ou recorrendo às instituições do Estado de Direito previstas pela Constituição para solucionar tais problemas – se isso puder colocar em risco o calendário e a dinâmica eleitoral (o coração de tudo, que deve ser preservado acima de qualquer coisa, inclusive acima das leis do país e das instituições democráticas) e sim tentar contornar os problemas, deixando as coisas mais ou menos como estão para ganhar tempo até que se aproxime a próxima campanha eleitoral, atribuindo às futuras urnas a tarefa de corrigir os eventuais delitos e punir os culpados (sendo tal comportamento muito mais indicado do que passar para a população a perigosíssima idéia de que seriam “oposições raivosas”); c) iniciado um ano eleitoral, as oposições devem ignorar a luta política na chamada pré-campanha, guardando todas as suas fichas para o momento em que começar o horário gratuito na TV, quando, então, poderão mostrar, para todos os eleitores, as suas maravilhas administrativas; devem também evitar, ao máximo, desconstruir as candidaturas adversárias, mesmo quando são ilegítimas (em virtude de crimes cometidos pelos candidatos), sobretudo quando os concorrentes forem detentores de alto índice de popularidade (já que, para o ‘eleitoralismo’, legitimidade se confunde com popularidade, não podendo nem devendo haver nenhuma diferença entre as duas coisas).

{Cf. ‘Governabilidade’, ‘Popularidade sem legitimidade’, ‘Síndrome da oposição responsável’, ‘Loteria do calculismo eleitoral’; cf. também o artigo [17] “Desvendando a conjuntura política (ou: Os irresponsáveis e a degeneração institucional do país)” }

"ELES, QUE GOVERNARAM O BRASIL DESDE CABRAL" | Expressão utilizada recorrentemente pelo presidente Lula para criar uma falsa divisão no país entre os que o apóiam e os que não o apóiam. Todos os que não o apóiam seriam *"eles, que governaram o Brasil desde Cabral"*, sem qualquer referência histórica capaz de justificar tal caracterização, pois que bastaria não apoiar o suposto representante legítimo do povo – ele, Lula – para fazer parte das ‘elites’ que secularmente dominaram a política nacional e são responsáveis por tudo de ruim que aconteceu, acontece ou venha a acontecer com a maioria da população; e, inversamente, bastaria apoiá-lo para sair da categoria de “eles” e entrar na categoria de “nós” (os pretensos representantes legítimos do povo ou seus lídimos aliados).

{Cf. ‘Direita X esquerda’, ‘Elites’, ‘Forças conservadoras’, ‘Neopopulismo’}

ELITES | Inimigo construído instrumentalmente para legitimar a conquista do poder e a sua manutenção, pelo maior tempo possível, nas mãos de um mesmo líder e de um mesmo partido supostamente identificados com o povo. As ‘elites’ (ou “Dona Zelite”, como jocosamente foi apelidado esse inimigo abstrato sempre presente nos discursos presidenciais) resumem tudo o que se deve combater para garantir o advento de “um outro mundo possível” – a direita, as ‘forças conservadoras’, os neoliberais ou *“eles, que governaram o Brasil desde Cabral”*. A serviço das ‘elites’ estariam todos os que não apóiam o único e legítimo representante do povo – Lula –, o seu governo e o seu partido, mas, sobretudo, os meios de comunicação não-alinhados e as oposições (nessa ordem). A introdução dessa maneira de pensar e de agir reduz a complexidade social e deforma a arte da política democrática – à qual caberia regular o entrechoque de múltiplas opiniões e interesses presentes em uma sociedade – em uma espécie de arte da guerra, bem mais primitiva, na qual se trataria de juntar forças em um campo (o dos amigos) para derrotar e destruir o outro campo (o dos inimigos). Trata-se de uma herança das velhas polarizações manipuladoras de um tipo de realismo político próprio da “guerra fria” – a luta de classes, na concepção da Terceira

Internacional –, onde a guerra é uma realidade permanente e onipresente, que perverte a política democrática reduzindo-a a uma luta de bandos. Na ‘Era Lula’ tal concepção foi levada, simultaneamente, ao paroxismo e ao esvaziamento de seu conteúdo original, pois se, de um lado, forneceu a necessária justificativa interna à organização do PT no governo como uma quadrilha, uma verdadeira gangue política capaz de cometer qualquer crime quando o objetivo é alterar a correlação de forças a favor do campo popular contra o campo das ‘elites’, por outro lado, manteve tais métodos ilegítimos (e, não raro, ilegais) mesmo tendo seus chefes perdido a utopia generosa de um mundo mais livre, mais igualitário e mais fraterno, finalidade que permaneceu apenas como roupagem ideológica, como discurso, para colonizar a consciência dos militantes e, ao mesmo tempo, encobrir o grotesco e raso objetivo do poder pelo poder (no que já foi chamado – pelo governador eleito de São Paulo, José Serra – de “bolchevismo sem utopia”).

{Cf. ‘Eles, que governaram o Brasil desde Cabral’, ‘Direita X esquerda’, ‘Forças conservadoras’, ‘Democratização dos meios de comunicação’, ‘Quadrilha no governo’, ‘Gangue política’, ‘Neoliberalismo’}

ENTOURAGE DE LULA | Grupo da extrema confiança do atual presidente da República, formado por pessoas – em geral ex-sindicalistas, mas não apenas – que o acompanham e servem há, pelo menos, duas décadas e que, embora pertencendo ao PT, não se subordinam à sua direção formal. O ‘entourage de Lula’, composto por seguranças, assessores especiais, espécies de faz-tudo, inclusive churrasqueiros e compradores de charutos, pizzas e bebidas para abastecer o Chefe em reuniões políticas ou sociais foi, em sua maior parte, alocado em posições-chave no governo federal e em órgãos sob sua influência, como a Presidência da República (inclusive em postos de alto escalão), as estatais, os fundos de pensão e a direção de organizações para-estatais e não-governamentais financiadas com dinheiro público, por força de lei ou por força de tráfico político. Alguns desses membros já haviam sido “plantados” em governos anteriores, como prefeituras conquistadas pelo PT

antes de 2002 (inclusive a de Santo André). A maioria dos filiados do PT jamais ficou sabendo da existência orgânica desse grupo (que se comportou sempre como uma espécie de organização dentro da organização) e mesmo grande parte dos dirigentes partidários nunca foi sequer informada do seu papel, vale dizer, estratégico, na implantação da estratégia de poder do 'lulopetismo'. Existem fortes indícios de que membros do 'entourage de Lula' estavam envolvidos nos escândalos do 'mensalão' e do 'falso-dossiê'.

{Cf. 'Quadrilha no governo', 'Gangue política', 'Lulopetismo', 'Mensalão' e 'Falso caixa 2 ou caixa 3'}

'ERA LULA' | Período aberto com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para presidente da República em 2002 e que não tem um prazo definido para terminar, mesmo se considerarmos que as regras atuais permitem a permanência do atual mandatário no cargo apenas até 2010, de vez que a estratégia do 'lulopetismo' prevê a retenção do poder nas mãos do mesmo grupo privado, chefiado por Lula, pelo tempo que for necessário para alterar a correlação de forças, criando condições para o estabelecimento de uma hegemonia neopopulista de longa duração no Brasil.

{Cf. 'Estado paralelo', 'Lulopetismo', 'Neopopulismo' e 'Golpe contra a vontade popular'}

ESTADO PARALELO | Chama-se assim o aparato de poder criado, dentro e fora do Estado, pela direção real do Partido dos Trabalhadores, a partir da ocupação de postos-chave no governo federal (inclusive a Presidência da República) e da atuação, em posição super-privilegiada, do Partido dos Trabalhadores. Trata-se realmente de uma estrutura paralela porquanto não está subordinada às leis e as normas que regem o regime democrático e às instituições do Estado de Direito, mas obedece apenas às determinações de um grupo privado cuja direção real coloca-se acima, inclusive, dos órgãos formais do PT – o qual passa a ser um mero instrumento, como os demais, a

serviço da estratégia de retenção do poder nas mãos desse grupo pelo maior tempo possível. O ‘Estado paralelo’ tem caráter autocrático, é fortemente centralizado, é chefiado pela direção real do PT no governo, por auxiliares de confiança de Lula, tenham ou não estes últimos cargos formais na administração pública e nas demais instituições representativas, constituindo-se, na verdade, como um outro poder, não regulado nem controlado por qualquer instância externa. O ‘Estado paralelo’ tem como objetivo garantir a continuidade da influência, sobre as instituições do país (pelo menos sobre aquela parte que tem poder e recursos), exercida pelo mesmo grupo e sob a liderança do mesmo chefe, ainda que na eventualidade de perda eleitoral do poder por esse chefe, enraizando-se, para tanto, nas demais instituições do Estado e nos governos de nível subnacional, mas também na chamada imprensa alternativa, nas organizações da sociedade civil que foram transformadas em correias de transmissão do partido, na academia e na mídia (por meio de uma extensa rede de agentes ostensivos ou ocultos), nos ‘movimentos sociais’ e nas organizações corporativas (centrais sindicais, sindicatos, associações de classe e outros órgãos representativos de defesa de interesses setoriais ou classistas), nos organismos civis de *advocacy*, nas pastorais sociais das Igrejas, sobretudo nos seus órgãos de base e em outras associações, religiosas ou laicas, assemelhadas. Apoiando-se nas velhas burocracias estatais e numa nova burocracia do associacionismo, o Estado paralelo está a serviço de uma estratégia de conquista da hegemonia em termos gramscianos, esvaziada porém de sua utopia pretensamente redentora da humanidade.

{Cf. ‘Privatização partidária da esfera pública’, ‘Parasitismo democrático’, ‘Neopopulismo’, ‘Lulopetismo’, ‘Aparelhamento do governo’; cf. também o artigo do professor José de Souza Martins, [18] “Prendas de um Estado paralelo”}

ESTATISMO-CORPORATIVISTA | Ideologia que anima os militantes do Partido dos Trabalhadores, o ‘estatismo-corporativista’ é, na ‘Era Lula’, a variante política que se apresenta como contraposição ao liberalismo de mercado ou

‘neoliberalismo’, como se só pudessem existir essas duas alternativas programático-estratégicas no mundo do século 21. Segundo essa proposta regressiva, cabe ao Estado-nação exercer o protagonismo único e exclusivo na regulação da esfera pública e na promoção do desenvolvimento, retendo em suas mãos o monopólio do público, fazendo “negócios” (ao invés de parcerias) com a iniciativa privada, tratando a sociedade civil como seu *dominium* e cooptando as suas organizações. O ‘estatismo-corporativista’ é uma forma de estatismo que confere papel destacado às entidades corporativas, às quais, dentro e fora do Estado, caberia organizar a sociedade a partir de grupos de interesse econômico, instrumentalizando as plataformas reivindicativas desses grupos para transformá-los em base de apoio de um projeto político supostamente alinhado com os interesses da maioria da população.

{Cf. ‘Movimentos sociais’ e ‘Neoliberalismo’}



FALSO CAIXA 2 OU CAIXA 3

FISIOLOGISMO NO ATACADO

FORÇAS CONSERVADORAS

FALSO CAIXA 2 OU CAIXA 3 | Estratagema jurídico (mais propriamente um recurso de advocacia criminal) utilizado por Lula e por seu partido, para “descarregar”, sobre um crime considerado menor (o chamado “caixa 2 de campanha”), os delitos cometidos pelo seu governo na montagem ilegal de um sistema de compra de parlamentares e de integrantes de outras instituições, do Estado e da sociedade, com o intuito de fabricar maiorias em todas as instâncias em que isso for necessário e possível, assegurando condições para a permanência no poder do mesmo grupo, falsificando o processo democrático (“caixa 3”, usado no ‘mensalão’ e abastecido, dentre outras fontes, pelo “valerioduto”). Ao que tudo indica essa manobra jurídico-política foi forjada – como uma espécie de chicana de criminalista – pelo Ministro-Consiglieri de Lula. A idéia básica da armação é a seguinte: como o delito eleitoral chamado “caixa 2” é praticamente generalizado no Brasil – pois que instaurado pelas ‘elites’ que comandam há séculos a política nacional – não seria coerente punir apenas o PT por praticá-lo. O objetivo dessa argumentação de defesa é, obviamente, igualar todas as formas de corrupção política, escondendo a natureza e o volume, inéditos, do

verdadeiro crime – incomparavelmente mais grave – de ‘corrupção de Estado’.

{Cf. ‘Corrupção de Estado’, ‘Mensalão’, ‘Fisiologismo no atacado’, ‘Impunidade’, ‘Ministro-Consiglieri’, ““Não existem provas””, ‘Recursos não-contabilizados’, ‘Quadrilha no governo’, ‘Gangue Política’; cf. também o artigo [19] “O problema é o caixa 3”}

FISIOLOGISMO NO ATACADO | Processo inaugurado na ‘Era Lula’, de “compra-e-venda” – em larga escala – de parlamentares e de dirigentes de organizações do Estado e da sociedade, para assegurar maioria política em todas as instâncias em que isso for necessário e possível. Diferentemente do que ocorria na política tradicional, quando as práticas fisiológicas estimuladas pelos governos eram mais pontuais e episódicas, em geral de caráter tático, voltadas para a obtenção de maiorias parlamentares capazes de garantir a aprovação de projetos de interesse do Executivo e capazes de dissuadir ou derrotar eventuais pedidos de impeachment dos chefes de governo, o ‘fisiologismo no atacado’ foi operado por um sistema, centralizado na Presidência da República e comandado por dirigentes agrupados em uma ‘sofisticada organização criminosa’, precipuamente destacados para operar um esquema ilegal – financiado com recursos ilícitos – com objetivos inéditos e claramente estratégicos: a) assegurar condições para a permanência no poder do mesmo grupo, falsificando o processo democrático; e b) preparar as bases para a instalação de uma hegemonia neopopulista de longa duração no país.

{Cf. ‘Sofisticada organização criminosa’, ‘Neopopulismo’, ‘Falso caixa 2 ou caixa 3’, ‘Mensalão’, ‘Banditismo de Estado’, ‘Corrupção de Estado’, ‘Quadrilha no governo’, ‘Gangue política’ e ‘Revolução pela corrupção’}

FORÇAS CONSERVADORAS | O mesmo que ‘elites’, “direita” ou “‘Eles, que governaram o Brasil desde Cabral’”. Em geral a expressão é aplicada por Lula e pelo PT no governo para caracterizar todos os que não apóiam o seu

governo, sem qualquer respeito pelas evidências e, inclusive, pelo dicionário. Assim, políticas claramente conservadoras – no campo macroeconômico e em outras áreas da atuação governamental – não são assim consideradas porquanto estariam supostamente a serviço dos objetivos estratégicos do grupo que está no poder (ou seja, aos seus objetivos de permanecer no poder), enquanto que propostas de mudança são consideradas conservadoras pelo fato de terem partido de setores que não se alinham ao governo, os quais seriam, então, por definição, integrantes das ‘forças conservadoras’.

{Cf. ‘Elites’, ‘Direita X esquerda’, “‘Eles, que governaram o Brasil desde Cabral’”; cf. também o artigo de Gilberto de Mello Kujawski, [20] “Dez razões para não votar em Lula”}



GANGUE POLÍTICA

GOLPE CONTRA A VONTADE POPULAR

GOVERNABILIDADE

GANGUE POLÍTICA | Comportamento de bando adotado pelo Partido dos Trabalhadores, antes e depois da posse de Lula em 2003. Na ‘Era Lula’ tal comportamento de gangue – ensaiado durante, pelo menos, duas décadas na esfera privada e uma década em governos subnacionais conquistados – é levado para dentro do governo federal e para outras instituições do Estado, contaminando as instituições públicas em amplitude e profundidade inéditas na história do país.

{Cf. ‘Banditismo de Estado’, ‘Degeneração das instituições’ e ‘Quadrilha no governo’}

GOLPE CONTRA A VONTADE POPULAR | Alegação sacada sistematicamente pelos membros do governo e do PT para impedir ou neutralizar as iniciativas, de partidos de oposição e de organizações de cidadãos, de acionar os mecanismos políticos, jurídicos e policiais - disponíveis em nossa prateleira de salvaguardas legais do regime democrático e do Estado de Direito e previstos na Constituição Federal – destinados à prevenção ou a correção das

irregularidades e crimes cometidos por membros do governo e a punição dos culpados. Segundo tal argumentação, usada como defesa prévia ou como uma espécie de “vacina”, por dirigentes governamentais e partidários no poder, a adoção de qualquer medida contra a permanência de Lula na chefia do governo – inclusive, surpreendentemente, a eleição de outro candidato no último pleito – seria um ‘golpe contra a vontade popular’. O raciocínio parte de uma constatação rasa, segundo a qual, se Lula é o líder incontestado da maioria do povo brasileiro, haja vista seus índices de popularidade e os votos recebidos nas duas últimas eleições em que concorreu, então contrariar a sua vontade é equivalente a um ‘golpe contra a vontade popular’. Por esse raciocínio, inclusive fazer oposição deixa de ser uma atividade plenamente legítima, porquanto vai contra a vontade da maioria da população, o mesmo valendo para o ‘impeachment’ e para quaisquer outras formas de representação, de denúncia e de cobrança, de natureza política ou jurídica, movidas contra o presidente e, por extensão, contra os seus auxiliares e partidários. Ainda segundo tal alegação, se Lula tem popularidade, então ele já tem legitimidade, independentemente do que fez ou vier a fazer, sendo essa legitimidade, em alguns casos, pelo visto, extensível aos seus colaboradores e correligionários, que cometeram toda sorte de crimes e continuam impunes.

{Cf. ‘Popularidade sem legitimidade’ e ‘Impunidade’}

GOVERNABILIDADE | Principal ardil construído pelo governo para obter o ‘colaboracionismo oposicionista’. Trata-se de um engodo baseado na idéia de que as oposições não devem ser contra o Brasil, contra o desenvolvimento do país e o bem-estar da população, renunciando, para tanto, a criar quaisquer tipos de empecilhos a um bom desempenho governamental. A ‘governabilidade’ seria assim uma espécie de ambiente político favorável à estabilidade do grupo que está no poder e só deve valer enquanto garantir que este grupo permaneça no poder e com chances de continuar no poder; ou seja, se a ‘governabilidade’ estivesse realmente ameaçada e se, para

assegurá-la, o governo atual fosse obrigado a abrir mão de algumas posições conquistadas, ampliando seu leque de alianças, modificando suas políticas ou, até mesmo, no limite, adotando formas de governo de coalizão para fazer frente a uma grave crise política, então ela já não interessaria mais aos que armaram tal ardil. Para colocar essa armadilha da ‘governabilidade’, o governo, extra-oficialmente e contando com o serviço de ‘criptopetistas ou criptolulistas’ na imprensa e na academia, “planta” falsas matérias e elabora teses pretensamente científicas para mostrar que o país vai ficar ingovernável sem Lula, de que só o PT conseguirá conter os ‘movimentos sociais’ ou de que a retirada de Lula do poder – mesmo se for realizada de acordo com as leis – representa um ‘golpe contra a vontade popular’ e desencadeará uma crise de grandes proporções que será ruim para todos, inclusive para a oposição, pois que serão destruídas as bases da ‘governabilidade’.

{Cf. ‘Colaboracionismo oposicionista’, ‘Criptopetistas ou criptolulistas’ e ‘Golpe contra a vontade popular’}



IMPARCIALIDADE (OU ISENÇÃO) JORNALÍSTICA

IMPEACHMENT

IMPUNIDADE

IMPARCIALIDADE (OU ISENÇÃO) JORNALÍSTICA | Orientação adotada nos meios jornalísticos segundo a qual se deve sempre manter o equilíbrio entre as opiniões veiculadas a favor e contra uma força política, mas que – na ‘Era Lula’ – acabou deslizando para a publicação de notícias, induzindo os profissionais de imprensa a desenterrar fatos desabonadores dos governos passados para “equilibrar” a divulgação de escândalos do governo Lula. Quase todos os meios de comunicação são assolados, em maior ou menor grau, por essa obsessão pela ‘imparcialidade (ou isenção) jornalística’. Na verdade trata-se, em muitos casos, de uma falsa imparcialidade, sobretudo quando praticada pelo ‘jornalismo picareta’ e pelos ‘criptopetistas ou criptolulistas’ que militam na imprensa, quando tenta falsificar os fatos; assim, por exemplo, diante das notícias do ‘mensalão’, muitos jornalistas, em suas reportagens (já não se diga em seus artigos opinativos), destacavam que caixa 2 sempre houve no Brasil, contribuindo para confundir ao invés de esclarecer os leitores e servindo ao propósito mistificador do governo de vender a falsa versão de que caixa 2 e ‘mensalão’ são a mesma coisa.

{Cf. ‘Jornalismo picareta’, ‘Criptopetistas ou criptolulistas’, ‘Mensalão’, ‘Falso caixa 2 ou caixa 3’}

IMPEACHMENT | Na ‘Era Lula’ o ‘impeachment’ deixou de ser um dispositivo válido do nosso estoque de salvaguardas constitucionais do regime democrático e do Estado de Direito – e passou a ser um ‘golpe contra a vontade popular’. O ‘impeachment’ foi assim usado pelo governo para blindar Lula, com a colaboração ativa da oposição, que utilizou instrumentalmente uma suposta impossibilidade dessa medida para criar um falso dilema, a saber: como não há condições políticas para promover o ‘impeachment’ de Lula, então se trata de mantê-lo até o final do mandato, sem lançar mão também dos outros dispositivos políticos e jurídicos cabíveis para interpelar e responsabilizar o chefe do governo pela avalanche de irregularidades e crimes cometidos pelo seu governo. No início do segundo semestre de 2005, já havia evidências suficientes – depois da confissão do publicitário de Lula, Duda Mendonça, de que recebera dinheiro ilegalmente, em conta no exterior, para fazer a campanha presidencial do PT em 2002 – para iniciar o debate sobre o ‘impeachment’ no país. Mas, caindo na armadilha, a oposição partidária confundiu a necessidade política de um debate e, eventualmente, de um movimento de opinião pública pelo ‘impeachment’, com a factibilidade de sua aprovação pelo Congresso Nacional, endossando o perigosíssimo argumento de que o parlamento estava desmoralizado após o escândalo do ‘mensalão’. Na verdade também já existem evidências suficientes de que a oposição, em virtude do seu incorrigível ‘eleitoralismo’ e por um tipo de esperteza interesseira, abaixo de qualquer qualificação em termos éticos, ademais de primária e tola, quis cair – voluntariamente – nessa armadilha, imaginando que Lula sangraria até o final do mandato e seria substituído com facilidade nas urnas de 2006, conferindo-lhe, então, como mostraram os fatos subseqüentes, a providencial sobrevida para virar o jogo e se reeleger.

{Cf. ‘Eleitoralismo’, ‘Blindagem’, ‘Colaboracionismo oposicionista’, ‘Golpe contra a vontade popular’; cf. também os artigos [21] “O falso dilema do impeachment”, [22] “O impeachment necessário”, [23] “Democracia e impeachment” e [24] “O problema dos argumentos contra o impeachment”}

IMPUNIDADE | Estado geral em que se encontra o país – que virou uma espécie de “terra sem lei” em termos políticos – depois da revelação dos muitos escândalos do governo Lula e de fundadas evidências de envolvimento de numerosos auxiliares do presidente da República, de dirigentes e filiados do PT e dos partidos aliados, em irregularidades e crimes de todo tipo, sem que houvesse, salvo em raríssimos casos, qualquer punição para os malfeitores. Contribuíram para esse estado de impunidade generalizada o poder Legislativo (que absolveu seguidamente os mensaleiros) e o poder judiciário (que concedeu aos acusados, abusivamente, o direito de mentir em Comissões Parlamentares de Inquérito), mas também – e principalmente – o próprio chefe do governo, que resolveu minimizar as faltas cometidas por seus colaboradores, encarando-as como erros de percurso e pecadilhos perdoáveis em virtude da sua inexperiência com o jogo bruto do poder. Também contribuiu para constituir essa “terra sem lei” política, a atuação destacada do Ministro-Consiglieri, criminalista titular do Ministério da Justiça que, ao invés de defender o cumprimento das leis, passou a atuar, extra-oficialmente, como advogado dos envolvidos, fornecendo a sua linha de defesa, quando não indicando os melhores e mais caros advogados para representá-los. Contribuiu ainda, e decisivamente, para a criação do clima geral de ‘impunidade’ que hoje reina no Brasil, o ‘colaboracionismo oposicionista’. Por último, deve-se considerar igualmente a atuação seletiva da Polícia Federal, que foi capaz de armar um circo para prender uma dona de boutique, mas sequer incomodou gente como Waldomiro Diniz, Marcos Valério, Delúbio Soares e tantos e tantos outros réus confessos (inclusive quando flagrados destruindo provas), esmerando-se em apresentar shows pirotécnicos como peças da campanha reeleitoral do presidente, com a exibição televisiva de

gente algemada e aparelhos estourados de quadrilhas de bandidos comuns, mas recusando-se a mostrar – ao contrário do que estava acostumada a fazer, segundo norma interna inclusive – o dinheiro apreendido com os petistas para forjar ou comprar o falso-dossiê contra a oposição e omitindo – até agora – a sua origem e o papel desempenhado pelos homens de confiança de Lula na trama. Ao que tudo indica a ‘impunidade’ dos criminosos políticos – como medida necessária à ‘degeneração das instituições’ – faz parte da estratégia de poder do lulopetismo.

{Cf. ‘Degeneração das instituições’, ‘Lulopetismo’, ‘Ministro-*Consiglieri*’, ‘Colaboracionismo oposicionista’}



JORNALISMO PICARETA

JORNALISMO PICARETA | Forma de praticar o jornalismo político – em geral exercida por ‘criptopetistas ou criptolulistas’, mas não somente – que consiste em estabelecer uma intimidade ou conivência com certas fontes palacianas para publicar notícias que são apresentadas como “furos” jornalísticos, mas que estão, em geral, a serviço do poder. O jornalismo picareta na ‘Era Lula’ é a forma predominante que adotou o chamado “fontismo”, com a diferença, agravante, de que, neste caso, as notícias obtidas, supostamente em primeira mão, são, em geral, plantadas para criar ou reforçar versões que interessam ao governo e ao seu partido, estabelecendo-se uma relação espúria entre a fonte e o jornalista pretensamente esperto, mas que, na verdade, foi apenas capturado para servir de porta-voz oficioso do poder.

{Cf. 'Imparcialidade (ou isenção) jornalística', 'Criptopetismo ou criptolulismo'; cf. também o [25] “Guia de defesa do leitor: como identificar matéria picareta”, elaborado pelo jornalista Reinaldo Azevedo}



LOTERIA DO CALCULISMO ELEITOREIRO

LULOPETISMO

LOTERIA DO CALCULISMO ELEITOREIRO | Nome do jogo ao qual se entregou irresponsavelmente a oposição partidária na 'Era Lula', passando por cima das leis e das instituições para empenhar os destinos do país numa aventura, ao supor que todas as irregularidades e crimes cometidos pelo governo, pelos quais o presidente da República é o principal responsável, seriam julgados e punidos pelo processo eleitoral, atribuindo às urnas, indevidamente, um papel – de tribunal – para o qual elas não foram projetadas e jamais poderiam cumprir. Ao não interpelar Lula, imaginando que ele sangraria até o fim e seria facilmente derrotado no pleito de 2006, as oposições partidárias renunciaram ao seu papel de defesa da democracia e do Estado de Direito. Além de revelar uma compreensão deformada da vida democrática (reduzindo-a ao processo eleitoral), a decisão de apostar todas as fichas na 'loteria do calculismo eleitoral' revelou também a falta de inteligência estratégica das oposições partidárias no Brasil, pois jamais se poderia imaginar que um presidente da República, com todos os instrumentos de Estado nas mãos, prosseguiria sofrendo desgaste, por quinze meses a fio (período entre a eclosão do escândalo do 'mensalão' e o início do processo eleitoral), sem reagir e tentar retomar a ofensiva política. Como os fatos subseqüentes mostraram à farta, ao optar por uma solução em futuro distante, as oposições ficaram sem tática no presente, perdendo a

luta política e, com isso, conseqüentemente, perdendo também a disputa eleitoral.

{Cf. ‘Eleitoralismo’, ‘Governabilidade’ e ‘Impeachment’; cf. também o artigo [26] “O iminente suicídio do PSDB”}

LULOPETISMO | Forma adotada desde meados da década de 1980 pelo petismo dominante e dirigente, que ficou visível após a vitória eleitoral de Lula em 2002. Não se trata de um lulismo, para além ou ao lado do PT, e sim de um ‘lulopetismo’ mesmo, pois Lula não é diferente do PT na medida em que ele é o chefe do PT que conta de fato, do PT que decide e que – uma vez no poder – se organizou como um destacamento a serviço das pretensões do chamado “núcleo duro do governo”, que funciona como direção real do PT, para nada importando se esse núcleo está ou não está, no todo ou em parte, formalmente alocado nos postos da administração federal, já que se instalou também em várias outras instituições: nas estatais, nos fundos de pensão e em um sem número de instituições para-estatais, corporativas e sociais, compondo o que foi chamado de ‘Estado paralelo’ – o instrumento maior da estratégia de poder do ‘lulopetismo’, segundo a qual se trata de construir as condições para uma permanência indefinida do mesmo grupo no poder, esticando ao máximo a ‘Era Lula’ para estabelecer as bases de uma hegemonia neopopulista de longa duração no país. Em outro sentido, o ‘lulopetismo’ é a forma como se apresenta a nova face do PT para o consumo das massas, centrada no carisma do grande líder, e também o disfarce, para o sistema político e para os formadores de opinião, do velho petismo ideológico, renitente e intolerante, explorando-se, para tanto, imaginárias diferenças entre Lula e o PT, fabricadas para engolar os tolos que não sabem que a verdadeira direção do PT sempre esteve nas mãos dos mais palatáveis “sunitas” (da tendência Articulação, de Lula, Dirceu, Dulci, Gushiken, Berzoini, Delúbio, Bargas, Lorenzetti, Okamoto e centenas de outros) e não dos intratáveis “xiitas” (das tendências consideradas mais à esquerda no espectro petista). Não é coincidência o fato de que todos os escândalos do PT

no governo, decorrentes do 'banditismo de Estado', são obra dos “sunitas” e não dos perigosos “xiitas”.

{Cf. 'Estado paralelo', 'Banditismo de Estado', '*Entourage* de Lula', 'Gangue política', 'Quadrilha no governo' e 'Neopopulismo'}



MENSALÃO

MINISTRO-*CONSIGLIERI*

MOVIMENTOS SOCIAIS

MENSALÃO | O mesmo que ‘falso caixa 2 ou caixa 3’. Forma de ‘corrupção de Estado’, inaugurada pelo PT no governo, que consiste em comprar apoios no atacado, no parlamento e em outras instituições do Estado e da sociedade, para fabricar maiorias, visando a falsificar o processo da rotatividade democrática de modo a garantir a permanência no poder do mesmo grupo, indefinidamente ou até que se obtenha uma alteração da correlação de forças que permita a instalação de uma hegemonia neopopulista de longa duração no país. O termo ‘mensalão’, lançado pelo deputado cassado Roberto Jefferson, revelou-se inadequado uma vez que só em alguns casos o ‘suborno de parlamentares’ era praticado com regularidade mensal (além de induzir à falsa idéia de que o pagamento regular em troca de apoios se restringia ao parlamento).

{Cf. ‘Falso caixa 2 ou caixa 3’, ‘Suborno de parlamentares’, ‘Fisiologismo no atacado’, ‘Corrupção de Estado’, ‘Revolução pela corrupção’, ‘Neopopulismo’ e ‘Lulopetismo’}

MINISTRO-*CONSIGLIERI* | Trata-se do Ministro da Justiça do governo Lula, Márcio Thomaz Bastos, que atuou – extra-oficialmente – como uma espécie

de advogado de um grupo privado, a serviço dos objetivos de poder desse grupo, lembrando um tipo de função própria da estrutura hierárquica de bandos ou quadrilhas, como a Máfia. Destaca-se como inovação petista, o fato dos governos, em geral, nomearem juristas para ocupar a pasta da Justiça, enquanto que o governo Lula tivesse nomeado, providencialmente como vimos, um criminalista. Existem fortes indícios de que coube a esse ministro – atuando como *Consiglieri* – no governo Lula: a) blindar o presidente e o ‘entourage de Lula’, o comando do governo e, inclusive, a direção do PT, contra quaisquer providências tomadas pela polícia ou pelo judiciário para investigá-los, usando todos os meios necessários para tanto, em especial conversas reservadas com juízes, ministros dos tribunais superiores, membros do Ministério Público e autoridades policiais; b) agir como consultor jurídico, usando toda a sua *expertise* de criminalista para elaborar a linha de defesa dos acusados e recomendando advogados – os mais competentes e bem-remunerados do país – para representá-los (alguns desses advogados, inclusive, saídos de seu antigo escritório); c) tentar transformar as medidas políticas contra os crimes cometidos por dirigentes governamentais e partidários, em processos jurídicos, viabilizando com isso a impunidade dos acusados, uma vez que a alegação de que ‘não existem provas’, válida em tribunais, praticamente paralisa os processos políticos se a polícia (no caso, sobretudo, a Polícia Federal, sob seu comando) resolver não produzir as tais provas, imputando às oposições a tarefa, descabida, de reuni-las; d) encontrar criativas justificativas ou subterfúgios políticos para as situações, aparentemente sem saída, nas quais se meteram o presidente, seus principais auxiliares e seu partido (como, por exemplo, a falsa versão de que ‘mensalão’ é o mesmo que caixa 2, o qual – conquanto seja crime – é desculpável porquanto ‘todos fazem a mesma coisa’); e) conduzir a atuação da Polícia Federal de modo a engajar suas ações especiais, pirotécnicas, como peças da campanha reeleitoral de Lula, cuidando, entretanto, de tornar tal ação seletiva de modo a proteger o governo e o Partido dos Trabalhadores (como de fato ocorreu no caso da proibição da divulgação das fotos do dinheiro ilegal, apreendido com petistas, para comprar ou forjar o falso-dossiê contra a oposição); e f) agir como intermediário junto aos líderes

oposicionistas, aproveitando-se do seu passado de defesa de presos políticos no período do regime militar como aval para ser bem-recebido e acreditado junto a tais interlocutores e poder observar de perto o estado de ânimo das forças adversárias, além, é claro, de “plantar” versões sobre as intenções do governo capazes de facilitar o exercício do ‘colaboracionismo oposicionista’. Evidentemente, um homem com tantas funções estratégicas, só poderia acabar revelando-se como a peça mais importante em um governo que passou a ser um caso de polícia, confirmando o acerto de sua escolha por parte do presidente.

{Cf. ‘Banditismo de Estado’, ‘Não existem provas’, ‘Todos fazem a mesma coisa’, ‘Mensalão’, ‘Falso caixa 2 ou caixa 3’; cf. também a nota [27] “Ministro ou *Consiglieri*?” e o artigo de Reinaldo Azevedo [28] “Ensaio geral do Estado Policial”; cf. ainda a reportagem da revista Veja, intitulada [29] “Que cheiro de pizza...”}

MOVIMENTOS SOCIAIS | Movimentos de caráter reativo, setorial e reivindicativo, corporativo ou para-corporativo, que atuam – via de regra – como correias de transmissão do PT e como cabos eleitorais de Lula, constituindo o “muque” e o destacamento ideológico mais aguerrido de suas campanhas. Existem movimentos sociais que não se enquadram na descrição acima. Contudo, grande parte – quase a totalidade dos assim chamados ‘movimentos sociais’ mais conhecidos, de expressão regional ou nacional – funciona, na prática, como base do PT e dos governos conquistados por esse partido, organizando-se autocraticamente, algumas vezes abrigando em seu seio uma organização política clandestina que conspira contra a democracia e o Estado de Direito (como é o caso do MST e do MLST). Com a chegada de Lula ao governo federal, os ‘movimentos sociais’ passaram a fazer um jogo múltiplo, perfeitamente contemplado pela estratégia de poder do ‘lulopetismo’, que consiste em, simultaneamente: a) pressionar o governo para arrancar algumas conquistas setoriais ou classistas e conseguir significativos recursos para sustentar suas organizações e financiar suas atividades (inclusive as de caráter ilegal, como, mais uma vez, é o caso do

MST e dessa chamada Via Campesina); b) combater a “direita”, as ‘elites’, as ‘forças conservadoras’ e os meios de comunicação supostamente à serviço desses inimigos do povo; c) apavorar o empresariado e os dirigentes institucionais – inclusive alguns tolos dirigentes de partidos oposicionistas acometidos pela ‘síndrome da oposição responsável’ - com a ameaça de incendiar o país e destruir as bases da ‘governabilidade’ caso seja aplicado um ‘golpe contra a vontade popular’ (leia-se: remover Lula, por qualquer meio, mesmo legítimo, mesmo legal, mesmo eleitoral, do poder); e d) combater a política econômica neoliberal do governo, situando-se, “para inglês ver”, como oposição programática, mas sem deixar de, nos momentos decisivos, cerrar fileiras em torno da manutenção do PT no governo e da reeleição do presidente. Tudo indica que alguns desses ‘movimentos sociais’ fazem parte do ‘Estado paralelo’ montado por Lula e pela direção real do Partido dos Trabalhadores como o principal instrumento da sua estratégia de poder e de seu objetivo maior de estabelecer uma hegemonia neopopulista de longa duração no país.

{Cf. ‘Estado paralelo’, ‘Neopopulismo’, ‘Estatismo-corporativista’, ‘Síndrome da oposição responsável’ e ‘Lulopetismo’; cf. ainda o artigo de Denis Rosenfield, [30] "O paradoxo da reforma agrária" e o artigo de Murillo de Aragão, [31] "Movimentos sociais no segundo mandato de Lula"}



"NÃO EXISTEM PROVAS"

NEOCLIENTELISMO

NEOLIBERALISMO

NEOPOPULISMO

"NUNCA ANTES NESTE PAÍS"

"NÃO EXISTEM PROVAS" | Expressão utilizada pelos auxiliares de Lula no governo e por dirigentes e militantes petistas quando apanhados cometendo irregularidades e crimes variados. A alegação também foi usada para blindar o presidente da República. Trata-se de artifício para impedir o legítimo pronunciamento das instituições políticas contra comportamentos ilegais, mesmo diante de fortes evidências, transformando tudo em processo jurídico – onde as provas, *stricto sensu*, são exigidas – ou seja, postergando a solução dos problemas para garantir a impunidade dos acusados. Se, por exemplo, fossem exigidas, contra Collor de Mello, tais provas, em sentido jurídico, dos crimes que cometeu, ele não teria sofrido o processo político de impeachment (e tanto é assim que a Justiça acabou absolvendo-o). Ao que

tudo indica esse tipo de argumento de defesa – uma chicana de criminalista – foi obra do ‘Ministro-Consiglieri’.

{Cf. ‘Blindagem’, ‘Impunidade’ e ‘Ministro-Consiglieri’}

NEOCLIENTELISMO | Novo tipo de clientelismo introduzido pelo PT no governo, no qual, no lugar do velho patrono (em geral local ou regional), situa-se agora o partido redentor ou o seu líder máximo (nacional). O ‘neoclientelismo’ faz parte do padrão de relação entre Estado e sociedade necessário ao ‘neopopulismo’. Em geral o ‘neoclientelismo’ é praticado por meio do assistencialismo: a oferta estatal de recursos, especialmente financeiros, aos mais pobres, sem exigência de contrapartidas significativas, humanas e, sobretudo sociais, transformando as populações em beneficiárias passivas e permanentes de programas e ações que vêm de cima, do alto – do novo patrono – do benfeitor do povo, do pai providencial, do candidato a “condutor de rebanhos”: o presidente Lula. O ‘neoclientelismo’ é usado como arma eleitoral para derrotar os adversários (e tanto é assim que o PT difundiu amplamente no país a ameaça – ou chantagem – de que se outro partido chegasse ao poder o Bolsa Família, principal programa assistencialista de Lula, seria extinto). Trata-se de comportamento irresponsável na medida em que os novos clientes são transformados em espécies de pensionistas eternos do Estado, comprometendo as contas futuras do país. Trata-se, ainda, de comportamento que desestimula o desenvolvimento humano, o empreendedorismo e a criatividade, a inovação e o protagonismo, na medida em que os participantes desse tipo de programa são escolhidos com base na sua situação de carecimento e não em virtude dos esforços que possam estar fazendo para superar a pobreza.

{Cf. ‘Bolsa-Esmola’, ‘Neocoronelismo’ e ‘Neopopulismo’}

NEOCORONELISMO | Novo tipo de ‘coronelismo’ bancado pelo PT no governo e exercido – no âmbito nacional – pelo seu líder máximo. Na verdade o ‘lulopetismo’ neoclientelista ocupou o (mesmo) lugar do velho coronelismo clientelista por meio de um curioso processo de transição eleitoral, baseado na reprodução adaptada dos métodos tradicionais de controle político exercido por gangues ou quadrilhas a serviço dos coronéis, por via da compra de aliados, cabos eleitorais e eleitores e da intimidação criminosa dos opositores (e. g. diversas formas de ‘mensalão’, ‘bolsa-esmola’, quebra de sigilos de cidadãos – inclusive fiscal –, ameaças veladas ao empresariado, golpes como o do falso-dossiê etc. – todas essas, medidas, que fazem parte da estratégia de poder do ‘lulopetismo’, para instaurar uma hegemonia neopopulista de longa duração no país). Por meio de tal processo Lula e o PT estão substituindo aquelas consideradas “forças do atraso”, compostas pelos caciques tradicionais da política regional e local praticada nos grotões do país. Muitas dessas lideranças (como Jader Barbalho, José Sarney e Newton Cardoso) foram preservadas e reabilitadas no interior de uma aliança com Lula, quer dizer, sob o seu comando, enquanto que outras, que não se renderam (como Antonio Carlos Magalhães), estão sendo derrotadas e substituídas por esse novo coronelismo lulopetista.

{Cf. ‘Lulopetismo’, ‘Neoclientelismo’, ‘Mensalão’, ‘Bolsa-esmola’, ‘Neopopulismo’; cf. ainda o artigo [32] “A vitória do novo coronelismo” e também a entrevista concedida por José Arlindo Soares ao jornalista Gabriel Manzano Filho de O Estado de São Paulo, publicada sob o título [33] “Coronelismo não acabou no NE”; cf. ainda a matéria [34] “Espetáculo de crescimento”, de Leonardo Coutinho, sobre Jader Barbalho, publicada na revista Veja}

NEOLIBERALISMO | Espécie de “bicho-papão” inventado pelas chamadas “esquerdas” para justificar a ereção de suas estruturas autocráticas poder, seja para conquistar a chefia de governos e outros cargos estatais, seja para manter em suas mãos, pelo maior tempo possível, os governos e as instâncias públicas conquistados por uma força privada mas que se pretende pública em virtude de seu objetivo (ou discurso) igualitário, supostamente

inclusivo e generoso. O neoliberalismo deixa assim de ser algo abstrato, deixa de ser uma ideologia (o liberalismo de mercado) para passar a ser (construído como) um inimigo concreto, uma força perversa, responsável por todos os males que afligem a humanidade e, em especial, os excluídos, os pobres, os trabalhadores, o seu partido e o seu líder. Curiosamente os petistas qualificam como neoliberais os seus adversários políticos que não o são (como os social-democratas), aliando-se – sobretudo no campo da política macroeconômica – com aqueles que de fato defendem idéias neoliberais, deste conceito fazendo, assim, o mesmo uso instrumental que já fazem das noções de ‘elites’, ‘forças conservadoras’ ou “direita”; quer dizer, todos os que estão na oposição ao governo Lula são, por definição, neoliberais, enquanto que seus aliados – mesmo que sejam, de fato, defensores do liberalismo de mercado – deixam de sê-lo em virtude de estarem prestando um serviço à causa. E essa causa, em termos de idéias, de concepção política, é - evidentemente – a do ‘estatismo-corporativista’. A diferença é que enquanto o ‘neoliberalismo’ não é uma alternativa concreta de poder, nem no Brasil nem em quase nenhum lugar do mundo, nesta primeira década do século 21, o estatismo constitui uma ameaça real, aqui em outros países, em especial da América Latina, que ora estão sendo assolados pela onda neopopulista.

{Cf. ‘Neopopulismo’, ‘Estatismo-corporativista’, ‘Elites’, ‘Forças conservadoras’ e ‘Direita x esquerda’}

NEOPOPULISMO | É a proposta estratégica do ‘lulopetismo’: instaurar no Brasil uma hegemonia neopopulista de longa duração (já que não existe populismo – nenhum tipo de populismo – de curta duração). O ‘neopopulismo’ é um novo tipo de populismo que floresce quando líderes carismáticos e salvacionistas, apoiados por correntes estatistas e corporativistas, se apossam, pela via eleitoral, das instituições da democracia e as corrompem, gerando um ambiente degenerativo que perverte a política, privatiza partidariamente a esfera pública e enfraquece a sociedade civil;

trata-se de uma vertente política de caráter autoritário que convive com a democracia mas que exerce sobre ela uma espécie de parasitismo; ou seja, que usa a democracia contra a democracia para enfrear e reverter o processo de democratização da sociedade, assegurando condições para a permanência por longo tempo de um mesmo líder e do seu grupo no poder. Esse projeto de poder – de Lula e do PT, quer dizer, do ‘lulopetismo’ – não trabalha por fora das instituições e sim por dentro (daí a sua característica de parasitismo da democracia). Enganam-se, portanto, os que acham que vão surpreendê-los mais adiante numa tentativa de golpe de Estado. Sua via principal é a eleitoral. Tudo o que Lula e o PT fizeram tinha (e tem) como objetivo continuar ganhando as eleições, sucessivamente: por um lado, palanquismo-messiânico (do líder que se diz predestinado a salvar os pobres) regado com assistencialismo-clientelista (o ‘neoclientelismo’) e, de outro, conquista dos meios institucionais pela ‘privatização partidária da esfera pública’ e pela alteração da lógica de funcionamento das instituições. Essa é a fórmula do ‘neopopulismo’ lulista.

{Cf. ‘Lulopetismo’, ‘Estatismo-corporativista’, ‘Neoclientelismo’, ‘Privatização partidária da esfera pública’, ‘Degeneração das instituições’, ‘Perversão da política’; cf. também o artigo [35] “Os dez mandamentos do populismo”, de Enrique Krause, e os artigos [36] “O neopopulismo lulista” e [37] “Responsabilidade política”}

"NUNCA ANTES NESTE PAÍS" | Expressão usada pelo presidente da República, *ad nauseam*, para exaltar suas realizações como inéditas, em geral apropriando-se dos feitos de outrem ou, quando não, falsificando dados e urdindo interpretações fantasiosas para dizer que ele – o líder máximo do ‘lulopetismo’ – foi o primeiro, desde Cabral, a enfrentar com sucesso os seculares problemas que afligiam o povo brasileiro. Assim, por exemplo, o falso programa “Fome Zero” (na verdade um *slogan* de marqueteiro) foi apresentado por Lula como “o maior programa social da face da Terra” e o Bolsa Família (uma reunião de programas anteriores de transferência condicionada de renda) é apresentado, depois do fracasso e da

desmoralização do “Fome Zero”, como novidade introduzida por ele, da qual não havia registro histórico, pois que *‘nunca antes neste país’*, secularmente dominado pelas ‘elites’, alguém teve o compromisso com o povo, a competência e a coragem de implementar essa suposta solução milagrosa.

{Cf. ‘Lulopetismo’, ‘Elites’, ‘Eles, que governaram o Brasil desde Cabral’ e ‘Bolsa-esmola’}



PARASITISMO DEMOCRÁTICO

PATRULHAMENTO IDEOLÓGICO

"PEGA LADRÃO!"

PERVERSÃO DA POLÍTICA

POPULARIDADE SEM LEGITIMIDADE

PRIVATIZAÇÃO

PRIVATIZAÇÃO PARTIDÁRIA DA ESFERA PÚBLICA

PT NO GOVERNO

PARASITISMO DEMOCRÁTICO | Processo de degeneração das instituições, próprio do neopopulismo lulista, que vai além do fisiologismo e que ocorre quando se estabelece um tipo de convivência predadora com a democracia baseada na *realpolitik* exacerbada, usando a democracia contra a democracia, para falsificá-la, substituindo as normas que regem o

funcionamento institucional pelos critérios de maioria e minoria e subordinando a estrutura e a “lógica” de funcionamento dessas instituições aos desideratos de uma organização privada que pretende se eternizar no poder.

{Cf. ‘Degeneração das instituições’, ‘Perversão da política’, ‘Fisiologismo no atacado’ e ‘Neopopulismo’; cf. também o artigo de Demétrio Magnoli, intitulado [38] “A queda” e o artigo [39] “Lições de parasitologia”}

PATRULHAMENTO IDEOLÓGICO | Prática herdada pelo PT da experiência organizativa da esquerda, de vigiar seus próprios integrantes e, em alguns casos, os seus aliados, para que não se desviem da “linha correta” e da “opinião verdadeira” (*orto-doxa*). Com o tempo, tal patrulhamento estendeu-se para as áreas de influência do partido, sobretudo instalando-se nas universidades, nas organizações da sociedade e nos ‘movimentos sociais’ e, em certos casos, até mesmo nas redações de jornais (onde se manifesta de forma velada). Com a chegada do PT no governo, o patrulhamento ampliou-se ainda mais, mudando porém o seu caráter original, marcadamente ideológico, para virar uma espécie de patrulhamento político: no primeiro ano do mandato presidencial de Lula, por exemplo, inclusive os funcionários de carreira e os cargos de confiança da administração federal foram submetidos a um regime de controle baseado no binômio vigiar-e-punir.

{Cf. ‘PT no governo’}

"PEGA LADRÃO!" | Por analogia com o conhecido golpe do ladrão que comete o roubo e grita em seguida “ - Pega ladrão!” para poder fugir no meio da confusão, trata-se de uma tática de despistamento, usada sistematicamente pelo ‘PT no governo’, para possibilitar a evasão dos seus membros apanhados em flagrante delito. Quando pressente que vai ser surpreendido praticando um crime, o meliante político petista acusa outra

pessoa ou organização – não raro da oposição – pelo malfeito que cometeu, para poder escapar incólume ou, pelo menos, evitar o flagrante. A expressão denuncia o nível de ‘perversão da política’ a que chegou o ‘PT no governo’.

{Cf. ‘Quadrilha no governo’, ‘Perversão da política’, ‘Banditismo de Estado’ e ‘Gangue política’}

PERVERSÃO DA POLÍTICA | Na ‘Era Lula’ a perversão da política se dá – para além das formas inéditas de ‘corrupção de Estado’ e de ‘banditismo de Estado’ introduzidas pelo ‘PT no governo’ – por meio da transformação da política em uma guerra, com a exacerbação da *realpolitik*. É uma fórmula cômoda para justificar qualquer tipo de insucesso, de erro ou de irregularidade. Se uma ação governamental não funcionou como o previsto, a culpa é dos inimigos, da sua presença não cooperativa ou da herança que deixaram. Se uma falha foi cometida, a culpa é do inimigo, que “puxou o tapete” ou inviabilizou de algum modo a consecução do projeto correto. Se um crime foi perpetrado, a culpa é de quem divulgou o delito. Se Celso Daniel foi assassinado em uma trama que cheira a esquema mafioso, a culpa é dos procuradores do governo do PSDB de São Paulo que quiseram reabrir o caso. Se Waldomiro roubou para si e para o partido, a culpa é de Serra, que supostamente teria mandado investigá-lo. A perversão da política como arte da guerra se baseia na noção, antidemocrática, de que “guerra é guerra”, quer dizer, de que não existe, a rigor, guerra limpa. Assim, numa guerra, sempre suja, justificam-se todos os insucessos e, pior, todos os erros. No limite, pode ser justificado qualquer crime. Trata-se de uma espécie de shimittianização (de Carl Shimitt) da política, que tende a encarar qualquer diferente como inimigo pelo simples fato de ele ser um outro. Ser outro já significa uma ameaça de se constituir como alternativa ao mesmo. Ameaça que, portanto, deve ser combatida, neutralizada ou destruída.

{Cf. ‘Degeneração das instituições’, ‘Banditismo de Estado’, ‘Corrupção de Estado’, ‘Elites’, ‘Eles, que governaram o Brasil desde Cabral’; cf. ainda o artigo de Gustavo Lochpe, [40] “Perversões da democracia”}

POPULARIDADE SEM LEGITIMIDADE | Situação em que se encontra (desde meados de 2005, após o escândalo do ‘mensalão’ e sobretudo depois da confissão do publicitário Duda Mendonça, de que recebeu ilegalmente dinheiro em conta no exterior para fazer a campanha presidencial de 2002), o líder máximo do ‘PT no governo’ – o presidente Lula – o qual detém altos índices de popularidade a despeito de ter perdido a legitimidade para continuar no posto de chefe de governo e de Estado. O ‘eleitoralismo’ oposicionista, entretanto, ao confundir popularidade com legitimidade, foi o principal responsável por essa situação, até certo ponto esdrúxula e paradoxal, da sobrevivência no poder e da reeleição de um líder sem legitimidade nos marcos do Estado de Direito e do regime democrático.

{Cf. ‘Mensalão’, ‘Eleitoralismo’, ‘Colaboracionismo oposicionista’ e ‘Blindagem’; cf. também o artigo [41] “Popularidade não é legitimidade”}

PRIVATIZAÇÃO | Medida que foi demonizada na ‘Era Lula’, em parte como tributo ao ‘estatismo-corporativista’ e, em parte, instrumentalmente, como manobra de uma política pervertida a serviço da reeleição do presidente e da eleição de governadores petistas em 2006. Uma orientação basicamente correta adotada na década anterior, independentemente dos erros de processo que possam ter acontecido, acabou virando, por força da propaganda petista e dos discursos lulistas, um delito, com *status* semelhante, por exemplo, ao dos crimes cometidos pelo ‘PT no governo’. Por um lado, tal manobra mistificadora serviu para disseminar a idéia de que ‘todos fazem a mesma coisa’, quer dizer: se os petistas roubaram, os tucanos privatizaram (o que equivale a um roubo e maior ainda, haja vista os valores envolvidos, como se tais valores tivessem sido embolsados individual ou

partidariamente, seguindo uma estratégia de poder operada de modo centralizado). Por outro lado, a demonização das privatizações fez parte de um jogo sujo, na linha do vale-tudo (ou do “guerra é guerra”), porquanto acusou-se os candidatos opositores em 2006 de pretenderem fazer privatizações de grandes empresas estatais, como o Banco do Brasil, a Petrobrás e alguns bancos estaduais, mesmo sabendo que o mundo e o país vivem em outro período e que tais medidas nunca estiveram em seus planos. A demonização – e a criminalização – das privatizações constitui um eloqüente exemplo da ‘perversão da política’ promovida pelo ‘PT no governo’.

{Cf. ‘Perversão da política’, ‘Todos fazem a mesma coisa’ e ‘PT no governo’}

PRIVATIZAÇÃO PARTIDÁRIA DA ESFERA PÚBLICA | Nova forma política de privatização, introduzida pelo ‘PT no governo’, por meio da qual a estrutura e o funcionamento das instituições públicas são controlados por uma organização partidária, portanto, privada. A ‘privatização da esfera pública’ na ‘Era Lula’ se dá, assim, quer por meio do processo de ‘aparelhamento do governo’ (e de várias instituições estatais, para-estatais e inclusive sociais, de caráter público ou financiadas com recursos públicos) – com a ocupação dos cargos dessas instâncias por militantes e apoiadores do ‘lulopetismo’ –, quer por meio da alteração da “lógica” de funcionamento de tais organizações, que são degeneradas quando seus órgãos deliberativos e diretivos passam a servir como espaços meramente formais, legitimadores de decisões já tomadas em outras instâncias de caráter privado: o ‘PT no governo’ ou o seu comando. A ‘privatização partidária da esfera pública’ é o maior atentado à democracia substantiva, quer dizer, ao processo de democratização da sociedade brasileira, cometido pelo ‘lulopetismo’ e tem como objetivo a criação de um ‘Estado paralelo’ – instrumento principal da implantação da sua estratégia de poder, que visa a instalar no Brasil uma hegemonia neopopulista de longa duração e, com isso, assegurar condições para a

permanência, por muito tempo, de um mesmo líder e do seu grupo privado no poder.

{Cf. ‘Neopopulismo’, ‘Lulopetismo’, ‘Aparelhamento do governo’, ‘Degeneração das instituições’ e ‘Estado paralelo’}

PT NO GOVERNO | Em um primeiro sentido a expressão se refere à terceira fase do PT, a da “maturidade corrupta”, instalada depois que Lula assumiu a presidência da República, em seqüência à primeira fase (1980-1994), a da “infância utópica principista” (na qual começou a impregnação ideológica dos militantes, a partir de 1985 sufocada, entretanto, pela tendência realista, que usava os princípios apenas como roupagem para proteger sua estratégia de poder), e à segunda fase (1995-2002), a da “juventude *realpolitik* sem muitos princípios” (na qual teve início, a partir dos aparelhos sindicais e das prefeituras conquistadas, a montagem profissional do esquema criminoso, quer dizer, da quadrilha que a partir de 2003 ocuparia o governo federal). Nesta terceira fase do PT ainda se notam traços da infância utópica e da juventude realista envergonhada por ter largado certos princípios, mas tem início a deformação em larga escala dos quadros partidários e a ‘perversão da política’ em prol da pura manutenção no poder pelo poder. Em um segundo sentido, não colidente com o primeiro, antes complementar, a expressão se refere ao PT que realmente conta, que decide de fato, ou seja, à tendência Articulação chefiada pelo presidente da República e ao ‘entourage de Lula’, que compõem o núcleo dirigente do ‘lulopetismo’ que comanda o ‘Estado paralelo’.

{Cf. ‘Lulopetismo’, ‘Entourage de Lula’, ‘Perversão da política’ e ‘Estado paralelo’}



QUADRILHA NO GOVERNO

QUADRILHA NO GOVERNO | Caracterizada pelo Procurador Geral da República como ‘sofisticada organização criminoso’, instalou-se no governo federal em 2003, a partir da Presidência da República, uma verdadeira quadrilha para praticar o inédito ‘banditismo de Estado’. A quadrilha em questão se dedica às tarefas de levantar fundos públicos e privados, legais e ilegais, e coordenar as ações, lícitas e ilícitas, de um conjunto de agentes estrategicamente alocados em várias instituições do Estado e da sociedade – em uma espécie de ‘Estado paralelo’ – com o objetivo de criar condições favoráveis à permanência do mesmo líder e do seu grupo privado no poder pelo tempo que for necessário para implantar as bases de uma hegemonia neopopulista de longa duração no Brasil. Tal conjunto de pessoas que se associaram para delinquir muito antes da vitória eleitoral de Lula, não se confunde com o PT e, sim, a partir de 2003, com o comando do chamado ‘PT no governo’ (que, de resto, a partir da posse de Lula na presidência da República, é quem de fato dirige o Partido dos Trabalhadores).

{Cf. ‘Gangue política’, ‘Sofisticada organização criminoso’, ‘Neopopulismo’, ‘Lulopetismo’, ‘PT no governo’; cf. também o artigo de Antônio Fernandes, [42] “A quadrilha é o PT”}



RECURSOS NÃO-CONTABILIZADOS

RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA

REVOLUÇÃO PELA CORRUPÇÃO

RECURSOS NÃO-CONTABILIZADOS | Eufemismo utilizado em meados de 2005 pelo tesoureiro do PT, Delúbio Soares, para designar o caixa 2 de campanha e, pior, para o ‘falso caixa 2 ou caixa 3’.

{Cf. ‘Falso caixa 2 ou caixa 3’}

RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA | Movimento que não houve no Brasil, de modo expressivo ou em volume significativo, durante o primeiro mandato do presidente Lula, mesmo diante da maior enxurrada de escândalos já ocorrida na história do país, em virtude do ‘eleitoralismo’ e do ‘colaboracionismo oposicionista’. O papel de denúncia das inúmeras irregularidades e crimes cometidos pelos integrantes do governo Lula e pela direção do Partido dos Trabalhadores, foi cumprido pelos meios de comunicação e não pelas oposições partidárias. Da mesma forma, os que se dispuseram a resistir à escalada crescente de atentados às leis e à democracia a partir de 2003, foram, em geral, analistas e articulistas de sites independentes e blogs. Até

meados de 2005 contava-se nos dedos o número de cidadãos que assumiram a postura responsável e corajosa de denunciar publicamente os desmandos do governo e do seu partido ou os “mandos” ilegítimos e ilegais dos chefes da ‘quadrilha no governo’. A partir da eclosão do escândalo do ‘mensalão’ aumentaram as vozes críticas, logo abafadas, porém, pela aposta, dos dois maiores partidos da oposição, na ‘loteria do calculismo eleitoreiro’. Para preservar a tranqüilidade do processo eleitoral, onde esperavam, contra todas as evidências, obter algum tipo de vantagem, as oposições passaram então a se dedicar à tarefa de desarmar as poucas e ainda tímidas iniciativas de ‘resistência democrática’ que vez por outra emergiam da sociedade civil, utilizando tapeações e passa-moleques como o “impeachment nas urnas”, subterfúgio especioso e mentiroso, inventado pelos aliados de Geraldo Alckmin e pelo comando da campanha tucana, com o objetivo de desviar do seu alvo – o presidente Lula – a nascente movimentação civil de repulsa ao ‘banditismo de Estado’, visando a carrear tais energias da insatisfação política para engrossar a pífia campanha eleitoral de seu já, praticamente, pré-derrotado candidato. Ao que tudo indica a ‘resistência democrática’, no que depender dessas oposições partidárias, também não ocorrerá no período do segundo mandato de Lula.

{Cf. ‘Eleitoralismo’, ‘Colaboracionismo oposicionista’, ‘Quadrilha no governo’, ‘Mensalão’, ‘Loteria do calculismo eleitoreiro’, ‘Impeachment’ e ‘Banditismo de Estado’; cf. também os artigos [43] “É hora de resistência democrática”, [44] “Previsão sombria” e o [45] “Manual de Dagobah”}

REVOLUÇÃO PELA CORRUPÇÃO | Processo pelo qual o desrespeito pela legalidade, pelo Estado de Direito e pela democracia (dita “burguesa”), que caracterizou as chamadas “esquerdas” nas suas estratégias de derrubada pela força das instituições vigentes, se manteve praticamente intacto, porém trocando a violência revolucionária (inviável nas atuais condições do mundo e do país) pela ‘corrupção altruísta’ (essa sim facilmente praticável, sobretudo se conseguir mimetizar as formas de corrupção já presentes

endemicamente na política tradicional). Assim, a 'revolução pela corrupção' é o modo pelo qual as velhas instituições, supostamente a serviço das 'elites', estão sendo (ou deveriam ser) conquistadas por dentro, num processo de ocupação ou infestação e degeneração, criando condições para a sua substituição futura por novas instituições pretensamente alinhadas com os interesses da maioria da população.

{Cf. 'Corrupção de Estado', 'Corrupção altruísta' e 'Degeneração das instituições'; cf. também o artigo de Ruy Fausto, [46] "As perspectivas da esquerda"}



SÍNDROME DA OPOSIÇÃO RESPONSÁVEL

"SOFISTICADA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA"

SUBORNO DE PARLAMENTARES

SÍNDROME DA OPOSIÇÃO RESPONSÁVEL | Estranha enfermidade que atacou os líderes dos partidos oposicionistas, em especial o PSDB, no primeiro mandato do presidente Lula, que se manifesta como incapacidade de ser e fazer oposição *de facto*, imaginando-se ainda no governo após dele terem sido apeados pelas urnas. Acometidos por essa síndrome, os oposicionistas, tendo perdido o governo, se recusaram a aceitar o fato, mantendo – para todos os efeitos – a pose de governo e protestando-se fiadores da ‘governabilidade’ e responsáveis pelo Brasil e pela condução dos negócios públicos, em grau ainda maior do que os eleitos para tanto. A ‘síndrome da oposição responsável’ debilitou em tal intensidade as oposições partidárias que criou condições para que elas contraíssem outras afecções oportunistas (e o termo é empregado aqui não apenas como figura de retórica), como o ‘eleitoralismo’ e o ‘colaboracionismo oposicionista’. Tudo indica que as oposições partidárias, por falta de convicção do valor da democracia e por falta de inteligência estratégica, ficaram vulneráveis à inoculação, sucumbindo nessa espécie de “guerra biológica”, movida pelo ‘PT no governo’, ao se deixarem contaminar pelo agente infeccioso quando

renunciaram a pensar com sua própria cabeça para pensar com a cabeça do adversário, que utilizou, como vetores da difusão da moléstia, a armadilha da 'governabilidade', a chantagem da insurreição que seria promovida pelos 'movimentos sociais' diante de um 'golpe contra a vontade popular' e a farsa de que popularidade é o mesmo que legitimidade.

{Cf. 'Colaboracionismo oposicionista', 'Eleitoralismo', 'Governabilidade', 'Movimentos sociais', 'Golpe contra a vontade popular' e 'Popularidade sem legitimidade'; cf. ainda o artigo de Antonio Fernandes, [47] "Descalabro petista e compreensivo silêncio peessedebista"}

"SOFISTICADA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA" | Expressão utilizada pelo Procurador Geral da República, Antonio Fernando Barros e Silva de Souza, em sua denúncia, apresentada ao Supremo Tribunal Federal no início do segundo semestre de 2005, contra uma verdadeira quadrilha abrigada no comando do governo, composta por 40 meliantes que se associaram para delinqüir com motivações políticas, subornando parlamentares para comprar apoios capazes de garantir a consecução de um objetivo estratégico, visando a falsificar o processo democrático para reter o poder de Estado nas mãos do mesmo grupo pelo maior tempo possível. Eis as palavras do Procurador Geral da República: *"O conjunto probatório produzido no âmbito do presente inquérito demonstra a existência de uma sofisticada organização criminosa, dividida em setores de atuação, que se estruturou profissionalmente para a prática de crimes como peculato, lavagem de dinheiro, corrupção ativa, gestão fraudulenta, além das mais diversas formas de fraude. A organização criminosa ora denunciada era estruturada em núcleos específicos, cada um colaborando com o todo criminoso em busca de uma forma individualizada de contraprestação. (...) Como dirigentes máximos, tanto do ponto de vista formal quanto material, do Partido dos Trabalhadores, os denunciados, em conluio com outros integrantes do Partido, estabeleceram um engenhoso esquema de desvio de recursos públicos e de empresas estatais e também de concessões de benefícios diretos ou indiretos a particulares em troca de ajuda*

financeira. O objetivo desse núcleo principal era negociar apoio político, pagar dívidas pretéritas do Partido e também custear gastos de campanha e outras despesas do PT e dos seus aliados. Com efeito, todos os graves delitos que serão imputados aos denunciados ao longo da presente peça têm início com a vitória eleitoral de 2002 do Partido dos Trabalhadores no plano nacional e tiveram por objetivo principal, no que concerne ao núcleo integrado por José Dirceu, Delúbio Soares, Sílvio Pereira e José Genoíno, garantir a continuidade do projeto de poder do Partido dos Trabalhadores, mediante a compra de suporte político de outros Partidos Políticos e do financiamento futuro e pretérito (pagamento de dívidas) das suas próprias campanhas eleitorais” (MPF – DENÚNCIA, Inquérito 2.245; pp. 11-12). Na verdade, ao que tudo indica, o Procurador Geral da República denunciou apenas uma parte do esquema de poder do ‘PT no governo’, deixando de lado o imenso ‘Estado paralelo’ que envolve milhares de agentes-militantes alocados em outras instituições do Estado e da sociedade. Conquanto sua denúncia tenha tido o mérito de apontar um dos chefes da quadrilha, o então Chefe da Casa Civil, José Dirceu, ela evitou nomear o Chefe do chefe. A ‘sofisticada organização criminosa’, portanto, é muito mais ampla e sua atuação não se restringiu a praticar o ‘suborno de parlamentares’, envolvendo um sem número de outros delitos, enquadráveis no código penal, mas, além disso, previstos na Constituição Federal, contra os direitos fundamentais dos cidadãos e contra o Estado de Direito e o regime democrático.

{Cf. ‘Suborno de parlamentares’, ‘Mensalão’, ‘Quadrilha no governo’ e ‘Gangue política’}

SUBORNO DE PARLAMENTARES | O mesmo que ‘mensalão’. Em um sentido ampliado, porém, o ‘mensalão’ – em suas diversas formas de compra ilegal de apoios, não necessariamente com regularidade mensal (em alguns casos houve inclusive transferência irregular de dinheiro em espécie com regularidade semanal) – não se restringiu ao ‘suborno de parlamentares’ e sim de uma extensa gama de funcionários públicos (inclusive de membros do

Ministério Público e, talvez, do judiciário) e de dirigentes de outras instituições do Estado e de organizações da sociedade.

{Cf. 'Mensalão', 'Falso caixa 2 ou caixa 3', 'Suborno de parlamentares', 'Sofisticada organização criminosa', 'Corrupção de Estado' e 'Banditismo de Estado'}



“TODOS FAZEM A MESMA COISA”

“TODOS FAZEM A MESMA COISA” | Expressão cunhada pelo ‘PT no governo’ e difundida, sobretudo, pelos ‘criptopetistas ou criptolulistas’ na imprensa e na academia, como uma espécie de “vacina” contra a investigação das irregularidades e crimes cometidos por Lula, por seus auxiliares e pelos dirigentes do seu partido e como parte das táticas de defesa para obter um estranho tipo de absolvição prévia e plenária em virtude do erro alheio. Se ‘todos fazem a mesma coisa’, porquanto a política realmente existente seria assim mesmo, uma atividade suja, então não se poderia querer crucificar Lula e os petistas só porque agora chegou a sua vez de se locupletar, depois das ‘elites – ‘eles, que governaram o Brasil desde Cabral’ – terem feito isso durante séculos a fio. A expressão também serve para transformar uma culpa em desculpa ao inculpar em maior intensidade as ‘elites’, que teriam implantado todos os esquemas ilegais na política, do que os neófitos petistas, que foram surpreendidos e contaminados pelo meio corrupto, sem possuir as armas – dada a sua inexperiência – para se defender. Assim, por exemplo, a culpa dos envolvidos no chamado valerioduto, seria, na verdade, do PSDB, que supostamente inaugurou o esquema ilegal em Minas Gerais; a culpa pela armação do falso-dossiê contra as oposições seria dos Ministros da Saúde do governo FHC, que além de montarem o esquema também armaram uma arapuca para pegar os inocentes auxiliares de Lula, membros do seu *entourage* que, aloprados como são, no dizer do presidente da República, caíram como patinhos na armação Tucana.

{Cf. 'PT no governo', 'Criptopetistas ou criptolulistas', 'Elites', 'Eles, que governaram o Brasil desde Cabral', '*Entourage* de Lula'}



VIGILÂNCIA DEMOCRÁTICA

VIGILÂNCIA DEMOCRÁTICA | Estado de atenção e de fiscalização permanente dos cidadãos com relação às irregularidades, crimes e atentados, cometidos por Lula e pelo PT no governo, contra as leis do país, contra as liberdades fundamentais dos cidadãos, contra o Estado de Direito, as instituições republicanas e o regime democrático. Na verdade a ‘vigilância democrática’ durante o primeiro mandato do presidente Lula foi feita pela imprensa, sobretudo pelos sites independentes e blogs, com mais regularidade e, sobretudo, com mais argúcia, do que pelos partidos oposicionistas mandatados pelas urnas de 2002 para tanto. A atividade de ‘vigilância democrática’ chegou a levantar milhares de questionamentos sobre as ações ilegítimas ou ilegais do governo corrupto de Lula da Silva e do seu partido. Algumas tentativas de reunir tais questionamentos chegaram a elencar centenas de perguntas jamais respondidas pelos (ir)responsáveis que ocupam a chefia do governo e do Estado. A ‘vigilância democrática’ deveria fazer parte da necessária ‘resistência democrática’ que não houve no Brasil durante a primeira fase da ‘Era Lula’ em virtude do ‘eleitoralismo’ e do ‘colaboracionismo oposicionista’.

{Cf. ‘Resistência democrática’, ‘Eleitoralismo’ e ‘Colaboracionismo oposicionista’; cf. também o artigo de Antonio Fernandes *et all*, [48]“A lista da vigilância democrática”, contendo 140 questões sem resposta, propostas pelos leitores do site e-Agora, entre 8 e 24 de fevereiro de 2006}

ARTIGOS RELACIONADOS AOS VERBETES

‘A’ | ARTIGOS RELACIONADOS

=> APARELHAMENTO DO GOVERNO

[01] | Lula cria um cargo público por hora

Antonio Fernandes, www.democracia.org.br (16/04/06 06:50)

O governo Lula criou mais de um cargo público por hora. Sim, façam a conta. Foram 37.543 cargos entre janeiro de 2003 e fevereiro de 2006. Dividindo sucessivamente por 38 meses, por 30 dias e por 24 horas, dá o total de 1,37 cargos por hora, representando uma despesa extra de 625 milhões por ano.

Segundo a Folha de São Paulo deste domingo, em matéria de Fábio Zanini, “o governo federal criou 37.543 cargos públicos no período entre sua posse (janeiro de 2003) e o último mês de fevereiro, o que representa 7,72% sobre o contingente de servidores civis da ativa que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva encontrou quando subiu a rampa do Planalto. Há duas semanas, o governo conseguiu aprovar a medida provisória 269, que cria 4.175 cargos para Defesa, Transporte, Desenvolvimento e Saúde. O aumento da máquina por Lula significa uma despesa extra de R\$ 625 milhões por ano, entre custos com os novos cargos e o preenchimento de postos criados pelo governo anterior, mas que na prática não funcionavam. É mais do que teve a Cultura para investir no ano passado (R\$ 402 milhões)... Logo ao assumir, Lula iniciou um processo de aumento da máquina pública que prossegue até hoje. Dos postos que criou, 2.268 integram o filé mignon da administração federal, os cargos de confiança. São 21.428, um aumento de 11,3%, todos de livre nomeação e freqüentemente preenchidos seguindo critérios de indicação política. Os outros 37.275 exigem concurso público”.

Além de ampliar o aparelhamento e recompensar os aliados nessa espécie de “mensalão funcional ou empregatício”: afinal são quase mil cargos por mês (exatamente 962,64), é claro que o governo conta com esse aumento abusivo da máquina para fazer campanha.

[02] | O aparelhamento da máquina federal no governo Lula

Assessoria Técnica Econômica do PSDB, Nota para debate interno (31/08/06): excertos.

Resumo | O governo Lula aparelhou ou não a administração pública federal? A resposta não passa por uma análise do total da despesa com pessoal da União. É preciso focar no pessoal civil do Executivo e comparar a evolução detalhada de quantitativo e gastos com a folha nos últimos anos, além de atentar para contratações temporárias e de terceirizados. Relatórios oficiais, do próprio governo Lula, indicam que houve um forte aumento justamente nos gastos com pessoal civil ativo e, também com a terceirização da mão de obra. E nunca se teve tantos cargos comissionados e o gasto com eles já atinge volume impressionante. Ironicamente, o espaço para o aparelhamento foi aberto pelo arrocho imposto aos militares e a contenção nos gastos com inativos, sem contar a falta de reajustes gerais para o funcionalismo, o que permitiu que, quando tomado o gasto total com a folha, ficasse escondido todo o efeito do inchaço da máquina pública federal.

(...) Esta nota técnica demonstrará que, se os dados forem analisados com o devido e necessário detalhamento, houve um comportamento explosivo, tanto de contingentes, quanto de gastos, na parcela dos gastos com a máquina pública federal que estaria mais sujeita ao arbítrio do comando do Poder Executivo. É mais uma mentira a tese de que o aumento na admissão de servidores civis foi necessário para compensar a redução da terceirização de mão-de-obra.

Inicialmente analisamos a evolução do quantitativo de servidores, admissões por concurso, caros em comissão e contratação temporária, para depois mostrarmos a evolução das despesas com pessoal da União.

Fontes das informações

(...) Os dados das duas primeiras tabelas desta nota foram levantados a partir de uma apresentação na FIESP, realizada pelo consultor do Senado Federal Gilberto Guerzoni, em julho deste ano. As fontes primárias por ele utilizadas foram: Ministério da Fazenda: Secretaria do Tesouro Nacional – Relatório da Execução Orçamentária do Governo Federal – Estatísticas de Despesas de Pessoal – Execução Orçamentária (www.stn.fazenda.gov.br); Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão: Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – Informativo ComprasNet (www.comprasnet.gov.br); Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão: Secretaria de Recursos Humanos – Boletim Estatístico de Pessoal (www.servidor.gov.br). A divulgação do Boletim Estatístico de Pessoal está atrasada, portanto só estão disponíveis dados até novembro de 2005.

(...) A publicação mais importante do governo federal para conhecimento do estado das artes do funcionalismo público federal teve sua divulgação interrompida ou paralisada... [Trata-se do] Boletim Estatístico de Pessoal... Inexplicavelmente, parou de ser divulgado. O último número mensal disponível é de dezembro de 2005 – ainda assim, com muitos dados até o mês anterior... A biblioteca virtual da Secretaria do Tesouro Nacional [não é transparente]... A falta de transparência das informações sobre pessoal poderia estar associada com o que vem ocorrendo ao longo deste ano eleitoral, quando o número de servidores e contratação temporária já aumentaram significativamente...

Nesta nota o objeto da análise será singelo: comparar a despesa acumulada no penúltimo semestre do governo Lula com a realizada em igual período do governo FHC.

Evolução do quantitativo de servidores

A tabela a seguir apresenta a evolução do número de servidores do Executivo Federal no período pós-Real. A tendência de redução do quantitativo foi interrompida e teve a direção invertida a partir de 2003... Observa-se que o estoque de servidores civis ativos do Poder Executivo passa de 574 mil em 1995 para 461 mil em 2002, uma redução de quase 20%. No governo Lula essa tendência é revertida: as admissões por concurso no Executivo chegam a 16 mil em 2004 e o estoque de servidores civis ativos cresceu 11% em apenas

três anos (2002 a 2005) voltando ao patamar que se encontrava em 1998. Os cargos de confiança aumentaram em 1,2 mil e quase dobraram as contratações temporárias no mesmo período (de 15,6 para 28,6 mil entre 2002 e 2005).

Evolução do volume do funcionalismo – 1995/2005

Número de servidores

	Admissões no Serviço Público Federal por concurso	Servidores Civis Ativos do Poder Executivo da União /1	Servidores Militares Ativos do Poder Executivo	Cargos de Confiança /2	Contratação Temporária
1995	19.675	573.894	320.822	n/a	n/a
1996	9.927	560.662	322.423	n/a	n/a
1997	9.055	536.327	321.448	17.658	n/a
1998	7.815	518.454	277.531	17.236	n/a
1999	2.927	501.571	321.466	16.366	10.868
2000	1.524	491.565	328.087	17.426	12.463
2001	660	463.291	325.987	18.034	12.969
2002	30	461.416	279.313	18.450	15.588
2003	7.220	461.748	321.844	17.609	20.323
2004	16.122	503.762	346.014	19.136	23.594
2005 /3	11.006	513.396	325.328	19.869	28.661
Var. 95-02	-99,85%	-19,60%	-12,94%	n/a	n/a
Var. 02-05	36.586,67%	11,27%	16,47%	7,69%	83,87%

Fonte: Elaboração Própria adaptada de apresentação de Gilberto Guerzoni na Fiesp (10/07/06).

/1 – Exclui Ministério Público, empresas estatais e sociedades de economia mista

/2 – Cargos para DAS e Cargos de Natureza Especial

/3 – Posição em novembro/2005

O forte crescimento do estoque de servidores civis ativos ao longo do atual governo mostra que foram admitidos muito mais servidores do que se aposentaram, revertendo o que vinha sendo feito no governo FHC. Entre 1995 e 2002 foram contratados em média 6,4 mil servidores por ano, pouco acima da metade da média do governo Lula que foi 11,4 mil servidores por ano. Foram autorizadas mais de 80 mil vagas para concurso no total do governo Lula até agosto de 2006. Ano passado, foram ocupadas aproximadamente metade das vagas autorizadas. Em 2004 foram admitidos mais servidores por concurso do que o autorizado (130%). Se neste ano se repetir o que houve em 2005, o estoque de servidores será acrescido de aproximadamente mais 10 mil funcionários concursados. Caso sejam ocupadas o total de vagas autorizadas até agosto, o estoque de servidores ativos seria acrescido em 21,6 mil funcionários. A justificativa do governo para o aumento

na contratação é uma suposta substituição de serviços terceirizados por servidores concursados. O aumento na contratação temporária já é um primeiro sinal de que a justificativa oficial não se comprova, e além disso, a análise das despesas com terceirização apresentada mais adiante mostra que de fato o que o governo afirma não ocorreu.

(...) Além do aumento do ritmo de admissões por concurso no governo Lula, há também um aumento nas admissões por essa forma simplificada [a chamada contratação temporária].

(...) Quanto ao número de cargos de confiança, além do crescimento constatado, é importante qualificar que o estoque, por si só, não dá uma idéia clara do papel dos cargos de confiança, pois não se tem a importância relativa de cada um. Muitos cargos de confiança são apenas uma forma de driblar a realização de concursos em níveis da administração com pouco poder de mando. Desse modo, o número se torna pouco informativo.

Evolução do gasto com a folha salarial federal

A tabela a seguir mostra claramente o aumento da Despesa de Pessoal do Executivo nos últimos anos, em parte conseqüência do incremento já visto do número de servidores. (...) O comportamento tranquilo das despesas com pessoal durante o governo Lula até 2005 se deveu à queda nos gastos com militares e com a Previdência, o que esconde o grande aumento nas despesas com servidores civis do Executivo. Enquanto essas despesas cresceram apenas 3,6% no governo FHC (1995-2002), em apenas 3 anos de governo Lula esse valor aumentou 12,3%. Já a despesa com os militares, principal responsável pelo crescimento da despesa de pessoal entre 1995 e 2002, apresentou uma forte queda durante o governo Lula (- 9,4%), fazendo com que a despesa total aumentasse muito pouco... Pela tabela abaixo observamos ainda que é uma falácia a tese de que o governo Lula aumentou as despesas com pessoal civil para compensar a redução nas terceirizações. Embora a despesa com terceirizados tenha crescido bem menos durante o governo atual do que no passado, este resultado deve-se somente a uma redução nessas despesas em 2003. A partir de então, os gastos com terceirização só aumentaram, especialmente em 2005, ficando já pouco acima do que era em 2002.

**Evolução dos gastos com o funcionalismo no Poder Executivo –
1995/2005 ¹**

em R\$ mil constantes de 2005 (IPCA)

	Despesa Total	Despesa com Pessoal Civil	Despesa com Pessoal Militar	Despesa com Pessoal Civil Ativo	Despesa de Custeio da União com Terceirização ³
	(A = B + C)	(B)	(C)	(D)	(E)
1995	61.230.077	44.101.532	17.128.545	24.542.235	8.774.220
1996	60.399.499	43.560.831	16.838.669	23.945.411	9.049.345
1997	61.299.073	43.998.284	17.300.789	24.092.434	9.058.873
1998	63.417.346	42.724.182	20.693.165	21.290.548	8.568.198
1999	63.081.463	44.676.944	18.404.519	23.251.500	8.724.005
2000	66.997.497	46.491.142	20.506.355	24.951.660	9.007.042
2001	69.249.285	45.121.430	24.127.855	24.596.990	10.236.089
2002	70.482.791	45.684.842	24.797.949	24.943.254	10.528.421
2003	69.696.844	46.868.998	22.827.847	23.950.856	8.698.435
2004	73.307.218	51.514.363	21.792.855	27.748.275	9.466.423
2005 ²	73.755.400	51.287.600	22.467.800	27.466.300	10.644.652
Var. 95-02	15,1%	3,6%	44,8%	1,6%	20,0%
Var. 02-05	4,6%	12,3%	-9,4%	10,1%	1,1%

Fonte: Elaboração Própria(FC), adaptada de apresentação de Gilberto Guerzoni na Fiesp (10/07/06). Deflator: IPCA.

1 – Não inclui Ministério Público nem empresas estatais dependentes do Tesouro.

2- Valores de janeiro até novembro

3- Inclui Locação de Mão-de-obra; Serviços pessoa jurídica e pessoa física; e Consultorias (Informativo ComprasNet)

Gasto comparado entre primeiro semestre de 2002 e 2006

Evolução recente da despesa com pessoal da União: Primeiro semestre de 2002/ 2006

em R\$ mil constantes do primeiro semestre de 2006 (IPCA)/1

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS DA UNIAO POR ELEMENTO DE DESPESA E POR TIPO DE ADMINISTRAÇÃO - R\$ Milhares

EXECUÇÃO	1º Sem de 2002		1º Sem de 2006		Diferença 2002/2006		
	TOTAL	% do TOTAL	TOTAL	% do TOTAL	Cresc.	R\$ de 2006	% Var.
APLICAÇÃO DIRETA	46.833.365	100,00%	53.064.447	100,00%	13,30%	6.231.082	100,00%
Pessoal Civil	32.331.219	69,03%	40.191.768	75,74%	24,31%	7.860.549	126,15%
Vencimentos e Vantagens Fixas	15.030.112	32,09%	17.800.312	33,54%	18,43%	2.770.200	44,46%
Sem cargos	15.030.112	32,09%	11.624.191	21,91%	n/a	n/a	n/a
Cargos em Comissão	n/a	0,00%	6.176.121	11,64%	n/a	n/a	n/a
Aposentadoria e Pensões	12.104.099	25,85%	13.965.817	26,32%	15,38%	1.861.718	29,88%
Aposentadoria	8.729.894	18,64%	9.695.173	18,27%	11,06%	965.279	15,49%
Pensões	3.374.205	7,20%	4.270.644	8,05%	26,57%	896.439	14,39%
Obrigações Patronais	1.684.590	3,60%	3.322.883	6,26%	97,25%	1.638.293	26,29%
Outras Despesas 2/	3.512.418	7,50%	5.102.756	9,62%	45,28%	1.590.338	25,52%
Pessoal Militar	14.502.146	30,97%	12.872.679	24,26%	-11,24%	(1.629.467)	-26,15%
Vencimentos e Vantagens Fixas	4.523.174	9,66%	4.479.520	8,44%	-0,97%	(43.654)	-0,70%
Reformas e Pensões	8.891.952	18,99%	7.915.674	14,92%	-10,98%	(976.278)	-15,67%
Obrigações Patronais	44.992	0,10%	68.091	0,13%	51,34%	23.099	0,37%
Outras Despesas 2/	1.042.028	2,22%	409.394	0,77%	-60,71%	(632.634)	-10,15%

(-) Despesas Atípicas	3.709.952	7,92%	4.478.703	8,44%	20,72%	768.751	12,34%
Sentenças Judiciais	1.189.332	2,54%	3.561.436	6,71%	199,45%	2.372.104	38,07%
Indenização por Demissão	126.419	0,27%	23.947	0,05%	-81,06%	(102.472)	-1,64%
Desp. Exercícios Anteriores	2.394.201	5,11%	893.320	1,68%	-62,69%	(1.500.881)	-24,09%
Despesas Normais	43.123.413	92,08%	48.585.744	91,56%	12,67%	5.462.331	87,66%
(-) Inativos	20.996.051	44,83%	21.881.491	41,24%	4,22%	885.440	14,21%
Despesas com Ativos	22.127.362	47,25%	26.704.253	50,32%	20,68%	4.576.891	73,45%
Obrigações Patronais	1.729.582	3,69%	3.390.974	6,39%	96,06%	1.661.392	26,66%
Vencimentos e Outros	20.397.780	43,55%	23.313.279	43,93%	14,29%	2.915.499	46,79%

Fonte: Siafi - STN/CONT/GEINC

1/Deflacionado pelo IPCA. Multiplicador utilizado: 1,3926

2/"Outras Despesas" compõem-se de: Outros Benefícios Assistenciais; Salário Família; Sentenças Judiciais; Despesas de Exercícios Anteriores; Indenizações Trabalhistas; Depósitos Compulsórios; Contrato por Tempo Determinado; Outras Desp. Pessoal Dec. Contratos Terceirização; Ressarcimento de Despesa de Pessoal Requisitado; Outras Despesas Variáveis; Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência; e Outras Aplicações

Para complementar o que foi visto até aqui sobre o aparelhamento da máquina pública no atual governo, mostramos através de outra tabela, apresentada a seguir, uma análise mais detalhada da despesa de pessoal. A fonte primária das informações é a STN do MINIFAZ e os dados fazem parte da divulgação realizada para atender as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. É feita uma comparação dessas despesas no penúltimo semestre

do governo Lula (janeiro a junho de 2006) com o penúltimo semestre do governo FHC (janeiro a junho de 2002), a preços do primeiro semestre de 2006 (IPCA). Durante o governo Lula, a execução direta das despesas de pessoal da União registrou um crescimento de 13,3% entre os primeiros semestres de 2002 e 2006, em termos reais.

Como já havia sido antecipado, é possível verificar que esse crescimento foi puxado por um incremento brutal nos gastos com pessoal civil: 24,3%. Por outro lado, as despesas com militares apresentaram queda de 11,2%, amenizando o aumento dos servidores civis. Também foi baixo o crescimento da despesa com inativos (4,2%).

Computado o total dos servidores em atividade (descontadas as despesas atípicas, como indenizações judiciais, demissões de exercício anteriores), é verificado um aumento real de gasto ainda muito elevado: 20% entre os dois semestres analisados...

(...) Analisando os mesmos dados como proporção do PIB, temos uma noção mais clara do que ocorre com cada segmento. Enquanto a despesa com pessoal civil aumenta 0,38% do PIB entre os primeiros semestres de 2002 a 2006, o gasto com militar cai 0,35% do PIB, fazendo com que a despesa total suba somente 0,03% do PIB. Dividindo a despesa segundo ativos e inativos observamos um movimento análogo...

EXECUÇÃO Janeiro-Junho	2002	2006	2002 x 2006
	% PIB	% PIB	Var. % do PIB
APLICAÇÃO DIRETA	5,33%	5,36%	0,03%
Pessoal Civil	3,68%	4,06%	0,38%
Pessoal Militar	1,65%	1,30%	-0,35%
Despesas Normais	4,91%	4,91%	0,00%
(-) Inativos	2,39%	2,21%	-0,18%
Despesas com Ativos	2,52%	2,70%	0,18%
Obrigações Patronais	0,20%	0,34%	0,15%
Vencimentos e Outros	2,32%	2,36%	0,04%

Elaboração própria. Fontes primárias: Siafi - STN/CCONT/GEINC, Banco Central (PIB mensal)

Deflacionado pelo IPCA. Multiplicador utilizado: 1,3926

(...) A conclusão equivocada que alguns analistas chegaram, a de que não houve nenhum tipo de aparelhamento no governo Lula, deve-se a uma análise apenas dos dados agregados de despesa com pessoal. É preciso isolar os segmentos onde não houve aparelhamento, como inativos e militares, para observar o forte aumento na despesa com pessoal civil ativo.

Além disso, chama-se atenção para a despesa com cargos comissionados em pessoal civil. Não há tal abertura de gasto para o primeiro semestre de 2002, logo, a avaliação deve se limitar a mostrar sua importância relativa em 2006 – e é impressionante quanto pesa. Em apenas um semestre deste ano, a despesa com vencimentos de quem tem cargo no governo federal supera os R\$ 6 bilhões e equivale a mais da metade do que se gasta com pessoal sem cargos, além de superar em cerca de 50% tudo que se gasta com os militares em atividade.

Destaca-se, por último, o aumento do item “outras despesas”, incluído nos gastos com pessoal civil e que teve um crescimento real de 45%. Aí estão incluídas despesas com contratação temporária e serviços terceirizados, desfazendo mais uma vez o argumento de que a maior contratação de servidores civis era compensada por uma redução na terceirização. (...)

Observações finais

Fica claro, por mais de uma fonte estatística, que houve um aumento acelerado nos gastos com pessoal civil e em atividade, sem que tenha caído os gastos com terceirização (ou seja, não houve a alegada substituição de pessoal de terceiros por servidores próprios). E, dentro do pessoal civil, é muito elevado o gasto com vencimentos de pessoal em funções e cargos comissionados.

A parcela do funcionalismo que potencialmente estaria sujeita a um aparelhamento da máquina pública federal apresenta indicadores quantitativos de pessoal e, sobretudo, crescimento de gastos bastante expressivos durante o governo Lula (...)

[03] Relação dos 974 Contribuintes do PT em cargos de confiança do Poder Executivo

Site do Partido dos Trabalhadores, www.pt.org.br (03/05/06)

Relação dos 974 Contribuintes do SACE - Sistema de Arrecadação Estatutária em cargos de confiança do Poder Executivo que estão em dia com as contribuições partidárias. [**Nota do autor** – Evidentemente o aparelhamento vai muito além dessa relação, contendo, além dos petistas que não contribuem e os que estão em atraso com o seu “dízimo”, os seguidores e

apoiadores do lulopetismo que não são formalmente filiados ao PT. Não entram aqui, igualmente, as empresas estatais (não se vê, por exemplo, o nome de José Sergio Gabrielli e de outros tantos militantes “plantados” na Petrobrás, no Banco do Brasil, na CEF, na Eletrobrás etc. etc. e isso para não falar de entidades para-estatais-corporativas, como os fundos de pensão). Ademais, na lista abaixo faltam muitos nomes estratégicos, provavelmente porque não devem aparecer mesmo, em virtude de seu papel, como dizer?, clandestino?, na articulação e condução do ‘Estado paralelo’. Mesmo assim, um estudo acurado da lista abaixo pode revelar muita coisa; no mínimo desvela compreensão aparelhista, pois que nela figuram – como detentores de cargos de confiança do Poder Executivo – dirigentes de organizações estatais que não pertencem ao Executivo e, inclusive, de organizações da sociedade que deveriam ser independentes do governo, como o SEBRAE e o SENAI; cf., por exemplo, Paulo Okamoto e Jair Meneghelli].

Cf.

http://www.pt.org.br/site/secretarias_def/secretarias_int.asp?cod=5477&cod_sis=19&cat=166

‘B’ | ARTIGOS RELACIONADOS

=> BOLSA-ESMOLA

[04] É preciso superar os limites

Floriano Pesaro, Folha de São Paulo (28/10/06)

O BRASIL completa 11 anos de programas de transferência condicionada de renda (os PTCs). O momento é mais que oportuno para revermos a história, tirarmos lições das conquistas municipais e aceitarmos os limites dos programas amparados só na distribuição de dinheiro e na cobrança de contrapartidas, que têm hoje no Bolsa Família, carro-chefe da política social do governo Lula, sua maior representação.

Antes de mais nada, vale refletirmos sobre questões simples: se o benefício financeiro for retirado das famílias, o que resta? Voltariam elas à condição original de pobreza? O que é preciso oferecer a mais para tornar o benefício, no futuro, dispensável?

Ao examinar o Bolsa Família, a resposta é clara. Ele não opera melhorias efetivas na qualidade de vida das famílias beneficiárias, é incapaz de controlar efetivamente o cumprimento das condicionalidades e não apresenta metas nem incentivos à melhoria da qualidade da oferta de serviços públicos, sobretudo educação e saúde.

Vale lembrar que, com a democratização e a nova Constituição, começa um ciclo virtuoso de reformas na estrutura do sistema de proteção social brasileiro, com a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social e a

universalização da educação e da saúde (SUS), desaguando, em meados dos anos 90, nos primeiros PTCs.

Eles inovaram ao atrelar a distribuição de dinheiro às famílias mais pobres ao incentivo para que seus membros elevassem sua capacidade de acumular capital humano, por meio da cobrança de condicionalidades -frequência escolar, acompanhamento da saúde e participação em ações de educação alimentar.

Entre os primeiros programas, vale destacar o programa de Renda Mínima (Prefeitura de Campinas, 1995) e o Bolsa Familiar para a Educação (Distrito Federal, 1995), que levaram à criação de programas nacionais, como o Renda Mínima (1998) e o Bolsa-Escola (2001). Em 2003, surge o Bolsa Família, com o objetivo de unificar quatro programas já existentes -Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Auxílio-Gás (iniciados no governo FHC) e Cartão-Alimentação (iniciado no governo Lula)- sob o famigerado Fome Zero. Ele não difere absolutamente em nada dos programas anteriores.

Para avançarmos na direção correta do combate à pobreza, urge melhorarmos o Bolsa Família, alterando seus elementos estruturais de acordo com alguns novos princípios.

A pobreza passa a ser vista não só como um hiato de renda mas também como resultado de uma multiplicidade de fatores, incluindo aspectos econômicos, sociais, humanos e ambientais, sendo substituída pelo conceito de vulnerabilidade social. Na seleção das famílias atendidas, soma-se à baixa renda outros critérios, como famílias com muitos filhos e chefiadas por mulheres sozinhas e com baixo nível escolar, sem acesso a programas sociais e que moram em locais com difícil acesso a serviços públicos governamentais e não governamentais.

Qualquer programa que se preze precisa promover o desenvolvimento humano sustentável, com expansão da renda e do emprego. Para ser

possível, as ações devem se dar no local em que as famílias vivem e ter a participação de toda a comunidade. Não é mais possível pensar o desenvolvimento se ele não for comunitário.

Sendo assim, além de atuar no núcleo familiar, articulando o benefício financeiro ao atendimento socioeducativo, garantindo às famílias prioridade em uma série de serviços e benefícios, os programas devem estimular o convívio social no bairro e fortalecer laços comunitários. E é importante considerar que, muitas vezes, famílias e comunidades não carecem de serviços, mas, acima de tudo, de articulação em rede e incentivo para que desenvolvam suas potencialidades.

Por fim, é vital construir parcerias entre indivíduos, governo e sociedade civil. Todos devem assumir responsabilidades. Os gestores têm o desafio de promover uma ágil articulação intra e entre níveis governamentais, para eliminar superposição de tarefas, otimizar recursos e gerar resultados de cooperação. Só com uma rede integrada e transversal que, além de transferir renda, garanta acesso ao microcrédito, qualificação profissional e diversos programas e benefícios governamentais e não-governamentais, é possível garantir uma real política de direitos e construir a porta de saída para a exclusão social.

FLORIANO PESARO, 38, sociólogo, é secretário Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo. Foi secretário nacional do Bolsa-Escola.

[05] Tecnologia social e pobreza

Augusto de Franco, 'Carta Rede Social 122', www.augustodefranco.com.br
(12/10/06)

O enfrentamento do fenômeno complexo da pobreza – que não pode ser reduzido apenas à insuficiência de renda, como se acredita – exige tecnologias sociais mais apropriadas.

Querer enfrentar a pobreza – que, no fundo, revela uma insuficiência de desenvolvimento – apenas com programas assistencialistas e clientelistas de oferta estatal de recursos, é uma orientação inútil e, mais do que isso, perigosa.

A superação da pobreza como insuficiência de desenvolvimento exige, para além da distribuição de renda, a distribuição de riqueza, de conhecimento e de poder. Exige, portanto, estímulo ao empreendedorismo individual e coletivo, fortalecimento do protagonismo das populações, promoção do voluntariado na consecução de ações de interesse público e participação política dos cidadãos em um novo modelo de governança solidária.

Além disso, é inútil esperar que a renda seja distribuída mais eqüitativamente, enquanto essas outras variáveis do desenvolvimento – como a riqueza (a propriedade produtiva ou o capital empresarial), o conhecimento (o capital humano) e o poder (o empoderamento ou o capital social) – permanecerem concentradas. O único lugar em que a renda se distribui facilmente é no palanque.

Mesmo que haja um surto de crescimento econômico, isso não significa que a renda será distribuída a ponto de reverter significativamente a desigualdade de renda. E mesmo que lográssemos diminuir a desigualdade de renda, isso também não significaria que a desigualdade social diminuísse, como reflexo, na mesma proporção.

O problema não está propriamente no mal-funcionamento da “máquina econômica” (de certo modo um modelo abstrato inventado pelo pensamento econômico) e sim na sociedade. É o modo como a sociedade “funciona”, como as pessoas vivem e convivem, que pode encorajá-las ou desencorajá-las a superar a pobreza. Não se pode encontrar uma solução adequada para o problema nem a partir de uma suposta fórmula econômica milagrosa de crescimento sustentado a altas taxas durante um tempo suficiente para transbordar para a sociedade (o que, de resto, não existe mesmo), nem a partir do simplismo da distribuição governamental direta de recursos (distribuída dessa forma, a renda tenderá a se reconcentrar, enquanto as outras variáveis não forem incrementadas). Renda nas mãos de pessoas sem conhecimento e sem empoderamento suficiente para gerar mais renda, pode, no máximo, aquecer o consumo local, mas não conseguirá promover a emancipação dos pobres da sua condição de beneficiários passivos e permanentes de programas assistenciais governamentais. Estaremos, com isso, aumentando o número de pensionistas do Estado ao invés de constituindo novos atores, livres e empreendedores.

É por isso que se constata que a imensa maioria dos programas de combate à pobreza alimenta a pobreza, se alimenta da pobreza e, portanto, mantém a pobreza.

A equação do desenvolvimento, relacionando todas essas variáveis em arranjos complexos, exige soluções mais complexas. Encontrar essas soluções requer investimento nesses diversos tipos de recursos para o desenvolvimento.

Ora, tudo isso exige tecnologias sociais mais elaboradas do que simplesmente panfletar dinheiro entre os mais pobres.

Não há nenhuma novidade aqui. Já foi dito por Amartya Sen, prêmio Nobel de economia, há sete anos. Também venho dizendo isso desde o final da

década passada, desde que publiquei o livro “Além da renda: a pobreza brasileira como insuficiência de desenvolvimento” (2000).

As tecnologias sociais capazes de efetividade nesse quadro complexo, são tecnologias de investimento em capital humano e em capital social. Já percorremos um caminho de aprendizado sobre a elaboração e a aplicação desse tipo de tecnologia nos últimos dez anos, ao compreender que a raiz do problema está na rede social, na sua morfologia e na sua dinâmica, no modo como os fluxos percorrem os caminhos entre pessoas, comunidades e organizações. Já aprendemos que o Estado, sozinho, não será capaz de desenvolver tais tecnologias e nem terá, igualmente, condições de aplicá-la sem efetuar parcerias com o mercado e com a sociedade civil.

Isso tudo, que parece hoje tão óbvio, ainda não foi percebido pelos atuais governantes brasileiros, que resolveram reinventar a roda ou inventar o cinema-mudo, voltando a uma geração de políticas sociais que foi predominante nas décadas de 1970-1980. Uma época na qual os *policymakers* ainda não tinham consciência da existência das redes sociais e na qual ainda se conhecia muito pouco de sua fenomenologia. Uma época em que nem se cogitava de tecnologia social enquanto modo – essencialmente político – de operar na rede social.

Desde Jane Jacobs, no final dos anos 50 do século passado, sabemos que rede social é a mesma coisa que capital social. Desde o início da década de 1990, sabemos que capital social é um recurso público (embora não-estatal) para o desenvolvimento. Desde o final do século 20, sabemos que, pelas suas características ambientais (no sentido do ambiente social e não no sentido do ambiente natural), o capital social é a principal variável a ser modificada se quisermos superar a pobreza como o que de fato ela é: insuficiência de desenvolvimento.

Já existe um volume considerável de pesquisa teórica sobre o tema. Já existem milhares de experiências práticas de investimento em capital social.

No entanto, desgrazadamente, ainda existe gente no Brasil, com poder de decidir, que persiste ignorando tais inovações, desprezando a inteligência humana e apostando na burrice.

‘C’ | ARTIGOS RELACIONADOS

=> COLABORACIONISMO OPOSICIONISTA

[06] Renúncia, vacilação, leniência, conivência: a trajetória colaboracionista das oposições partidárias no Brasil da ‘Era Lula’

Augusto de Franco, www.democracia.org.br (20/11/06)

1 – No início o PSDB e o PFL não cogitavam para valer disputar em 2006. Achavam que Lula era imbatível. Queriam, portanto, ficar numa posição cômoda, pró-colaboracionista, lançando bases para 2010.

2 – No início, ainda, os tucanos e os pefelistas não viram o perigo do governo Lula para a democracia (independentemente de quaisquer escândalos, malfeitos e crimes, que não haviam até então aparecido). Não tinham a menor noção de quem era Lula e nem do que era o PT.

3 – Em seguida o PSDB e o PFL afinal concluíram que não podiam deixar de fazer oposição diante dos fatos gravíssimos que chegaram ao conhecimento do público. Foram, de certo modo, constrangidos a exercer esse papel, não porque tivessem analisado com competência a ameaça que pairava sobre o país, mas por medo de ficar mal com a opinião pública. Agiram reativamente e sempre de modo meio vacilante, sem muita certeza do que estavam fazendo, temerosos de estar avançando demais, talvez, quem sabe, todavia...

4 – Da vacilação passaram à leniência quando o escândalo surgiu e a única saída política consistente era interpelar o presidente da República, cobrando a sua responsabilidade pelo maior esquema de corrupção e de privatização partidária do Estado já ocorrido em toda a nossa história e, ao invés de terem

a coragem de assumir um papel que só os partidos de oposição podiam cumprir, pisaram no freio, recuaram, desconversaram e contribuíram para manter Lula no poder sem exigir que ele mudasse de comportamento.

5 – Para justificar tamanho recuo, elaboraram a “teoria” de que Lula seria certamente punido nas urnas, de que isso era até preferível, de que, diante desse desfecho garantido a ‘correção eleitoral’ seria a saída mais democrática e menos traumática para o Brasil, trocando a reverência e a obediência às leis e o respeito pelo Estado de direito pela aposta eleitoral.

6 – Alertados – por dezenas de analistas políticos, durante meses a fio – para os perigos de jogar os destinos do país na loteria do calculismo eleitoreiro, não se abalaram. Fingiram que não estavam lendo ou ouvindo nada. Não se deram nem ao trabalho de tentar rebater os argumentos que evidenciavam o seu erro crasso. Trocaram a análise política pela avaliação de marqueteiros.

7 – Não satisfeitos com o recuo que garantiu sobrevivência à Lula e permitiu a sua recuperação (foi como se lançassem uma bóia para o naufrago poder chegar incólume à margem, quer dizer, ao palanque de 2006), ainda fizeram um certo corpo mole para dar prosseguimento às investigações. Movidos por grandes e pequenos interesses, fizeram acordos com o governo nas CPIs, demoraram demais para tomar uma atitude contra o seu próprio presidente, Eduardo Azeredo, assumindo um desgaste irreparável, acataram calados chantagens inaceitáveis do PT e foram coniventes com manobras protelatórias. Enfim, pensavam (e até diziam): *“Chova ou faça sol, vamos passar por cima disso tudo e vencer no final”*. (Por justiça é preciso reconhecer que um contingente de parlamentares e militantes do PSDB e do PFL continuaram investindo nas apurações com afinco, mas o sinal que vinha do comando, dos caciques, era fraco, sempre de prudência: *“Calma que o Brasil é nosso!”*, *“Não vamos colocar a perder tudo agora, dando pretexto ao PT para polarizar conosco, a vitória está garantida”*, *“Eldorado está logo ali à frente, em outubro de 2006”*).

8 – Nos meses finais de 2005, Lula – ajudado pelas oposições –, se recuperou, porém mais rapidamente do que se imaginava. Preocupados com tal crescimento, só para eles inusitado, começaram a esboçar um certo vigor oposicionista. Deram para reagir com mais contundência às tentativas do governo de implodir as CPIs. Os candidatos do PSDB – até para marcar pontos na disputa interna – passaram a criticar o governo com mais frequência. Mas já era meio tarde.

9 – No início de 2006 já havia ficado claro que, rigorosamente falando, matematicamente falando, não havia porto seguro algum à frente. Sim, Lula poderia vencer as eleições. Se continuasse se recuperando ao ritmo verificado nos primeiros dias do ano de 2006, o mais provável é que vencesse.

10 – Mesmo assim, os dois principais partidos oposicionistas não enfrentaram para valer a luta política, aguardando o início do horário eleitoral durante 8 meses, período no qual Lula, disputando sozinho, praticamente dobrou as suas intenções de voto, pulando, na chamada pré-campanha, segundo o Instituto DataFolha, de um patamar de 33% (no início do ano), para 41% (em março), para 43% (em maio), para 46% (em junho), para 44% (em julho) e para 49% (em agosto).

[07] Se merecem

Gustavo Loschpe, Folha de São Paulo (22/08/06)

Se o Brasil fosse um país sério, Lula não estaria ainda no cargo. Se estivesse, não se recandidataria. E, recandidatando-se, não estaria liderando as pesquisas. É difícil de entender como um governo e um partido que estiveram envolvidos em tantos e tão fantásticos escândalos, que tiveram seus dois homens-fortes apeados do poder e indiciados, que tiveram sua turma chamada de "quadrilha" pelo procurador-geral que eles mesmos

indicaram possa passar incólume. É uma chance para profunda introspecção e auto-análise da sociedade brasileira. O que o sucesso eleitoral da quadrilha diz a nosso respeito?

A responsabilidade, porém, não deve ser dividida de forma equânime. A falência mais inacreditável foi a da oposição. Se a inércia da sociedade surpreende, a inação da oposição espanta. Pois se o nosso mutismo vai contra o espírito público que se espera dos cidadãos de uma democracia, o deles vai contra seus próprios ganhos privados, seu próprio interesse político-eleitoral.

Por que tivemos uma oposição tão situacionista?

Por várias razões. Uma parte é certamente inépcia, de acreditar que os escândalos fariam o estrago por si só. Esperar que um governo com um Orçamento de R\$ 1,6 trilhão por ano deite em berço esplêndido e resigne-se com sua própria morte é de um otimismo que nem Freud explica. Outra parte é simplesmente fraqueza. "As elite" do Brasil vêm apanhando retoricamente há tanto tempo que parecem não ter tido coragem de aplicar a lei a um governo dito popular. Compraram a tese de que a conspiração da quadrilha era, em realidade, uma conspiração da direita. E nisso esfolaram a democracia. A essência da democracia não é o voto. É a criação de um arranjo institucional que garanta liberdade e isonomia perante a lei a todos. O respeito a essas instituições vem antes do apego ao voto. É fácil ser democrata chutando cachorro morto. A prova de força de um sistema vem justamente quando ele precisa se deparar com um transgressor poderoso - quer seja o seu poder popular, econômico ou midiático.

E, nessa prova, a oposição conduziu a democracia brasileira à derrota. Substituíram a justiça pela vitória nas urnas. Ao que tudo indica, não terão uma coisa nem outra.

E assim o fazem porque seu apreço pela democracia é tático. Subjugam-no ao cálculo político do momento. Suas omissões não são tão graves quanto as comissões dos que estão no poder, mas confirmam no eleitor a impressão de que os políticos só advogam em benefício próprio.

Assim, reforçam a mais nefasta das conclusões que pode se abater sobre uma pólis: a de que todos são iguais e ninguém presta, e que, portanto, o engajamento político de cada cidadão é totalmente irrelevante.

Se os capitães da nau abandonam o barco na tempestade, o que esperar dos marujos?

[08] O gene colaboracionista

Augusto de Franco, e-Agora (29/01/06 09:04)

Ontem, sábado a noite, assisti no Cinemax (www.cinemax-br.tv) o filme *Bon Voyage*, excelente romance francês, dirigido em 2004 por Jean-Paul Rappeneau, com Gerard Depardieu e Isabelle Adjani. A Segunda Guerra Mundial está em curso. Os alemães estão prestes a tomar Paris, no início dos anos 40. Parte da elite parisiense se desloca desordenadamente para Bordeaux. No salão do hotel, lotado, as damas e os cavalheiros conversam, como se estivessem num evento social. O ministério francês também está lá reunido, negociando um armistício. Em nome dos interesses nacionais – é claro! – a decisão do governo foi na linha colaboracionista. Os demais circunstâncias não dão mostras de grandes preocupações com a França, mas, apenas, com seus próprios interesses e com as suas vidinhas. Não sendo políticos, não precisam disfarçar, com argumentos de Estado, sua vontade de colaborar para que tudo seja logo resolvido. As mulheres conversam entre si dizendo que vão voltar a Paris logo após o acordo (uma espécie de “acordão”). “ – Mas com os nazistas lá?”, alguém pergunta. “ – Qual é o problema?”, outra responde. “ – Você vai ver, vai tudo se arranjar, a gente

vai se acostumar...” Desculpem, meus amigos do PSDB, as situações são muito diferentes - é claro! - mas não consegui deixar de fazer um paralelo entre aquela conversa das damas parisienses e o comportamento dos tucanos neste Brasil dos anos Lula.

=> CORRUPÇÃO ALTRUISTA

[09] Corrupção “altruísta”?

Antonio Fernandes, e-Agora (23/02/04 12:30)

Todo governo tem corrupção. Seria hipócrita querer dizer, diante dos casos dos alegados envolvimento ilegais do PT com jogos, com lixo ou com outros prestadores de serviços – seja nos governos do Rio Grande do Sul, do Mato Grosso do Sul, em Santo André ou no mais recente escândalo da Casa Civil da Presidência da República – que o governo Lula introduziu a corrupção na política brasileira. Não. Nisso o PT também nada inovou.

Ou melhor, quase nada. Pois que há uma diferença importante entre a corrupção “normal”, praticada por uma parcela da chamada “classe política”, fora ou dentro do aparelho de Estado, e a corrupção que se suspeita vem sendo praticada pelo PT. E a diferença é a seguinte: a suposta corrupção petista é – em geral – feita em nome de uma causa, é coletiva e é, portanto, se as suspeitas se confirmarem e se assim for possível dizer, uma corrupção “altruísta”.

A corrupção tradicional era movida por interesses basicamente egoístas. Eram indivíduos que, agindo isoladamente ou se associando a outros para delinquir, a praticavam onde quer que houvesse uma oportunidade. Na suposta corrupção petista, se comprovada, os indivíduos são agentes de um propósito orgânico. Não são, salvo exceções (como a de Waldomiro, pedindo

1% para si, egoisticamente – e é isso, mais do que o delito em si, que deve estar torturando as consciências petistas), delinqüentes individuais, malfeitores, ladrões, bandidos.

Uma evidência disso, desse sacrifício que o coletivo impõe a indivíduos que não têm história nem vocação para a gatunagem, é o fato de que a alegada corrupção petista é uniforme nos seus procedimentos e nos seus objetos: jogos (loteria, bingo, bicho) e lixo. Supostamente alguém descobriu a fórmula e, ao invés de guardá-la só para si e para os seus amigos, socializou-a com o partido. Assim é que aparecem um Diógenes ou, segundo acusa o filho de Brizola, uma Emília Fernandes (no Rio Grande do Sul) e os mesmos “empresários de jogos” (em Mato Grosso do Sul ou no Rio de Janeiro). Ou, então, salvo muita coincidência, surgem, uma atrás da outra, em vários lugares do País, empresas montadas por petistas ou por pessoas relacionadas com petistas para prestar serviços de coleta de lixo para prefeituras petistas, de norte a sul do Brasil. Além disso, somente algumas poucas variações envolvendo suspeitosas relações com empresas de ônibus e outros prestadores de serviços. Ou seja, o “mapa da mina”, aqui, parece estar sendo compartilhado. Trata-se, portanto, de uma corrupção “altruísta”. Será?

A palavra altruísta vai entre aspas por um motivo: a causa, ao que tudo indica, deixou de ser realmente altruísta. Transformou-se no objetivo, menor, de conquistar e manter o aparelho do Estado nas próprias mãos (mãos coletivas, certamente, porém privadas).

Esse tipo de corrupção sobre a qual ora se suspeita, caso se confirme, é sintoma de uma degeneração política antes de ser evidência de uma degeneração moral. A maior parte dos dirigentes, dos militantes e dos filiados do PT nada tem a ver com esse tipo de corrupção e, sinceramente, nem a admite. Não obstante, se de fato praticada, é crime. Todavia, mesmo que não seja praticada, pelo simples fato de ser pensada ou intentada, constitui sério desvio ideológico.

Isso não é menos grave para a democracia, entretanto. É bem mais grave. Degenerações políticas têm consequências muito mais nefastas e de longo prazo para as sociedades. Stalin não era corrupto, embora a chamada “propriedade social”, na União Soviética que ele desenhou, tivesse se transformado em um covil de bandidos. Ortega e o comando sandinista na Nicarágua também não eram corruptos. No entanto, ao confundirem seu projeto particular com um desiderato universal da nação, seqüestraram a propriedade comum alegando a necessidade de manter em mãos do partido os meios necessários à consecução dos objetivos revolucionários. Acabaram, segundo acusações, se apropriando ilegalmente de bens públicos.

Os exemplos dos resultados nefastos da chamada corrupção “altruísta”, praticada por agentes individualmente honestos, são inúmeros na história recente. Tomara que o Brasil não se constitua no próximo exemplo.

=> CORRUPÇÃO DE ESTADO

[10] Crime e política

Augusto de Franco, www.democracia.org.br (14/05/06 09:16)

Reportagem de hoje de Soraya Aggege, publicada em O Globo, corrobora a hipótese de que a roubalheira petista é mesmo ideológica. Segundo a jornalista, importantes membros da cúpula do governo e do partido, como Marco Aurélio Garcia e Paulo Frateschi (presidente do Diretório Estadual de São Paulo) acham que Dirceu "poderá compor muito bem" o comando da campanha presidencial e que o PT "tem uma dívida de honra... com Genoino e Palocci".

Garcia vai além, afirmando, sempre segundo a reportagem, que "o PT não cassou os direitos políticos do Zé Dirceu". Está certo: quem cassou foi a

Câmara dos Deputados, instituição que - pelo visto - não vale nada diante do partido.

Quando dirigentes partidários - alguns situados nos mais altos escalões do governo federal - declaram que o partido tem uma dívida de honra com pessoas acusadas pelas instituições republicanas por quase uma dezena de crimes e que foram, aliás, destituídas de seus postos em virtude de evidências tão fortes que não podiam ser ignoradas, o que podemos concluir?

Podemos concluir:

- a) que o PT tem uma ética privada e uma justiça própria, que deve prevalecer independentemente do que acham as instituições públicas;
- b) que o governo federal é hoje guiado pela convicção de que nossas instituições republicanas não são ativos democráticos e sim obstáculos a transpor na qualidade de passivos herdados da dominação secular das elites;
- c) que, tanto para o PT quanto para o governo, Dirceu, Palocci, Genoíno e dezenas de outros membros da quadrilha denunciada pelo Procurador Geral da República, não fizeram nada de errado, mas estavam cumprindo fielmente uma tarefa militante ao tentarem arrecadar recursos criminosamente para garantir a permanência do lulo-petismo no poder falsificando o processo democrático;
- d) que o fato desses membros da gangue política em que se transformou a direção do PT no governo terem sido pegos com a boca na botija deveu-se a um descuido ou a um erro de operação e que, assim, hoje o comando tem uma "dívida de honra" com eles, devendo esforçar-se para reabilitá-los.

Analizando friamente tudo isso, a conclusão - óbvia - que se impõe, é que a quadrilha não foi desbaratada, o esquema continua de pé e não será desmontado pelo processo eleitoral, mesmo que Lula perca as eleições.

Mas as oposições não viram isso. Açam que o problema é derrotar Lula nas urnas. Não perceberam, em primeiro lugar, que não será nada fácil derrotar Lula eleitoralmente nestas circunstâncias. E não perceberam, em segundo lugar, que não basta a vitória de Alckmin para desmontar a quadrilha. Ela continuará atuando porque, como já se disse aqui, o PT é a quadrilha. Não todo o partido, por certo, mas aqueles que o comandam e que recusaram qualquer correção interna de rumos.

Entretanto, não haveria comandantes se não existissem comandados. Um grande contingente de filiados e militantes, inteligentes o suficiente para perceber o que está acontecendo, permanece no PT e vai se dedicar a fazer campanha eleitoral para os mensaleiros. Por que?

Porque eles estão impregnados da ideologia de que tudo o que foi feito - embora aparentemente errado - vai no rumo certo: impedir a volta da direita, desmontar o projeto neoliberal, apelar as elites do seu domínio secular sobre o país e dar voz e vez aos excluídos. Eles estão crentes de que isso só poderá ser feito por fora das instituições e ao arrepio da lei. Instituições? Que instituições? O que o povo explorado e sofrido tem a ver com instituições que foram construídas para assegurar a dominação das elites? Lei? Que lei? Leis que foram feitas por essas mesmas elites para viabilizar a exploração das massas trabalhadoras?

É raciocinando assim que os petistas permanecem onde estão. Vão votar em Lula, vão acolher Dirceu e seus mensaleiros e ainda vão promovê-los, vão fechar os olhos para casos escabrosos como o seqüestro, a tortura e o assassinato de Celso Daniel, vão aprovar qualquer coisa - por mais repugnante e vil que seja - tudo para não permitir a volta da direita, do neoliberalismo, dos conservadores.

Entre os que procederão assim está grande parte dos professores universitários (que andam tão calados ultimamente), está Chico Buarque e outros artistas e celebridades que passaram a vida acreditando nas promessas de futuro do líder operário, estão 90% dos dirigentes e militantes de ONGs tradicionais e dos velhos movimentos sociais corporativos e reivindicativos, está a maioria dos teólogos da libertação e dos membros de comunidades de base da Igreja dos pobres...

Os mais críticos sabem que há algo muito errado em tudo isso, mas perguntam: "- Qual a alternativa? A volta da direita? A volta do neoliberalismo? Ah! Isso não! Com tal não podemos concordar".

Pode-se até discordar da análise acima, mas é difícil, muito difícil, fazê-lo. Como explicar que milhares de pessoas sinceras e honestas tenham permanecido no PT, "metabolizando" tudo o que ocorreu? Tal capacidade de racionalização só se explica como fruto de uma impregnação ideológica administrada em doses continuadas durante um longo tempo.

Foi assim que se formou no Brasil um imenso contingente de pessoas honestas capazes de sustentar uma organização política cuja direção enveredou para o crime por efeito de uma decisão estratégica e não por fraqueza pessoal de seus integrantes. Isso é gravíssimo porquanto representa um perigo real para as instituições democráticas.

Em outras palavras, não estamos lidando com algumas poucas dúzias de corruptos. O número dos agentes políticos e sociais que lhes dão sustentação e as posições que suas lideranças ocupam no aparelho de Estado em todos os níveis e nas organizações da sociedade, indica que estamos diante de uma situação política inédita em nossa história. Se nada for feito para barrar a implementação desse projeto, caminharemos para uma situação insustentável do ponto de vista dos fundamentos e das regras daquilo que chamamos de Estado democrático de direito no Brasil.

É preciso ser muito desprovido de inteligência para imaginar que uma eventual vitória de Alckmin vai levar milhares de agentes que começaram a se organizar na resistência à ditadura militar e assim prosseguiram mesmo após a redemocratização, a pendurarem as chuteiras. Nada disso. Eles não desertarão, nem abandonarão seus métodos de luta. Se isso fosse possível teriam debandado agora, depois que veio à tona o maior escândalo político de nossa história.

As formas tradicionais de operar a política democrática não podem dar conta dessa situação. O que está em jogo não é propriamente a questão eleitoral, embora a tática petista se desdobre por dentro do processo eleitoral. O que está em jogo não é a questão da defesa formal das instituições: o modo petista de desvirtuar as instituições não é destruindo-as a partir de um ataque de fora e sim conquistando-as por dentro para, então, degenerá-las colocando-as à serviço do seu projeto de poder. Nenhuma operação "Mãos Limpas" poderia funcionar aqui, pois não se trata de identificar e prender uma quadrilha e levá-la às barras dos tribunais. Não foi o mundo do crime que se infiltrou no mundo da política, foi uma organização política com comportamento de gangue que cresceu tanto a ponto de ameaçar modificar as regras democráticas que regem o mundo da política de sorte a admitir como legítimas as práticas criminosas de seus agentes.

Se esse processo avança, como está avançando e se enraizará ainda mais em nossas instituições com a reeleição de Lula, as salvaguardas democráticas institucionais de que dispomos não bastarão para defender o Estado de direito (pelo menos, tal como o concebemos). A rigor já estamos convivendo com uma nova noção de legalidade e de legitimidade, do que constitui uma prova a dificuldade de punir os membros da quadrilha petista no governo. Quando - alguns poucos - são punidos, não conseguimos afastá-los da cena pública. Sem a necessária catarse da sua execração pública, seus milhares de apoiadores continuarão se achando na obrigação de reparar a injustiça que sofreram.

Essa era a razão mais profunda de um movimento pelo impeachment de Lula (assunto sobre o qual não se pode mais falar, em virtude da patrulha das oposições). Não era apenas para destronar Lula e sim para iniciar um processo de restauração democrática das instituições brasileiras, processo esse que só seria concluído com o amplo debate sobre o projeto do PT para o Brasil ("roubar 1 bilhão para ficar 20 anos no poder") e com a defenestração total daqueles que aparelharam o Estado para alimentar e consolidar a estrutura de poder que montaram.

Em suma, está em curso uma mudança institucional no Brasil e o seu sentido não é o da democratização. Mas as oposições continuam achando que se trata apenas de uma eleição.

[11] A roubalheira petista é ideológica

Augusto de Franco, e-Agora (06/02/06 10:37)

No Painel da Folha de São Paulo do dia 23 de janeiro (na seção "Tiroteio"), o líder da minoria na Câmara, José Carlos Aleluia (PFL-BA), disse o seguinte sobre o panfleto que o PT pretendia distribuir no Fórum Social Mundial, em Caracas, acusando a oposição de golpismo: "- É lamentável que a esquerda latino-americana sirva de platéia para uma mistificação que tenta transformar corruptos em perseguidos. A roubalheira do PT não é ideológica".

Aleluia tem razão num ponto: é lamentável que o PT faça isso. Mas não tem razão no principal, quando diz que a roubalheira do PT não é ideológica. É sim.

Depois de terem errado tanto - lançando uma bóia para o presidente-náufrago poder chegar incólume à margem, quer dizer, ao palanque de 2006 – as oposições continuam errando. Por falta de compreensão da natureza do

fenômeno político que está ocorrendo no Brasil, erram até na avaliação da ameaça que paira sobre nós.

Ruy Fausto, um dia antes, na mesma Folha, deu uma pista, ao afirmar que o PT se perdeu, "principalmente porque, partindo de um modelo de revolução violenta, ele não abandonou o que estava por trás desse projeto, a justificação dos meios pelos fins. Limitou-se a trocar a violência pela corrupção. A falta de respeito pela legalidade (que não é só "burguesa") continuou a mesma. A acrescentar a cristalização no Partido dos Trabalhadores de práticas antigas de corrupção sindical... O resultado dessa mistura foi uma espécie de "degenerescência mafiosa".

Está aí, com todas as letras – e escrito por quem tem bastante intimidade com o pensamento de esquerda – a justificativa para a afirmação de que a corrupção petista está relacionada a uma nova prática, legitimada ideologicamente intra muros (como na Máfia) e não de uma velha prática, repetida por efeito de contaminação, contra a vontade política dos sujeitos.

Em todos os governos, mesmo contra a vontade do chefe de governo, alguma corrupção sempre há. Diz-se que isso é endêmico na nossa sociedade (na verdade, é função do padrão de relação entre Estado e sociedade). No governo petista, entretanto, além desse tipo de roubalheira, há a utilização da corrupção como instrumento de manutenção no poder e, se for possível (se nós deixarmos), de mudança das regras do jogo democrático.

Sim, a corrupção petista, no que lhe é específico, não tem nada a ver com a corrupção tradicional da política brasileira. Em primeiro lugar porque houve a decisão política de utilizá-la (e essa decisão não é de hoje, como demonstram os já conhecidos achaques às prefeituras petistas desde o início da década passada). Em segundo lugar porque o que conta não é só a vontade de Lula de ficar no trono. O que conta para os militantes, em termos ideológicos, é a possibilidade de alterar a correlação de forças para estabelecer novas normas que subordinem o regime à lógica do estatismo-corporativista – via

imaginada para o socialismo ou, pelo menos, para uma administração autoritária do capitalismo a serviço dos trabalhadores, das grandes massas ou para qualquer outra utopia falida, dessas que deram agora para reflorescer no continente latino-americano.

Se não fosse ideológica, não se explicaria o fato de boa parte dos militantes petistas – que em sua maioria nunca foram (e ainda não são) corruptos (e nem burros) – ter admitido ou tolerado a sua utilização.

Corrupção sempre houve. Corrupção centralizada, articulada, pensada pelo comando de um partido e de um governo como parte da estratégia de conquista e manutenção do poder e de transformação social – ah!, isso nunca houve.

Lula nunca foi corrupto, no sentido tradicional do termo. Mas participou, de algum modo - nem que seja por omissão -, da decisão de utilizar a corrupção como instrumento político à serviço de uma causa que, para os seus seguidores, só subsiste na esfera da ideologia. Isso significa que a sua permanência na chefia do Estado e do governo é muito mais grave para o país do que se ele fosse um ladravaz qualquer.

Isso é o que as oposições não entenderam. E é mesmo difícil imaginar as razões de tanta falta de inteligência, que pode ter conseqüências trágicas. Se não, vejamos.

Lula está se recuperando, não se desgastando. Suas chances de se reeleger aumentam, não diminuem. São fatos, não opiniões.

E tudo indica que ele vai continuar se recuperando. Sobretudo se, nos próximos dois meses, os tucanos continuarem gastando suas energias na disputa interna Alckmin versus Serra, se não fizerem oposição para valer, se não se dedicarem de corpo e alma às investigações das CPIs – concentrando

sua atenção em Lula – e se não cobrarem explicações do presidente. Aqui são opiniões, mas muito bem apoiadas nos fatos.

Mas a despeito da recente entrevista de Fernando Henrique, os dirigentes oposicionistas, apesar de tudo o que aconteceu, parece que ainda não entenderam que o que está em jogo – para quem não é cretino e só pensa se o seu candidato ou o seu partido vai chegar lá – é a perpetuação (ou não) do maior esquema criminoso já montado na esfera pública, a serviço de um projeto político autoritário, que avançará com a reeleição, se enraizando mais profundamente em todas as esferas do Estado e da sociedade, com conseqüências terríveis para a democracia brasileira.

Isso só acontecerá, é claro, se as oposições deixarem. Agora decidam, tucanos e pefelistas, se vocês querem passar para a história como cúmplices dessa perversão.

=> CRIPTOPESTISTAS OU CRIPTOLULISTAS

[12] "Ideologia emburrece"

Entrevista: Maria Sylvia de Carvalho Franco à Marcelo Carneiro, Veja (05/07/06)

Professora dos departamentos de filosofia da USP e da Unicamp, Maria Sylvia de Carvalho Franco passou os últimos quarenta anos de vida acadêmica nadando contra a corrente. Durante o regime militar, entre optar pelo exílio – como fizeram muitos de seus colegas que militavam em organizações clandestinas – e manter aberta a cátedra da USP mesmo sob a vigilância da polícia, a decana da faculdade de filosofia preferiu a segunda alternativa. Dava aulas para até 100 estudantes, alguns deles investigadores policiais infiltrados. Começava ali um histórico de polêmicas com boa parte da

intelectualidade brasileira, à direita e à esquerda. Seus trabalhos de pesquisa, em especial o clássico *Homens Livres na Ordem Escravocrata*, de 1969, conseguiram desagradar a marxistas e liberais. Hoje, a professora ainda cultiva o destemor ao refletir sobre o oportunismo na vida política – tanto dos partidos quanto dos intelectuais, em especial os de esquerda.

Veja – Apesar de todas as denúncias contra o seu governo, e com o PT caminhando para um encolhimento nas urnas, o presidente Lula continua com alta popularidade. Como explicar esse fenômeno?

Maria Sylvia – Primeiro, isso se deu graças a uma política populista desenfreada e ao uso desmedido do dinheiro público e da estrutura governamental para propagandear essa política. Depois, ocorreu porque Lula é um sobrevivente, exatamente como na definição do escritor Elias Canetti (búlgaro, prêmio Nobel de Literatura em 1981 e autor do livro *Massa e Poder*). Para Canetti, os homens que têm uma posição carismática, e de poder, terminam por criar um vazio em torno de si. Exemplo disso é a capacidade que Lula tem de se livrar até dos auxiliares mais próximos, quando isso é necessário. Ele sabe que o perigo o cerca de todos os lados. Atento a isso, criou um deserto à sua volta. Tem mensalão, ministro que pede demissão, outro que é acusado de corrupção, um monte de gente do PT envolvida – mas, para cada um desses problemas, ele inventa uma desculpa. Ora diz que foi traído, ora que não sabia de nada. Ou, então, se livra sem pudores dos auxiliares mais próximos. Veja o (ex-ministro da Fazenda) Palocci. Lula o defendeu até o último minuto. Quando ficou claro que o ministro estava comprometido, ele simplesmente o tirou. O mesmo aconteceu com o José Dirceu. Esse é o destino do tirano: ele acaba se isolando porque, para conseguir chegar ao poder, elimina qualquer tipo de relação, seja ela política ou social, de amizade ou de confiança. Tudo isso em proveito de si próprio.

Veja – Esse seria o traço mais forte da personalidade política do presidente?

Maria Sylvia – Lula é um fenômeno que guarda peculiaridades. Sua característica mais evidente seria a esperteza. Ele tem um certo tipo de inteligência que pega o momento oportuno e segue nesse rumo. Hoje eu não tenho mais dúvida de que, mesmo no período em que era líder sindical, seu projeto era uma mudança de classe. A mudança dele – já que, pela natureza do capitalismo, é impossível a mudança estrutural de toda a classe operária. Ocorre que, quando indivíduos isolados transpõem essa barreira, perdem a determinação da classe da qual saíram e assumem a determinação de outra classe. Essa, aliás, é uma análise marxista. Diz-se que, desde o período sindical, Lula fazia alianças com a burguesia. Era agressivo no palanque e conciliador na mesa de negociação com os empresários. O marco disso é o momento em que ele conseguiu se eleger. Houve uma mudança até na sua aparência física. Hoje seria impossível distinguir Lula em uma reunião de empresários – a não ser pelo fato de que ele talvez estaria mais bem vestido. Aquele alfaiate dele é muito bom. Só não conseguiu mudar tudo, como se vê pelas gafes e pelos erros de português que comete.

Veja – Mas os discursos o ajudam a tornar-se mais popular.

Maria Sylvia – Não sei se o ajudam, mas o fato é que isso não deveria ocorrer. Lula teve trinta anos para se cultivar. Ou ele não fez isso porque é muito preguiçoso ou porque explora essa falta de cultura como mais uma faceta da sua atitude esperta diante do mundo. Ou é preguiça ou é canalhice. Na verdade, o bom português é o mínimo que se exige de um presidente da República. Não aceito o argumento de alguns lingüistas de que a língua falada é dinâmica. Existe uma gramática, com significados definidos. São estruturas que têm de ser respeitadas, senão a língua desaparece, vira um dialeto incompreensível.

Veja – A história da democracia no Brasil tem episódios de avanços e retrocessos. Qual a explicação para o ressurgimento de um fenômeno populista como o lulismo neste momento?

Maria Sylvia – O problema está na forma como o poder republicano se institucionalizou no Brasil. A lógica da Presidência é imperial, de concentração de poderes. Mas há também os defensores dos interesses regionais, que têm sua sede no Parlamento. A função deles é garantir uma parte dos recursos que são sugados para os cofres do governo federal. Nessa queda-de-braço, o presidente da República dificilmente contará com um bloco muito fiel entre os deputados e senadores. Em decorrência disso, passa a exercer pressão sobre o Congresso de duas maneiras: fazendo a interlocução direta com as massas, e virando o pai dos pobres, ou desviando dinheiro público para encher o bolso de parlamentares aliados e, assim, garantir apoio. É Bolsa Família e mensalão.

Veja – Em que medida a tibieza da oposição ajudou o presidente Lula a passar ao largo das denúncias e dar continuidade a esse projeto?

Maria Sylvia – A blindagem de Lula vem, em certa medida, dos interesses políticos envolvidos. Por que o PSDB se cala diante das denúncias? Arthur Virgílio (senador do PSDB do Amazonas), que vinha fazendo um grande ataque, no outro dia recua. A mesma coisa acontece com as CPIs. A CPI dos Correios criou várias oportunidades para que se pedisse o impeachment de Lula – por exemplo, quando foram descobertos pagamentos de campanhas eleitorais em contas no exterior. Isso não aconteceu porque os tucanos têm telhado de vidro – um pouco mais sólido, é verdade. Se nada de significativo apareceu contra os tucanos até agora, foi apenas porque eles têm mais experiência no poder, não são afoitos como esse pessoal do PT, que se juntou com criminosos ligados a esquemas de lixo e a bingos.

Veja – Na sua opinião, quais as chances de o candidato tucano, Geraldo Alckmin, vencer a eleição?

Maria Sylvia – Eu sempre imaginei que havia algo por trás dessa escolha de Alckmin. Por que a opção por uma pessoa tão inexpressiva – sem carisma,

sem ligações importantes em lugar nenhum – para enfrentar um homem como Lula? Hoje está na cara. Alckmin foi escolhido para perder.

Veja – Como assim?

Maria Sylvia – Aécio (Neves, governador de Minas Gerais) e Tasso (Jereissati, presidente do PSDB) escolheram alguém para ser queimado. O projeto do PSDB é para 2010. As chances de Alckmin são muito pequenas porque, inclusive, o tucanato não vai se empenhar. Diz-se que Lula não tem herdeiros, daí o "Lulécio", o Lula com Aécio. Meu marido (o filósofo Roberto Romano) tem uma expressão muito adequada. Afirmo que os tucanos são primos do PT e que, no futuro, vão se reunir em família e dividir o bolo. Acho que haverá um ajuntamento entre Lula e esses dirigentes mais novos, como Aécio. O único problema é o PMDB, um partido muito forte e oligárquico. O Brasil é assim: de um lado, a força do governo federal; de outro, o poder das oligarquias regionais. E quem congrega essas oligarquias é o PMDB.

Veja – A senhora já disse que tanto Lula como Geraldo Alckmin têm traços autoritários. Quais os exemplos de autoritarismo dos dois candidatos?

Maria Sylvia – Em Lula, há exemplos todo dia, como nessa frase de que é fácil governar para pobre. Porque, segundo ele, pobre não protesta – então, é fácil de dominar. Em Alckmin, o exemplo fundamental ainda é sua atitude na pré-candidatura. Ele disse: "Eu quero ser candidato, e é para já" – apesar de todas as indicações de que ele não ganharia a eleição.

Veja – A senhora acredita que, em caso de vitória por larga margem de votos no primeiro turno, Lula se sentiria tentado a governar desprezando as instituições e dialogando diretamente com as massas, como sugeriu o ex-petista e também candidato a presidente, Cristovam Buarque?

Maria Sylvia – Acho possível, mas não temos muito que fazer, só rezar. Essa reeleição do Lula é perigosa. Há um vazio político muito grande. Toda uma

geração está deixando a vida política e não há uma nova para assumir esse posto. Entre os partidos, só vejo o PV, do Fernando Gabeira, e o PSOL.

Veja – Mas o PSOL, além de uma visão de mundo ultrapassada, traz alguns vícios idênticos aos do PT.

Maria Sylvia – Sei disso. Sei que há também demagogia e oportunismo, todos os males da política brasileira. Mas é preciso que um partido de oposição sobreviva. O PMDB não vai fazer oposição, é visceralmente conciliador. O PSDB está mostrando a cara: concilia também, e muito. O PFL é outro conciliador. Quando se trata de repartir o poder, eles estão todos juntos. Não há nada mais flexível do que a espinha de um político brasileiro.

Veja – A senhora é conhecida por distribuir críticas a pensadores tanto do PT quanto do PSDB. Há alguma diferença entre um intelectual petista e um tucano?

Maria Sylvia – No PT, há dois tipos de intelectual. O primeiro é correto, mas tem um fanatismo exacerbado. São pessoas que não tiram vantagem nenhuma de apoiar o PT, às vezes dão de si e do próprio bolso, sem receber nada em troca. Mas são capazes de cortar relações com você só porque você faz críticas ao PT. É um apego ideológico, e ideologia emburrece. O segundo tipo é o intelectual de um oportunismo atroz, como Marilena Chaui. Uma pessoa com a formação dela não pode dizer que, quando Lula abre a boca, o mundo se ilumina. É uma professora universitária que diz que o mundo é iluminado por alguém que faz a apologia da ignorância, que é capaz de dizer "minha mãe nasceu analfabeta". Alguns membros do PT fazem essa apologia.

Veja – E o intelectual tucano?

Maria Sylvia – É cultivado, até mais do que os do PT, mas tem uma certa desvinculação da estrutura partidária. Os tucanos são mais individualistas e têm uma capacidade maior de ajustamento às circunstâncias.

Veja – Qual a origem desses dois grupos?

Maria Sylvia – Os dois grupos são formados por intelectuais originados da ortodoxia marxista. Houve um bom período de domínio hegemônico dessa corrente na universidade. Os partidos comunistas mais ortodoxos sustentavam grupos universitários de poder, controlando cargos acadêmicos, formação de colegiados e até publicações. Nem precisava ser membro de algum desses partidos para ter essa sustentação, bastava ser uma linha auxiliar, um simpatizante. Essa instrumentalização hoje se mantém, ainda que com menor vigor. Esses monopólios são difíceis de ser quebrados.

Veja – Para quem olha de fora, parece que a intelectualidade marxista continua bem forte nas universidades brasileiras.

Maria Sylvia – Sim, mas o fato é que já foi bem mais dominante. Além da ortodoxia marxista, outra corrente acadêmica muito forte era aquela com raízes românticas, representada principalmente pelo Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982). Raízes do Brasil, por exemplo, é um livro de fundamentos românticos.

Veja – Quais as consequências da predominância dessas duas correntes na vida acadêmica?

Maria Sylvia – Elas produziram grupos extremamente conservadores. Do romantismo você não pode esperar outra coisa. É uma posição pacificadora. Hoje em dia ninguém acredita no homem cordial do Sérgio Buarque, em uma sociedade harmoniosa, mas essa idéia persiste e passou pela antropologia americana, pela Igreja, pelas comunidades eclesiais de base, pelas organizações não governamentais e deu origem a um vocabulário próprio. Você, por exemplo, não pode mais falar "favela", tem de falar "comunidade".

Veja – Seu livro *Homens Livres na Ordem Escravocrata*, lançado em 1969, hoje é um clássico. Mas levou dez anos para ser publicado. Qual a razão da demora?

Maria Sylvia. – Ele foi resultado de uma tese de doutorado e, na ocasião, era contra todas as interpretações correntes no Brasil. Desagradava tanto aos ortodoxos marxistas quanto aos liberais. Essas dificuldades do período inicial da minha carreira persistiram até não faz muito tempo. Os estereótipos, as idéias feitas, principalmente quando são propostos por intelectuais de importância, têm uma força enorme.

Veja – Por quê?

Maria Sylvia – Porque são grupos de poder que se instalam e que têm uma circulação interna de auto-sustentação muito grande. Em seus trabalhos de pesquisa, as pessoas se citam reciprocamente, e abundantemente. Se você procurar a literatura publicada imediatamente depois do meu livro, não encontrará nenhuma citação. Isso só foi ocorrer anos depois. A censura ideológica neste país é muito grande.

‘D’ | ARTIGOS RELACIONADOS

=> DEMOCRACIA COMO REGIME DA MAIORIA

[13] A idéia de democracia de Lula

Augusto de Franco, www.democracia.org.br (04/05/06 17:56)

Recuperei aqui um artigo que publiquei no e-Agora, no dia 30/09/05. Vem muito a calhar neste momento. No discurso de Lula, feito na véspera no Palácio do Planalto, aparecem claramente, quase todas as idéias mirabolantes que deram no que vemos hoje...

Leiam o [um trecho do] discurso de Lula, proferido ontem (29/09/05) no Planalto, diante do seu amigo e proto-ditador Hugo Chávez, da Venezuela. Vejam o absurdo. Apesar de todas as investidas antidemocráticas desse maluco venezuelano, Lula declarou: *“Eu não sei se a América Latina teve um presidente com as experiências democráticas colocadas em prática na Venezuela. Um presidente que ganha as eleições, faz uma Constituição e propõe um referendo para ele mesmo; faz um referendo e ganha as eleições outra vez. Ninguém pode acusar aquele país de não ter democracia. Poder-se-ia até dizer que tem excesso”*. Entenderam? Democracia é ganhar eleição e plebiscito. Isso absolve o autocrata das suas investidas para perseguir e prender opositores, controlar os tribunais e o parlamento, amordaçar a imprensa e editar leis que violam a liberdade dos cidadãos. O longo prontuário de Chávez é conhecido na Venezuela e no mundo. Mas Lula acha que ele peca por excesso de democracia. Eis aí a idéia de democracia do homem que nos governa.

[14] As "mudanças extraordinárias" de Lula

Augusto de Franco, www.democracia.org.br (01/05/06 20:13)

O achado é do Noblat, publicado há pouco no seu blog. "Trecho final de discurso do Lula em Puerto Iguazú, Argentina, em 30 de novembro de 2005: *“- Aí chega você, [Kirchner] que não estava previsto ser presidente da Argentina, chego eu, que não estava previsto ser presidente do Brasil, e a gente começa a perceber o que está acontecendo na América do Sul. Olhem o retrato das eleições na América do Sul nesses últimos três anos e nós vamos perceber que, em nenhum momento histórico da América do Sul, a gente teve tanta possibilidade de ter uma América do Sul realmente voltada para a sua gente... Eu dizia a Kirchner, agora há pouco, “imagine o que significou a eleição do Chávez na Venezuela; imagine o que significa se o Evo Morales ganhar as eleições na Bolívia”. São mudanças tão extraordinárias que nem mesmo nossos melhores cientistas políticos poderiam escrever porque não tinha livros antecedentes mostrando que isso seria possível”*”.

As mudanças tão extraordinárias a que se refere Lula representam a ascensão do neopopulismo: um novo tipo de populismo, que floresce quando líderes carismáticos e salvacionistas, apoiados por correntes estatistas e corporativistas, se apossam, pela via eleitoral, das instituições da democracia e as corrompem, gerando um ambiente degenerativo que perverte a política, instrumentaliza e privatiza partidariamente a esfera pública e enfraquece a sociedade civil. Trata-se de uma vertente política de caráter autoritário que convive com a democracia mas que exerce sobre ela uma espécie de parasitismo; ou seja, que usa a democracia contra a democracia para enfrear e reverter o processo de democratização das sociedades.

[15] A (falta de) idéia de democracia de Lula

Antonio Fernandes, www.democracia.org.br (04/05/06 18:13)

Já que é assim, também vou recuperar a nota que publiquei no e-Agora, no dia 25/04/05, intitulada "Não pode passar batido". Comentava naquela nota (transcrita abaixo) que no dia 20 de abril do ano passado Lula declarou textualmente: *"É importante saber o que nós éramos há três anos e o que nós somos agora... O que aconteceu no Brasil, o que aconteceu na Argentina, o que aconteceu agora no Uruguai, o que aconteceu no Paraguai, o que aconteceu no Equador, o que aconteceu na Venezuela, que foi já um pouco mais para a frente, e o que pode acontecer na evolução política de outros países do nosso continente [ele se referia, certamente à Bolívia e, talvez, ao Peru], o que aconteceu mais recentemente no Panamá, ou seja, há aí uma evolução política, eu diria de dimensão histórica, se a gente analisar o que foi o nosso continente nos últimos 30 anos, para que possamos pegar a história mais recente"*. Eis mais uma evidência da (falta de) idéia de democracia de Lula.

Não pode passar batido

Na quarta-feira passada, dia 20 de abril de 2005, discursando na cerimônia de inauguração do 16º Congresso Continental Ordinário da Organização Regional Interamericana de Trabalhadores, em Brasília, Lula declarou (abre aspas): *"É importante saber o que nós éramos há três anos e o que nós somos agora... O que aconteceu no Brasil, o que aconteceu na Argentina, o que aconteceu agora no Uruguai, o que aconteceu no Paraguai, o que aconteceu no Equador, o que aconteceu na Venezuela, que foi já um pouco mais para a frente, e o que pode acontecer na evolução política de outros países do nosso continente, o que aconteceu mais recentemente no Panamá, ou seja, há aí uma evolução política, eu diria de dimensão histórica, se a gente analisar o que foi o nosso continente nos últimos 30 anos, para que possamos pegar a história mais recente"*.

Lula tem que dizer à nação por que afirmou que a Venezuela "já foi um pouco mais para a frente". Isso não pode passar batido.

A oposição política tem que cobrar do presidente Lula uma explicação. Ou ele desmente, esclarece que não são suas as palavras transcritas acima, que suas verdadeiras palavras foram mal-ouvidas (ou mal-gravadas) ou então ele deve revelar a sua real intenção explicando qual foi a "evolução política... de dimensão histórica" pela qual a Venezuela passou de sorte a se adiantar (ficando "um pouco mais para a frente") no concerto das nações latino-americanas.

Também é bom que ele aproveite para dizer "o que aconteceu no Equador" que tenha a ver com a tal "evolução política... de dimensão histórica". Vamos lembrar que Lula deu a declaração horas antes de Gutiérrez ser deposto.

Ou Lula esclarece o que disse ou estamos autorizados a pensar que ele se referia à chamada "revolução bolivariana" e a outras trapalhadas autoritárias cometidas por esses protoditadores latino-americanos como um avanço.

Ora, se ele julga que as medidas autoritárias impostas por Chávez são um avanço, se ele imagina que restringir as liberdades, perseguir a imprensa, prender jornalistas, atropelar o judiciário e nomear juízes alinhados politicamente (tal como Gutiérrez tentou fazer, sem sucesso, no Equador), domesticar o parlamento e promulgar uma Constituição feita sob medida para garantir seus interesses, criar mecanismos de controle autocrático sobre a sociedade (tal como ele mesmo - Lula - tentou fazer aqui, também sem sucesso, com o Conselho Federal de Jornalismo e a Ancinav) e ter a coragem, inclusive, de legalizar uma milícia político-militar, provavelmente armada com 100 mil fuzis russos, é um avanço, então estamos nas mãos de um presidente que não tem nenhum compromisso com a democracia.

A sociedade brasileira não pode aceitar que seu representante máximo, que prestou juramento a uma Constituição democrática e cidadã, concorde,

avalize, estimule ou elogie tais comportamentos antidemocráticos e, além disso, se inclua no rol desses malfeitores políticos (como Chávez, Gutiérrez e outros). Assim, esse fato não pode passar batido.

=> DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

[16] Ameaça totalitária

Ipojuca Pontes, O Estado de São Paulo (11/11/06)

“Se dependesse da minha decisão termos um governo sem jornais ou jornais sem um governo, não hesitaria um momento em preferir a segunda alternativa” (Thomas Jefferson).

Um dos projetos mais preocupantes do segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva é o que aponta para a efetivação de programa de governo voltado para o estabelecimento, no País, da “democratização dos meios de comunicação”. Aparentemente, o projeto pretende democratizar a mídia, mas, numa visão crítica fundamentada nos próprios valores da democracia, a proposta soa dissonante, ou mesmo adversa, tendo em vista os reais objetivos: a vida pregressa e o relacionamento do governo petista com a mídia em geral.

Só para registrar os fatos, vale lembrar que no debate com o candidato Geraldo Alckmin na Televisão Record, indagado por um jornalista sobre como encaminharia a questão da informação na imprensa, na televisão e nos meios eletrônicos, o candidato-presidente enfatizou a necessidade de se expandir a “regionalização e a democratização da comunicação” e de criar uma Lei Geral de Comunicação Eletrônica, com o objetivo, entre outros tantos, de elaborar dispositivos legais para “regulamentar e descentralizar a mídia”.

Em particular no que concerne à mídia impressa, o candidato-presidente referiu-se pontualmente ao fomento de canais de comunicação para sindicatos, associações e entidades de classe, adotando a política de incentivos legais e econômicos para a edição de “jornais e revistas independentes” voltados para a “pluralidade da informação”.

A fala de Lula foi rápida e genérica, pois não era conveniente, óbvio, levantar em detalhes tema tão controverso. Mas o PT, partido do candidato-presidente, tinha sido mais explícito na questão. Em documento preliminar divulgado em agosto, disponível na internet, o partido colocou como fundamental a “democratização dos meios de comunicação para o aprofundamento da democracia”, considerando, para a consecução de tal finalidade, a imediata criação de uma secretaria setorial, diretamente vinculada à Presidência da República. Tal secretaria - a contar com a participação de “conselhos populares” e de tecnocratas do governo -, segundo o documento, cuidaria de criar “mecanismos que coíbam a concentração da propriedade e de produção de conteúdos e o desequilíbrio concorrencial, garantindo, por outro lado, a competitividade, a pluralidade, a diversidade e a concorrência por qualidade de serviços”.

O documento informa ainda que o órgão a ser criado, destinado ao controle e à fiscalização dos meios de comunicação, nasce comprometido a fazer o cadastramento das concessões de rádio e televisão em todo território nacional, com o respectivo cancelamento das emissoras que não estejam “em conformidade com a lei”.

As intenções democráticas do segundo governo de Lula e do PT, ou o que os dois consideram democracia, precisam de melhor avaliação por parte da inteligência crítica da Nação e do Congresso Nacional. De fato, há no setor distorções que merecem cuidados. Mas quem é versado na teoria e prática de governos com pretensões totalitárias conhece muito bem o significado da palavra “democratização”, em especial no processo de construção do “Estado regulado”. Na vida real, ela quer dizer justamente o contrário do que

propugna, isto é, abarca mais dirigismo na informação e mais censura no noticiário, tendo como consequência lógica o controle político e ideológico dos meios de comunicação de massa. Na antiga URSS, por exemplo, a “democratização dos meios de comunicação” terminou na soberania do Pravda e do Izvestia, e no gradativo aniquilamento da imprensa considerada “burguesa”.

Em Cuba, por sua vez, a “redemocratização dos meios de comunicação”, amparada na supremacia de “conselhos populares”, dos comitês revolucionários e na eterna vigilância da Dirección General de Inteligencia (DGI), ainda hoje se dá a partir da visão despótica do Granma e da rede de televisão estatal, veículos obedientes à verdade única do castro-comunismo, cujo interesse básico é a desinformação e a perpetuação no poder. Quanto aos modernos meios de comunicação eletrônica, quem desconhece o controle e a censura que os governos da China e de Cuba exercem sobre os veículos da internet?

No seu primeiro mandato, em meio ao noticiário em torno dos vertiginosos escândalos que envolviam (e envolvem) seu governo, Lula estimulou a criação do Conselho Federal de Jornalismo, sinistro órgão que tinha por objetivo levar o jornalista “faltoso” ao tribunal inquisitorial e à posterior cassação do registro profissional. De igual modo, propugnou pela criação da Ancinav, a Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual que, quase detendo poder de polícia, pretendia “regular, fiscalizar e controlar” a produção audiovisual da Nação - o cinema, segundo Lenin, a “manifestação mais importante do século”, como arte ou propaganda, para consolidar o avanço do socialismo.

Agora, diante da reeleição pelo voto, mas sub judice, sentindo-se incomodado pela atuação livre da imprensa, Lula da Silva parte para institucionalizar a “democratização dos meios de comunicação”. Com a impositação de uma seriedade quase cômica, pretende confrontar a verdade geral à sua verdade partidária e particular, ameaçando financiar com o

dinheiro sacado do bolso do exaurido contribuinte, sob o manto do “pluralismo”, uma imprensa servil. Como se a liberdade de informação, ainda que com falhas, representasse o mal e a censura, ainda que disfarçada, constituísse o supremo bem.

‘E’ | ARTIGOS RELACIONADOS

=> ELEITORALISMO

[17] Desvendando a conjuntura política (ou: Os irresponsáveis e a degeneração institucional do país)

Augusto de Franco, www.democracia.org.br (21/05/06 12:00)

Corrupção política e impunidade sempre houve. Qual é a diferença, então, entre o que havia e o que acontece agora?

O que está havendo agora é um desvirtuamento das instituições que têm a missão de garantir o Estado de direito e o processo democrático. Sim, pois embora sua casca, sua aparência e sua liturgia formal, estejam ainda preservadas, as instituições brasileiras estão sendo corroídas por dentro.

A lógica maioria versus minoria, introduzida pelo PT no governo, contaminou de alto a baixo o Estado brasileiro. As organizações corporativas e os movimentos sociais tradicionais já funcionavam segundo essa orientação política pervertida. Mas agora é diferente porque, instalada tal dinâmica no Estado, todas as instituições da sociedade passaram a ser por ela influenciadas.

Desde em um tribunal até em uma ONG, passando por uma agência reguladora, o que verdadeiramente importa hoje para os governantes é se a força política que comandam terá ou não condições de fazer maioria para decidir o que lhes convém.

Formou-se uma quadrilha no comando do governo federal por exigência desse modo de fazer política. Era preciso reunir os meios – legais ou ilegais, legítimos ou ilegítimos, pouco importa – necessários para conquistar por dentro aquelas instâncias, públicas e privadas, capazes de influir favoravelmente na consecução de um único objetivo: a manutenção de um mesmo grupo no poder.

O Brasil está sob o ataque desse grupo. Mas não é um ataque de fora e sim por dentro. Não se trata de um grupo revolucionário clássico, que quer destruir, pela violência física, o nosso arcabouço jurídico-político. Trata-se de um grupo que ataca por dentro, parasitando o processo democrático para pervertê-lo internamente com o objetivo de operar uma mudança institucional sem precedentes em nossa história.

Sua estratégia nessa guerra de posição (que poderia ser tecnicamente caracterizada como um conflito permanente de baixa intensidade) é aproveitar-se dos cargos conquistados, sempre por processos formalmente legais – em geral eleitorais, e isso não é por acaso – para alavancar mudanças progressivas na estrutura e na dinâmica institucional do país.

As oposições no Brasil não tiveram a argúcia necessária para aquilatar os perigos e ameaças para a democracia desse tipo de estratégia. Impregnadas por um certo tipo de cretinismo eleitoral, sorriam por dentro diante da sucessão de escândalos do governo Lula que vinham à tona, confiantes de que tudo isso acabaria desgastando o presidente-candidato e favorecendo-as na disputa eleitoral. Ficavam lá fazendo a sua contabilidade eleitoreira, imaginando que, depois de tudo o que aconteceu, seria um passeio voltar ao poder.

Sim, os nossos irresponsáveis oposicionistas não se mexiam muito para apurar as responsabilidades. No seu modo míope de olhar a cena política, achavam que seria bom que o governo continuasse, não caísse de uma vez, mas fosse naufragando progressivamente. Pensavam nos votos que teriam.

Não pensavam nos efeitos deletérios desse tipo de convivência com o crime que sua tática eleitoreira implicava colateralmente. Eis o ponto!

Pois agora começamos a ver tais efeitos. Para continuar impunes e impedir o desbaratamento da quadrilha, a gangue política que se instalou no Planalto aplicou uma contra-tática perigosíssima. Resolveu chutar o balde e dizer: quem não tem culpa que atire a primeira pedra (e até um conhecido bispo católico repetiu o refrão, que lhe deve ter soado suficientemente evangélico). Todos são corruptos. O que nós fizemos, por inexperiência ou por erro de alguns dirigentes neófitos, vocês – as elites que comandam este país desde Cabral – sempre fizeram. Mas nós fizemos isso com um propósito louvável: dar vez e voz àqueles que nunca tiveram. E vocês fazem isso para continuar dominando e explorando as grandes massas de nossa população pobre e sofrida.

Esse foi o primeiro golpe mortífero desfechado pelo governo contra nossas instituições. De certo modo ele autorizou o crime. Se a política é assim mesmo – pois que sempre foi assim – então não seria justo punir apenas os bem-intencionados aprendizes de feiticeiros sem punir os verdadeiros responsáveis pela maléfica prática tradicional. Não é à toa a insistência governamental em dizer que o valerioduto foi montado pelo PSDB de Minas Gerais e apenas utilizado pelo PT. As oposições, como todos sabem, passaram recibo, protegendo um senador tucano envolvido nos primórdios do esquema. E assim foi ficando patente, aos olhos da opinião pública, que eram, afinal, todos, farinha do mesmo saco.

O engajamento de ministros do Supremo Tribunal Federal na proteção dos membros dos altos escalões do governo que enveredaram para o crime – sob o falso pretexto de garantir a governabilidade – foi o segundo golpe letal contra as nossas instituições democráticas.

O comportamento vergonhoso do ex-presidente do STF na tentativa de livrar Dirceu da punição parlamentar devida, aliado às inexplicáveis licenças,

concedidas a granel por vários outros integrantes da suprema corte, para que os demais implicados em graves irregularidades pudessem mentir (ou omitir a verdade) em Comissões Parlamentares de Inquérito, acabaram desmoralizando os mecanismos democráticos de que dispunha o parlamento para coibir e punir crimes de portadores de mandatos políticos. Esse tribunal, ademais, transformou-se em uma espécie de defensoria do grupo que controla o governo ao se dedicar, sistematicamente, a obstruir os trabalhos investigativos de senadores e deputados, colocando empecilhos de toda ordem para que fundadas suspeitas de irregularidades pudessem ser apuradas, em especial naqueles casos que poderiam envolver o presidente da República, como no da quebra do sigilo bancário de Paulo Okamoto.

Tudo isso, além de desmoralizar o Parlamento, desmoralizou também a Justiça, retirando credibilidade das instâncias capazes de garantir o império da lei.

Instaurada a dinâmica eleitoral, nada mais poderá ser feito. Como as urnas não podem ser um substitutivo para as instituições, caminharemos para uma crise sem precedentes.

Os irresponsáveis não viram que na nossa prateleira de dispositivos de defesa da democracia e das instituições, as eleições não constituem o mecanismo adequado para a solução do problema que nos aflige. Essa é a essência do seu eleitoralismo e do seu cretinismo eleitoral: imaginar que tudo se resolve com eleição. Imaginar que as eleições podem cumprir um papel sancionador. Imaginar um impossível – e fundamentalmente incorreto – “impeachment pelas urnas”. Ora, as urnas, felizmente, não podem substituir o impeachment. Se as urnas pudessem cumprir tal papel estaríamos todos perdidos, pois uma maioria eleitoral poderia nos condenar por qualquer coisa que, a seu ver, configurasse um delito.

No dia em que maiorias eleitorais puderem dizer o que é certo e o que é errado, o que é legal ou ilegal, o que é legítimo ou ilegítimo, podemos dar

adeus à democracia. Por certo as maiorias que elegeram Hitler, Mussolini, Chávez ou Morales não tinham, vamos dizer assim, uma noção muito clara do valor da democracia. Se elas estavam certas porque ganharam os pleitos, votando no vencedor, é sinal de que somos nós os errados na história, não?

Os irresponsáveis, no governo e na oposição, não viram, sequer, que a democracia não é o regime da maioria e sim o regime das múltiplas minorias, cujos direitos não podem ficar ao sabor do variável e episódico humor das massas lideradas por um candidato a condutor de rebanhos ou acarreadas por chefes políticos, ou manipuladas por embustes marqueteiros, mas devem ser garantidos por práticas sociais consolidadas em instituições capazes de ser fiadoras de pactos de convivência. Espero que não, mas enquanto caminhamos de cabeça baixa para o matadouro eleitoral, o país vai ao encontro de seu trágico destino.

Se isso acontecer, entretanto, a sociedade brasileira lembrará, mais cedo ou mais tarde, dos nomes daqueles irresponsáveis que – nos partidos de oposição, nos tribunais ou nas organizações da sociedade – teriam o dever de interpelar os chefes da quadrilha e não o fizeram, antes os pouparam, blindando-os e protegendo-os, tornando-se assim co-responsáveis por essa tragédia anunciada, que se abaterá sobre nós como uma bomba, um novo tipo de bomba de nêutrons invertida, que preserva as pessoas mas destrói lentamente as instituições sem as quais não pode ser garantida a substantividade do processo democrático.

=> ESTADO PARALELO

[18] Prendas de um Estado paralelo

José de Souza Martins, O Estado de S. Paulo (29/10/06)

As vicissitudes deste governo do Presidente Luiz Inácio expuseram, ainda que dissimuladamente, as ameaças e riscos da existência de um Estado paralelo no Brasil. As comissões de inquérito que, nos últimos dois anos, trataram da corrupção em diversos e melancólicos casos de criação de canais de transferência de dinheiro suspeito para partidos, através de parlamentares, trataram, sem o reconhecer, exatamente dessa duplicidade do poder. Os corruptos, do mensalão ao dossiê recente, foram vistos como se fossem simples e imprudentes batedores de carteira. Esse foi o erro político dos homens de bem que, no Parlamento e fora dele, entenderam que estávamos diante de corrupção no sentido lato e vago da costumeira ladroagem que, volta e meia, aparece associada a nomes de políticos. O delito é maior e bem mais complicado. Trata-se de crimes reiterados contra o sentido do mandato político e da democracia no Brasil, minados ambos pelos agentes ocultos, ou de duas faces, do Estado ilegal e paralelo.

Sem contar que o Estado legal está mutilado pelos vícios da representação política. Aqui, não é o povo que vai às urnas. São as urnas do poder que vão ao povo recolher, mais do que o voto, o consentimento sem limite, a carta branca pela qual os políticos mandam e, não raro, desmandam.

Não é estranho que a política brasileira contemporânea esteja marcada por diferentes manifestações de paralelismo político extrapartidário, de modo a distorcer a representação política e a estabelecer canais de mediação entre o povo e o poder que instituem autoridades ocultas na definição prévia daquilo que supostamente será decidido na instância propriamente política. É a nova cara do direito político.

Estamos em face da instituição de um poder paralelo e mesmo de um Estado paralelo que governa ocultamente e de fora das instâncias propriamente de expressão democrática da vontade política do povo. A ostensiva declaração do Presidente Luiz Inácio, pouco depois do primeiro debate do segundo turno, de que o PSDB não tinha o direito de ter candidato à Presidência e de pleitear seu retorno ao poder foi, sem dúvida, nítida manifestação desse autoritarismo, expressão da fala oculta do Estado paralelo que, se não governa, tenta governar.

As fontes dessa distorção são várias. Primeiramente, a referência mais ampla do divórcio entre o povo e o poder e a distância perigosa entre o legítimo e o legal. Em segundo lugar, a cultura de esquerda que se firmou no Brasil jogou sempre com o pressuposto de que o Estado “burguês” não merece confiança nem respeito, porque estado corrupto, nutrido econômica e financeiramente pela exploração do povo e pela iniquidade que enriquece os ricos e empobrece os pobres. Não é nenhuma surpresa que intelectuais, supostamente responsáveis, tenham abertamente justificado a corrupção, em nome da superioridade política e do compromisso alegadamente social e socialista do Partido dos Trabalhadores. Ou que um destacado político desse mesmo partido justifique a mentira autodefensiva e acobertadora como um direito dos autores de ilícitos políticos motivados por propósitos que são, digo eu, golpistas. O Estado paralelo para subsistir precisa corromper e mentir sobre a corrupção. Pior, recorre a racionalizações dessa ordem e outras mais que a intelectualidade produz com facilidade para dar uma cara aceitável ao que aceitável não é.

Essa cultura, no fundo, é meio de questionamento do direito de representação política legítima do povo. É evidência de que os que, nessa perspectiva, falam em nome do povo, e sobretudo dos pobres, usurparam de fato o direito de expressão direta e cidadã da vontade popular. Instituíram uma tutela cerceadora nos currais ideológicos em que forçam ao confinamento, por meios que vão da religião ao assistencialismo, os que chegam tardios, cansados e famintos à boca de cena da história política do

País. Na multiplicidade dos grupos e agências de mediação da vontade política das camadas populares criaram a prisão de uma sociabilidade de cerceamento, que tolhe e deforma a vontade política do eleitor. O direito à mentira, defendido pelo governador eleito da Bahia, difere muito da mentira comum e cotidiana e tem propósitos claros. Não vê quem não quer ver.

O Estado paralelo vem, há anos, definindo seu espaço, no aparelhismo, na infiltração e na manipulação. Nem os movimentos sociais escaparam. Uma central dos movimentos populares emergiu dessa escuridão política para colonizar e dirigir a vontade social do povo organizado e motivado por temas e reivindicações, não raro urgentes. Também a sociedade caiu no ardil do poder paralelo ao subscrever e sustentar moral e politicamente a ideologia do Estado paralelo que anima organizações políticas como o Movimento dos Sem Terra desde sua origem. Não só a reforma agrária oficial, a única legal, passou a ser apresentada pela organização, pelo PT e pela Igreja como reforma agrária do MST. Suas ocupações de terra, em lugar de expressar reivindicações legítimas dos trabalhadores, acabam expressando reivindicações político-ideológicas da própria organização política. Cavam a própria sepultura ao não se darem conta de que sua ação como braço do Estado paralelo mina a sustentação do governo legal, que é do seu próprio partido. O governo Lula foi parasitado pelo Estado paralelo, por sua vez robustecido pelas numerosas nomeações de membros desse Estado para o corpo funcional do Estado legal. Qualquer que seja o eleito neste segundo turno terá imensa dificuldade para governar: o governante do Estado legal terá que disputar com o Estado paralelo o poder legítimo, as diretrizes de Estado, as políticas sociais e até a política diplomática. Se for Lula o eleito, herdará um poder parcialmente esvaziado, drenado, parasitado e questionado pelo Estado paralelo. Nem os churrascos da Granja do Torno voltarão a ser os mesmos. O churrasqueiro era ministro do Estado paralelo e está na mira da polícia, que ainda existe.

José de Souza Martins é professor titular de Sociologia na Faculdade de Filosofia da USP.

'F' | ARTIGOS RELACIONADOS

=> FALSO CAIXA 2 OU CAIXA 3

[19] O problema é o caixa 3

Augusto de Franco, Folha de São Paulo (04/10/05)

De tanto repetir a mesma coisa, o governo está conseguindo sulcar uma versão: a de que todo o problema se resume a caixa dois de campanha, expediente comum às velhas práticas da política brasileira. Mas o problema maior que está em tela no momento não é o caixa dois, e sim o caixa três.

Caixa dois é o nome do esquema paralelo de "fundraising" que tenta captar recursos não-contabilizados para despesas de campanha eleitoral. Todos os partidos (ou quase todos) - não há por que negar- o usaram em algum momento, em maior ou menor escala.

É condenável, todos admitem. Mas se diz que é uma consequência imposta pelo nosso imperfeito sistema de financiamento de campanhas. E, assim, não se trataria de escolher agora alguém para pato, de punir o PT por, confessadamente, ter praticado tal esquema, poupando injustamente os demais que também o utilizaram. Tratar-se-ia, pelo contrário, de fazer uma reforma política para coibir esse tipo de prática.

O argumento não deixa de ter sua justeza. É uma tese importante de defesa e assim deve ser aceita. O que não se pode aceitar -a menos que queiramos passar por idiotas- é que todos os malfeitos do atual governo e do seu partido se resumam ao fato de terem recaído no velho esquema de caixa dois.

O PT fez caixa dois. Mas fez mais do que isso. Ocupando o governo, começou a engordar um inédito caixa três.

Sim, caixa dois é comum, mas caixa três é uma novidade. Parecem a mesma coisa, mas não são. Caixa dois tem objetivos eleitorais. Caixa três também tem. Mas não como o caixa dois, que visa a ganhar uma eleição determinada e que, portanto, se faz e se desfaz de acordo com o calendário institucional. Caixa três, pelo contrário, é permanente porque visa ganhar não uma eleição, mas controlar os meios eleitorais tentando garantir a vitória em futuros pleitos (no plural mesmo, à mexicana).

Caixa dois é usado de quatro em quatro anos e se destina à vitória episódica. Caixa três é usado continuamente e pretende estabelecer uma hegemonia de longa duração.

O chamado valerioduto alimentava, fundamentalmente, o caixa três. O grosso dos recursos que tráfegaram por esse duto foi mobilizado em 2003, depois do período de campanha, já com Lula no governo. A desculpa dos empréstimos bancários de um abnegado Valério é tão ridícula quanto a das hipotéticas operações colloridas no Uruguai.

O "mensalão" não tem necessariamente a ver com caixa dois. Mensalão faz parte do caixa três. Mas caixa três também não é sinônimo de mensalão, pois não é um fundo constituído apenas para dar mesadas a parlamentares.

O caixa dois praticado pelo PT está provado, porque houve confissão do tesoureiro do partido e, inclusive pasmem! do presidente da República. Mas o caixa três praticado pelo PT no governo também está provado na medida em que o dinheiro do valerioduto foi usado, como noticiou a imprensa, fora de períodos e objetivos eleitorais, até para pagar advogados para limpar a imagem do PT em Santo André. Ou seja, está provado que havia um caixa três para pagar tudo o que fosse necessário para garantir a hegemonia do

governo do PT e não apenas no parlamento, de vez que inclusive o Fórum Social Mundial recebeu recursos das contas valerianas.

Agora vêm Lula e o PT dizerem que o caixa três é o mesmo caixa dois. Pode até ser. Mas, se for, é ainda mais grave. Significa, ao contrário do que inventaram para nos enganar, não que só houvesse caixa dois e, sim, que só havia caixa três e que o dinheiro criminoso para financiar ou pagar dívidas de campanhas foi um desvio interno de recursos do caixa três. Nesse caso, a dose de dolo seria maior. Antes mesmo de ganhar as eleições, o PT já imaginava montar um fundo ilegal para falsificar a democracia, comprando com dinheiro vivo apoios para fazer maiorias em todas as instituições nos parlamentos, nas organizações da sociedade civil etc. visando controlá-las por meios ilícitos.

Caixa dois é um problema. Mas o problema maior é o caixa três. Enquanto o caixa dois é como um tiro de pistola na democracia, o caixa três transforma o regime democrático em alvo de uma saraivada de obuzes de grosso calibre.

Lula pode dizer que não é responsável pelo caixa dois, embora dele tenha se beneficiado, como já ficou evidente no depoimento de Duda (e isso passou batido diante dos olhos de nossa anêmica oposição). Mas, se é responsável pelo caixa três, então não poderia continuar, nem mais um dia sequer, na chefia do governo e do Estado.

Para continuar no governo com legitimidade, Lula tem de dizer à nação se quem o traiu, para além de fazer caixa dois, fez também caixa três (ou se só fez caixa três, o que é ainda mais grave). Enquanto não diz e não toma providências para processar tais antidemocráticos meliantes abrigados em seu governo ou em seu partido, está incorrendo em crime de responsabilidade.

Antes de decidirem sustentar Lula até o fim de seu mandato, as oposições deveriam verificar não apenas se será usado novamente o caixa dois em

2006, mas se nesses doze meses que nos separam do pleito continuará também sendo usado o caixa três.

=> FORÇAS CONSERVADORAS

[20] Dez razões para não votar em Lula

Gilberto de Mello Kujawski, O Estado de São Paulo (14/09/06)

Meu pensamento circulava por outras esferas quando a leitura da declaração de voto em Lula pelo simpático professor Renato Janine Ribeiro (USP, Sorbonne, etc.) me trouxe de volta à realidade: 'Voto em Lula. Acho o governo dele melhor que os anteriores. A economia está melhor, a Polícia Federal está melhor, a educação está melhor, o custo dos alimentos está mais baixo. Então, acho que a condição do povo está melhorando' (Folha de S.Paulo, 25/8). Panglossiano. Se fosse no tráfego, o autor dessa declaração seria multado. Nunca se viu alguém andar tão a gosto na contramão das idéias e dos fatos.

Então, indaguei-me: se me perguntassem por que não vou votar em Lula, o que eu diria? Quais as razões de minha rejeição ao presidente Luiz Inácio? Alinhei logo em seguida as dez razões pelas quais não voto em Lula. Ei-las:

Lula, ao contrário do que quer parecer, é um político de feitio francamente conservador, que reproduz os piores vícios dos velhos políticos brasileiros, a saber: patrimonialismo, clientelismo, centralização, populismo, autoritarismo.

Patrimonialismo - Ao lotear o governo pelo PT, Lula traiu seu patrimonialismo, procedendo, ele e o PT, como donos absolutos dos cargos

de confiança, proprietários legítimos do governo transformado em 'cosa nostra'.

Clientelismo - Compra disfarçada de votos em troca de favores, como o Bolsa-Família, seu carro-chefe eleitoral.

Centralização - O presidente é o governo e não abre. Tudo passa por suas mãos. Muita suspeita, portanto, sua alegada inocência nos casos de corrupção. Nada se faz no governo sem sua ciência, sem seu aval, sem sua cumplicidade.

Populismo - Ele convive mal com as instituições democráticas, o Congresso, o Judiciário, a imprensa. Quer governar acima das instituições, como o 'pai dos pobres', em ligação direta com o 'povo'.

Autoritarismo - Como todo populista, como todo coronel, sua auto-suficiência se traduz no mais decidido autoritarismo nas relações com os ministros, os partidos, os deputados e os subordinados.

Ao ser tão conservador - no mau sentido - e querendo posar de progressista, Lula revela-se uma fraude política, utilizando a mentira como sua arma principal. Dessa mentira faz parte seu tão falado 'carisma', inventado para impressionar os trouxas.

Lula rebaixou os índices de crescimento do País a níveis haitianos, como se sabe. Melhorou o emprego? Balela. Quando Alckmin declarou, faz pouco, que Lula é um exterminador de empregos, muita gente falou em gafe. No dia seguinte veio o indicador do IBGE: o desemprego no País é o maior em 15 meses. Só o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, não sabia.

Lula herdou a política econômica do governo anterior, mas se mostrou um mau herdeiro. O bom herdeiro amplia e aperfeiçoa a herança. Lula contentou-se em repetir e conservar a política econômica estabilizadora do

seu antecessor, boa para seu tempo, sem acrescentar nada de novo. O que teria de fazer seria aproveitar a estabilidade para incentivar o crescimento. Em vez disso, marcou passo até agora, enquanto outros países emergentes já revolucionaram a escala do desenvolvimento. Nem mesmo foi respeitada a autonomia das agências reguladoras, uma das maiores conquistas do governo Fernando Henrique Cardoso.

O governo Lula elevou a carga tributária a cerca de 37,37% do PIB, um recorde histórico, travando brutalmente o desenvolvimento econômico.

Ao contrário do que proclamam alguns, a educação vai mal. O número de alunos não cresce nas universidades. O ensino básico continua uma calamidade.

O presidente Lula, com seu autoritarismo, espírito centralizador e excesso de medidas provisórias, contribuiu para desmoralizar e desprestigiar o Congresso, e o Congresso desmoralizado se tornou presa fácil da corrupção. A corrupção vem do Planalto, como assinala Alckmin: 'Mensalão é a submissão de um Poder a outro. É fácil bater em deputado, e tem de bater. Mas o deputado é só correia de transmissão. Todo o dinheiro sai do Executivo e sempre tem corruptor do lado de fora' (Estado, 25/8).

A política externa do atual governo, com seu terceiro-mundismo e sua obsessão antiamericana, é a política de Brancalione, aquele comandante do exército de esfarrapados. Ridícula e improdutiva, capitaneada por duas figurinhas difíceis, Samuel Pinheiro Guimarães, o Talleyrand provinciano, e Marco Aurélio Garcia, o Maquiavel encabulado. Lula adora andar em más companhias, um demagogo perigosamente antidemocrata e megalomaniaco, Hugo Chávez, e aquele ditador decadente, Fidel Castro.

Lula não tem perfil de estadista. O verdadeiro estadista dá sua marca criando o fato novo, aquele que divide a política em antes e depois dele - o Plano de Metas de JK, a recuperação da Guanabara por Carlos Lacerda, o Plano Real de

FHC. Luiz Inácio não conta com nada parecido em seu currículo, após quatro anos de governo.

A onda de corrupção que assola e devora o País em todos os níveis pode ser ou não da responsabilidade de Lula. Seja como for, seu nome ficará historicamente vinculado à mais gigantesca seqüência de escândalos que abalaram a política brasileira nos últimos anos. Lula pode ser absolvido nas urnas, se ganhar a eleição, mas não será absolvido pela História.

Em suma, não é possível votar para presidente da República num candidato que nunca leu um livro e se gaba da própria ignorância como se esta fosse um galardão e motivo de orgulho. Que péssimo exemplo para a juventude! Será possível levar este homem a sério quando ele fala na importância da educação?

Com perdão daquele simpático professor da USP, colega da não tão simpática Marilena Chauí, votar em Lula significa aderir à turma do 'me engana que eu gosto'.

*Gilberto de Mello Kujawski, escritor e jornalista, é membro do Instituto Brasileiro de Filosofia. E-mail: **gmkuj@terra.com.br***

'I' | ARTIGOS RELACIONADOS

=> IMPEACHMENT

[21] O falso dilema do impeachment

Augusto de Franco, Folha de São Paulo (16/12/05)

O fato é que a oposição ficou com medo: medo de criar um mártir, medo de uma reação das massas ao estilo venezuelano, medo (inútil, como agora se vê) de ser acusada de golpista e, por último, medo do uso político que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva faria de sua vitimização. Assim, argumentando que não havia condições políticas para o impeachment, deixou de confrontar Lula por meio de tantos outros expedientes legais e legítimos disponíveis na nossa prateleira de salvaguardas democráticas e republicanas.

Na verdade, como qualquer pessoa inteligente pode perceber, a impossibilidade do impeachment (propalada, não por acaso, mais pela oposição do que pelo próprio governo) foi um alibi, um pretexto para não radicalizar o processo político, porque, por trás de todos os medos mencionados acima, mais ou menos assumidos ou declarados, havia - e há - um outro medo, revelador dos reais motivos da leniência tucano-pefelista: o medo de que uma mexida muito brusca nas regras do jogo acabasse saindo do controle e, assim, a insatisfação popular com o governo corrupto desse para transbordar na forma de uma recusa também aos que o confrontaram, considerados de roldão como "farinha do mesmo saco".

Resultado: chegamos até aqui sem que o maior esquema de aparelhamento do governo e de privatização partidária do Estado de que se tem notícia no

Brasil fosse desmontado. E é esta a situação em que nos encontramos hoje: mesmo que apareça nos jardins do Alvorada uma frota inteira de Fiat Elba, nada poderá ser feito. Está decidido. A determinação de aplicar a lei já foi trocada pela aposta na loteria do calculismo eleitoreiro.

Não afirmo que o impeachment fosse uma solução possível. Talvez sim, talvez não. Digo que a oposição, para se esquivar do confronto com o presidente Lula, fez uso político indevido dessa possível impossibilidade.

O impeachment deixou de ser um dispositivo constitucional válido de nossa vida democrática. São os próprios líderes oposicionistas que agora o comparam a um golpe.

Diante da acusação, feita pelo presidente da República, de que a oposição brasileira é golpista, o líder do PFL declarou que "se houvesse golpismo por parte da oposição, ele [Lula] já teria sofrido processo de impeachment".

Na mesma tônica reagiram os líderes tucanos. O líder do PSDB no Senado Federal disparou: "Que golpismo é esse? Nem sequer impeachment do presidente a oposição pediu". E o líder tucano na Câmara dos Deputados arrematou: "Aqui, nunca fizemos nenhum movimento para tirar o presidente Lula do poder. E ele bem que merecia. Mas achamos melhor esperar pela eleição do ano que vem, quando vamos afastá-lo em definitivo e democraticamente".

Isso quer dizer que, ao optarem por manter Lula -apesar de todas as evidências dos crimes cometidos por seu governo corrupto-, o fizeram conscientemente. O que - é claro - explica muita coisa.

Vejam o absurdo dessa idéia. Por um lado, ela desqualifica o impeachment, caracterizando-o como saída não democrática (e coloca a nação em dívida com Fernando Collor de Mello). Por outro lado, ela contribui para desconstituir o Estado de Direito ao subordiná-lo à correlação de forças,

critério válido na luta política, mas incapaz de concorrer para a vigência do império da lei.

Pois se Lula "merecia" o impeachment, foi porque violou a legalidade vigente e, assim, deve-se inferir que providências não foram tomadas por uma opção de não seguir a lei. "Achar melhor" não seguir a lei, quando se sabe que a lei foi infringida, não é um comportamento compatível com a missão pública de salvaguardar a legalidade.

No limite, adota-se um novo princípio que espanca o direito: o princípio de que as leis serão aplicadas dependendo da correlação de forças ou das conveniências políticas.

O impeachment instrumentalizado pela oposição estabeleceu uma enganosa disjuntiva. Se não há condições para aplicá-lo, então tudo o que resta é poupar Lula, sustentando o seu mandato até as eleições.

Falso dilema: se as condições políticas para o impeachment não estão reunidas, isso não significa que devemos "blindar" o presidente. Ele pode ser interpelado de várias outras formas. Existem, repito, numerosos mecanismos legais e parlamentares para obrigá-lo a dar explicações à nação.

O "tudo ou nada" é equivalente a nada. Contribui para dar mais tempo de recuperação ao governo corrupto. E não concorre para que Lula seja constrangido democraticamente a mudar de comportamento. Pelo contrário, assegura que ele - o inegável chefe, responsável pelo esquema - permaneça livre para prosseguir nos seus desatinos e, mal-agradecido, ainda calunie a oposição, chamando-a de golpista. E permite, ademais, como escreveu o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que continue em marcha "o maior processo de destruição de valores republicanos já havido em nossa história".

Ora, se é assim, então estamos diante de fato gravíssimo, cuja correção não pode esperar um tempo tão longo a ponto de permitir, como dizem os

juristas, que o bom direito se esfume. E nunca deveria ser transformada em aposta numa vitória eleitoral para lá de incerta.

[22] O impeachment necessário

Augusto de Franco, Folha de S. Paulo (13/04/06)

As oposições não querem. Antes, também não queriam. Agora, porque está muito perto das eleições. Antes, porque estava muito longe. Estão doidas para fazer campanha e avaliam que esse tema pode até atrapalhar os preparativos e a arrumação dos palanques. Tudo desculpa: é puro medo (de serem acusadas de golpismo), eleitoralismo (que confunde a popularidade de Lula com a sua legitimidade) e, no fundo, falta de compreensão do valor estratégico da democracia.

Eu sei. Nós sabemos. Mas, a rigor, não há como não iniciar um movimento pelo impeachment de Lula. Por quê? Por um simples motivo: porque Lula é o responsável pelo que está acontecendo, na medida em que nada fez para apurar os crimes de seus subordinados e punir os culpados. Deixou correr solta a bandidagem, banalizando o mal cometido por uma verdadeira quadrilha formada dentro do seu governo.

E a coisa chegou a tal ponto que está desconstituindo as instituições republicanas. Mesmo que Alckmin vença o pleito -o que é muito incerto-, mesmo assim, o prejuízo será irreversível no curto e no médio prazos.

Se forem dados a este governo mais nove meses de vida sem contestação ético-política da sua legitimidade, mesmo que Lula naufrague nas urnas, o processo corrosivo avançará.

Os oposicionistas que jogam água fria na conversa do impeachment dizem que a vida é assim mesmo, usando, por um lado, argumentos de sociologia

política (baseados na análise das tais condições desfavoráveis, como se isso fosse ciência), e, por outro lado, aforismos retirados do livro bíblico da sabedoria: tudo passa, isso também passará. Com um novo presidente, teríamos novo céu e nova terra, e se recomporia rapidamente o tecido institucional (quer dizer, como num passe de mágica, o Congresso readquiriria sentido público, os tribunais superiores deixariam de ser defensorias do poder e a máquina administrativa, hoje inteiramente aparelhada, renasceria íntegra das cinzas).

Ora, quatro anos de infestação partidária, de alteração degenerativa do corpo e do metabolismo das instituições públicas e de perversão da política não podem ser consertados em pouco tempo, a não ser que haja uma ruptura contundente com as práticas anteriores, simbolizada pela punição e execração pública dos culpados por tantos delitos.

Ou seja, o ganhador da loteria eleitoral, mesmo que seja Alckmin, sobretudo depois de ter sobrevivido a mil e uma denúncias do PT (e elas virão como avalanche, aguardem), não poderá contar com alta dose de confiança. A credibilidade da "classe política" foi derruída a um ponto tal -pelas práticas lulo-petistas e pela sua linha tática de defesa, ao disseminar a idéia de que todos são iguais no crime- que não há volta fácil. Não será trivial fazer o povo confiar novamente nas instituições da nossa democracia representativa.

Ademais, permanecendo impune, a quadrilha que se organizou no governo para assaltar o Estado brasileiro e falsificar o processo democrático continuará atuando (nos Estados e prefeituras eventualmente conquistados, nas organizações da sociedade aparelhadas, nos sindicatos e movimentos sociais que funcionam como linha auxiliar do partido) e infernizando a vida do vencedor. Darão o troco, fazendo aquilo que a oposição atual -tendo a lei do seu lado- não quis fazer por falta de coragem e de visão. Ou seja, arrumarão falsos pretextos para desestabilizar o novo governo.

Esse é o motivo pelo qual não basta vencer Lula eleitoralmente. É necessário derrotá-lo politicamente, quer dizer, derrotar as concepções e as práticas que refletem o seu projeto de poder. Só um movimento pelo impeachment teria força simbólica para sinalizar, para o conjunto da população, que o país mudou. Ocorreria algo semelhante àquele alto-astral que sucedeu ao impeachment de Collor, quando as pessoas começaram de novo a acreditar no Brasil, lavando a alma ao limpar o país da lama collorida.

O impeachment seria a melhor solução democrática, inclusive porque a menos traumática no médio prazo. Não havendo o impeachment -ou, que seja, ao menos um movimento pelo impeachment capaz de suscitar a emergência de uma opinião pública insurgente- e não havendo punição exemplar para os envolvidos, com a total defenestração dos aparelhadores do Estado, o próximo governo carregará, aí sim, uma herança maldita (porque autocrática) de proporções incalculáveis.

Isso, é claro, para não falar dos riscos da reeleição de um governante que, conquanto ainda tenha popularidade, não tem mais legitimidade. Deixá-lo concorrer nestas circunstâncias, promovê-lo a competidor legítimo depois de tê-lo poupado e mantido contra a lei e os bons costumes é um erro cuja consequência se abaterá sobre nós como uma bomba se, por acaso -o que não é difícil-, Lula tirar a sorte grande na loteria eleitoral que se avizinha.

[23] Democracia e impeachment

Augusto de Franco, www.democracia.org.br (14/04/06 08:47)

Se os jornais registraram corretamente as declarações de ontem do candidato Geraldo Alckmin, então ele prestou um desserviço à democracia.

Segundo o Estado de São Paulo de hoje, "O ex-governador de São Paulo e pré-candidato tucano à Presidência, Geraldo Alckmin, disse ontem discordar

da movimentação de líderes da oposição, entre eles o presidente nacional do PSDB, senador Tasso Jereissati, para pedir o impeachment do presidente Luiz Inácio Lula da Silva por causa do parecer do procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza. Na denúncia enviada ao Supremo Tribunal Federal (STF), Souza acusou o PT de agir como uma “organização criminosa” ao criar o sistema de financiamento ilegal de parlamentares – o mensalão. “Não discuto o impeachment. O que quero é derrotar o Lula e o PT nas urnas”, disse Alckmin, durante visita à 46ª Exposição Agropecuária e Industrial de Londrina, onde foi recebido por cerca de 500 produtores rurais para apresentar as suas propostas”.

Segundo a Folha de São Paulo, “o pré-candidato do PSDB à Presidência da República, Geraldo Alckmin, disse ontem em Londrina (norte do PR) que nem a “finada velhinha de Taubaté” acreditaria que o presidente Lula não soubesse do esquema de mensalão em seu governo. Ele descartou, porém, a proposta de pedido de impeachment de Lula. “Eu não discuto impeachment. No processo democrático isso se resolve com eleição. E vamos ganhar a confiança do povo e vencer”, disse. Alckmin ironizou a declaração feita por Lula, em Sorocaba, de que a oposição está “nervosa” com o crescimento econômico: “É um crescimento haitiano, só ficamos à frente do Haiti. Ele já disse que não tem pressa de o país crescer. É o contrário de Juscelino Kubitschek, que falava 50 anos em cinco”.

Ora, é aceitável que Alckmin não se envolva com o tema do impeachment. Afinal, como sua candidatura vem revelando certas dificuldades para decolar – com índices ridículos no Nordeste, onde não chega a 10% e, no país como um todo, onde não conseguiu alcançar nem um quarto das intenções de voto – qualquer declaração do ex-governador favorável ao impeachment poderia soar como medo de enfrentar Lula nas urnas.

Tudo isso se entende. O que não se entende é tentar qualificar o impeachment como solução não-democrática. Se fosse assim, teríamos o dever moral e republicano de chamar Collor de volta. Recomendaria a

prudência – e a inteligência – que Alckmin cuidasse de sua campanha ao invés de ficar expondo publicamente suas divergências com os democratas, inclusive com o presidente do seu partido, como relata o trecho da matéria do Estadão transcrito acima.

Por outro lado, nem mesmo alguns expoentes da sociedade civil, como o jurista Miguel Reale Júnior, parecem ter entendido ainda que o impeachment é, em primeiro lugar, um imperativo ético-político. Como escreveu Paulo Moura, no último dia 12 de abril, em artigo no site do Diego Casagrande, intitulado “O vôo de galinha do tucano Alckmin”, “é preciso, também, parar de brincar com a hipótese do impeachment com se isso fosse artifício de marketing eleitoral. Que os tucanos não queiram arcar com o ônus da iniciativa é compreensível. Mas, abrir um processo de impeachment contra Lula é uma questão de defesa da democracia e da integridade das nossas instituições. Se Lula tiver que concorrer dando explicações sobre o porquê de a OAB estar pedindo seu impeachment, tanto melhor. Se for cassado antes da eleição, que seja”.

Com efeito, na revista Veja que está saindo hoje, Miguel Reale Junior, em entrevista concedida a Thaís Oyama, após reconhecer que tecnicamente já existem indícios suficientes para pedir o impeachment de Lula, descarta a medida porquanto ela não teria viabilidade de ser aprovada por este Congresso e porque a sociedade está dividida em relação à proposta.

Segundo Reale, Lula era “o grande beneficiário do mensalão” e “o resultado desse esquema de corrupção... [foi] a aprovação de todos os projetos e emendas constitucionais que ele mandava para o Congresso. Um dos crimes de responsabilidade é cooptar a vontade do Congresso pela via da corrupção. É impossível que o presidente da República não soubesse como se formavam as maiorias que sustentavam os seus projetos de lei”. Todavia, perguntado sobre o que impede que se peça o impeachment, Reale respondeu que “o impeachment é um processo político-penal. Para dar início a ele, não basta que se tenha o elemento jurídico. É necessário que a proposta tenha

viabilidade no Congresso e encontre receptividade junto à sociedade. Hoje, não se tem nenhum desses elementos. Primeiro, porque não há juízes em Brasília. Como é que a Câmara que absolveu (o deputado petista) João Paulo Cunha e outros mensaleiros vai votar o impeachment? Essa Câmara não tem condições morais nem políticas para isso. Em segundo lugar, a sociedade estaria dividida diante de uma proposta como a do impeachment. A taxa de indignação dos brasileiros baixou muito. Hoje, você tem um nível de resposta muito pequeno aos escândalos”.

Bom, o mínimo que deveríamos esperar de tão expressivas lideranças da nossa sociedade seria um pouco mais de inteligência para distinguir entre um pedido formal de impeachment, feito nas circunstâncias atuais – que, se fosse apresentado a Aldo Rabelo, seria prontamente engavetado e, se chegasse ao plenário, seria derrotado – do movimento pelo impeachment. Para que a sociedade possa entender o que está acontecendo, para que o cidadão comum, que não acompanha de perto a política e não sabe analisar os fatos políticos, possa entender a gravidade da situação, é necessário que exista um amplo debate público sobre o assunto. Ora, tal debate jamais chegou a ocorrer porque a oposição não deixou. Em todas as oportunidades em que o tema foi ventilado, apareceram logo os bombeiros da oposição para dizer que não havia condições e coisa e tal, usando argumentos semelhantes aos que empregou Alckmin ou aos usados por Reale.

Se as instituições competentes aprovarão ou não o impeachment é outra coisa. O importante aqui é o processo, que deve começar de baixo. A política democrática tem um desfecho aberto, por essência é imprevisível. Quem não quer correr riscos são os autocratas, como Fidel Castro, quando aconselhou Daniel Ortega a não abrir eleições com o argumento, tão simplório quanto autoritário, de que ele poderia perder.

Mostrei no meu artigo de ontem na Folha de São Paulo por que o processo eleitoral não pode substituir um processo – *latu sensu* – de impeachment, um movimento pelo impeachment. Não são dispositivos equivalentes. O

processo eleitoral implica um reconhecimento da legitimidade dos postulantes. Se as eleições ocorrerem sem a contestação ético-política da legitimidade de Lula, isso significará que é lícito e aceitável que um presidente da República deixe uma quadrilha se formar e atuar dentro do seu governo para cometer os piores crimes na esfera pública com o objetivo – como reconhece Reale – de beneficiá-lo. Assegura-se assim que é válido se organizar criminosamente para assaltar o Estado com o fito de manter um mesmo grupo no poder falsificando o processo democrático.

Reale comete um erro grave quando confunde diferentes instrumentos e procedimentos do Estado de direito. Ele conclui sua entrevista dizendo que “se tudo o que está ocorrendo não tiver como resultado um impeachment nas urnas (sic), isso gerará no grupo que tomou o poder a sensação da onipotência e da impunidade. Se Lula for eleito depois de todos esses fatos, nós não estaremos dando uma carta-branca para que um autoritarismo desbragado tome conta do país? Não estaremos emprestando nossa anuência a tudo o que aconteceu? Temo o que possa vir depois disso”. Sim, é verdade. Mas não existe em nosso arcabouço jurídico-político constitucional esse imaginativo instituto do “impeachment nas urnas”. Se existisse, o regime democrático não poderia prevalecer e, nem, subsistir.

Em outras palavras, não se pode trocar as sanções previstas em nosso ordenamento democrático pela sanção eleitoral. São coisas distintas que foram confundidas ultimamente pelo eleitoralismo oposicionista. Se as urnas podem substituir as instituições, então vamos começar economizando o dinheiro gasto com parlamentos e tribunais. Pior, se o processo eleitoral pudesse substituir o processo democrático, então não teria sentido a lenta e penosa construção democrática na sociedade civil.

Na verdade a confusão aqui é entre popularidade e legitimidade. Se Lula não tivesse a popularidade que tem, nenhum desses argumentos instrumentais para não aplicar a lei estariam sendo usados assim tão vergonhosamente. Ocorre que – dados os crimes cometidos em seu governo e, portanto, sob

sua inescapável responsabilidade – Lula não tem mais legitimidade. Se ainda tem popularidade é porque os que o aprovam não entenderam a sua responsabilidade. Como mostrar isso sem um grande debate público, que só pode ocorrer no interior mesmo de um movimento, de uma campanha política pelo impeachment? Esse é o ponto.

Não há como fazê-lo numa campanha eleitoral, em que a voz e o protagonismo não vêm da sociedade e sim dos candidatos e partidos diretamente interessados em vencer a disputa. A população encarará qualquer ataque como um artifício para destruir o adversário. Ataque por ataque, todos podem igualmente atacar, não importa se com argumentos verdadeiros ou falsos: no calor da campanha, quem vai verificar? Como mostrar a diferença entre as acusações do desvio dos recursos das privatizações, do "Dossie Cayman" e da "Lista de Furnas", do caixa 2 de Lula via-Duda, do mensalão e da violação do sigilo de Francenildo? Como dizer que o filho de Alckmin não é tão corrupto quanto o filho de Lula?

Reale reclama – com razão – que “o Supremo [Tribunal Federal] estaria chamando para si a responsabilidade pela manutenção da governabilidade. Acredito que, talvez, alguns dos ministros possam estar assumindo essa posição: a de tentar contribuir para impedir a desestabilização do governo. Sem dúvida é um equívoco. A desestabilização das instituições é muito mais grave do que a desestabilização de um governo”.

Perfeito! É isso mesmo. Mas o que dizer de certas lideranças da sociedade civil – como o próprio Reale, em torno do qual esforçados cidadãos até começaram a organizar um movimento intitulado “Dá-lhe, Reale!” – que ameaçam com o impeachment para depois voltar atrás, dizendo que não há condições políticas para tanto, sem, antes, ao menos, tentar fomentar um amplo debate sobre o assunto? Ao dizer que não há condições para o impeachment, tais lideranças não estão desarmando as iniciativas dos cidadãos que porventura queiram surgir (sobretudo agora, depois da denúncia do Procurador Geral da República)?

Não é correto a sociedade civil transferir para os candidatos essa responsabilidade que é sua. Em primeiro lugar porque, mesmo que quisessem – o que não é o caso – eles (os candidatos e os partidos interessados) não poderiam assumi-la. Em segundo lugar porque, dada a correlação de forças e o caráter de loteria da disputa eleitoral atual, a aposta na sanção pelas urnas é uma aposta eleitoreira irresponsável.

Escrevi no final de março (no meu blog pessoal, no artigo “A queda de Palocci não conserta nada: se Lula continua, continua tudo como antes!”) que “todos os argumentos que foram utilizados pelas oposições para desqualificar o impeachment eram falsos, não do ponto de vista teórico-sociológico e sim do ponto de vista político-jurídico. Colocando-se em posição colaboracionista, as oposições urdiram a estranha teoria de que o impeachment resultava da conjunção de três fatores: (a) do descumprimento provado da lei; (b) do clamor das ruas; e (c) das condições políticas dos seus operadores (o Congresso Nacional) para processá-lo. Ora, tal teoria pode valer *a posteriori*, como esquema analítico - para explicar por que tal ou qual governante sofreu ou não um impedimento - e não *a priori*, prescritivamente, para descartar a aplicação do preceito constitucional. A sociologia política não pode substituir o direito. Só com sociologia e sem direito, nenhuma sociedade subsistiria. E, se subsistisse, certamente não poderia ser uma sociedade democrática”.

Pois é. E agora, quando as evidências são muito maiores, as oposições continuam quebrando a cabeça para criar argumentos (na verdade, justificativas) que as dispensem do dever ético-político de tomar uma atitude condizente com os crimes que foram cometidos. Que seja! Que cuidem de suas campanhas eleitorais, que é o que sabem e gostam mesmo de fazer. Mas o que não parece muito justo é que se engajem com tanto afinco para desarmar e matar no embrião as tímidas iniciativas da sociedade civil.

[24] O problema dos argumentos contra o impeachment

Augusto de Franco (19/04/06 07:24)

Alckmin perdeu uma outra oportunidade de ouro de ficar calado. Segundo noticiou o site Primeira Leitura, às 17:44 de hoje (ontem), Alckmin disse – mais uma vez – ser contrário ao impeachment do presidente. Tudo bem que não cabe a ele, principal concorrente eleitoral de Lula, tomar a iniciativa. Poderia soar como provocação, medo das urnas ou, quem sabe, tentativa desesperada de melar um jogo em que já se julga perdedor. Mas daí a declarar – como fez hoje (ontem) em Rondonópolis (MT) - que cabe ao povo decidir nas urnas pela permanência ou não de Lula no Palácio do Planalto, reafirmando taxativamente: “Sou contra. Acho que o processo político é a eleição e estamos a meses do processo eleitoral... Acho que é o povo que decide, nas urnas. Confio na mudança e quero ser seu instrumento”, vai uma grande distância – aquela que separa a prudência e a inteligência do açodamento e da burrice.

E se as instituições da sociedade civil resolverem iniciar um movimento pelo impeachment, será ele, o candidato Alckmin, que vai fazer o serviço sujo de desarmá-las, de bombardear a sua proposta? No mínimo ele deveria deixar ao governo o papel de se defender. Em termos táticos – meio na base da realpolitik – digamos que tal atitude seria compreensível se as eleições estivessem marcadas para depois de amanhã e se o candidato oposicionista se encontrasse tecnicamente empatado ou muito próximo do candidato da situação. Não é o caso. Em termos estratégicos – da democracia tomada como valor estratégico – tal postura não se justifica.

De repente, porém, começam a entrar em cena os bombeiros oposicionistas, ávidos por desmontar uma iniciativa que não tiveram por falta de coragem, de responsabilidade e de visão democrática. Lula deve estar feliz da vida por receber da oposição mais esse presente. Não tem nem que se preocupar em se defender. São as próprias oposições que executam tal tarefa para ele.

Sim, são as oposições, com seu eleitoralismo incorrigível, que contribuem para mistificar a opinião pública com a falsa idéia de que popularidade é a mesma coisa que legitimidade. São as oposições que contribuem para caracterizar o impeachment como medida não democrática. Não é a primeira vez que Alckmin e outros tucanos e pefelistas declaram ou dão a entender que o impeachment não é uma saída democrática (aumentando nossa dívida com Collor).

De repente uma imensa rede de articulistas e juristas inclusive, é acionada para tratar do assunto do impeachment usando argumentos (ou alegações) que – para dizer o mínimo – maltratam a inteligência. Vamos ver algumas:

1 – O impeachment não é viável – e não é correto, dizem alguns, considerando a popularidade como a fonte única da legitimidade – porque Lula tem alta popularidade.

2 – O impeachment não é viável porque este Congresso que está aí (que absolve mensaleiros) não tem moral para aprová-lo (ou não vai aprová-lo, nem mesmo considerá-lo já que Aldo, representante de Lula, engavetará a proposta).

3 – O impeachment passou da hora, deveria ter sido pedido em agosto do ano passado, quando Duda revelou o recebimento ilegal de dinheiro em conta no exterior para fazer a campanha presidencial de Lula. Como resumiu o senador Demóstenes Torres (PFL), “a oposição perdeu a oportunidade de pedir o impedimento, o brasileiro não está disposto a enfrentar tamanho desgaste e a absolvição dos mensaleiros deixou esta legislatura sem condição política de julgá-lo”.

4 – Não há condições para o impeachment porquanto não existe o clamor das ruas, não existem “caras pintadas” marchando na Esplanada dos Ministérios.

5 – O impeachment é um risco para a estabilidade das instituições porque o PT e seus braços sindicais e populares, como o MST, incendiarão o país, sendo o resultado de tal confronto imprevisível.

6 – O impeachment favorece a Lula pois ele fará papel de vítima e pedirá socorro ao povo contra mais esse golpe das elites, dos conservadores e da direita e, como não há condições de efetivá-lo, no final Lula ainda sairá por cima, aumentando a sua popularidade ainda mais. Com disse o analista política Murilo Aragão, “o governo poderia vender a versão de que a oposição, sabendo que seria derrotada por Lula nas urnas, conforme mostram as pesquisas, quer tirá-lo do posto a força. O tiro poderia sair pela culatra”.

7 – O impeachment não é uma saída democrática. Como disse o candidato Geraldo Alckmin, “no processo democrático isso se resolve com eleição”.

Cabe lembrar que todos essas justificativas para não obedecer a lei valeriam se se descobrisse que Lula deu um desfalque, embolsou algum dinheiro público, mandou prender arbitrariamente uma pessoa (ou violar os seus sigilos) ou incorreu em outros ou mesmo em todos os artigos da Constituição que caracterizam crime de responsabilidade passível de impedimento. Mas nada disso – se viesse a ser descoberto – teria a menor importância. Nem mesmo, como já se disse, se fosse descoberta, nos jardins do Alvorada, uma frota inteira de Fiats Elba.

Ou seja, o presidente está, rigorosamente falando, acima da lei. Pode fazer o que quiser e bem entender, desde que não seja filmado em flagrante delito (e que as redes de televisão não levem ao ar) e fica tudo por isso mesmo. Pode mentir, investir contra as instituições, obstruir investigações, comandar uma quadrilha... Tudo, ele pode tudo. E, se fizer tudo isso, ainda assim não pode sofrer nenhuma sanção. Por que? Ora, porque ele tem alta popularidade, porque o Congresso não tem condições de instaurar o processo competente e aprová-lo, porque já passou da hora, porque o povo

não está disposto a enfrentar tamanho desgaste (tanto é assim que as ruas estão quietas), porque seria um risco para a estabilidade das instituições, porque ele fará papel de vítima e, enfim, porque não seria democrático.

Entenderam? Essas alegações valem para qualquer delito, mesmo o mais monstruoso. Temos assim, no chefia do governo e do Estado, um cidadão diferente dos outros cidadãos, acima da lei, ao qual é facultado fazer qualquer coisa.

É ainda pior do que isso. Ao não interpelar Lula, chamando-o à responsabilidade, estamos dando um aval para que ele continue a cometer tantos crimes quantos quiser, sobretudo aqueles que já foram caracterizados pelo Procurador Geral da República em sua denúncia.

Fica assim decretado que é lícito ao governo – desde que consiga reunir as condições acima – articular e montar uma organização criminosa para assaltar o Estado. É lícito organizar e fazer funcionar uma quadrilha para desviar recursos públicos e praticar no atacado a corrupção comprando apoios para falsificar o processo democrático com o objetivo de garantir a permanência de um grupo no poder. É lícito perseguir oponentes e investir contra seus direitos fundamentais para proteger membros dessa quadrilha.

E não há a quem recorrer, pois o Congresso está impedido (o presidente não pode ser impedido, mas o Congresso pode sofrer essa espécie de “impedimento branco”) e a Suprema Corte já mandou avisar que o processo demorará mais de um ano para chegar ao desfecho. Ou seja, num tempo que ultrapassa o mandato do presidente, esfumando-se, assim, o bom direito.

Diante de tudo isso, restou apenas uma única (e mágica) solução: as eleições. Tudo bem? Não, tudo mal. E se Lula for culpado por tudo isso e vencer as eleições? Isso significa que foi absolvido? E se, sendo reeleito, usar e abusar do poder para se proteger (não se esqueçam de que ele nomeou e ainda

nomeará boa parte seus juízes) e barrar quaisquer investigações e processos, qual será a solução?

A resposta é simples. Não tem solução.

Parece óbvio que a solução eleitoral não pode valer para toda e qualquer coisa que ocorre em um regime democrático. Para isso existem leis e instituições. Como disse em outro artigo, se o império da lei não estiver acima do índice de audiência (das massas), não existem condições institucionais para o funcionamento do regime democrático.

Para além dessas questões de princípio, existem outras questões, de tática política, que escapam aos que agora se esforçam para dinamitar a iniciativa do impeachment.

É preciso ser muito burro para não entender que existe uma relação entre o estado da opinião pública e a atuação dos atores políticos. Ora, se o povo não está suficientemente esclarecido das responsabilidades de Lula pela avalanche de crimes e irregularidades cometidos dentro do seu governo, dentro do seu palácio, pelos seus mais íntimos auxiliares, isso não é um dado da natureza e sim a consequência da falta de esclarecimento e de debate público sobre o assunto. Se os esclarecidos não esclarecem os que não estão esclarecidos, como estes últimos se esclarecerão? Continuando nessa linha: como fazer isso sem desencadear um movimento de opinião pública que coloque na ordem do dia a questão? Eis a questão.

Qualquer pessoa com dois neurônios sabe que um pedido formal de impeachment não seria acatado pelo presidente da Câmara dos Deputados e, se fosse aceito, não seria aprovado pelo plenário da casa mantidos os níveis atuais de esclarecimento da população. Qualquer pessoa que saiba somar dois mais dois sabe que os representantes votam sob pressão dos representados (se não houvesse tal pressão, nem mesmo Collor teria congregado contra si todos aqueles votos na ocasião em que foi impedido).

Então parece óbvio que o impeachment – além de ser uma medida democrática válida, constitucional e politicamente correta (que nada tem de antidemocrática; se for temos que chamar o Collor de volta) – é uma oportunidade para ensejar a necessária pressão da população sobre os seus representantes. Qualquer cidadão no gozo de seus direitos pode entrar com um pedido de impeachment. Não é disso que se trata: ninguém é idiota para ter que ouvir argumentos ridículos como os que vêm sendo apresentados por uma parte dos colunistas e analistas políticos. O fundamental aqui é desencadear o processo, iniciar o movimento de opinião, sem o qual não se terá gancho institucional para ampliar o debate sobre as responsabilidades do presidente.

O problema dos argumentos contra o impeachment é que eles não são exatamente argumentos éticos e nem políticos e sim considerações explicativas para conveniências, preferências, leniências... soando mais como quase desculpas - instrumentais para quem os utiliza - para não enfrentar as tarefas políticas que o momento exige.

‘J’ | ARTIGOS RELACIONADOS

=> JORNALISMO PICARETA

[25] Guia de defesa do leitor: como identificar matéria picareta

Reinaldo Azevedo, Blog do Reinaldo Azevedo (19/09/06 19:05)

- 1) A matéria picareta... costuma afirmar que o presidente Lula está muito irritado com tudo isso;
- 2) Se ele está irritado, é porque, claro, evidentemente, ele não sabia, mais uma vez, de nada;
- 3) A matéria picareta costuma recorrer ao chavão: “Lula tem dito a seus interlocutores”. É conversa mole. São jornalistas palacianos reproduzindo o que lhes dizem os assessores;
- 4) O nome técnico para o trabalho dos assessores é “spinning job”;
- 5) Quem cai na conversa costuma fazer um outro “job” para o governo, que não escreverei aqui por delicadeza;
- 6) A matéria picareta nunca diz que Lula “se diz” surpreendido; nunca informa que isso é uma informação ou avaliação da assessoria. A matéria picareta faz de conta de que isso é uma apuração, como se o jornalista estivesse se insinuando, à revelia, nos bastidores do poder;
- 7) Uma matéria é picareta quando o seu oposto seria uma impossibilidade em si. Explico-me: “Se Lula comenta com interlocutores que está irritado, que

não vai poupar ninguém”, isso só chega ao jornalista porque o suposto interlocutor quer. Imaginem se seria possível o seguinte: “Lula comentou com interlocutores que é uma pena que tudo tenha dado errado”.

8) A matéria picareta sempre sugere que há alguma divergência de fundo entre Lula e PT;

9) A matéria picareta traz “bastidores”, sem uma fonte citada nominalmente, mas, curiosamente, é publicada em todos os jornais;

10) A matéria picareta, por isso mesmo, é aquela em que a “fonte” acha os jornalistas — todos os jornalistas — sem que o jornalista precise achar a fonte.

‘L’ | ARTIGOS RELACIONADOS

=> LOTERIA DO CALCULISMO ELEITOREIRO

[26] O iminente suicídio do PSDB

Augusto de Franco, Folha de São Paulo (23/02/06)

O fato é que o PT, ajudado pelas oposições, recuperou a ofensiva. Até o Berzoini, aquele que ganhou o troféu da crueldade por ter colocado os aposentados idosos na fila, já ridiculariza abertamente os pré-candidatos Alckmin e Serra, chamando-os de "chuchu" e "ex-ministro da Dengue". Processa Fernando Henrique e ameaça levar o presidente do PSDB, Tasso Jereissati, às barras dos tribunais. Proclama, com arrogância, que o PT merece respeito. E não encontra resposta à altura. Daqui a pouco, pessoas como eu ficarão com medo de escrever artigos como este.

Enquanto isso, Lula continua fazendo campanha, usando a máquina pública descaradamente. E também não recebe resposta à altura. Coisa espantosa: as oposições não são capazes de dar uma única resposta adequada à conjuntura.

Tucanos e pefelistas deveriam estar preocupadíssimos, mas não esquentam muito. Ao contrário de alguns de nós, que estamos vendo o perigo, não se desesperam. Acham que estão num jogo de salão, num clube de elite, numa bela tarde de sábado, pensando no que farão logo mais, se vão ao show dos Rolling Stones ou do Bono. Imaginam que dispõem de todo o tempo do mundo para virar o jogo eleitoralmente.

Não dispõem. Segundo o Datafolha de ontem, Lula já conseguiu dobrar a sua votação entre os que ganham mais de dez salários mínimos. O tempo está se esgotando e, se não mudarem de comportamento ainda em fevereiro ou no início de março e se não aparecer no Brasil um movimento de opinião insurgente que resolva dar um basta em Lula e sua turma, as oposições fracassarão.

O que era erro agora é simples burrice. Burrice é a melhor das hipóteses. A menos ofensiva para as oposições. Pois, convenhamos, como pode se justificar alguém que, tendo a faca e o queijo nas mãos, resolve jogar tudo fora, assim, de graça? Se não for burrice, é o quê? (Um observador menos generoso poderia pensar que eles não querem realmente ganhar, que querem nos trair, competindo para perder e para acumular forças para 2010).

Alguns se consolam dizendo que a vida é assim. Mas o que está acontecendo com o PSDB não é fruto do acaso ou contingência imposta pelas limitações de um partido convencional. É resultado, em parte, da sua particularíssima e inconsistente formação como frente de personalidades e, em parte, conseqüência de seus erros passados, sobretudo do erro – crasso - de ter apostado estrategicamente numa sanção eleitoral (no futuro) para os crimes do governo, ficando sem tática (no presente).

Sim, PSDB e PFL são responsáveis pelo fato de Lula ter se mantido até aqui. E são responsáveis pela sua recuperação. E serão os grandes responsáveis por sua reeleição. Ou seja, se não mudarem de comportamento e se não virarem o jogo contando com a ajuda de uma opinião pública insurgente, passarão à história como os grandes (ir)responsáveis. A não ser que aconteça um milagre, vão ter que responder, durante anos a fio, pela enrascada em que meteram o país.

Sustentaram Lula todo esse tempo, apesar da avalanche de evidências que autorizariam a sua remoção institucional - ou, pelo menos, a imposição de

um constrangimento forte que obrigasse o presidente a uma mudança de comportamento -, sem nenhuma estratégia política, a não ser derrotá-lo eleitoralmente, fazendo a aposta, pra lá de temerária, na manutenção do seu desgaste por 15 meses depois dos escândalos! Foi assim que trocaram a política pela loteria do calculismo eleitoreiro.

Não sou eu que estou dizendo. Ressaltando o papel da oposição para assegurar a governabilidade do país, o presidente nacional do PSDB declarou na semana passada que, "se fôssemos irresponsáveis como eles [petistas] foram, teríamos paralisado o governo desde o ano passado". Pois é, não paralisaram mesmo. Foi uma opção consciente. Não queriam derrotar Lula. Queriam que ele se suicidasse.

Para não sair mal na foto, por puro bom-mocismo, nem mesmo tomaram, num primeiro momento, qualquer iniciativa para expor à nação as evidências de crimes cometidos pelo presidente da República e pelo seu partido. Pegaram carona na imprensa e quiseram surfar a onda numa boa. Para lucrar com o esforço alheio. Para tirar as castanhas do fogo com as mãos dos outros. Para levar vantagem sem se sujar. Tudo muito ruim. Como prova de caráter partidário, tal comportamento evidencia, digamos, alguma coisa que não se deve imitar. "Tirem as crianças da sala!", diria um pai zeloso diante desse péssimo exemplo, de oportunismo vulgar.

Agora, porém, com a campanha lulista em pleno andamento - na única hora em que teriam, segundo sua própria estratégia furada, de ganhar as ruas -, os tucanos resolveram amarrar os pés na mesa da sala para não sair de casa, enquanto não conseguem resolver essa ridícula disputa interna Alckmin versus Serra. Uma disputa de vaidades, motivada por pretensões pessoais colocadas acima de qualquer projeto coletivo.

E Lula já comprou o camarote para assistir, sorrindo, ao suicídio daqueles que queriam que ele se suicidasse.

‘M’ | ARTIGOS RELACIONADOS

=> **MINISTRO-CONSIGLIERI**

[27] Ministro ou *Consiglieri*?

Augusto de Franco, www.democracia.org.br (19/09/06 19:10)

Segundo informações da imprensa virtual de hoje, Augusto Arruda Botelho, advogado de Freud, fez carreira no escritório de Thomaz Bastos. Também ficamos sabendo que o próprio Freud Godoy, amigo de Lula e segurança dele e de sua família há 17 anos, foi estagiário no escritório de advocacia... de quem? Ora, do atual ministro Márcio Thomaz Bastos, da Justiça. E quem se lembra do nome daquele advogado indicado para defender o indefensável Palocci no escândalo da quebra do sigilo de Francenildo? A gente pode não lembrar do nome, mas sabemos quem o indicou (reunindo-se inclusive com o indicado, na casa de Palocci): Thomaz Bastos, ora essa! E o advogado de Delúbio, quem será que indicou? E os advogados de vários outros mensaleiros, corruptos ou corruptores? Estão entendendo? É muito coincidência, não? Bastos, afinal, é assessor jurídico de um grupo privado formado para delinquir - uma espécie de *Consiglieri* - ou ministro de Estado da justiça? Tudo se confirmando, parece óbvio que, num país sério, esse senhor teria alguma dificuldade para permanecer na função pública, não?

[28] Ensaio geral do Estado Policial

Reinaldo Azevedo, Blog do Reinaldo Azevedo (26/09/06 06:22)

O PT ainda não criou a República dos seus sonhos — e do nosso pesadelo —, mas já se pode dizer que vivemos uma realidade com características de Estado policial. Peguemos este caso dos dossiês — se outras evidências nos faltassem. A cúpula do partido do poder, toda ela da cozinha presidencial, associa-se para praticar uma série de crimes, e a máquina estatal é posta tanto a serviço da execução da obra como, depois, do ocultamento das provas e da obstrução da investigação.

Um dos protagonistas da lambança é o tal Expedito Veloso. Contra ele, pesam evidências de que quebrou o sigilo bancário de adversários políticos e de Luiz Antonio Vedoin, um criminoso confesso, para produzir o dossiê fajuto contra os tucanos. Ele próprio andou garganteando seus feitos por aí, orgulhoso de sua façanha. Nem é a mais notável figura da República a recorrer a tal expediente. Antes, Antonio Palocci, então ministro da Fazenda, já havia praticado o malfeito — nesse caso, na Caixa Econômica Federal, com a conivência do então presidente, Jorge Mattoso.

Márcio Thomaz Bastos, sempre tão dedicado à tarefa de fazer da Polícia Federal uma vitrine do marketing do governo, desta feita, não permitiu fotografia do dinheiro. E revelou os motivos: poderia ter impacto eleitoral. Imaginem essa mesma polícia, subordinada a este mesmo Thomaz Bastos, prendendo tucanos com uma bolada de dinheiro para comprar um dossiê contra Lula... O ministro da Justiça não teve pejo, até agora, de meter algemas em acusados de corrupção e submetê-los à expiação pública — sem que tenham sido ao menos julgados. Em alguns casos, e a Daslu é um exemplo, nem mesmo o processo está formalizado. Mas seus donos tiveram a sua reputação enlameada. Ele achou tudo normal. Mais: o feito foi parar no horário eleitoral: “A PF agora prende também os ricos”.

Fotografia de dinheiro flagrado na mão de bandidos para fraudar as eleições, para dar um golpe? Não, isso não pode de jeito nenhum! Mais: o Coaf, tão eficiente para detectar movimentação irregular de caseiros, agora diz que tão cedo não chegará à origem do dinheiro. Afinal, argumenta-se, eram muitos saques abaixo de R\$ 100 mil. De quanto era mesmo a movimentação bancária atípico de Francenildo?

A ditadura militar fez muita sujeira. Mas ela estava nos porões. Até para instaurar a tirania do AI-5, buscou-se um argumento legal, uma base jurídica. O petismo dispensa-se de todas essas formalidades. Sua “comunidade de informações” opera com desassombro inédito e encontra respaldo no centro do poder. Não é que ele tenha uma fachada legal e um braço ilegal. Os dois grupos se confundem e, de fato, são um só.

Numa retórica desavergonhada, Lula, a um só tempo, chama de aloprados os que se meteram na operação, mas acusa a tentativa de “golpe” das oposições; diz que não dá endosso a essas práticas, mas declara, desafiador, que a “oncinha — ele próprio — está com sede”. É o grande sacerdote dessa missa macabra. Ainda que, de fato, ignorasse tudo — e do que mais ele não saberia? —, seu comportamento abrutalhado, seu óbvio despreparo e seu desrespeito às condutas comezinhas do Estado de Direito estimulariam a malta que o cerca a agir como agiu.

Como será?

Muitos me perguntam, e não foi diferente nesta segunda na Associação Comercial de São Paulo, se acredito que, num eventual segundo mandato, Lula agiria de forma diferente. Acho que sim: diferente porque ainda pior. Ricardo Berzoniev e sua turma sucederam, vejam vocês!, a antiga cúpula do partido, aquela que caiu no caso do mensalão. Não custa lembrar que o agora indiciado Humberto Costa, candidato do PT ao governo de Pernambuco, integrou esta chapa de “renovação”... É uma questão de natureza, entendem? O que vemos não é desvio, é método.

Expedito Veloso vem nos lembrar que ninguém está a salvo. E a imprensa? Está preparada para fazer frente à investida dos totalitários? Huuummm... Com alguma frequência, lhes faz a vontade e lhes presta serviços, dando publicidade às ilegalidades que praticam, às óbvias transgressões aos direitos individuais. Tudo sob o pretexto de fazer justiça. Nessas horas, idiotas da objetividade argumentam: “Que importa se Expedito vasculhou ilegalmente a conta desse ou daquele? Se descobriu irregularidades, publiquemo-las”. Pobres coitados! Quanto tempo demorará para que a própria imprensa seja alvo de bisbilhotice?

Diante disso, há duas posturas: a estúpida diria um “quem não deve não teme”. Quem sabe o que é uma democracia vislumbra de cara o horror. Escarafunchar a vida de alguém ou de alguma empresa, sem a devida autorização, é o passo anterior à produção de uma falsa prova. E é claro que os alvos serão apenas os “inimigos do regime”. Não! Se facultarmos a essa gente a licença de usar o Estado, à revelia da Justiça, para se informar sobre adversários políticos, estaremos todos nos oferecendo como reféns da canalha, como seus servos voluntários. Aliás, especial cuidado devem tomar os bancos privados, que não estão blindados contra as petralhices.

Eu, vocês sabem, nunca achei que essa gente daria em boa coisa. Ao contrário. Os estudos e biografias recentes indicam que o comunismo era muito pior do que qualquer imaginação ou romance da CIA. Por mais que se buscasse atacar aquele regime, havia na crítica uma certa solenidade, admitindo-se, de um modo ou de outro, que pudesse se tratar de gente séria, embora inimiga. Com o fim do regime, pudemos constatar que a estroenga era ainda pior do que as fantasmagorias plantadas pelos serviços de Inteligência do Ocidente. Ou seja: não conseguimos imaginar contra eles nada parecido com o que eles próprios imaginaram a seu favor!

O mesmo vale para os petistas. Eles superaram em muito as nossas expectativas. Por mais horríveis que possamos ter imaginado que fossem, ainda assim, eles se superaram. Um petista se defendendo consegue ser

ainda mais horripilante do que a caricatura que dele faria um antipetista atacando-o.

Hora da Resistência.

[29] Que cheiro de pizza...

Veja (22/11/06)

Apesar da fartura de provas, a PF diz não ter elementos para indiciar petistas do dossiêgate

O inquérito que apura a tentativa de compra do dossiê antitucano pelo grupo de "aloprados" petistas é uma peça recheada de provas documentais. Além do 1,7 milhão de reais em espécie apreendido pela Polícia Federal, há conversas gravadas com autorização judicial, extratos telefônicos obtidos a partir de quebras de sigilo legais e confissões registradas em depoimento. Para três criminalistas ouvidos por VEJA, todo esse conjunto seria suficiente para que os envolvidos no episódio fossem indiciados por delitos que vão de crime eleitoral a formação de quadrilha (veja quadro). A PF, no entanto, discorda. Na terça-feira passada, o delegado responsável pelo inquérito, Diógenes Curado, disse que ainda não há "elementos suficientes" para indiciar os envolvidos. Passados dois meses da prisão de Gedimar Passos e Valdebran Padilha, a PF anunciou que pedirá prorrogação das investigações por mais trinta dias. "Sem saber a origem do dinheiro, não temos como fechar o inquérito", alegou Curado.

A decisão do delegado é secundada por alguns especialistas. O advogado Alexandre Lopes concorda com a tese de que, para que seja possível caracterizar crimes como o de caixa dois, por exemplo, é necessário que se descubra antes a origem do dinheiro. "Sem isso, a ocorrência do crime passa a ser uma dedução", afirma. Mas a maioria dos criminalistas consultados por

VEJA entende que cabe aos acusados provar que o dinheiro tem fontes legais. O indiciamento, então, independeria do fato de a PF descobrir a origem dos dólares e reais. Mesmo porque, como o próprio nome do procedimento sugere, o indiciamento é fruto da reunião de indícios da participação de alguém em um crime. "No caso do dossiê, já há elementos suficientes para isso, pelo menos de acordo com o padrão que a Polícia Federal vem seguindo em outros casos", diz o advogado criminalista Tales Castelo Branco. De fato, as operações protagonizadas nos últimos anos pela corporação resultaram em numerosos pedidos de indiciamento e prisões – muitos dos quais acabaram rejeitados pela Justiça. Um levantamento realizado pelo jornal O Globo mostrou que 94% das 785 pessoas detidas em vinte grandes operações da PF estão hoje em liberdade. Talvez agora a Polícia Federal esteja tomando maiores precauções para melhorar essa performance. É curioso, no entanto, que demonstre tanto cuidado somente em um inquérito coalhado de petistas.

Na quarta-feira, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, comentando as investigações sobre o dossiêgate, fez uma declaração espantosa. Dois meses depois de seus subordinados terem prendido os petistas que armavam o esquema do dossiê, Bastos veio a público dizer não estar certo se o escândalo "tem uma grande gravidade ou não tem uma grande gravidade". Para quem já desconfiava que a PF, subordinada ao ministro, não tem como prioridade apontar os culpados, a declaração de Bastos, embora tecnicamente sustentável, não poderia ser mais desalentadora.

COLEÇÃO DE CRIMES

Na opinião de três criminalistas ouvidos por VEJA, os envolvidos na operação de compra do dossiê contra os tucanos já poderiam ter sido indiciados pelos seguintes delitos:

CRIME ELEITORAL – O dinheiro encontrado com petistas não foi declarado na prestação de contas do PT à Justiça Eleitoral. Pelo menos cinco dos envolvidos trabalhavam diretamente na campanha de Lula à Presidência

FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS, FALSIDADE IDEOLÓGICA E FRAUDE CAMBIAL – Parte do dinheiro encontrado com os petistas foi sacada em casas de câmbio que pagaram "laranjas" para forjar uma compra legal de dólares

CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA – Como não há comprovação da origem do dinheiro, são fortes os indícios de movimentação de recursos não declarados ao Fisco e às autoridades monetárias

FORMAÇÃO DE QUADRILHA – Pela definição da lei, é a "associação de três ou mais pessoas com finalidade de cometer um crime". No caso do dossiê, o número de envolvidos já chega a dez.

=> MOVIMENTOS SOCIAIS

[30] O paradoxo da reforma agrária

Denis Rosenfield, site do Diego Casagrande (16/11/06)

Como estava previsto, o MST recomeça com suas ações, invadindo propriedades e desrespeitando o estado de direito e a ordem democrática. O arrefecimento das últimas semanas devia-se, tão só, à conjuntura eleitoral, sobretudo a do segundo turno, visando à reeleição do presidente Lula, tido por “companheiro”. Os próximos meses serão plenos de iniciativas semelhantes, voltadas para o seu propósito maior: a instauração de uma sociedade socialista no Brasil, apresentada aos incautos como uma sociedade “justa”.

Há aqui envolvida toda uma questão relativa à justiça social, como se essa organização política, dita equivocadamente movimento social, tivesse como finalidade melhorar a condição social dos grupos rurais mais necessitados. Trata-se de um jogo de palavras, pois o seu objetivo consiste em arregimentar o maior número possível de adeptos e militantes. Esses constituem a massa de manobra a partir da qual as suas ações se organizam e são apresentadas à mídia e à opinião pública em geral como “justas”.

Consideremos, então, para efeito de raciocínio, que o MST vise efetivamente à justiça social, entendida como a concessão de terras para agricultores sem terra, que poderiam, assim, produzir. Isto implicaria, nos moldes de uma sociedade de mercado, que as terras distribuídas fossem titularizadas, de tal maneira que os sem terra se tornassem, de fato, pequenos proprietários. Poderiam dispor livremente de suas terras, tendo acesso direto a créditos que seriam, num primeiro momento, concedidos a taxas subsidiadas. A relação do agricultor se estabeleceria diretamente com fornecedores, consumidores, bancos e empresas em geral, não passando pela mediação do MST, que desapareceria desse seu “trabalho” de intermediação. Desenvolver-se-ia, então, uma mentalidade de proprietários empreendedores, voltados para a satisfação de suas famílias e para os ganhos decorrentes de suas atividades. Sua condição social melhoraria e os conflitos sociais tenderiam a desaparecer. Ora, a justiça social daí decorrente seria plenamente compatível com uma economia de mercado, com a propriedade privada, com o estado de direito e com a democracia representativa.

Contudo, o efeito da reforma agrária e da realização da justiça social seria o desaparecimento progressivo do MST da cena pública, deixando o seu protagonismo político. Na medida em que os objetivos da reforma agrária fossem atingidos, a sua “função”, supondo a sua existência, deixaria de existir. Pequenos agricultores podem se organizar por si mesmos e ter acesso direto às suas fontes de financiamento, não precisando pagar nenhum “dízimo” por isto. A reforma agrária estaria plenamente integrada a uma

economia de mercado, contribuindo, inclusive, para o seu crescimento. Acontece, porém, que a reforma agrária contraria os interesses do MST. Seu objetivo consiste na eliminação da propriedade privada, no aniquilamento da economia de mercado, na supressão do lucro e no desrespeito ao estado de direito. Sendo o seu propósito a construção de uma sociedade socialista, a sua ação tem na “justiça social” apenas uma bandeira enquanto instrumento de luta.

A luta, aliás, é vista sob a ótica da “luta de classes”, ou seja, da consideração de uma categoria marxista que é utilizada para orientar a ação política. O uso dessa categoria pressupõe a aceitação do arcabouço conceitual dessa doutrina, dividindo radicalmente a sociedade, acirrando os seus conflitos e potencializando toda e qualquer divergência. A violência empregada pelo MST é apenas a consequência de um ideário, que tem na negação do capitalismo o seu próprio pressuposto. Essa organização política estrutura a sua ação em função dessa perspectiva, o que significa não aceitar qualquer ação de melhoria concreta da situação dos acampados e assentados, que devem permanecer numa situação de servidão política. Se a sua condição social de fato melhorasse, eles não teriam porque continuar vociferando contra as “elites”, contra o “lucro”, contra o “capitalismo”. Vociferariam, isto sim, contra o MST que impediria a concretização de uma efetiva melhoria de sua condição social.

O paradoxo consiste em que se a reforma agrária for feita, o MST deixará de existir. Para existir, ele deve continuar encenando que busca a justiça social, quando tem como meta, na verdade, a dominação despótica de uma sociedade socialista, tendo Cuba como modelo. A reforma agrária e o MST não seguem o mesmo caminho.

[31] Movimentos sociais no segundo mandato de Lula

Murillo de Aragão, Blog do Murillo de Aragão (14/11/06)

Em entrevista a Miriam Leitão (O Globo), o governador reeleito de Minas Gerais, Aécio Neves, disse que o calendário dos jornalistas é diferente do calendário normal. Para os jornalistas, 2010 viria logo depois de 2006, numa referência à antecipação da disputa presidencial que acontece daqui a quatro anos.

É um claro despiste. Aécio Neves, que já está em campanha aberta para presidente da República, quer fazer crer que as coisas não são bem assim. Não cola.

Mas não são apenas os jornalistas e candidatos como Serra e Aécio que estão antecipando a campanha. Os movimentos sociais também estão muito preocupados com as próximas eleições. Sobretudo, pelo fato de poderem ser desalojados do poder caso Lula não eleja seu sucessor.

O fato de Lula não ter candidato forte gera, por parte dos movimentos, três ações críticas e com repercussões políticas, econômicas e sociais.

Uma na direção da obtenção de recursos públicos visando o fortalecimento político e institucional de quem os obtém. Existe uma profusão de convênios e transferências de verbas públicas, sem a devida fiscalização, para sindicatos, ONGs, associações de natureza diversa etc. Tal prática foi inaugurada por FHC como forma de domar a sociedade organizada. Lula apenas aprofundou tal prática e ampliou, sobremaneira, os gastos.

A segunda ação ocorre no sentido do aparelhamento do estado com aliados e agentes. Tanto pela nomeação para cargos de confiança quanto pelo estímulo e apoio para que aliados concorram a cargos públicos. Setores do MST, por exemplo, financiam cursos universitários e cursos preparatórios

para que seus militantes ingressem no serviço público. O sucesso dessa operação permitirá que aliados e simpatizantes permaneçam no governo mesmo que o PT não eleja o sucessor de Lula.

A terceira busca a viabilização de um candidato aliado. De preferência, alguém ligado ao PT. É a tarefa mais difícil. O PT tem muitos candidatos e, ao mesmo tempo, nenhum. O entorno político de Lula tem em Ciro Gomes, considerado pouco confiável até mesmo para o PSB, um possível candidato. Aécio Neves não é considerado confiável para as esquerdas.

Por esta razão, os movimentos sociais se articulam para arrancar de Lula o máximo que eles puderem nos próximos quatro anos e, simultaneamente, tentar eleger alguém considerado amigo.

No primeiro mandato, Lula disse: “Voltem para casa e me julguem depois”. Agora será diferente. E as pressões já começaram. Irai se juntar aos que defendem mais gastos do governo. A conta do apoio e do silêncio na campanha será cobrada.

A CUT, a Força Sindical e a CGT pressionam por um salário mínimo de R\$ 420,00 e reajuste de 7,7% da tabela do Imposto de Renda de Pessoas Físicas. O Orçamento da União projetava um mínimo de R\$ 365 e o governo já fala em R\$ 375.

Os movimentos sociais também preparam suas listas de reivindicações. O MST, por exemplo, pressiona por uma ampla reforma agrária e apoio financeiro aos assentados e já anunciou que retomará as invasões de terra.

Em seu primeiro discurso como presidente eleito, o presidente deu a senha: “Continuem pedindo tudo o que vocês acham que merecem que o governo dará aquilo que puder dar”.

Ou seja, além de esperar uma cobrança maior em seu segundo mandato, Lula estimula os pedidos. A gestão dessa operação é de alto risco e pode ter custos elevados. Atendendo plenamente, Lula compromete a política fiscal. Negando, pode criar atritos e tensão. A sorte do Brasil é que apenas Lula, e não mais ninguém, pode dialogar com todas as forças e interesses.

‘N’ | ARTIGOS RELACIONADOS

=> NEOCORONELISMO

[32] A vitória do novo coronelismo

Augusto de Franco, www.democracia.org.br (30/10/06 07:00)

De setembro de 2003 até hoje publiquei centenas (muitas centenas, talvez mais de um milhar) de artigos com esse escopo, aqui e em outros lugares. Espero ter ajudado - não a alertar tucanos para o desastre (pois que isso revelou-se inútil: eles não ouvem muita coisa além de seus próprios interesses, com algumas exceções, é claro) - mas, pelo menos, a chamar a atenção de outros analistas sobre os perigos para o processo de democratização da sociedade brasileira contidos no lulopetismo. Acho que minha função agora é outra.

Agora se trata, prioritariamente, de investir na formação democrática de novos atores políticos capazes de resistir e de propor alternativas.

Sobre o que aconteceu, digo apenas mais algumas palavras: era previsível. Os que têm a política como negócio ou como carreira funcional não estão preparados para enfrentar os que fazem negócios para fortalecer um projeto coletivo de poder. Lula continua no poder, apesar de tudo o que aconteceu - e ele sabe disso! - somente porque temos as oposições que temos. Ele jogou com elas durante todo o tempo. E foi vitorioso. Ponto.

Por outro lado, ainda não existe na sociedade brasileira uma cultura democrática capaz de se traduzir como força política. Os intelectuais de esquerda, por exemplo, mesmo os que saíram do PT criticando duramente o

partido, votaram e fizeram campanha por Lula no segundo turno. Quando questionados sobre a corrupção havida no primeiro mandato, simplesmente encararam os escândalos como coisas laterais, próprias da velha política brasileira. Não entenderam ou não quiseram entender que agora estamos diante de um novo fenômeno - que falsifica na essência a democracia - que pouco tem a ver com a corrupção tradicional. Isso significa que mesmo esses não têm clareza sobre o valor estratégico da democracia.

Universidades, corporações, ONGs... em todos esses lugares Lula venceu. Os raros militantes que fizeram oposição ativa à Lula na base da sociedade não tinham poder de convencimento porquanto não tinham argumentos suficientes nem mesmo para debater as questões. Ora, isso significa que não há um movimento intelectual contrário às idéias e teorias que dão sustentação ao estatismo corporativista e ao neopulismo lulista.

É incrível, mas a derrocada dos velhos coronéis da política clientelista brasileira explica, pelo menos em parte, a vitória do lulopetismo. Não porque o PT tenha derrotado essas forças do atraso e sim, exatamente, pela razão oposta. Quero dizer o seguinte: o lulopetismo simplesmente ocupou o lugar do velho coronelismo clientelista. O papel modernizante do PSDB e do PFL (paradoxalmente e a Bahia é o caso típico) enfraqueceu as bases do poder que historicamente impedia a vitória do estatismo-corporativista e neopopulista dito de esquerda. Uma evidência: o PT saiu dos grandes centros (onde sempre foi forte) e ocupou os grotões (onde sempre foi fraco). O PSDB venceu nos lugares mais politizados, nas grandes cidades, na classe média informada, nos formadores de opinião - com exceção, é claro, daquelas regiões onde um coronelismo de esquerda era expressivo (como no Recife) ou em lugares onde os próprios líderes do PSDB fizeram conscientemente o jogo do adversário, traindo seu projeto (como em Minas).

Lula, na verdade, sempre foi um coronel, um projeto de caudilho, um aspirante à condutor de rebanhos. Agora, aliado a Jader, a Sarney e a outros

oligarcas da velha política coronelista, encontrou finalmente o lugar a partir do qual poderá desenvolver todo o seu potencial.

[33] Coronelismo não acabou no NE

Entrevista de José Arlindo Soares a Gabriel Manzano Filho, O Estado de São Paulo (06/11/06)

Estudioso analisa derrotas de Sarney e ACM, diz que 'há vários Nordestes' e que o Bolsa-Família 'trocou o coronel pelo pai dos pobres'

As derrotas do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL) na Bahia e do ex-presidente José Sarney - com sua filha Roseana - no Maranhão, nas últimas eleições, refletem os choques entre o velho coronelismo e um eleitorado de cultura cada vez mais urbana, mas são consequência, também, do fenômeno eleitoral Luiz Inácio Lula da Silva.

“Bolsões de coronelismo continuam, em níveis locais. E projetos como o Bolsa-Família estão apenas trocando alguns desses chefões por um grande pai dos pobres”, adverte o sociólogo José Arlindo Soares, professor de pós-graduação da Universidade Federal da Paraíba.

Há vários Nordestes, avisa Soares: “O de Sarney, no Maranhão, tem índices de pobreza terríveis e, em matéria de lideranças políticas, parece caminhar para um vazio.” A Bahia é diferente, diz ele: “ACM montou em torno dele um grupo modernizador, de mentalidade gerencial, que tem expressão e raízes na sociedade, mas misturadas com seu típico autoritarismo.” Ele observa que o futuro dessas relações dependerá do que o novo governo Lula fizer: “Por enquanto, ele mostrou pouco, mas deu aos pobres uma utopia.” Eis a entrevista:

As derrotas de ACM na Bahia e de Sarney no Maranhão apontam para o fim do coronelismo?

A sociedade se urbaniza. E há um peso maior desse eleitorado, que quebra as políticas tradicionais de clientela. Isso ocorre no Brasil, como um todo, mas em especial no Nordeste. Mas não é um fenômeno simples. Veja o ACM: ao mesmo tempo em que mantém fortes laços de domínio local, com estrutura hierarquizada, controle de prefeitos e chefes de áreas, também promoveu uma modernização gerencial importante no Estado. O carlismo tem implementado programas estruturadores nestes últimos anos na Bahia, ainda que as informações sobre educação e saúde não sejam boas.

Então o carlismo vai sobreviver?

O carlismo tem vivido de períodos. Às vezes se esgota, enfraquece e depois retoma a força. Hoje é minoritário na capital, tem relativo apoio no interior, e entre setores mais humildes. Sofre uma fadiga de material. Em 1986, ACM foi eleitoralmente varrido por Waldir Pires, que se mostrou inepto. É difícil dizer se sua derrota é uma grande queda. Depende do governo do PT. Se a oposição ao carlismo não constituir uma força estruturadora, mais audaciosa politicamente do que ele, ACM pode voltar.

O que significa a derrota da família Sarney no Maranhão?

Esse é um exemplo do coronelismo em seu sentido mais atrasado. Sarney não modernizou o Estado, cujos indicadores sociais são os mais degradantes do Brasil. Sua liderança vai perdendo raízes. E o novo governador, Jackson Lago, já não é novo. Em matéria de lideranças, vejo o Maranhão caminhando para um vazio.

O autoritarismo de chefes locais no Nordeste continua forte?

Existem vários Nordeste. Nas capitais, o voto se parece com o do Centro-Sul. No interior, por causa da pobreza, ainda há margem para o mandonismo e políticas vinculadas a chefes locais. O fato é que o coronelismo, como fenômeno, vem se desmilinguindo lentamente, num processo não uniforme, há uns 30 ou 40 anos.

Pernambuco sempre teve um movimento de esquerda mais ativo, com a figura de Arraes. O autoritarismo no interior subsiste?

Em Pernambuco os traços do coronelismo foram desaparecendo por causa da esquerda, que sempre trabalhou com frentes e ia procurar dissidentes nas áreas rurais. Miguel Arraes fez isso por muito tempo. Mas ele não conseguiu dar um salto, pois retomou os métodos de clientela dos coronéis. Deu-lhes um verniz ideológico, mas eram projetos típicos do clientelismo.

É diferente em outros Estados?

O Ceará, por exemplo, tem de tudo, grandes centros urbanos e áreas de muita pobreza. Mas o que fez Tasso Jereissati, presidente nacional do PSDB, ex-governador? Ele abandonou o seu candidato no Estado para apoiar o do partido que é seu adversário no plano nacional. É a submissão ao poder de mando local. No Rio Grande do Norte é mais conjuntural. Tanto Garibaldi Alves (PMDB) como Wilma de Faria (PSB) pertencem a famílias com força no eleitorado urbano e têm um pé nas hierarquias rurais. O que definiu foi o apoio de Lula.

Onde entra, nesse cenário, o Bolsa-Família?

Dá mais autonomia ao eleitor em relação ao chefe local. O cartão, que é sua fonte de sustento, vem de uma relação com um banco. Mas o cadastramento é feito pelos prefeitos e o governo Luiz Inácio Lula da Silva fez

ponte direta com eles. No governo FHC eram utilizados para o Peti (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) e o Bolsa-Escola os canais institucionais.

O que significa essa mudança?

Que o Lula, como o PT, prefere eliminar essas estruturas formais, fazer ponte direta com as prefeituras. Um prefeito, sozinho, pode muito pouco, fica mais fácil de dominar. Aí o Lula é o beneficiário, aparece como o novo pai dos pobres.

[34] Espetáculo de crescimento

Leonardo Coutinho, Veja (22/11/06)

Jader nunca teve tanto poder e cargos no governo federal quanto agora

O deputado Jader Barbalho é um sobrevivente. Em 2001, ele foi obrigado a renunciar ao mandato de senador por causa de uma maçaroca de denúncias de corrupção. No ano seguinte, Jader chegou a ser preso e algemado por fraudes na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Solto, foi eleito deputado em 2002, o mais votado do Pará, façanha que repetiu no mês passado. Por causa das denúncias, Jader responde hoje a cinco processos no Supremo Tribunal Federal. Neles, é acusado de doze crimes, como corrupção, estelionato, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha. A mais recente ação contra ele começou a correr no Supremo há apenas duas semanas. Nesta, é acusado de pagar indenizações superfaturadas em 1987, período em que foi ministro da Reforma Agrária. Nas próximas semanas, o Superior Tribunal de Justiça deve abrir mais um processo, no qual Jader será acusado de ter transferido, no período em que era governador do Pará, 1 milhão de dólares do caixa do antigo banco estadual para a própria conta bancária. Um currículo semelhante arrasaria qualquer cidadão – mas não Jader. Ele está no auge.

Desde 1967, quando entrou na política, Jader já foi ministro duas vezes, governador outras duas e presidente do Senado. Em toda a sua extensa carreira, no entanto, jamais como agora manteve tantos apaniguados em cargos no governo federal. Reabilitado pelo governo do PT, o deputado indicou o atual presidente da Fundação Nacional de Saúde, Paulo Lustosa, e o da Eletronorte, Carlos Nascimento. Nessa estatal, apossou-se também da diretoria corporativa. No Banco da Amazônia, tem a diretoria de negócios. Nos Correios, a diretoria de tecnologia e a gerência da empresa no Pará. Ambicioso, Jader ainda pleiteia a presidência da Eletrobrás, a do Banco da Amazônia e a da Agência de Desenvolvimento da Amazônia, além de outros cargos menos visados. Sua aliança com o PT vai render-lhe ainda postos no Pará. A governadora eleita, Ana Júlia Carepa, prometeu-lhe quatro secretarias em que poderá acomodar seus aliados. Para construir esse patrimônio do fisiologismo nas esferas estadual e federal, Jader faz e acontece na política de bastidores.

Ele submergiu enquanto esteve em desgraça e só saiu de sua profundidade amazônica quando o governo Lula tomou o primeiro grande tombo. A oportunidade apareceu em 2004, quando o assessor palaciano Waldomiro Diniz foi flagrado pedindo propina a bicheiros. Jader trabalhou para evitar a criação de uma CPI sobre o assunto. Repetiu o procedimento na crise do mensalão. No início deste ano, tornou-se o interlocutor preferencial de Lula. A consagração junto ao Planalto ocorreu na última eleição: Jader idealizou a estratégia que elegeu Ana Júlia Carepa, do PT, e mandou para o sacrifício seu primo, José Priante, que concorreu apenas para evitar que o PSDB ganhasse no primeiro turno. Com tanto cacife, a maior fonte de preocupação de Jader é não aparecer tanto a ponto de lembrarem de sua folha corrida. O deputado tem afirmado a aliados que chamará menos atenção se se aboletar na presidência do PMDB ou na liderança do partido na Câmara, em vez de tentar a presidência da Casa.

O QUE JADER TINHA ATÉ 2001

- Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

- Presidência do Banco da Amazônia
- Diretoria de Gás da Petrobras
- Delegacia do Ministério da Agricultura no Pará

O QUE JADER TEM HOJE

- Presidência da Eletronorte
- Presidência da Fundação Nacional de Saúde
- Diretoria Corporativa da Eletronorte
- Diretoria de Negócios do Banco da Amazônia
- Diretoria de Tecnologia dos Correios
- Gerência dos Correios no Pará

O QUE JADER AINDA QUER

- Presidência do Banco da Amazônia e da Agência de Desenvolvimento da Amazônia (nova Sudam)
- Superintendência da Fundação Nacional de Saúde no Pará
- Fundação de Telecomunicações do Pará
- Quatro secretarias no governo do Pará

SUA FOLHA CORRIDA

- Cinco processos e dois inquéritos no Supremo Tribunal Federal por doze crimes, como corrupção, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha
- Um processo por peculato no Superior Tribunal de Justiça

=> NEOPOPULISMO

[35] Os dez mandamentos do populismo

Enrique Krauze, O Estado de S. Paulo (15/04/06)

O populismo na América Latina adotou um amálgama desconcertante de posições ideológicas. Esquerdas e direitas poderiam reivindicar a paternidade do populismo, todas ao conjuro da palavra mágica "povo". Populista quintessencial foi o general Juan Domingo Perón, que havia atestado diretamente a ascensão do fascismo italiano e admirava Mussolini a ponto de querer "erigir-lhe um monumento em cada esquina". Populista pós-moderno é Hugo Chávez, que venera Fidel Castro a ponto de tentar converter a Venezuela numa colônia experimental do "novo socialismo". Os extremos se tocam, são cara e coroa de um mesmo fenômeno político cuja caracterização não se deve tentar, contudo, pela via de seu conteúdo ideológico, mas sim de seu funcionamento. Proponho dez traços.

1 - O populismo exalta o líder carismático. Não há populismo sem a figura do homem providencial que resolverá os problemas do povo. "A entrega ao carisma do profeta, do caudilho na guerra ou do grande demagogo - recorda Max Weber - não ocorre porque a mande o costume ou a norma legal, mas porque os homens crêem nele."

2 - O populista não só usa e abusa da palavra: ele se apropria dela. A palavra é o veículo específico de seu carisma. O populista se sente o intérprete supremo da verdade geral e também a agência de notícias do povo. Fala com o povo de modo constante, incita suas paixões, "ilumina o caminho", e faz isso sem restrições nem intermediários. Weber assinala que o caudilhismo político surge primeiro nas cidades-Estado do Mediterrâneo na figura do "demagogo". Aristóteles sustenta que a demagogia é a causa principal das "revoluções nas democracias", e percebe uma convergência entre o poder

militar e o poder da retórica que parece uma prefiguração de Perón e Chávez: "Nos tempos antigos, quando o demagogo era também general, a democracia se transformava em tirania." Mais tarde desenvolveu-se a habilidade retórica e chegou a hora dos demagogos puros: "Agora os que dirigem o povo são os que sabem falar." Há 25 séculos essa distorção da verdade pública se desenvolvia na Ágora real; no século 20 ela o fez na Ágora virtual das ondas sonoras e visuais: de Mussolini (e Goebbels), Perón aprendeu a importância política do rádio para hipnotizar as massas. E Chávez superou o mentor Fidel ao usar até o paroxismo a oratória televisiva.

3 - O populismo fabrica a verdade. Os populistas levam às últimas conseqüências o provérbio latino: "Vox populi, vox Dei." Mas como Deus não se manifesta todos os dias e o povo não tem uma única voz, o governo "popular" interpreta a voz do povo, eleva essa versão à condição de verdade oficial, e sonha com decretar a verdade única. Os populistas abominam a liberdade de expressão. Confundem a crítica com inimizade militante, por isso buscam desprestigiá-la, controlá-la, silenciá-la. Na Argentina peronista, os jornais oficiais - incluindo um órgão nazista - contavam com generosos privilégios, mas a imprensa livre esteve a um passo de desaparecer. A situação venezuelana, com a "lei da mordaca" pendendo como uma espada sobre a liberdade de expressão, aponta no mesmo sentido; terminará por esmagá-la.

4 - O populista usa de modo discricionário os recursos públicos. Não tem paciência com as sutilezas da economia e das finanças. O erário é seu patrimônio privado, que ele pode usar para enriquecer-se ou para embarcar em projetos que considere importantes ou gloriosos sem levar em conta os custos. O populista tem uma concepção mágica da economia: para ele, todo gasto é investimento. A ignorância ou incompreensão dos governos populistas em matéria econômica se traduziu em desastres descomunais dos quais os países levam décadas para se recuperar.

5 - O populista divide diretamente a riqueza. O que não é criticável em si (sobretudo em países pobres, onde há argumentos extremamente sérios para dividir, de fato, uma parte da receita, à margem das dispendiosas burocracias estatais e prevenindo efeitos inflacionários), mas o populista não divide de graça: focaliza sua ajuda e a cobra em obediência. "Vocês têm o dever de pedir!", exclamava Evita a seus beneficiários. Criou-se assim uma idéia fictícia da realidade econômica e entronizou-se uma mentalidade assistencialista. No fim, quem pagava a conta? Não a própria Evita (que cobrou seus serviços com juro e resguardou na Suíça suas contas multimilionárias), mas sim as reservas acumuladas em décadas, os próprios operários com suas doações "voluntárias" e, sobretudo, a posteridade endividada, devorada pela inflação. Quanto à Venezuela, até as estatísticas oficiais admitem que a pobreza aumentou, mas a improdutividade do assistencialismo só será sentida no futuro, quando os preços dispararem e o regime levar às últimas conseqüências seu propósito ditatorial.

6 - O populista alimenta o ódio de classes. "As revoluções nas democracias são causadas sobretudo pela intemperança dos demagogos", explica Aristóteles. O conteúdo dessa intemperança foi o ódio contra os ricos: "Algumas vezes por sua política de denúncias... e outras atacando-os como classe, (os demagogos) incitam contra eles o povo." Os populistas latino-americanos correspondem à definição clássica, com uma nuance: fustigam "os ricos", mas atraem os "empresários patrióticos" que apóiam o seu regime. O populista não busca, necessariamente, abolir o mercado: sujeita seus agentes e os manipula a seu favor.

7 - O populista mobiliza permanentemente os grupos sociais. O populismo apela, organiza, inflama as massas. A praça pública é o teatro onde comparece "Sua Majestade, o Povo" para demonstrar sua força e escutar as inventivas contra "os maus" de dentro e de fora. "O povo", claro, não é a soma de vontades individuais expressas em um voto e representadas por um Parlamento; nem sequer a encarnação da "vontade geral" de Rousseau, mas

uma massa seletiva e vociferante que caracterizou outro clássico, Marx - não Karl, mas Groucho: "O poder para os que gritam 'O poder para o povo!'"

8 - O populismo fustiga sistematicamente o "inimigo externo". Imune à crítica e alérgico à autocrítica, precisando apontar bodes expiatórios para os fracassos, o regime populista (mais nacionalista que patriótico) precisa desviar a atenção interna para o adversário de fora. A Argentina peronista reavivou as velhas (e explicáveis) paixões antiamericanas que ferviam na América Latina desde a guerra de 1898, mas Fidel converteu essa paixão na essência de seu triste regime, definido pelo que odeia, não pelo que ama, aspira ou consegue. E Chávez levou sua retórica antiamericana a expressões de baixeza que até seu mentor Fidel (talvez) consideraria de mau gosto. Ao mesmo tempo, faz representar nas ruas de Caracas simulacros de defesa contra uma invasão que só existe em sua imaginação, mas em que um setor importante da população venezuelana (contrária, em geral, ao modelo cubano) acaba acreditando.

9 - O populismo despreza a ordem legal. Há na cultura política ibero-americana um apego atávico à "lei natural" e uma desconfiança das leis feitas pelo homem. Por isso, uma vez no poder (como Chávez), o caudilho tende a se apoderar do Congresso e induzir a "justiça direta" ("popular", "bolivariana"), arremedo de uma Fuenteovejuna - a obra teatral de Lope de Vega sobre abuso de poder e justiça - que, para os efeitos práticos, é a justiça que o próprio líder decreta. Hoje, o Congresso e o Judiciário são um apêndice de Chávez, como na Argentina o eram de Perón e Evita, que suprimiram a imunidade parlamentar e depuraram, segundo a sua conveniência, o Poder Judiciário.

10 - O populismo mina, domina e, em último recurso, domestica ou cancela as instituições da democracia liberal. Ele abomina os limites a seu poder, considera-os aristocráticos, oligárquicos, contrários à "vontade popular". No limite de sua carreira, Evita buscou sua candidatura à vice-presidência. Perón se negou a apoiá-la. Se houvesse sobrevivido, seria impensável imaginá-la

tramando a derrubada do marido? Não por acaso, em seus tempos aziagos de atriz radiofônica, representara Catarina, a Grande. Quanto a Chávez, ele declarou que seu horizonte mínimo é o ano 2020.

Por que renasce de tempos em tempos a erva daninha do populismo na América Latina? As razões são diversas e complexas, mas aponto duas. Em primeiro lugar, porque suas raízes se fundem em uma noção mais antiga de "soberania popular" que os neo-escolásticos do século 16 e 17 propagaram nos domínios espanhóis, que teve uma influência decisiva nas guerras de independência de Buenos Aires ao México. O populismo tem, além disso, uma natureza perversamente "moderada" ou "provisória": não termina sendo plenamente ditatorial nem totalitário; por isso alimenta sem cessar a enganosa ilusão de um futuro melhor, mascara os desastres que provoca, posterga o exame objetivo de seus atos, amansa a crítica, adultera a verdade, adormece, corrompe e degrada o espírito público. Desde os gregos até o século 21, passando pelo aterrador século 20, a lição é clara: o efeito inevitável da demagogia é subverter a democracia.

Enrique Krauze é historiador mexicano

[36] O neopopulismo lulista

Augusto de Franco, www.democracia.org.br (08/05/06)

O governo Lula é neopopulista. Diferentemente das formas mais cruas e primitivas de populismo que assolam os países latino-americanos – a chavista, a moralista (de Evo Morales), a kirchnerista e a (futura) humalista ou garcianista, a forma lulista é a mais esperta e a mais safada de todas.

Mas o que é, afinal, o neopopulismo lulista? Tratar-se-ia, porventura, do velho populismo latino-americano reciclado? Sim e não.

Sim porquanto suas raízes e objetivos são os mesmos. Como caracterizou corretamente o escritor mexicano Enrique Krause, tais "raízes se fundem em uma noção mais antiga de 'soberania popular' que os neo-escolásticos do século 16 e 17 propagaram nos domínios" de ultramar. Segundo Krause, o populismo: exalta o líder carismático, que não só usa e abusa da palavra: mas se apropria dela (por meio da demagogia); fabrica a verdade; usa de modo discricionário os recursos públicos; promove o assistencialismo sob o pretexto de dividir diretamente a riqueza; alimenta o ódio de classes (manipulando, porém, os agentes de mercado a seu favor); mobiliza permanentemente as massas; fustiga sistematicamente um "inimigo externo" (real ou inventado); despreza a ordem legal; mina, domina e, em último recurso, domestica ou cancela as instituições da democracia liberal. De tudo isso, "o efeito inevitável... – conclui Krause – é subverter a democracia".

E não, porque – dada a complexidade da sociedade brasileira –, o populismo lulista, para sobreviver, teve que ser mais esperto do que os de seus companheiros de luta. Por exemplo, teve que aprender a ser paciente com as sutilezas da economia e das finanças. Tal "responsabilidade econômica" de Lula seria muito menor se ele tivesse nas mãos, por exemplo, todo aquele petróleo de Chávez. Como não tem, vai tentando levar o mercado no gogó, fazendo um jogo safado, que consiste em falar mal das elites para a "galera", enquanto recompensa regamente, como ninguém havia feito até hoje, o seu setor mais poderoso: o capital financeiro.

Para o neopopulismo lulista vale a seguinte definição geral. É um novo tipo de populismo, que floresce quando líderes carismáticos e salvacionistas, apoiados por correntes estatistas e corporativistas, se apossam, pela via eleitoral, das instituições da democracia e as corrompem, gerando um ambiente degenerativo que perverte a política, privatiza partidariamente a esfera pública e enfraquece a sociedade civil; trata-se de uma vertente política de caráter autoritário que convive com a democracia mas que exerce sobre ela uma espécie de parasitismo; ou seja, que usa a democracia contra a

democracia para enfrear e reverter o processo de democratização da sociedade. Vamos examinar os cinco principais elementos dessa definição.

1 – Líderes carismáticos e salvacionistas. É o caso. Lula – ao invés de governar – vive no palanque para se identificar com esse mito.

2 – Apoiados por correntes estatistas e corporativistas. Também é o caso. As mencionadas correntes constituem o PT e suas correias de transmissão, como a CUT, o MST e milhares de organizações menores, devidamente ideologizadas e, não raro, financeiramente recompensadas com dinheiro público.

3 – Se apossam, pela via eleitoral, das instituições da democracia e as corrompem, gerando um ambiente degenerativo. Igualmente, foi o que ocorreu no Brasil: com a eleição de Lula, o PT se apropriou dos postos do Estado como se fossem um botim. Mais do que isso, organizou uma quadrilha no Palácio do Planalto e lançou mão de meios criminosos para reter o poder.

4 - Perverte a política, privatiza partidariamente a esfera pública e enfraquece a sociedade civil. Exatamente: para atingir o seu intento, Lula perverteu a política, transformando-a em pura "arte da guerra", instituindo um padrão desonesto e adversarial de relação, que compra e usa os aliados como meros instrumentos e exclui e persegue inimigos. Mais do que isso, aparelhou inteiramente o governo a serviço de um grupo privado (a direção da sua tendência no partido). E, por último, atropelou as formas organizativas emergentes da sociedade, falando diretamente às massas inorgânicas.

5 – Trata-se de uma vertente política de caráter autoritário que convive com a democracia mas que exerce sobre ela uma espécie de parasitismo; ou seja, que usa a democracia contra a democracia... Sim, eis o elemento mais perigoso: o fundamento do neopopulismo lulista é esvaziar as instituições

usando a própria democracia, rebaixada à condição de campo de luta onde a única lei que vale é a do mais forte; ou seja, a vontade daquele que conseguiu reunir maiores índices de popularidade e de audiência das massas, transformadas em rebanho particular de um condutor.

É evidente que, do ponto de vista do Estado democrático de direito, o neopopulismo de Lula – inclusive porque enveredou para o crime, organizando e financiando um contingente de foras-da-lei – não é legítimo e, a rigor, nem mesmo legal. Deixá-lo prosseguir impune em seu intento antidemocrático, sem sequer questionar a sua legitimidade, é uma decisão pela qual a sociedade brasileira pagará caríssimo nos próximos anos. Mesmo que Lula perca a eleição.

[37] Responsabilidade política

Augusto de Franco, Folha de São Paulo (20/06/06)

Afinal ficou claro que o verdadeiro projeto lulo-petista para o Brasil era arrecadar ilegalmente os recursos necessários para ficar 20 anos no poder. As pessoas se escandalizam com a primeira parte desse projeto; o que me apavora é a segunda. Depois do que veio à tona, talvez o "governo-partido" no poder não consiga mais roubar tanto (e talvez nem precise, já que deu para usar os recursos públicos).

Mas, se alguma coisa mudou, foi apenas a meta financeira. O objetivo continua. E os meios - a formação de quadrilhas nos aparelhos estatais conquistados - também. Quer dizer: o projeto está de pé, simplesmente porque não foi desconstituído. Uma estrutura de poder como a que o PT montou nos últimos dez anos no país não cai por si mesma. Tem de ser desbaratada. Não havendo quem se disponha a fazê-lo, ela continuará atuando.

O projeto de poder de Lula e do PT não trabalha por fora das instituições e sim por dentro. É um parasitismo da democracia . Enganam-se os que acham que vão surpreendê-los mais adiante numa tentativa de golpe de Estado. Sua via principal é a eleitoral.

Tudo o que Lula e o PT fizeram tinha (e tem) como objetivo continuar ganhando as eleições, sucessivamente: por um lado, palanquismo-messiânico (do líder que se diz predestinado a salvar os pobres) regado com assistencialismo-clientelista e, de outro, conquista dos meios institucionais pela privatização partidária da esfera pública e pela alteração da lógica de funcionamento das instituições. Essa é a fórmula do neopopulismo lulista.

Como a oposição não se dispõe a interromper democraticamente a trajetória do governo corrupto, lançando mão dos mecanismos previstos na Constituição para situações como essas, terá de enfrentar o lulo-petismo em condições adversas: uma arena eleitoral viciada pela manipulação das massas e pela compra ilegal, direta e indireta, em grande escala, de cabos eleitorais e eleitores.

A manipulação vem sendo feita pelo eterno-candidato desde que assumiu o poder. Bilhões de reais do dinheiro público vêm sendo distribuídos aos mais pobres, sem exigência real de contrapartidas, numa versão moderna de clientelismo em que no lugar do coronel local figura o líder nacional, o companheiro-presidente. Já a compra de apoios e aliados vem se processando por meio dos vários tipos de mensalões. Só uma pequena parte desse esquema foi descoberta.

É claro que nada disso poderia ter sido feito sem as vistas grossas das oposições. Mas se, por um lado, as oposições são lenientes, por outro, também não se pode contar com a mobilização da sociedade em termos tradicionais.

As novas formas de expressão dos cidadãos, as maneiras pelas quais a nova sociedade civil se organiza na contemporaneidade, não são aquelas que conhecíamos: corporativas, reivindicativas e, não raro, aparelhadas para servir de correias de transmissão de grupos e partidos políticos.

Eis então o dilema: os velhos agentes militantes não querem, e inclusive já não podem mais, defender a democratização do Estado e da sociedade; os novos agentes não são propriamente militantes a serviço de um grupo ou seguidores de um líder, senão participantes voluntários, que se mobilizam em torno de uma causa. Não são manipuláveis e não podem ser comprados com mensalões nem com cargos ou candidaturas. Constituem a nossa melhor promessa de futuro, mas não podem ser usados para limpar a sujeira do passado.

Caminhamos assim, cabisbaixos, para o matadouro eleitoral, correndo o risco de ver consagrada a impunidade dos delinqüentes, o que aumentará a insegurança jurídica e jogará o país em uma crise institucional sem precedentes.

Sem oposição política e sem mobilização da sociedade, sobraram apenas aqueles setores empreendedores que têm motivos diretos para defender a liberdade de iniciativa e para se preocupar com a democracia e com o desenvolvimento. Se esses não começarem agora a exercer a sua responsabilidade política, depois tudo indica será muito tarde.

Recente pesquisa do Instituto Internacional de Desenvolvimento Empresarial (IMD) revela que sob o governo Lula o Brasil já despencou da 37ª para a 52ª posição no ranking das economias mais competitivas do mundo, está entre os países em que o governo mais atrapalha a atividade empresarial e em último lugar em relação à estrutura institucional, critério que mede a capacidade de gestão da máquina pública. Imaginem aonde iremos parar com mais quatro anos de neopopulismo lulista.

'P' | ARTIGOS RELACIONADOS

=> PARASITISMO DEMOCRÁTICO

[38] A queda

Demétrio Magnoli, Folha de S. Paulo (24/03/05)

A democracia é o conflito organizado. Nas suas duas formas básicas, o jogo democrático oferece recompensas e riscos à classe política.

No sistema parlamentar, o Executivo é uma emanção do Parlamento. A maioria parlamentar nomeia o primeiro-ministro e governa por meio do seu gabinete. O chefe de governo e seus ministros podem cair por decisão dessa maioria. Em compensação, no caso de impasse, o chefe de Estado antecipa eleições, encerrando o mandato dos parlamentares.

No sistema presidencial, o Executivo é independente. O presidente tem mandato fixo, bem como os parlamentares. O presidente governa auxiliado pelos ministros, que nomeia sem interferência do Parlamento. Mas a maioria parlamentar pode bloquear iniciativas do Executivo, impondo ao presidente mudanças de rota política e programática.

O sistema político brasileiro degenerou a ponto de se tornar inclassificável. A classe política distorceu o jogo democrático de modo a acumular as recompensas e extirpar os riscos dos dois sistemas. O Executivo usufrui de mandato fixo, mas tem a estranha garantia de que seus projetos essenciais não serão recusados no Parlamento. A maioria parlamentar nomeia, indiretamente, os ministros, mas não governa e não corre o risco de

enfrentar eleições antecipadas. A regra do jogo é parasitar o aparelho de Estado.

A transação entre os políticos esvaziou a política de seu sentido público. Um Mercadante sacrifica qualquer programa em troca do cargo de governador paulista; um Calheiros tem como programa servir ao poder de turno, e ser servido por ele; um Severino nem sequer sabe o que é programa (na acepção política) e contenta-se em prover sua clientela com sinecuras públicas. O espetáculo deprimente do comércio de ministérios não é propriamente uma novidade, mas a linguagem que o reveste não tem precedentes. Mercadantes, Calheiros e Severinos acreditam que a opinião pública perdeu a capacidade de discernir política de corrupção.

Maquiavel ensinou que o príncipe virtuoso ergue instituições sólidas. Tradução: na política, a virtude é pública, não privada, e depende das regras do jogo. A putrefação da democracia brasileira é fruto de regras que premiam os Mercadantes, Calheiros e Severinos, selecionando uma classe de parasitas da coisa pública.

A queda não começou no governo Lula, mas foi acelerada pela dinâmica de um governo fundado no pecado original da renúncia programática. Hoje, o presidente é refém da escória política que adquiriu poder suficiente para exigir sem rodeios o pagamento de resgates provisórios e sucessivos sob a forma de pedaços específicos da máquina do Estado. A recusa presidencial em pagar a parcela vencida do resgate poderia representar uma mudança de rumo, mas provavelmente apenas acrescenta juros ao próximo desembolso.

O baile da ilha Fiscal tem efeitos corrosivos que não atingem apenas o governo ou a classe política, mas as próprias bases da democracia. A figura do "condottieri", do tribuno da plebe, move-se nas franjas do sistema político brasileiro à espera de uma nova oportunidade. O discurso da virtude moral, dirigido contra os políticos e o jogo político, foi a base do governo Collor e, em tom menor, da candidatura Ciro Gomes. O governo Lula reativa seu apelo

popular, descortinando o caminho para pretendentes ao papel de salvador da pátria.

[39] Lições de parasitologia

Augusto de Franco, e-Agora (24/03/05 07:42)

A Folha de S. Paulo de hoje traz um excelente artigo do professor Demétrio Magnoli, intitulado "A queda", que expressa a preocupação principal que devemos ter com a democracia no Brasil. Ele não fala propriamente do processo de democratização da sociedade brasileira, mas da democracia na esfera do regime político e de seus atores. Estaria havendo uma queda, no sentido de degeneração das relações políticas. "A transação entre os políticos - assinala - esvaziou a política de seu sentido público".

Demétrio avalia que "a queda não começou no governo Lula, mas foi acelerada pela dinâmica de um governo fundado no pecado original da renúncia programática". A "queda", para ele, nada mais é do que "a putrefação da democracia brasileira... fruto de regras que premiam os Mercadantes, Calheiros e Severinos, selecionando uma classe de parasitas da coisa pública".

Sim, por certo, porém muito mais do que isso. O parasitismo vai além do fisiologismo. É a *realpolitik* exacerbada, de fundo autocrático, que está parasitando as instituições e não esse ou aquele esperto ator político que coloca seus interesses pessoais sempre acima dos objetivos públicos.

Os adeptos do realismo político são céticos. Não acreditam nessa conversa fiada de valores democráticos e republicanos. Quem diz o que pode ser feito e o que não pode, o que é válido e o que não é válido, não são idéias-valores e sim o sujeito que tem força suficiente para impor a sua versão dos fatos. Quem impõe a sua leitura da história é o vencedor, que só pode vencer se

tiver força suficiente para tanto. Portanto, em política, tudo depende de arregimentar força suficiente.

Verdade e mentira, para esse tipo de apreensão da política, são coisas muito relativas. Não havendo nenhuma ingerência ética na política, trata-se de ter a força suficiente para dizer que uma coisa é verdade, mesmo que seja mentira; ou vice-versa.

Assim, não adianta esperar que o mal-funcionamento de um governo comandado por pessoas impregnadas de *realpolitik*, seja reconhecido pelos dirigentes do partido a que pertencem tais pessoas. Eles jamais farão isso. Embora todos os números pudessem mostrar um eventual desastre das políticas de um hipotético governo desse tipo em determinada área, seu comandante proclamaria, sem um pinga de vergonha, que tudo o que está fazendo naquela área é um sucesso. Embora um programa prioritário daquela área (imaginando um caso absurdamente exagerado, apenas para efeitos de argumentação), tivesse fracassado em 99% da meta que foi prevista e anunciada, ou seja, sua execução tivesse apenas 1% de eficiência, isso não teria a menor importância. Ele - o líder, o comandante de tal política - não se abalaria, porque já teria assumido que não existe verdade, ou melhor, que não precisa haver correspondência entre a versão e o fato. A verdade é subjetiva, é estabelecida pela capacidade do sujeito de ter a sua versão do fato e de impor aos demais tal versão, seja pela força, ou pela cooptação, ou pela concessão de favores, ou pela propaganda.

Alguns dirão que a política realmente existente sempre foi ou sempre será assim. Isso, todavia, não parece correto. Se a política tivesse sido sempre assim, não teria havido espaço no mundo para o processo de democratização. Se a política estivesse condenada a ser sempre assim, então as idéias-valores que inspiram a democratização da democracia não estariam se universalizando.

Outra coisa é reconhecer que boa parte dos políticos, individual ou coletivamente, sempre agiu assim, inclusive nas democracias. Aliás, a democracia tem uma falha genética, que não passou despercebida pelos seus fundadores: ela não tem proteção eficaz contra o discurso inverídico. Tal se dava, entre os gregos, com a jactância, quando alguém, no palanque da Ágora, prometia uma proeza (uma “bravata”, como se diz hoje em dia) que não podia de fato realizar. Esses são fenômenos próprios do “mercado de varejo” da política. Como disse certa vez Nikita Krushev, “em toda a parte os políticos são iguais. Prometem fazer ponte até mesmo onde não existe rio”. Quando praticada “no atacado”, porém, a *realpolitik* exacerbada configura ou regimes ou governos autoritários.

Os políticos atuais, em sua maioria, não acreditam nisso. Aham que não há espaço para governos autoritários em uma democracia consolidada. Mas é preciso ver que não existe essa história de democracia consolidada. A democratização é um processo, com avanços e recuos. Pode-se democratizar mais a democracia e pode-se, também, autocratizá-la. As regras do regime democrático formal não constituem uma vacina eficaz contra retrocessos no processo de democratização. Ou seja, podemos sim ter governos autoritários em regimes formalmente democráticos.

A maioria do mundo político não consegue acompanhar essa discussão. Boa parte dos políticos é pautada pela mídia. Mas na cabeça de articulistas e colunistas políticos democracia é eleição, Estado de direito, liberdades constitucionais. Os analistas políticos acreditam, em geral, que se esses mecanismos e procedimentos forem mantidos, a democracia estará blindada contra retrocessos. Mas é um engano.

Imaginemos, apenas como hipótese, como se comportaria o governo de um partido convertido à *realpolitik* (e, portanto, não totalmente convertido à democracia) em um regime democrático na atualidade. A cultura organizacional desse partido conteria, por definição, elementos antidemocráticos. Seus militantes tenderiam a imaginar que a democracia é

o meio possível, nas circunstâncias do mundo atual, para conquistar hegemonia. E não entenderiam as razões pelas quais o ímpeto de conquistar – sempre e mais – hegemonia devesse ser refreado por alguma ponderação de natureza ética, por alguma idéia-valor que sobrepassasse os critérios de maioria e minoria.

Como toda *realpolitik* tem um fundo autocrático, mesmo quando praticada em regimes democráticos, um governo desse tipo, ainda que muitos dos seus integrantes não quisessem fazê-lo, ao invés de democratizar a democracia, promoveria retrocessos no processo de democratização. Cumpriria fielmente a ritualística democrática a partir do julgamento de que não tem força suficiente nem condições adequadas para descartá-la. Aproveitaria as regras do jogo democrático formal para conquistar cada vez mais hegemonia. Se comportaria como um hóspede - parasita - da democracia. Usaria, enfim, a democracia, não para radicalizá-la, não para democratizar a política, mas para tomar e reter o poder sempre que isso fosse possível e durante o maior tempo possível.

Como isso é sempre muito incerto, imprevisível mesmo, em uma democracia, tal governo seria levado, para diminuir as margens de incerteza, a tentar aumentar os mecanismos de controle *top down* sobre a sociedade, ou seja, a produzir superávits de ordem (e conseqüentes déficits de liberdade). Tentaria, por exemplo, aumentar o controle governamental (quer dizer, o seu próprio controle) sobre todos os setores e dimensões da vida social, desde a sociedade civil, passando pela imprensa, pelos produtores e divulgadores de cinema e áudio-visual, pelas agências reguladoras (que deveriam, por natureza, ser independentes do governo, de qualquer governo), pelos funcionários públicos, pelo Ministério Público, pelas Universidades e instituições públicas de pesquisa, até chegar aos cidadãos. Se encontrasse resistência por parte da sociedade, ele recuaria, mas somente até conseguir reunir força suficiente para voltar a propor novas formas de controle heterônomo. O que tudo isso significa? Significa que a democracia estaria ameaçada de retrocesso toda vez que tal resistência faltasse.

Nessas circunstâncias, não é a adesão dos atores políticos aos valores democráticos que pode garantir a democracia e sim a forma como se comporta a sociedade.

=> PERVERSÃO DA POLÍTICA

[40] Perversões da democracia

Gustavo Loschpe, Folha de São Paulo (31/10/06)

A FUNÇÃO de todo sistema político é maximizar o bem-estar de seus cidadãos. A premissa da democracia é que ninguém melhor do que o próprio cidadão para julgar o que é melhor para si, e que da agregação das vontades individuais cumprir-se-á a vontade coletiva.

Nas democracias modernas, as vontades são expressas em voto e seus artífices são os eleitos. Para que o processo seja justo e atinja seus objetivos, são necessárias algumas condições. O eleitor precisa saber o que ocorre e o que cada candidato defende (informação) e precisa conseguir analisar esse conhecimento para julgar qual proposta será mais condizente à consecução de seu ideal de país (formação).

Em um país como o Brasil, em que o acesso à informação é precário e a capacidade de julgamento é prejudicada pelo baixo esclarecimento da maioria da população, três quartos dos cidadãos não são plenamente alfabetizados -a tentação de usar as limitações da democracia para solapá-la são enormes.

Em particular há duas tentações: a de sacrificar o futuro pelo presente e a de sacrificar a minoria pela maioria. Creio que o governo que acaba de ser reeleito comete ambos os abusos. Os paliativos oferecidos aos pobres são

financiados por um aumento do peso do Estado, que tende a fazer com que o subdesenvolvimento perdure. Os pobres que recebem a ajuda não sabem disso, mas os governantes, sim.

Não apenas a pobreza de amanhã financia a de hoje, como se criou uma cultura de ressentimento e vilanização dos que pensam diferente. Quem aponta a nudez do rei é visto como elitista. Quem cobra a eficiência da gestão pública é tachado de privatista.

Quem discorda da imposição de critérios raciais na orientação de políticas públicas é racista. Quem denuncia que o presidente bebe é expulso do país. Quem acredita que o respeito à lei e às instituições é um dever que voto nenhum pode alterar virou golpista. Os adversários políticos que não se vendem serão destruídos por dossiês criminosos.

A democracia está sendo solapada pela desqualificação do contraditório, pelo achincalhamento dos mecanismos de controle do Executivo da imprensa ao Congresso. Pão e mensalão: a receita da pax lulista.

Esse meio é seu próprio fim. O poder que corrompe é usado a serviço da manutenção do poder. Ninguém acredita que o Bolsa Família diminuirá a pobreza. É uma política sem finalidades que não a sua perpetuação. Os que crêem que o petismo morre com Lula são os que acreditaram que o mensalão decretava seu fim. As engrenagens que descosturam nossa fibra democrática estão a pleno vapor.

Assim é também porque os opositores sacrificam o respeito às instituições por votos. Se continuar assim, a justiça econômica advirá da socialização da pobreza, a igualdade social virá por decreto e o processo eleitoral se transformará em mero simulacro de uma democracia que, por vontade popular entronizará a maravilha da brasilidade mantendo inalterado esse caloroso atoleiro em que nos transformamos.

GUSTAVO IOSCHPE é mestre em desenvolvimento econômico pela Universidade Yale (EUA)

=> POPULARIDADE SEM LEGITIMIDADE

[41] Popularidade não é legitimidade

Augusto de Franco, www.democracia.org.br (15/04/06 17:44)

Desde meados do ano passado, Lula governa o Brasil sem legitimidade. Tem, é certo, popularidade. Mas as duas coisas não são equivalentes. Hitler e Mussolini, que também foram sagrados dentro de um processo representativo, tinham muita popularidade. Até Milošević tinha popularidade, como ficou evidente nas manifestações do seu funeral. Antes que gritem, esclareço que não estou comparando Lula com esses ditadores. A alusão a eles tem o objetivo de mostrar que se confundirmos legitimidade com popularidade, vai por água abaixo o chamado Estado democrático de direito. Se o império da lei não estiver acima do índice de audiência (das massas), não existem condições institucionais para o funcionamento do regime democrático.

No regime democrático, a legitimidade somente em parte é conferida pelas urnas. Ela deve ser conquistada no dia a dia, por ações condizentes com as responsabilidades próprias do cargo para o qual o representante foi eleito.

O último escândalo, que culminou com as demissões expiatórias de Palocci e Mattoso, é exemplar da incapacidade de Lula de assumir a responsabilidade inerente à função que exerce. Já surgiram fortes evidências de que mais alguém, no Planalto - pelo menos o ministro da Justiça - encomendou o serviço ou compartilhou a urdidura do mal-feito. Poderia tudo isso ter ocorrido com o desconhecimento de Lula?

Não importa. Lula é o responsável pelos atos de seus subordinados. Se, mais uma vez (a oitava, alguém contou), disser que de nada sabia, assim mesmo não se salvará. Se o responsável não faz o que está sob sua responsabilidade, então é um irresponsável. Em outras palavras, comete, ele também, um delito, um crime de responsabilidade.

Não é somente a perseguição ao caseiro – na qual se envolveram vários órgãos do Estado, como a Receita, a Polícia Federal que transformou a vítima em investigado, o Coaf que quis processá-lo por lavagem de dinheiro, a Caixa que violou criminosamente o seu sigilo, o Ministério da Justiça e o da Fazenda, aos quais tais órgãos estão subordinados – que revela a impossibilidade de Lula continuar no governo. É obrigatório que ele saia, como disse Boris Casoy em artigo na Folha de São Paulo do último 27 de março, pelo "conjunto da obra".

Sim, porque não se trata de casos pontuais. O governo inteiro está imerso em ilicitudes, de vários tipos e graus variados e ninguém – sobretudo o chefe – assume qualquer responsabilidade.

Não há praticamente um só lugar onde não exista grossa roubalheira ou alguma maracutaia, seja na forma de desvio de recurso ou de função, aparelhamento, superfaturamento, lavagem de dinheiro, remessa e repatriamento ilegal de recursos, caixa 2, caixa 3 (mensalão e outras mesadas para parlamentares e atores diversos). Acrescente-se à lista, agora, o uso criminoso do Estado contra o cidadão, a violação de direitos, a perseguição política e o direcionamento partidário dos órgãos de segurança e inteligência.

Enfim, para tanta desconstrução normativa não há salvação possível se falta, da parte do chefe do governo, a responsabilidade de zelar pelas instituições. Para isso ele foi eleito. Não para alegar, eternamente, ignorância.

Se Lula não arquitetou, dirigiu ou executou todos os crimes cometidos no seu governo (isso seria humanamente impossível, dado o número, a abrangência

e a profundidade dos atos ilícitos), ele - para se salvar - só teria uma solução: demitir um a um os envolvidos e processá-los. A cada escândalo descoberto deveria ter tomado uma atitude condizente com a sua atribuição de principal responsável pelo governo.

Lula fez o contrário. Relutou, tentou enganar a população com subterfúgios e discursos de palanque, tentou obstruir as investigações das comissões parlamentares, tentou tudo para não tomar qualquer atitude responsável. Não foi capaz, nem mesmo, de pedir desculpas à população de maneira decente. Ao contrário, caluniou a oposição, comparando-a aos que, na Venezuela, queriam derrubar Hugo Chávez.

Condoleeza Rice tinha razão quando lembrou àquele protoditador que não basta um governante ter sido eleito democraticamente se não governa democraticamente.

Mutatis mutandis, o mesmo vale para Lula. Mesmo que tenha popularidade, não tem mais legitimidade pois se recusa a assumir as responsabilidades exigidas de um presidente pelo regime democrático. Deve, portanto, deixar o governo. E não ser premiado com a chance de participar da loteria eleitoral, correndo o Brasil o risco de ficar mais quatro anos sob o comando de um cidadão sem pleno senso de responsabilidade.

Já vimos que Lula não terá a responsabilidade suficiente para fazer a única coisa cabível no momento: renunciar ao mandato. Também vimos que a oposição não tem estofo para tomar uma atitude responsável, interpelando o presidente (como brincou Clóvis Rossi, na sua coluna do último dia de março, também na Folha de São Paulo, "se não existisse a oposição, o governo Lula já teria acabado há muito tempo"). Cabe, portanto, mais uma vez, às instituições da sociedade civil como a OAB, a ABI e tantas outras de memorável passado democrático, assumir a responsabilidade de tomar alguma providência, em nome da decência, da ética, do Estado de direito, da lei.

‘Q’ | ARTIGOS RELACIONADOS

=> QUADRILHA NO GOVERNO

[42] A quadrilha é o PT

Antonio Fernandes, www.democracia.org.br (29/04/06 06:20)

Tudo indica que a conjuntura política vai se complicar bastante nos próximos meses. Até junho vamos caminhar mais ou menos assim: Lula subindo ou descendo um pouquinho e as oposições descendo ou subindo um pouquinho. A não ser que ocorra um fato extraordinário ou que as oposições mudem de comportamento, isso é o mais provável.

A partir de julho, entretanto, vamos começar a entrar na zona de perigo. Quando a campanha esquentar, Lula e o PT - protegidos pela dinâmica eleitoral - vão se sentir livres para investir contra adversários e instituições, usando meios criminosos, quem sabe, inclusive, usando com mais frequência e contundência os órgãos de repressão e inteligência do Estado. É uma previsão e como toda previsão política pode não se concretizar, é claro. Não podemos saber se acontecerá, mas nessa matéria basta saber que está no campo do possível para ligar o alerta vermelho.

Pois o problema é que - se isso vier a acontecer - não há a quem recorrer. Se alguém (como dizia o Poderoso Chefão, do filme de Coppola) cair num buraco, pegar uma infecção estranha ou for atingido por um raio, seus familiares vão reclamar com quem? Vão ser protegidos pela Polícia Federal ou deverão proceder como a família de Celso Daniel e partir para o exílio? Vão pedir uma audiência com o advogado dos companheiros que ocupa também a função de ministro da Justiça?

Não se trata de alarmismo. Estou dando exemplos do perigo que corremos ao deixar as instituições que têm o monopólio legal do uso da violência sob o comando de uma quadrilha que não foi desbaratada. A prova está aí. José Dirceu, o líder da quadrilha (segundo o Procurador Geral da República) foi aclamado ontem no encontro do PT aos gritos de "Zé Dirceu é meu amigo, mexeu com ele mexeu comigo". Vários dos que gritaram ocupam cargos nos altos escalões do governo ou têm muita influência sobre os que comandam instituições-chave do Estado.

O que as oposições não viram é que não existe uma quadrilha de petistas desviados, que cometeram alguns errinhos, como não se cansa de dizer o presidente da República. A quadrilha é o PT.

Entendam. Não estou dizendo que todos os petistas sabiam e fizeram parte do esquema do mensalão, do caixa 2 e do caixa 3. A imensa maioria dos filiados não sabia de nada. Estou dizendo que mesmo que essa maioria não soubesse de nada e não tivesse participado de nenhum ato ilegal, o PT se comporta como um bando, como uma gangue política, porque a maioria da sua direção se comporta assim. Tanto é assim que, apesar de tudo o que aconteceu, tal maioria não vacilou nem um pouco para aclamar Dirceu, aquele que - como todo mundo sabe - coordenou operativamente (com o impossível desconhecimento de Lula) a montagem do esquema criminoso. Um esquema que continua. Porque a gangue continua. Porque eles continuam no governo. Porque o chefe continua na presidência da República.

É um risco altíssimo deixar esse pessoal no governo por mais oito longos meses, mesmo que estejamos às vésperas de eleições. Corrijo: sobretudo porque estamos às vésperas de eleições, onde qualquer denúncia será encarada como intriga solerte com claros objetivos eleitorais.

Repito a pergunta: a quem uma pessoa de bem vai recorrer quando for vítima da quadrilha, quando seus direitos fundamentais - inclusive a sua integridade física - forem violados? Isso para não falar do uso abusivo que

eles farão da máquina pública, do dinheiro do contribuinte, das políticas e programas governamentais. Tudo isso poderá acontecer e ficará por isso mesmo, pois não há a quem recorrer (de vez que o Congresso está desmoralizado e os tribunais superiores, inclusive o STF - em que pese a dignidade de sua nova presidente - estão imbuídos da idéia de que devem manter o governo em qualquer circunstância, independentemente do que ele vier a fazer ou deixar de fazer).

Não resisto a uma provocação: se o Congresso não tem credibilidade para processar o presidente da República, como dizem os sabotadores do impeachment, como terá credibilidade para continuar existindo como um dos fiadores democráticos do processo eleitoral? Já que os tribunais se transformaram em organismos de defesa do mandato presidencial, onde estão as instituições capazes de garantir a lisura das eleições? Heim?

Aprenderemos, tardiamente, uma amarga lição: não se pode conviver com o crime, não se pode fazer acordos com gangues e negócios com bandidos, sobretudo quando eles estão instalados no Estado. A oposição deixou que isso acontecesse durante muito tempo, desde que surgiram os primeiros escândalos do caso Waldomiro (que, aliás, como é natural nesses casos de crime de quadrilha enquistada no Estado, permanece solto). Não poderia ter deixado um mês, um dia sequer que tais irregularidades continuassem acontecendo e que seus responsáveis permanecessem impunes. Agora diz que não adianta fazer nada, pois estamos praticamente nas urnas, ou seja, quer deixar o Brasil nas mãos da quadrilha só por mais oito meses! E sem ter qualquer indicação realista de que vencerá o pleito.

A quadrilha é o PT porque a maioria da direção do PT quer apoiar a quadrilha. Para se livrar dessa maldição, o PT deveria ter se refundado, começando por expurgar os que cometeram tantos delitos, desbaratando internamente a quadrilha. Se não o fez é porque a maioria que controla o partido não deixou. A maioria que controla o partido não é outra senão aquela que aclama o

chefe de quadrilha aos gritos de "Zé Dirceu é meu amigo, mexeu com ele, mexeu comigo".

Os tucanos e pefelistas não deram importância aos avisos de perigo porque acreditavam nos homens que comandavam as instituições. Mantinham diálogo privilegiado com Jobim e Bastos. Quando alguém alertava para o fato de que esses hierarcas se transformaram em agentes do poder lulista, sorriam com condescendência. "- O que é isso, companheiro? Você está equivocado. Conheço bem o Jobim, conversei ontem com o Márcio..." E não se davam conta de que o presidente do Supremo Tribunal Federal, a última instância a que o cidadão pode recorrer em caso de violação de seus direitos constitucionais, estava ocupado demais em manipular a Corte para sustentar o governo, mesmo contra as leis e para defender, inclusive, o chefe da quadrilha (como o Brasil inteiro assistiu, naquela sua vergonhosa performance, em que tentou influenciar seus colegas para livrar Dirceu da punição política parlamentar que acabou sofrendo). E não se davam conta de que o ministro da Justiça estava atuando como uma espécie de *Consiglieri* de um grupo privado, ocupado demais em "aconselhar" e articular a defesa dos meliantes do primeiro e do segundo escalão do governo e - pasmem! - do próprio partido do governo (uma organização privada). Se não, quem urdiu a falsa versão do "caixa 2" para a trinca Valério-Delúbio-Lula? Quem arrumou um advogado para Delúbio? Quem articulou a vinda de ilustre criminalista para a defesa de Palocci, mesmo depois de saber dos crimes cometidos pelo ex-ministro da Fazenda? Quem, senão esse homem que continua comandando a Polícia Federal?

Todos esses continuam aí, movendo-se no Estado ou na sua sombra como atores políticos, com desenvoltura. A oposição acha pouco e quer que eles continuem mais um pouco: no mínimo por mais oito meses; no máximo por mais quatro anos e oito meses. E não quer se sentir responsável por qualquer coisa que vier a acontecer conosco durante esse tempo lenientemente concedido aos bandidos.

'R' | ARTIGOS RELACIONADOS

=> RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA

[43] É hora de resistência democrática

Augusto de Franco, e-Agora (06/11/05 08:27)

Desobediência política e obstrução moral dos cidadãos a um governo que se tornou ilegítimo.

Preferiria não estar escrevendo sobre isso. Sinceramente, gostaria apenas de dar continuidade ao trabalho que ajudei a realizar na última década, de fortalecimento da sociedade civil e de promoção do desenvolvimento comunitário por meio do investimento em capital social. Continuo tentando fazer tal trabalho, nos últimos dois anos e meio, quase três, diga-se, em condições políticas particularmente adversas. No entanto, não é mais possível fazer apenas isso, fingindo que nada de muito grave está acontecendo no Brasil e esperando melhores dias no futuro.

Luta política é sempre uma coisa aborrecida. Acarreta dissabores, retaliações e perseguições. Inviabiliza negócios e dificulta parcerias. Além disso, ameaça transformar o contendor em uma espécie de imagem espelhada daqueles que combate. Mas há momentos na vida em que não é possível fugir da luta. Os que prezam o valor da democracia estamos vivendo um desses momentos.

O que está acontecendo em nosso país é gravíssimo, inclusive porque, para além de todas as consequências nefastas que possa ter sobre as instituições republicanas formais, coloca em risco o processo substancial de

democratização da sociedade brasileira e, conseqüentemente, pode comprometer as estratégias inovadoras de desenvolvimento humano e social sustentável que emergiram nas duas últimas décadas.

Estou falando do governo Lula e do PT no governo, cujo comando parece ter enveredado para o crime. As evidências de corrupção sistêmica, de formação de quadrilha no governo e de privatização partidária do Estado, já são maiores, sob a administração Lula, do que foram em qualquer outro governo de nossa história.

Não que não existisse corrupção, prevaricação, caixa 2, mensalões e mensalinhos. Tudo isso sempre existiu e diz-se que é até meio endêmico na velha política brasileira. Mas nessa dimensão, com essa amplitude e profundidade e, sobretudo, operado de modo centralizado, para atender a objetivos políticos coletivos de um grupo privado, tal como se vê no governo Lula – ah! isso é inédito.

As explicações oficiais para tantos desmandos, irregularidades e crimes praticados na esfera pública por um grupo privado que dela se apossou, caem, uma por uma, a cada dia que passa. Os empréstimos viabilizados por Marcos Valério eram uma farsa. O caixa 2 – como explicação geral ou justificativa torta para todos os crimes e irregularidades encontrados – era uma farsa. As supostas traições de que o presidente da República teria sido vítima eram uma farsa. A gestão solitária do (agora bode expiatório) Delúbio era uma farsa. O empréstimo de Lula ao fundo partidário, bem como o seu pagamento feito por um amigo com dinheiro em espécie e sem recibo, eram uma farsa.

O caixa 2 para a campanha presidencial é um fato (segundo confissão do próprio Duda, que recebeu dinheiro ilegal em conta no exterior). O beneficiamento do filho do presidente ocorreu de fato. O incorretamente chamado mensalão (pois que os saques tinham freqüência variada, em certos períodos sendo até semanais) existiu de fato. A existência de um outro tipo

de “caixa” (um caixa 3, abastecido com recursos públicos, desviados por corrupção) para financiar ações lesivas ao erário e ao regime democrático, é praticamente um fato. O tráfico de influência operado por familiares do presidente aconteceu realmente.

Existem evidências embasadas de lavagem de dinheiro, licitações fraudulentas, superfaturamento, remessa ilegal de recursos para o exterior e sua repatriação criminosa por meio de uma rede clandestina de doleiros, empresas de fachada, empresas offshore, contas em paraísos fiscais etc. Existem muitas evidências de que o esquema monstruoso de corrupção instalado na esfera federal foi ensaiado, antes da vitória eleitoral de Lula, em governos municipais do PT, em um caso pelo menos envolvendo crimes escabrosos de seqüestro, tortura, morte e mortes em série. Existem ainda fortes suspeitas de que a campanha petista tenha recebido recursos do exterior.

Existem evidências públicas de que Lula e seus ministros – sobretudo o da Justiça e o da Fazenda – mentem cinicamente para a população, tentando desviar a atenção da crise ou escondê-la da população. Existem também evidências sólidas de que o governo atrapalha as investigações, ou seja, dificulta a entrega de documentos para as comissões parlamentares de inquérito, cria ações diversivas da Polícia Federal, que, não raro, se antecipa aos atores políticos encarregados das investigações e dispensa tratamento seletivo para crimes semelhantes, de acordo com a conveniência política do poder (Valério, surpreendido queimando provas, está solto até hoje e Delúbio idem, embora sejam réus confessos). Existem suspeitas de que os aparatos de segurança e de inteligência do Estado estejam sendo usados politicamente pelo governo para espionar ou coagir opositores e testemunhas.

Convenhamos, os motivos são suficientes para uma “parada total dos reatores”. Em qualquer país civilizado do mundo, quer dizer, em qualquer democracia mais avançada e mais consolidada, um presidente cujo governo

apresentasse tal folha corrida não continuaria no posto nem um minuto sequer. Pois é, aí vem a pergunta-chave: como é que, diante de tudo isso, Lula continua no governo, sem mudar de comportamento, como se nada tivesse acontecido?

Só há uma explicação. Nossas instituições republicanas, que prosseguem, como muitos vêm repetindo, funcionando normalmente, na verdade funcionam, em grande parte, apenas formalmente, quer dizer, mantêm, na casca, os ritos constitucionais e a liturgia prescrita, seguem o script previsto como representação, porém não têm mais capacidade de enfrentar problemas reais de envergadura dentro do arcabouço democrático.

Não há uma autoridade política, alguém a quem se possa recorrer, que tome uma providência à altura do que a situação exige. Não há uma referência moral cuja voz se faça ouvir e respeitar. Sim, não há para quem apelar, pois, para ficar apenas na linha direta de sucessão, tanto o presidente do Congresso quanto o presidente do Supremo Tribunal Federal, mantêm, cada qual a seu modo, vínculos ou preferências políticas num grau de intimidade com o poder que os desqualificam como árbitros, como agentes ordenadores desinteressados.

As instituições foram engolfadas pela partidarização do Estado, envolvidas pela dinâmica da disputa beligerante imposta pelo PT no governo, que transformou tudo em uma guerra. Com isso, da cena pública vai-se esvaindo o sentido de civilidade.

Nesse clima de guerra, um aumento da radicalização da oposição partidária, dependendo da forma como for feito, pode, por incrível que pareça, contribuir para caracterizar os legítimos esforços de apuração dos crimes e de punição dos culpados, como meros movimentos de uma guerra eleitoral. Isso, de certo modo, paralisa os partidos oposicionistas, tornando-os instrumentos de difícil operação no período que antecede a campanha propriamente dita. Eles certamente verão com clareza o seu papel mais

adiante. Agora, porém, estão presos numa armadilha: se, silenciam, ajudam a blindar o presidente e a sustentar o governo corrupto; se protestam com a veemência que a situação exige, ajudam a disseminar a farsa de que tudo não passa de uma disputa eleitoreira e antecipada.

Nessas circunstâncias, somente a resistência democrática da sociedade pode devolver o país à civilidade política. Retrocesso, a rigor, já houve, mas é preciso evitar outros retrocessos, ainda mais graves, no processo de democratização da sociedade brasileira que ocorrerão se Lula permanecer no governo por mais um ano sem mudar de comportamento.

A solução para tudo isso passa, hoje, pela criação de um constrangimento democrático, uma pressão ambiental que impeça Lula e o PT de continuarem agindo como estão. Mas, pelos motivos expostos acima, não há possibilidade de tal ambiente se conformar a não ser a partir de uma movimentação social vinda de baixo para cima.

Entretanto, tudo indica que não haverá, pelo menos por ora, mobilizações de massa, manifestações de rua, campanhas tradicionais onde se juntem “acarreados” (para usar um termo mexicano, que cai aqui como uma luva) para protestar diante dos palácios. Em primeiro lugar porque as correias de transmissão – quer dizer, os aparelhos sindicais e organizativos do movimento popular – necessárias para arregimentar seguidores capazes de alavancar esse tipo de coisa, ou estão nas mãos do PT, ou ainda se encontram perdidas diante da decepção que sucedeu a esperança de mudança anunciada por Lula. Em segundo lugar porque a sociedade brasileira, na segunda metade desta primeira década do século 21, não é a mesma da dos anos 80, não se manifesta mais acompanhando cortejos, seguindo bandeiras tremulantes e repetindo palavras de ordem emitidas monocordicamente por candidatos a condutores de rebanhos.

Sim, a sociedade brasileira mudou nos últimos vinte anos. Está muito menos organizada a partir de cima e muito mais conectada, molecularmente, a

partir de baixo. O cidadão que agora opina e ensaia pensar com a sua própria cabeça, se insere voluntariamente em comunidades reais ou virtuais que são de sua preferência e não está tão disposto quanto estava a se diluir na massa de seguidores de algum líder salvador ou de algum ícone midiático, que para ele acenem com promessas de amanhã que cantam. Ainda há os que fazem isso, mas esses são, justamente, os que remanescem crendo em Lula e em outros propagandistas políticos mistificadores e manipuladores.

Em suma, não é razoável esperar um movimento de massas contra o governo nos próximos meses. Isso não significa, porém, que não possa haver movimentação social, no sentido de fermentação, da emergência de miríades de micromotivações que se disseminem, por contágio molecular, compondo uma resultante de recusa à continuidade da situação atual.

Essa fermentação já está ocorrendo no momento, porém – como toda fermentação em seus estágios iniciais – invisivelmente. Ela não aparece, senão parcialmente, nas pesquisas de opinião que tentam captar tendências de intenção de voto em 2006. A razão dessa incongruência entre o processo social real e a sua tendencial expressão política futura, está no fato de que ela não se tematiza ainda como opção política. Há uma insatisfação generalizada com a corrupção sistêmica, mas que não se expressa de modo a antecipar escolhas políticas a serem feitas no porvir, mesmo porque ainda está nebuloso o quadro das alternativas. As pessoas querem ver o que vai acontecer, suspeitam que tudo continuará como antes, não confiam muito na seriedade das instituições políticas que estão encarregadas das investigações e sanções e, assim, também não querem sair antecipando suas preferências sem saber exatamente quais são as opções.

Trata-se, portanto, de investir agora não na grande recusa popular homogeneizante, na insurreição das massas, no protesto clássico dos muros pichados, das faixas de protestos, das carreatas e passeatas, dos comícios e das caras pintadas. Trata-se de investir, isso sim, nos movimentos

moleculares de insubordinação política, que possam ser praticados pelos cidadãos descorporativizados e despartidarizados.

Não é o momento – mesmo porque seria inútil – de tentar criar artificialmente movimentos em torno de candidaturas redentoras. A hora é de conclamar os cidadãos para que emitam as suas opiniões, sem um guia, sem uma palavra de ordem, sem um comitê central organizador, sem um palanque. Surgirão guias (no plural). Surgirão palavras de ordem (também no plural). Surgirão palanques (sempre no plural). Mas essas coisas serão como que o resultado de uma onda sísmica, que vai se formar com base nessa fermentação, silenciosa e subterrânea, que está em curso nas casas, nas escolas, nos locais de trabalho, nas instituições, nos bares, nas esquinas, enfim, nas redes que conectam pessoas com pessoas em todos esses lugares e entre todos esses lugares. Em outras palavras, a hora é de pulverizar para multiplicar a resistência e o protesto. Espancado da cena pública o espírito cívico se refugiou nos espaços privados, mas continua vivo.

A rede está pulsando. A onda está vindo. Palanques virtuais na Internet, palanques presenciais constituídos pelos cidadãos nas suas famílias, nos seus grupos de amigos e colegas e mesmo com desconhecidos, pipocam aqui e ali. São redes de conversações que vão se formando, por e-mail, nos sites e blogs, em conferências e nas salas de aula, à mesa, durante as refeições em casa e nos restaurantes, entre companheiros de viagem, nos salões de espera dos aeroportos, entre o passageiro e o motorista do táxi, na fila do banco, no cabeleireiro e na barbearia... enfim, em todos os lugares. Existem indícios de que essas redes de conversações já começam a manifestar certas circularidades importantes. Ouve-se os mesmos argumentos críticos de um chofer em São Paulo e de um palestrante em um evento empresarial no interior de Minas Gerais.

As pessoas sabem que há algo de muito errado acontecendo. Não se manifestam publicamente porquanto não dispõem de motivação (de vocação e da cultura política necessária) e de canais para fazê-lo. Privadamente,

porém e dos modos os mais diversos, já concluíram – em sua maioria – que é preciso resolver o problema da única forma que para elas parece estar disponível: o voto “Não” ao governo nas próximas eleições.

Pouco a pouco, no entanto, vai se formando uma opinião sobre a necessidade de dizer “Não” também antes do pleito, agora e não somente no final do ano que vem. Um “Não” em pequenos gestos, quotidianos, de inconformidade, de recusa. Tais gestos vão desde falar um palavrão ou cuspir no chão ao ouvir o nome do presidente da República, passando por contar uma piada que desvela e desmoraliza a enganação das versões oficiais, até replicar um e-mail crítico ao governo para toda a lista de amigos, enviar uma carta para um jornal ou escrever e publicar um artigo como este.

Isso tem uma força tremenda. Se todos os que já recusam o governo atual manifestarem sua repulsa por intermédio de pequenos gestos como esses, não há como ser mantida a situação atual.

A hora é desse novo tipo de resistência e dessas novas formas de protesto. Até que uma repulsa coletiva mais vigorosa e mais volumosa se manifeste, os cidadãos podem fazer o que está ao seu alcance, colocando-se em estado de desobediência política e de obstrução moral a um governo que perdeu a legitimidade porque, a partir do seu comando, não é mais uma entidade pública e sim um destacamento privado que se comporta como uma gangue política.

[44] Previsão sombria

Augusto de Franco, www.democracia.org.br (01/06/06 06:41)

Lula às vezes acorda invocado. Eu hoje acordei com medo. Confesso. Tenho medo até de pensar no assunto. Mas as tendências que ando captando são muito sombrias. Trata-se do seguinte: o que farão as oposições num segundo

governo Lula? Cavarão as trincheiras da resistência democrática? Conhecendo tucanos e pefelistas, devo admitir que essa alternativa não é muito provável. Não faz o estilo deles.

Abandonarão o país, desembarcarão do mundo da política? Também não! Terão conquistado vários governos estaduais e será necessário administrá-los. Mas como farão isso? Negociando com o governo federal, ora essa! Em nome do interesse público, é claro! Contudo, como reagirão a uma proposta de aproximação com o PT?

Sim, é isso mesmo. Uma parte do PT vai continuar tentando refundá-lo, se não para criar um outro partido, pelo menos para se desvencilhar da velha imagem derruída pelos escândalos.

Dependendo das dificuldades de Lula em governar com parte do PMDB e com rebotalhos de partidos - e com rebotalhos humanos, inclusive - essa proposta terá tudo para prosperar. A idéia de uma espécie de governo de conciliação nacional surgirá e deverá ser operada por algum ator partidário. A previsão sombria de que falo no título deste artigo é essa: o PSDB - sem consistência para apresentar um novo projeto, desgastado pela segunda derrota consecutiva e desmoralizado por ter sido o principal responsável pela recuperação e reeleição de Lula - poderá ficar tentado a aderir à nova pajelança lulo-petista.

Sei que isso não faz parte do DNA petista, mas a necessidade obriga a coisas de que até Deus duvida. Lula não está nem aí para coerências programático-ideológicas. Vale tudo, desde que seja para sustentá-lo. "Desde que seja eu..."

Além disso, tenho certeza que também não faz parte do DNA tucano a resistência democrática. Não fizeram isso - com raras exceções - no primeiro mandato: por que farão no segundo?

Eles não querem se estressar. Como aquele personagem do dito popular, dão um boi para não entrar numa briga; porém, ao contrário do cidadão pacato - mas com brios - da anedota, dão uma boiada para fugir da contenda. Briga naquele clube de cavalheiros, só interna, mas por vaidades; disputa, só se for de beleza.

Assim, uma tática que pode prevalecer na oposição é aquela que vem sendo atribuída (justa ou injustamente) a Aécio Neves: ser o sucessor de Lula, com o apoio, se não de todo o PT, pelo menos do presidente e de seus mais próximos auxiliares. Isso, é claro, terá um preço: mais docilidade oposicionista durante o segundo mandato, apoio incondicional à governabilidade, aliança explícita ou tácita em torno de um projeto de concertação nacional, quem sabe até com uma Constituinte exclusiva, como já vêm acenando alguns ministros palacianos.

Ou alguma coisa assemelhada: oposição civilizada, praticada como um jogo de salão, convivência pacífica, vistas grossas para a impunidade e a reabilitação dos caídos, leniência com os crimes e os desmandos (que continuarão), colaboracionismo para continuar blindando o presidente e belas realizações administrativas para mostrar no programa eleitoral de 2010.

Previsão sombria. Ademais de nos ter jogado na situação em que estamos, é possível que PSDB e PFL ainda nos deixem falando sozinhos na oposição à Lula num segundo mandato.

Previsão sombria. Seremos tratados - nós, os democratas - como uma espécie de PSTU de direita.

Deus queira que eu ainda não tenha acordado. E que tudo isso não passe de um pesadelo.

[45] Manual de Dagobah

www.democracia.org.br (outubro de 2006)

Um Guia para os Agentes da Resistência Democrática

Seguem as 10 primeiras lições do Manual de Dagobah. Elas contêm informações e indicações úteis para impedir que o ‘banditismo de Estado’ tome conta do Brasil. É um guia para o cidadão comum, que não se conforma com o reinado da impunidade no governo corrupto de Lula da Silva. Copie, reproduza e distribua.

1 – TENHA CORAGEM

Não tenha medo: você está a favor da lei. E, sobretudo, está com a razão. Quem deve ter medo são os que violaram as leis, estão corrompendo os bons costumes, pervertendo a política e degenerando as instituições. Resistir à ilegalidade, repudiar as investidas ilegítimas contra o processo democrático e os atentados ao Estado de Direito, não ser conivente com o crime, nem leniente com os criminosos e denunciar as irregularidades é um direito e um dever dos cidadãos.

2 – ASSUMA SEU COMPROMISSO COM A DEMOCRACIA

A democracia é o valor principal da vida pública. Tudo – qualquer evento, qualquer proposta – deve ser avaliado, medido e pesado, do ponto de vista da democracia. Diante de qualquer situação política, comece sempre fazendo a seguinte pergunta: isso ajuda ou atrapalha o avanço do processo de democratização da sociedade brasileira?

Aprenda a desconstituir os argumentos falsamente democráticos, do tipo:

- a) “Democracia é o regime da maioria”
- b) “Democracia é a lei do mais forte (daquele que tem maioria, sendo, no caso, mais forte, aquele competidor que tem mais votos)”

- c) “Democracia é a regra do jogo estabelecido para verificar quem tem mais audiência e, assim, entregar os cargos públicos representativos ao detentor do maior índice de popularidade”
- d) “Democracia é fazer a vontade do povo”
- e) “Os votos da maioria da população estão acima das decisões das instituições democráticas e dos julgamentos dos tribunais”
- f) “Para um governo ser democrático basta ter sido eleito sem fraude pela maioria da população”
- g) “Quem tem maioria tem sempre legitimidade”
- h) “Um grande líder identificado com o povo pode fazer mais do que instituições cheias de políticos corruptos”
- i) “Não adianta ter democracia se o povo passa fome”
- j) “Não adianta ter democracia política se não for reduzida a desigualdade social”

3 – REJEITE A *REALPOLITIK*

Jamais aceite a tese autocrática – da chamada *realpolitik* – segundo a qual a política é uma guerra permanente, uma guerra onde vale-tudo, onde, o que conta, em última instância, é apenas o poder. É preferível ficar fora do poder por algum período – curto ou longo – do que corromper a própria alma para sobreviver como um zumbi, um militante deformado, um degenerado político.

4 – DEMONSTRE, COM SUA PRÁTICA, QUE OS FINS NÃO JUSTIFICAM OS MEIOS

Recuse-se a usar as mesmas armas dos agentes do poder corrupto: não minta, não calunie, não articule golpes, aja sempre dentro da lei e respeitando os princípios da política democrática. Admita que você pode errar por ignorância ou inexperiência, mas nunca se permita agir com falsidade deliberada. Se você se igualar nos métodos ao seu adversário, todo o seu esforço em prol da retomada do processo de democratização da sociedade terá sido inútil.

5 – DIGA NÃO À IMPUNIDADE

Não aceite nem colabore, em hipótese alguma, com qualquer tentativa de acordo ou pacto com o poder corrupto. Lembre-se: eles se colocaram fora do campo da legitimidade democrática e nessa condição permanecerão enquanto não reconhecerem suas culpas e pagarem pelos seus crimes e atentados à democracia. Aprenda a desmascarar os falsos pretextos apresentados pelos malfeitores para permanecer impunes. Aprenda a mostrar que a governabilidade é, quase sempre, um expediente para garantir a estabilidade da dominação de quem está no poder. Diante de qualquer proposta de acordo, de pacificação dos ânimos, pergunte sempre: se Lula tivesse perdido a eleição, o PT estaria propondo algum tipo de acordo pelo bem do país? Por que então não propôs em 1994 ou em 1998, mas, pelo contrário, adotou logo o lema “FORA FHC”, sendo que o atual ministro da coordenação política (ou coisa semelhante) de Lula chegou a pedir publicamente a renúncia ou o impeachment do ex-presidente Fernando Henrique no mês seguinte à sua posse na reeleição?

6 – DESPREZE AS AMEAÇAS

Não acredite nas ameaças dos chefes do poder corrupto de que o Brasil vai ser palco de uma conflagração social se as oposições não se renderem ao governo. Tais ameaças são feitas apenas com o objetivo de impedir que a oposição cumpra o seu dever de ser e fazer oposição.

7 – DECODIFIQUE O DISCURSO DO CHEFE

Aprenda a decodificar o discurso do chefe do governo. Com o propósito de confundir e iludir a opinião pública ele sempre declara exatamente o contrário do que está fazendo ou pretendendo fazer. Se ele diz que não atacará o adversário, é sinal de que atacará. Se ele diz que quer apurar o crime do falso dossiê, é sinal de que colocará todos os obstáculos para que se chegue a desvendar a origem do dinheiro e da trama na qual estão envolvidos seus homens. Se ele diz que punirá rigorosamente os culpados (por quaisquer dos seguidos escândalos que seu governo patrocinou), é sinal de que já arrumou um jeito de não punir ninguém. Tudo o que ele diz, vale,

sim, porém com o sinal trocado. Para decodificar Lula, é simples: basta inverter o sinal.

8 – NÃO DÊ MUITO CRÉDITO ÀS OPOSIÇÕES PARTIDÁRIAS

Dê pouco crédito ao que dizem os líderes dos partidos de oposição. Considere que eles são os responsáveis, em grande parte, pela situação em que nos encontramos. Pergunte-se sempre: como posso confiar em gente que demonstrou tanta falta de visão estratégica, de inteligência política e de compreensão do valor da democracia? Como posso confiar no juízo de líderes que sacrificaram a lei e os valores maiores da República no altar de suas próprias conveniências e interesses políticos pessoais, blindando Lula e apostando irresponsavelmente nossos destinos na loteria do calculismo eleitoral?

9 – IDENTIFIQUE A QUADRILHA

Aprenda a identificar os chefes e os membros da quadrilha denunciada, em parte, pelo Procurador Geral da República. Não são todos os petistas que pertencem ao grupo que comanda e participa do esquema de poder corrupto. Para identificar o núcleo dirigente dessa organização abrigada dentro do PT é necessário mapeá-la a partir do levantamento da trajetória dos militantes da tendência Articulação (sobretudo dos militantes mais próximos a Dirceu, identificado pelo Ministério Público como chefe de sofisticada organização criminosa cujo objetivo era reter o poder nas suas mãos), e dos grupos de assessores, antigos militantes políticos de organizações da esquerda armada e ex-sindicalistas mais próximos de Lula. Dentre esses quadros alguns têm (outros tinham, antes de serem derrubados pelos escândalos) cargos formais no governo (inclusive no primeiro escalão), ou em empresas estatais e organizações para-estatais, fundos de pensão ou no próprio partido, porém boa parte não.

Mas não se iluda com a honestidade e a sinceridade da maioria dos petistas. De uma forma geral todos os petistas militantes – e inclusive alguns filiados e simpatizantes – que permanecem no partido depois de tudo o que

aconteceu, são reprodutores de uma cultura política antidemocrática. Essas pessoas, mesmo diante de fortes evidências dos crimes cometidos pela quadrilha, ainda são capazes de buscar justificativas para os “erros” de seus pares. Quando não conseguem fazer isso, em geral inventam estranhas teorias conspiratórias, como, por exemplo, a de que tudo não passou de uma armação dos meios de comunicação a soldo ou a serviço das elites (!).

10 – DESCUBRA OS AGENTES DISFARÇADOS À SERVIÇO DO PODER

Aprenda a reconhecer, por pequenos sinais, os agentes escondidos à serviço do PT ou de Lula. Eles estão em todos os lugares, mas atuam disfarçados, sob o manto da imparcialidade (em geral na imprensa), ou escudados por discursos acadêmicos, pretensamente científicos (por exemplo, nas Universidades). Reinaldo Azevedo já publicou um excelente guia para o leitor se defender do jornalista picareta (nem todo jornalista picareta é criptopetista ou criptolulista, mas todo jornalista criptopetista ou criptolulista é picareta).

=> REVOLUÇÃO PELA CORRUPÇÃO

[46] As perspectivas da esquerda

Ruy Fausto, Folha de São Paulo (22/01/06)

NA HORA dos balanços do ano findo e da definição de perspectivas para o ano novo, cabe a pergunta (principalmente para quem se situa à esquerda): Que possibilidades pode ter, ainda, a esquerda no Brasil?

Retomemos o fio do que aconteceu no ano passado e tentemos analisar um pouco o seu significado, assim como os seus efeitos na conjuntura atual. Começo por considerações empíricas (sobre eventos e pessoas), porque já no nível dos dados há muita confusão.

A Câmara dos Deputados cassou o mandato de José Dirceu (e o de Roberto Jefferson), mas não parece se dispor a ir muito mais longe do que isso. A cassação de Dirceu é um fato auspicioso. Preferia não me alongar sobre o personagem, mas, já que uma parte do PT o celebra como herói (!), cabem duas palavras a respeito dele.

Dirceu, é preciso dizê-lo, encarna o que há de pior na esquerda, em termos de burocratismo e de autoritarismo. O que não é só questão de traços pessoais. Seus laços - passados e presentes - com o "socialismo" totalitário são conhecidos, ainda que não inteiramente. É sintomático, aliás, que entre os seus maiores defensores estejam nostálgicos de Stálin e ativistas de uma certa tendência não muito forte na defesa da democracia e da honestidade administrativa, o chamado "castro-quercismo"...

Entretanto, a cassação de Dirceu - e sobretudo quando o cassado é acolhido com flores pelo partido - não garantiu um verdadeiro recomeço para o PT. Tudo se passa como se a última oportunidade de refundação tivesse sido perdida com a eleição, sem condições, de Berzoini para a presidência do partido.

Hoje, salvo erro ou surpresa maior, uma "virada" do PT já não parece possível. Na vida de um partido (e principalmente de um partido de esquerda), como na vida de um indivíduo, os traumas graves não podem ser reabsorvidos sem um profundo "trabalho" interno.

Ora, digam o que disserem uns e outros, os "traumas" do PT não são da ordem daqueles que podem ser descartados por meio de fórmulas do tipo "nossos erros no que se refere a recursos não contabilizados" ou outros eufemismos do mesmo gênero. O PT quer jogar a poeira para baixo do tapete, se esquecendo de que se trata de coisas mais graves do que poeira e tapete.

O caso Celso Daniel, para falar só do mais sério, é de imensa gravidade. Observemos ainda uma vez que as evidências de que a morte de Daniel tem a ver com práticas de corrupção em proveito do PT são múltiplas e esmagadoras (para dar apenas um argumento: seis pessoas de algum modo relacionadas com o crime não teriam sido assassinadas se se tratasse de um simples seqüestro, como pretende, hoje, a direção petista).

A desmoralização do PT resultou essencialmente de revelações como as do caso Celso Daniel e de evidências suficientemente sólidas de práticas de corrupção envolvendo de forma direta os seus dirigentes. Inútil tentar explicar o que aconteceu pela "luta de classes" ou pelo golpismo da direita, mesmo que, evidentemente, a direita se refestele com tão oportuno presente.

Se se quiser apelar para a tradição, há alguma coisa mais séria a refletir. Na história do socialismo, há um fenômeno recorrente: o do apodrecimento de partidos de esquerda. Conhece-se o caso famoso da social-democracia alemã e de alguns outros partidos social-democratas que se comprometeram a fundo com a aventura guerreira de 1914. O partido bolchevique, ele próprio um partido de tipo autoritário e ultracentralista (nesse sentido, ele já nasce degenerado), sofreu, por sua vez, o fenômeno da degenerescência stalinista. Um partido de jacobinos fanáticos se transformou em partido de burocratas corruptos e de policiais a serviço de um déspota genocidário.

Mas, e o PT? O PT se perdeu por quê? Por mais de uma razão, mas principalmente porque, partindo de um modelo de revolução violenta, ele não abandonou o que estava por trás desse projeto, a justificação dos meios pelos fins. Limitou-se a trocar a violência pela corrupção. A falta de respeito pela legalidade (que não é só "burguesa") continuou a mesma. A acrescentar a cristalização no Partido dos Trabalhadores de práticas antigas de corrupção sindical. Como escrevi em outro lugar, o resultado dessa mistura foi uma espécie de "degenerescência mafiosa" (a distinguir das outras, mesmo se

alguns traços são comuns, a saber, da assim chamada degenerescência "reformista" - ou, antes, "adesista" - da populista e da stalinista).

Nessas condições e a essa altura do campeonato, acho que é preciso buscar uma solução fora do PT, não dentro dele. Muita gente saiu do partido, e os desligamentos continuam. Só que - novo problema - muitos daqueles que se dispuseram a partir acreditam que, com a debacle do PT, o caminho "pacífico" se esgotou no Brasil e só restaria uma "alternativa revolucionária".

Há motivos para supor, entretanto, que essa "alternativa" representa uma outra ilusão, simétrica a dos que ainda acreditam no PT. Mas essa segunda falsa opção e a situação geral da esquerda são temas para serem tratados em outro artigo.

Ruy Fausto, filósofo, é professor emérito da USP. É autor, entre outras obras, de "Marx - Lógica e Política" (Editora 34).

'S' | ARTIGOS RELACIONADOS

=> SINDROME DA OPOSIÇÃO RESPONSÁVEL

[47] Descalbro petista e compreensivo silêncio peessedebista

Antonio Fernandes, e-Agora (24/01/04)

Enquanto avança a escalada da centralização e do estatismo petista, o PSDB, que perdeu o governo mas não quer perder a "pose de governo", guarda um compreensivo e obsequioso silêncio. Qual a verdadeira razão?

Como sempre, Miriam Leitão dá um show na sua coluna Panorama Econômico n'O Globo. Hoje ela faz um balanço do desempenho dos auxiliares do governo Lula, evidenciando as incoerências e a vacilação presidencial no encaminhamento do que a imprensa vem chamando de reforma ministerial e que, na verdade, é apenas uma troca de nomes. Reforma não houve de fato, pelo menos não no bom sentido, da racionalização da máquina, pois o número exagerado de titulares permanece o mesmo. Eram trinta e seis e trinta e seis continuam.

Sob certo ponto de vista poder-se-ia dizer que houve uma reforma, porém no péssimo sentido, do inchamento do Estado. Na mesma oportunidade em que formalizou a troca ministerial, o presidente criou quase 3.000 cargos (1.323 cargos em comissão e 1.465 funções gratificadas). A mesma medida provisória que autorizou esse "trem da alegria" petista, transfere a Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento para a Casa Civil. Leia-se: legaliza a ampla o poder de nomear e demitir de José Dirceu, primeiro-ministro que já era de fato e agora também o será de direito. Tal nível de concentração de

poder nas mãos de um *aparatchik*, que nem mesmo foi eleito para a função, é um descalabro em um regime democrático-presidencialista.

É incrível como não se ouve uma voz do PSDB sobre tais fatos, gravíssimos, que apenas confirmam a escalada da centralização e do estatismo no Brasil. Não se lê uma nota, um artigo, uma entrevista, uma matéria sequer dos principais líderes da oposição de centro-esquerda questionando, desvelando, propondo alternativas, dizendo como poderia ser diferente. Que Fernando Henrique mantenha essa postura de neutralidade em relação ao jogo político cotidiano, à la Clinton, se explica e se entende. Um ex-presidente é um patrimônio da nação e não de um partido. Mas que o PSDB imagine-se agora um patrimônio público quando não passa de uma organização privada (pois os partidos, todos, felizmente, o são), isso não se explica e nem se entende.

"- Onde está a oposição de centro-esquerda? - Está em falta, meu senhor (ou minha senhora). Só temos oposição de direita, da marca PFL. Vai levar?" Essa é a impressão de quem assiste diariamente a TV Câmara ou a TV Senado. A que ponto chegamos!

Sob Lula a taxa de desemprego no Brasil subiu para 12,3%. Com o 'PT-no-governo' a renda foi reduzida em quase 13% (12,92%). São dados do IBGE. E ninguém diz nada? Ademais, as poucas vagas que foram criadas são "asiáticas", ou seja, baixos salários e precárias condições de trabalho. Quem afirma é Márcio Pochmann, Secretário de Trabalho da Prefeitura de São Paulo. E ninguém vem a público cobrar de Lula e do PT o cumprimento de suas promessas de campanha? Parece que o gato comeu a língua da oposição social-democrata. O gato se chama PT e não comeu só a língua, engoliu de uma vez e está digerindo aos pouquinhos o velho projeto social-democrata do PSDB.

Escrevam o que estou dizendo: o PT vai acabar o primeiro mandato transformado, transgenicamente, em PSDB. Assim como fez com a política econômica, acabará fazendo com a política social: tão certo como a luz do sol

que todo dia nos ilumina, o governo vai enveredar para programas do tipo bolsa-isso, bolsa-aquilo, renda-tal, renda-qual. Vai, mais cedo ou mais tarde, assumir a descentralização e o controle social (se conseguir partidarizar os conselhos, como vem tentando), o monitoramento e a avaliação dos programas de oferta estatal. E vai adotar indicadores de eficiência, eficácia e impacto. Ou seja, vai assumir integralmente a modernidade das políticas públicas da "Era FHC". O PSDB já teve a premonição do fenômeno, se bem que ainda na forma de uma percepção de conteúdo profundo, à qual falta a energia necessária para emergir ao nível da consciência, mas que, não obstante, subterraneamente, insufla comportamentos que desarmam a sua capacidade de fazer oposição.

De sorte que a impressão que dá, para quem está de fora, é que o PSDB foi acometido de uma estranha síndrome: a síndrome de quem perdeu o governo mas não quer perder a responsabilidade (imaginária) de governar - ainda mais quando pressente que o governante da vez é uma espécie de seu pupilo e está indo, com dificuldade, mas está indo, pelo caminho que o mestre indicou. Entenda-se bem: uma coisa é ter responsabilidade política com o País; outra coisa, bem diferente, é imaginar que ainda se está no governo, e se auto-policiar para não criticar o que o governo faz a partir da especulação de que, estando no seu lugar, talvez não tivesse condições de apresentar uma solução melhor ou de fazer diferente. Ademais, ao pressentir o PT palmilhando o caminho que ele próprio traçou quando era governo, o PSDB, fora do governo, comporta-se como uma espécie de aliado tácito do governo em-devir. Como combater alguém que poderá acabar fazendo o que você próprio faria?

Um político prático, do tipo daqueles que só se preocupam em conquistar e reter o poder, diria que isso não é responsabilidade e sim burrice mesmo. Aos seus olhos, o PSDB é a oposição que resolve, voluntariamente, arcar com o ônus de ser situação sem ter o bônus de ser situação e, inclusive, sem ter mandato para tanto. Quem pensa assim, não deixa de ter alguma razão.

Levada às últimas conseqüências tal postura inviabiliza qualquer tipo de oposição, com sérios prejuízos para a democracia.

É possível que essa síndrome expresse uma enfermidade política ainda mais grave do PSDB. Aquela de quem perdeu o governo mas não quer perder a "pose de governo", de quadro responsável, respeitoso, que evita criar caso, que guarda um compreensivo e obsequioso silêncio porque entende as dificuldades de governar uma nação, sobretudo se os governantes têm chances de, acertando, no futuro vir a lhe dar razão na prática. Ora, se é assim, para quê continuar na oposição? Melhor seria promover logo uma aproximação com o PT para compor a base de apoio ao governo. E até participar do governo, senão já, pelo menos no segundo mandato do Presidente Lula. Temo que alguns já estejam cogitando, *in pectore*, tal possibilidade.

Ser oposição não implica necessariamente copiar a forma petista de fazer oposição. Pode-se fazer oposição democrática por meio da análise, da fiscalização, da proposição, da resistência aos retrocessos autocratizantes. Mas alguma oposição tem que haver. A falta de vocação do PSDB para ser oposição (de qualquer tipo) deixa apenas uma alternativa para os que não se conformam com estatismo do PT: o liberalismo do PFL. Que tal?

Mas a verdadeira razão para tudo isso estar acontecendo é o fato do PSDB ter parado no tempo. Continua sonhando com a "Era FHC" e não se deu conta de que essa época acabou e não voltará jamais. Seu projeto estratégico, concebido nos anos 80 e que era avançado e modernizador para os anos 90, é impotente para constituí-lo como direção política nesta primeira década do novo século. Suas diretrizes programáticas são de fato novidade para o governo Lula, mas isso simplesmente porque o PT estava fundeado na década 1980. A absorção dessas diretrizes pelo governo Lula terá, como efeitos simultâneos, fazer o PT avançar e o Brasil retroceder. Para não retroceder, o Brasil deveria estar adotando uma nova visão, elaborando um novo projeto estratégico-programático e implantando uma nova agenda.

Ao pensar que está sendo responsável pelo Brasil quando, na verdade, o que está é assumindo a responsabilidade pela sua própria agenda pretérita, o PSDB também dividirá, com o governo atual, a responsabilidade pelo retrocesso do País.

‘V’ | ARTIGOS RELACIONADOS

=> VIGILÂNCIA DEMOCRÁTICA

[48] A Lista da Vigilância Democrática

Antonio Fernandes, e-Agora (24/02/06)

Em dezessete dias (de 8 a 24 de fevereiro de 2006), foi construída pelos leitores do e-Agora a seguinte Lista da Vigilância Democrática, que chegou a 140 itens. Vale a pena reproduzi-la aqui como uma prova de que o trabalho coletivo de elaboração pode dar certo.

1 – "No depoimento a uma das CPIs, o ex-deputado Waldemar Costa Neto afirmou que recebeu, realmente, 7 milhões para pagar campanha eleitoral do partido. Interpelado, disse que em 30 dias apresentaria os recibos de fornecedores - comprovantes do destino da dinheirama. Pergunta à oposição: os recibos foram apresentados? Caso contrário caracteriza-se perfeitamente não o caixa 2 mas o desvio de dinheiro para outras finalidades. Não custa checar" (N. Azevedo, 08/02/06).

2 – “A mulher do Valério, que prometeu na CPI dar o número do telefone celular do marido, disse que ia pegar na bolsa depois e coisa e tal, foi embora e ficou por isso mesmo... [pura vigarice, não parece?] forneceu afinal o bendito número?” (Antonio Fernandes, 08/02/06).

3 – “Onde estão os papéis do Delúbio? Os cadernos e as pastas onde ele e sua secretária (como é mesmo o nome dela?) anotavam os repasses e os compromissos a serem pagos com "recursos não-contabilizados"? Alguém viu? Alguém requisitou?” (Augusto de Franco, 08/02/06).

4 – “Os bancos executaram a dívida do PT? O PT está pagando ou negociou com os bancos? Se o PT não pagou, Marcos Valério e Genoino estão sendo executados? Em que pé está o assunto?” (Lopes, 08/02/06).

5 – “Quando o Duda Mendonça assumiu que o dinheiro que recebeu no exterior servia para pagar também a campanha de Lula, o presidente da OAB disse que entraria com pedido de impedimento do presidente. Dai hoje leio no Estadão que quem o demoveu dessa idéia foram o Arthur Virgílio e o ACM. Sr. Presidente da OAB, o senhor nunca poderia ter se rendido a apelos de políticos. Onde está o respeito à LEI ? E o PT que não perde seu registro?” (Cathy, 08/02/06).

6 – “E as denúncias sobre o Ademar Palocci e seu envolvimento com caixa 2 em Goiânia juntamente com Pedro Wilson e a deputada Neide Aparecida (PT/GO)? Todo mundo se calou sobre isso, mas há processo no MP de Goiás” (Samarar, 08/02/06).

7 – “E os cartões que a Casa Civil pagou com notas frias? E as roupas do casal imperial que ninguém sabe quem paga? E empresa do LuLLinha?” (Eny Seidel, 08/02/06).

8 – “Será que exigirmos que as leis sejam cumpridas não basta? Confissões não são suficientes para, no mínimo, um processo na área competente? Há “trocentas” confissões que, suponho, sejam suficientes para abertura de processos. A lista é enorme, como todos sabem. O Genóino não abriu mão de seus sigilos? O que foi (ou não foi) encontrado? A famosa entrevista em Paris não foi uma confissão?” (Mario, 08/02/06).

9 – “O que foi feito com a lista que o Deputado Paulo Pimenta (PT) pegou com o Marcos Valério na garagem? Não seria esta lista o embrião da tal Lista de Furnas? (Se não me falha a memória, a quantidade de nomes listados é bastante próxima, uma da outra). E... Paulo Pimenta quebrou o decoro e ficou tudo bem?” (Gusta, 08/02/06).

10 – “Muito se falou de uma agência de propaganda chamada Matisse que pertence aos filhos de Jacob Bittar. Até agora ninguém investigou as relações desta agência com o governo. Ela detém polpudas contas” (N. Azevedo, 08/02/06).

11 – “E os tais dólares... [do exterior] denunciados pela mulher do Waldemar. Alguém checkou?” (N. Azevedo, 08/02/06).

12 – “E os cartões corporativos? Quem pagou as despesas do Lula?” (Cris, 08/02/06).

13 – “Até hoje é nebulosa a historia do diretor de marketing do BB que mandou apanhar um pacote no banco, não sabia o que era (300 mil reais) e repassou o pacote para o PT de Brasília. Quem recebeu o pacote? Quando? Como? Para que era a grana? Onde está a comprovação de despesas?” (Lopes, 09/02/06).

14 – “Quem acompanhou, ainda que pequena parte, o depoimento (finalmente!) da ex-secretária da prefeitura de Londrina, Soraya Garcia, à CPI dos Bingos pode constatar o esquema sujo implantado pela PeTralhada naquela cidade... depois, num simples exercício de projeção, projetar a bandalheira no nível Brasil. A secretária dá "nome a muitos bois" em seu depoimento... Zé "Harley Davison de R\$ 90 mil" Dirceu, contribuição de R\$400 mil vinda da Itaipu bi-nacional, etc. Confessou ter ajudado a "maquiar" os valores de forma a não serem registrados nas declarações à justiça eleitoral. Enfim, uma piscina de lama (porque o mar de lama é Brasília). Pergunta que não quer calar? Vai ficar por isso mesmo?” (Marcelo Gonzalez, 09/02/06).

15 – “Onde está a lista de visitantes da Granja do Torto requerida por ACM Neto, que poderia atestar a entrada de Delúbio e Marcos Valério? Será que o deputado não precisa mais da informação?” (Márcio, 09/02/06).

16 – “Segundo o Paineil da Folha de São Paulo de hoje, “pente-fino da CPI dos Correios encontrou 31 assessores do Congresso entre os nomes que aparecem nas quebras de sigilo do chamado "núcleo de Marcos Valério", que inclui contas de pessoas físicas e jurídicas ligadas ao pagador do mensalão". Só? Onde está essa lista?” (Augusto de Franco, 09/02/06).

17 – “Na CPI do Mensalão, o deputado Paulo Pimenta (PT) tentou plantar uma lista com nomes da oposição beneficiários de recursos (parece que era a mesma lista de Furnas) e foi descoberto pelo deputado Redecker. O PSDB prometeu que ia representar contra ele no Conselho de Ética. Que fim levou a representação?” (Swamoro Songhay, 09/02/06).

18 – “Cadê a proibição dos bingos prometida por Lula? Não era igual a prostituição infantil ou coisa assim? Houve ‘acordo’?” (Carlos Duarte, 09/02/06).

19 – “Colnaghi não recebeu pelo “empréstimo” do avião que transportou o ministro Palocci. É normal?” (Carlos Duarte, 09/02/06).

20 – “Por que os depoentes com algum indicio de envolvimento, sempre conseguem liminares que lhes permite se calar nas CPIs?” (Carlos Duarte, 09/02/06).

21 – “Por que a PF não atua, como no caso da Daslú, em relação aos acusados nas CPIs (pessoas físicas e jurídicas)?” (Carlos Duarte, 09/02/06).

22 – “De onde vem ou veio o dinheiro que tem sustentado o desempregado José Dirceu?” (Carlos Duarte, 09/02/06).

23 – “Como anda aquela operação de chantagem da oposição sobre o PT (ladrões se chantageiam, é normal), negociada em uma reunião das maiores lideranças do Congresso, reunião realizada em uma "sigilosíssima" sala do

próprio Congresso, e que jamais foi (como não poderia ser...) desmentida?" (João Azevedo Fernandes, 09/02/06).

24 – “Por quê até hoje o escritório, computadores e documentos do Delúbio não foram alvo de qualquer tipo de ação da PF ou do MP? Ele já não confessou seus crimes?” (Márcio, 09/02/06).

25 – “E a confissão de Marconi Perillo (PSDB), governador de Goiás, de que alertou o presidente Lula, em maio de 2004, sobre traficâncias parlamentares (o popular "mensalão") empreendidas pelo então líder do PL na Câmara, deputado Sandro Mabel, da base de apoio do governo? Ninguém mais lembra? Por que Pedro Bial, quando indagou Lula se sabia do "mensalão", não perguntou sobre a confissão do governador? Tal confissão ficou somente numa carta enviada ao Conselho de Ética, no processo contra José Dirceu? Qual o teor da carta? Por que Perillo, por uma questão de decoro público e respeito ao povo, não vem a público e diz de viva-voz o ocorrido? (sublinho esta última pergunta, para que chegue ao governador) Ademais, foi essa confissão que desencadeou a confissão pública subsequente da deputada Raquel Queiroz (PSDB/GO), no sentido de que realmente foi abordada por Sandro Mabel para trocar de partido e apoiar o governo Lula em troca de um mensalão de 30.000 reais e luvas de 1 milhão de reais” (Felipe Varela, 09/02/06).

26 – “Voltemos ao Roberto Jefferson. Ele confessa que recebeu não sei quantos milhões em dinheiro vivo. Colocou num cofre. Depois, distribuiu. Distribuiu para quem? Como? Para pagar fornecedores ? Cadê os recibos? Alguém investigou?” (Lopes, 09/02/06)

27 – “Não está na hora de convocar o Sr. Roberto Jefferson para depor nas CPIs?” (Carlos Duarte, 09/02/06).

28 – “E a Ágora? O que deu?” (Cris, 09/02/06).

29 – “E a história do cofre do PT, que teria sido esvaziado ou saído de lá pelos fundos?” (Cris, 09/02/06).

30 – “Antonio Palocci aceitou o pedido de demissão do presidente da Casa da Moeda, Manoel Severino dos Santos, que teria sido um dos destinatários de dinheiro do esquema do publicitário Marcos Valério de Souza, apontado com um dos operadores do chamado mensalão. Em depoimento à Polícia Federal a gerente financeira da SMP&B, Simone Vasconcelos, dissera que o diretório do PT fluminense tinha recebido R\$ 2,67 milhões de Valério, dos quais R\$ 2,07 milhões teriam sido destinados a Manoel Severino. Ele, que foi secretário do governo de Benedita da Silva (2002) e presidia a Casa da Moeda desde 2003, colocou seu cargo à disposição de Palocci, ao mesmo tempo em que negava ter sido beneficiado por dinheiro do publicitário. Manoel Severino afirmou também que a Casa da Moeda não tem contrato com nenhuma empresa que tenha contribuído para campanha eleitoral no estado do Rio em 2002. Manoel Severino foi um dos coordenadores da campanha de Benedita da Silva ao governo do estado. Em 2004, porém, a empresa suíça Sicpa Brasil, fornecedora de tinta para a Casa da Moeda, doou R\$ 180 mil à campanha derrotada do marido de Benedita, o ator Antônio Pitanga, para a Câmara de Vereadores do Rio. Foi a única doação feita pela Sicpa na campanha do ano passado. A Casa da Moeda está sendo auditada por técnicos do Tribunal de Contas da União. Que fim levou a essa auditoria?” (Right, 10/02/06).

31 – “Por que para o Zé Dirceu valeram provas testemunhais e para outros investigados não valem? Quer dizer que o julgamento de Dirceu foi político (como devia ser mesmo, de vez que quem faz julgamento jurídico é o Poder Judiciário, cabendo ao Poder Legislativo pronunciar-se politicamente, desde que existam fundadas evidências) mas o mesmo não vale para Lula e para outros mensaleiros? Por que as oposições estão votando agora pela absolvição de integrantes da já tão reduzida listinha de indiciados (com base na falta de provas materiais - quer dizer, na desqualificação de provas testemunhais e circunstanciais - quando o mesmo argumento e o mesmo

procedimento não foi adotado em relação a Dirceu)? Heim?!” (Augusto de Franco, 10/02/06).

32 – “Por que, depois do escandaloso depoimento de Duda Mendonça na CPI dos Correios, Lula só mandou tirar dele a conta publicitária da presidência da república e manteve as contas milionárias de sua agência na Petrobrás e no Ministério da Saúde? Por que não foi aprofundada a investigação sobre as relações de Lula/Roberto Teixeira/Cipriani, dono da Transbrasil?” (Ana Maria Pacheco Lopes de Almeida, 10/02/06).

33 – “Além do governador de Goiás, Marconi Perillo, que revelou ter avisado a Lula do mensalão, Roberto Jefferson também disse que, por duas vezes, denunciou o esquema ao presidente. Nenhum dos dois foi desmentido. Logo, Lula sabia. No entanto, sua defesa é dizer que não sabia e que foi traído. Por que ninguém explora mais isso?” (Ana Maria Pacheco Lopes de Almeida, 10/02/06).

34 – “Em relação ao caso Celso Daniel, a figura de um super empresário de transportes, um tal Baltazar, que seria o dono da maior frota do mundo, envolvido com bingos, foi citada. Cidinha Campos o denunciou. O seu cupincha era aquele que subornava e aterrorizava Santo André, o tal Ronan Maria Pinto. E então?” (Cris, 10/02/06).

35 – “Duda Mendonça, em depoimento à CPI dos Correios no ano passado, após admitir que recebera dinheiro do valerioduto via caixa 2 em paraíso fiscal no exterior, ao ser perguntado se trabalhara para Aloizio Mercadante na campanha ao Senado, respondera que a campanha deste já obtinha estrutura própria, sem maior necessidade de consultoria na área de marketing político. Mas afinal: foi ou não prestado algum tipo de consultoria, ainda que mínima? Pode-se alegar que não consta tal serviço nas contas de campanha. Ora, mas os 10 milhões pagos "por fora" também não constam! Portanto, houve ou não consultoria? Sim ou não (sem meio-termo)?” (Felipe Varella, 10/02/06).

36 – “Por que o deputado João Paulo Cunha (PT/SP) --- um dos acusados de sacar dinheiro da arca delubiana-valeriana ---, em setembro de 2004, na condição, portanto, de presidente da Câmara dos Deputado, foi tão rude com os dois jornalistas do Jornal do Brasil que publicaram reportagem sobre a existência de troca de dinheiro vivo por apoio no Congresso --- a primeira na qual se falou do "mensalão" ---, ameaçando-os com processo criminal? Por que o mesmo deputado, do alto de seu posto, não foi diligente em apurar denúncia tão grave, vez que consta que a investigação aberta na Corregedoria foi aberta num dia e concluída no dia seguinte, e ficou tudo por isso mesmo?” (Felipe Varella, 10/02/06).

37 – “Quem calou Marconi Perillo?” (Felipe Varella, 10/02/06).

38 – “No caso João Paulo Cunha contra JB, nenhum assessor informou a Lula da matéria em questão? (o JB, afinal, não é um jornaleco qualquer) Se soube --- e em considerando que não fazia o próprio parte do esquema mafioso ---, por que não ordenou à sua bancada no Congresso que passasse a denúncia a limpo, que não deixasse pedra sobre pedra?” (Felipe Varella, 10/02/06).

39 – “O jornalista Sebastião Nery (Tribuna da Imprensa, 10/02/06) conta o seguinte. "Esta semana, o jornalista Diogo Mainardi contou e documentou, na 'Veja', a cabeluda história dos R\$ 3,25 milhões que a Telecom Itália sacou no Bradesco, em São Paulo, em nome de seu consultor Naji Nahas, foram levados numa mala para o Hotel Renaissance e 'entregues a alguém que não era Nahas'. Mainardi conta mais: 'Da mesma forma, Daniel Dantas (da Brasil Telecom) deu R\$ 8 milhões a Kakay (advogado), amigo do peito de José Dirceu, e R\$1 milhão a Roberto Teixeira, amigo do peito de Lula' (compadre). A semana passou e nenhum jornalão deu um pio sobre as quatro páginas da denúncia da 'Veja'. Era o governo tomando dinheiro de um lado e de outro". Pergunto: tais doações existiram de fato? Por que o silêncio da mídia (preconceito a Mainardi)?” (Felipe Varella, 10/02/06).

40 – “Por onde anda o processo contra a república de Ribeirão Preto? Por que Palocci até hoje, enterrado até o pescoço nos escândalos dos roubos em Ribeirão, sempre foi tratado a pão de ló nas CPIs? Quem ganha com essa impunidade aos crimes de Ribeirão Preto?” (Eny Seidel, 11/02/06).

41 – “Por que o Ministério Público, por seus procuradores, está tão tímido na devida apuração dos supostos atos de corrupção nascidos no atual governo federal? Ilusão de ótica? Ou será por que novas resoluções internas foram baixadas ordenando maior descrição pública quanto ao andamento (ou não-andamento) dos processos e denúncias, talvez ordenando sigilo em alguns casos (ou na maioria deles)? Por que os principais personagens do mensalão -- após o vazamento de fatos indicando "destruição de provas", "queima de arquivo" e reuniões secretas entre seus integrantes, para combinação de versões diversionistas e falsas --- não sofreram algum constrangimento físico legal, a fim de impedir construção criminosa de novos obstáculos à verdade, como a prisão preventiva? A propósito, o procurador Luiz Francisco de Souza aposentou-se?” (Felipe Varella, 11/02/06).

42 – “Porque a CPI não convoca o Sr. Nilton Monteiro que apresentou a tal lista de Furnas (ele sim, tem a obrigação de confirmar a veracidade desta)?” (Carlos Duarte, 11/02/06).

43 – “Por que a Polícia Federal demorou seis meses, após a denúncia de caixa 2 no PT, para apreender documentos e computadores na sede do PT? Ou seis longos meses não é tempo suficiente para a subtração de provas? A não ser que a culpa dessa morosidade resida ou no Ministério Público, por não formalizar pedido à Justiça, ou na própria Justiça, pela morosidade em decidir sobre eventual pedido. Afinal, a qual instituição deve ser dirigida a "culpa" pela demora naquela imprescindível diligência (imprescindível desde que ágil e surpreendente)?” (Felipe Varella, 11/02/06).

44 – “Por que deputados do PSDB votaram contra o relator que pediu a cassação do deputado Pedro Henry?” (Swamoro Songhay, 11/02/06).

45 – “Por que até o momento não foi investigada e esclarecida a denúncia da esposa de Waldemar Costa Neto acerca da doação de 2 ou 4 milhões de dólares oriundos do governo de Taiwan para a campanha lulista em 2002, cuja copia do cheque foi veiculada pela imprensa logo no início das denúncias de Roberto Jefferson? Por que não se apurou? A mulher foi chacoteada na CPMI dos bingos e na mídia e tudo ficou por isto mesmo? Qual o interesse, quais negócios foram feitos em troca desta doação tendo em vista a eleição de Lula da Silva? Tal como os dólares cubanos, quais benesses foram articuladas para a vitória de Lula?” (Samantha, 11/02/06).

46 – “Segundo a revista IstoÉ, "a CPMI dos Correios, que só agora mapeia o dinheiro da conta Düsseldorf, de Duda Mendonça, poderia ter tido acesso às informações três meses atrás. É o que mostra um e-mail, obtido com exclusividade por IstoÉ, enviado por Adam Kaufmann, da Promotoria de Nova York, a Antenor Madruga Filho, do Ministério da Justiça. Nele, Kaufmann afirma que teria recebido membros da CPMI no dia 9 de novembro se a reunião não tivesse sido cancelada pelo consulado brasileiro. Àquela altura, dizia-se no Brasil que os parlamentares não teriam acesso às informações de Duda, mesmo se fossem a Nova York. Agora, deputados da comissão querem saber de onde partiu a ordem para cancelar a reunião. E, mais especialmente, quem obstruiu as investigações". Então: quem cancelou a reunião?” (Augusto de Franco, 11/02/06).

47 – “E o Waldomiro? Em que pé está o processo contra ele? Ele é, afinal, culpado ou inocente?” (Augusto de Franco, 11/02/06).

48 – “E os encontros nos hotéis? Ninguém tem confirmações de quem passou por onde?” (Ricardo Amaral, 11/02/06).

49 – “E o caso das camisetas da Coteminas, gente? Muito se falou e depois se abafou. O PT pagou ou não? Foi doação ou o que?” (Cris, 11/02/06).

50 – “Por que não se apurou o caso da doação das FARC até o fim? Por que se abafou o caso em comissão do Senado, responsável pelo acompanhamento das atividades da ABIN? A Polícia Federal está no caso? Se está, por que tanta demora em se concluir o inquérito? O governo de Trinidad e Tobago também obstaculiza o acesso a contas bancárias e documentos naquele País? Se o relatório confidencial da ABIN foi desqualificado pelo próprio responsável pelo gabinete da segurança institucional da Presidência da República, para que existe, então, a ABIN?” (Felipe Varella, 12/02/06).

51 – “Palocci esteve ou não na casa das "festinhas do PT", alugada por Poletto? Para que Poletto alugou? Como um pé rapado daqueles pagou R\$ 60 mil à vista pelo aluguel da casa? E as mesmas festinhas que foram organizadas por Marcos Valério em hotéis da cidade? Que fim tinham? Apenas diversão?” (Cris Azevedo, 12/02/06).

52 – “Roberto Jefferson afirma que recebeu R\$ 175 mil da "lista de Furnas". Quando? Onde? Para que usou? A quem teria repassado o dinheiro? E os milhões que recebeu do PT e estariam no armário ou no cofre? Seu tesoureiro "informal" afirma tê-los guardado. Que fim teve esta dinheirama?” (Cris, 12/02/06).

53 – “E o legista Carlos Belmont Printes, morreu de que mesmo?” (Vânia, 12/02/06).

54 – “Como fica o sr. Gilberto Carvalho com todas as acusações que foram feitas pelos irmãos Daniel, continuará no alto cargo que lhe foi destinado pelo Lulla, desfrutando de todas as suas benesses e sem dar maiores explicações à sociedade?” (Ligia Godoy, 12/02/06).

55 – “Segundo Elio Gaspari, na Folha de hoje, no nota "PT da boquinha", "pode-se conviver com um ministro da Fazenda que usou um avião particular para ir de Brasília a Ribeirão Preto. É apenas uma pisada no tomate (com

ervilha). Mais difícil é agüentar um ministro da Fazenda que trata como cretinos àqueles que acreditam no que diz. Aos fatos. Em julho de 2003, Antonio Palocci voou no Citation do empresário Roberto Colnaghi. Levou consigo o presidente do PT, José Genoino. Quando a impropriedade foi revelada, desmentiu que tivesse tomado a carona. Provada sua presença no vôo, a explicação foi outra: embarcara a convite de Genoino. Mentira: numa entrevista gravada, o ex-presidente do PT dissera que "fiz a viagem a convite dele". Depondo na CPI, em janeiro, Palocci disse o seguinte: "O PT (...) alugou um avião para fazer a viagem". Colnaghi desmentiu a lorota: "A referida aeronave (...) jamais foi locada a terceiros". Diante disso, o ministro avançou novamente na paciência alheia: "Recorri inadvertidamente à expressão alugou, sem me apegar à acepção estrita do termo". Há no Brasil 5,7 milhões de pessoas que moram em imóveis alugados. Palocci poderia ensiná-las a desapegar-se da "acepção estrita do termo", convertendo aluguel em boca-livre. Pena que não se possa acreditar no que vier a dizer". Então, por que as oposições continuam acreditando? E por que continuam blindando Palocci?" (Augusto de Franco, 12/02/06).

56 – “E porque ninguém mais comenta o pagamento pelo PT, de uma dívida trabalhista paga com o tal Fundo Partidário? Não seria o caso de uma investigação mais detalhada e uma representação contra o partido, cancelando o seu registro? Será que estão fazendo corpo mole ou a Polícia Federal está assoberbada com tantas denúncias que não sabe a qual dá mais importância?” (Carmem A. Paulino, 12/02/06).

57 – “Presidente que admite publicamente crime de prevaricação pode continuar a presidir um país? Partido que é flagrado cometendo graves crimes financeiros e eleitorais pode continuar a existir? Pra que ou a quem serve a lei?” (Peninha, 12/02/06).

58 – “Com as investigações da CPI dos Correios, depoimentos do "nosso" Delúbio e quebras de sigilo bancário, provou-se o uso irregular de verbas oriundas do Fundo Partidário, o que configura crime eleitoral. A oposição

afirmou, por mais de um porta-voz, que iria representar junto ao Superior Tribunal Eleitoral para obter a suspensão do repasse ao PT de verbas do Fundo Partidário. Essa representação foi feita? Foi apreciada? Se a representação não foi apresentada, o que foi barganhado por ela?” (COP, 12/02/06).

59 – "Segundo nota divulgada na tarde deste domingo pelo Globo Online, em texto assinado pelo repórter Alan Gripp, o publicitário Duda Mendonça e sua sócia, Zilmar Silveira, foram indiciados pela Polícia Federal pelas acusações de evasão de divisas e lavagem de dinheiro. Os indiciamentos, informa o texto, aconteceram no dia 2 de fevereiro, mas não foram divulgados. Os dois movimentaram dinheiro no exterior sem declarar à Receita Federal. Somente na conta aberta no nome da empresa *off shore* Dusseldorf, nos Estados Unidos, Duda e Zilmar receberam R\$ 10,5 milhões pela campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002. Minha pergunta, Duda e Zilmar, não roubaram de ninguém, eles trabalharam e, para receber, receberam como quem contratou o serviço, pagou. Para quem era o trabalho deles? Se eles foram indiciados, por quê o chefe do mensalão que contratou o serviço deles, continua livre e solto, sem consequência nenhuma, agindo como o pai dos pobres, famintos. Não seria motivo de começar o processo de impeachment? Agora o que a tal de oposição de araque do Brasil irá fazer?” (Eny Seidel, 12/02/06).

60 – “Até junho, Dirceu irá três vezes aos Estados Unidos para fazer um curso intensivo de inglês. Ficará hospedado na casa de um amigo em Vienna, cidade próxima de Washington. O curso custará US\$ 7 mil. Pois bem, se ele não trabalha, passou um tempão em Paris, agora rumo a USA, quem paga? O povo?” (Eny Seidel, 13/02/06).

61 – “E o caso dos dólares na cueca e de reais numa mala apreendidos no aeroporto com um assessor de deputado do PT? Por que o assessor não foi convocado pelas CPIs? O assessor está sendo investigado? Por que a oposição não lutou fortemente contra a absolvição do deputado pela

Assembléia Legislativa de seu Estado? Tudo ficou por isso mesmo?" (Swamoro Songhay, 13/02/06).

62 – “Por que as CPI's só quebraram o sigilo dos saques das contas do Marcos Valério na agência do Banco Rural de Brasília? Não seria possível estarem usando agências em outras cidades (especialmente SP, RJ, ABC Paulista, Ribeirão Preto...) para distribuir o mensalão, já que a sócia do Duda Mendonça afirmou que a sua primeira "parcela" foi paga na agência de São Paulo?” (Fábio Bessa, 13/02/06).

63 – “Por que nunca se investigou a fundo se realmente foi o Bob-amigão-do-Dirceu quem sacou aquele dinheiro na conta do Marcos Valério?” (Fábio Bessa, 13/02/06).

64 – “A secretária da SMP&B, a da primeira entrevista, falou diversas vezes em Motoboy ou Officeboy entrando na empresa com pacotes de dinheiro e/ou cheques. A sócia do Marcos Valério disse porém que eles não usavam serviços de Motoboy ou Officeboy na empresa. Entretanto, aquele policial civil que trabalhou de "mula" do mensalão afirmou que esteve várias vezes na SMP&B levando e/ou trazendo dinheiro e que poderia reconhecer as pessoas e descrever o escritório da empresa. Será que não era dele a quem a secretária do Valério se referia? Por que não se investigou profundamente o mensalão via "mulas"? Por que será que a sócia do Valério se esforçou tanto em dizer que não conhecia o tal policial?” (Fábio Bessa, 13/02/06).

65 – “Não atenta contra o princípio da separação dos poderes a atitude de subserviência do senador Delcídio Amaral (PT/MS), presidente da CPI dos Correios, ao presidente Lula? Pois, a cada ameaça de providência na CPI dos Correios que virtualmente possa prejudicar o presidente da República, este como que "convoca" o referido senador ao Palácio do Planalto para, senão exigir uma espécie de prestação de contas, solicitar que providências daquela índole sejam terminantemente impedidas de prosperar. Exemplo: no dia seguinte após o relator da CPI, deputado Serraglio, dizer que pretendia

"apenas" citar Lula no relatório final, apontando negligência, Lula se reunira com Delcídio cobrando deste uma reação. Que democracia é esta? Que investigação é esta? Que "poder fiscalizador" é este? Que autoridade moral tem aquele presidente de CPI, na medida em que aceita ver rebaixado o Poder Legislativo, casa do povo por excelência?" (Felipe Varella, 13/02/06).

66 – “Por que não chamaram mais a viúva do Toninho do PT para depor?” (Vânia, 13/02/06).

67 – “Também "ficou por isso mesmo", a história dos 5 milhões de dólares das FARC para a campanha de Lula em 2002?” (Mario, 14/02/06).

68 – “O ex-tesoureiro [Delúbio Soares, do PT] afirmou e reafirmou que repassava dinheiro para diretórios que, por sua vez, pagavam dívidas de campanha com fornecedores. As CPIs pediram a relação dos diretórios receptores? Obtiveram as relações? Chamaram os dirigentes a depor para comprovar os recebimentos e os pagamentos? E os fornecedores que alegadamente foram pagos? Foram identificados e chamados a comprovar os pagamentos com a apresentação de comprovantes dos serviços prestados e recibos atestando os pagamentos?” (Swamoro Songhay, 14/02/06).

69 – “Lula disse que “errar é humano”. Concordo, mas praticar a corrupção, comprar deputados (mensalão) com dinheiro sujo, apesar de infelizmente serem coisas dos “humanos”, não são crimes que devem ser punidos com o rigor das leis?” (Rodrigo Borges Campos Netto, 14/02/06).

70 – “E o dinheirinho que o filhinho do Lulla recebeu?” (Ângela, 14/02/06).

71 – “E o ‘1º irmão’? Vai ou não ser investigado?” (Vânia, 14/02/06).

72 – “O jornalista Elio Gaspari (Folha de S.Paulo, 01/01/06) escreveu: "Referindo-se às delinquências-companheiras, 'nosso guia' disse o seguinte ao repórter Pedro Bial: 'Não interessa se foi A, B ou C. Todo o episódio foi

uma facada nas minhas costas'. Há em Pindorama cerca de 350 mil pessoas encarceradas pela prática dos mais diversos delitos. Tudo o que eles querem é usufruir do carinho com que o jurisconsulto Lula protege seus correligionários: 'Não interessa se foi A, B ou C'." Pergunto: Quem é A, B e C? Não é obrigação legal de o presidente da República apontar os virtuais transgressores da lei, que ele sabe mais do que qualquer um? Há alguma justificativa moral e legal no fato de Lula, revestido do mais alto mandato público no País, esconder da Nação quem são A, B ou C, ainda que privados de amizade na vida privada? Se não há justificativa, por que não pesar a sanção legal e/ou política sobre os ombros do cidadão Lula? Ou possuirá ele mandato divino? Revogaram o crime de prevaricação? Revogaram o crime político da irresponsabilidade? Enfim, se Lula não tem a simples capacidade de nominar, mais do que "seus" traidores, os "traidores da Nação", qual capacidade lhe resta? Não haverá em nosso arcabouço jurídico alguma instância político-institucional suficiente a exigir formalmente de Lula uma satisfação? Se há tal instância, por que não a movimentam?" (Felipe Varela, 14/02/06).

73 – “Depois de escapar de depoimento na CPI dos Correios, o ex-procurador Aristides Junqueira nunca respondeu à comissão por que apareceu como beneficiário do valerioduto, como lembra o deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR). Por quê?” (Ana Maria Pacheco Lopes de Almeida, 15/02/06).

74 – “Todos viram e ouviram, mas já esqueceram. Lula confessou ter escondido um caso de corrupção que lhe teria sido relatado pelo então presidente do BNDES, Carlos Lessa. Afinal, prevaricou (escondeu crime na administração pública)? Ou mentiu? Carlos Lessa disse que nunca havia dito aquilo para Lula. Então, não seria o caso de um processo por difamação (afinal, teria acusado, falsamente, todo o governo anterior de corrupto)?” (Mario, 15/02/06).

75 – “A recém escolhida lider do PT, Ideli Salvatti, é suspeita de uso do caixa 2 petista em Santa Catarina, e os outdoors que espalhou por todo o Estado

não foram explicados até hoje. O preço que ela alega ter pago é ridículo. Ninguém vai investigar?” (Cris, 15/02/06).

76 – “José Dirceu colocou os pingos nos is? Se não, quando os porá? Lula e o PT acusam o governo anterior (FHC) de corrupção, negociatas nas privatizações e etc..., porque após mais de 3 anos de governo não criaram uma CPI ou CPMI para investigar isto?” (Carlos Duarte, 15/02/06).

77 – Para se formar um juízo de natureza política, próprio da esfera política estatal – da “alçada”, portanto, dos mandatários políticos (deputados, senadores, vereadores), - é necessária a emergência no processo do que se convencionou chamar de prova, seja de qual conteúdo constituir (testemunhal, documental etc.)? Ainda assim, não será uma prova um elemento um tanto quanto subjetivo, vez que ouvimos com freqüência a expressão “prova cabal”? “Juízo político” é diferente de “juízo judicial”? Se é, por que parcela considerável de mandatários políticos (além de parte da mídia e da própria opinião pública) arvoram-se, em seus singulares e intransferíveis juízos, em ritos e procedimentos próprios da esfera comum (judicial)? Collor foi condenado politicamente, mas não o foi judicialmente. Neste caso, a “política” errou? Se errou, por que não foi anistiado, ainda que simbolicamente? Um “conjunto de indícios” em dado processo pode constituir-se em elemento de convicção política?” (Felipe Varela, 15/02/06).

78 – “E os extratos do cartão da Primeira-dama e os vestidos recebidos como presente, ferindo legislação sobre recebimento de presentes? Por que os ex-deputados do Prona que vieram na cola do Enéas não foram chamados para explicar a "motivação" para troca de partido?” (Marcio, 15/02/06).

79 – “A assinatura falsa do presidente do PT! Não aconteceu nada até agora?” (Paulo Camargo, 16/02/06).

80 – “Da coluna de Augusto Nunes [no Jornal do Brasil]: 1 - O procurador da Fazenda Glênio Guedes devolveu o brinde de R\$ 1 milhão oferecido pelo

Banco Rural? 2 - Cadê os R\$ 2,6 milhões embolsados por Henrique Pizzolatto, diretor do Banco do Brasil? 3 - E onde andam os R\$ 2,7 milhões embolsados por Manoel Severino dos Santos, vigarista que presidiu a Casa da Moeda? 4 - O PT vai honrar as dívidas contraídas pelo tesoureiro Delúbio Soares e seu parceiro Marcos Valério? Waldomiro Diniz continuará sem pingos nos is? 5 - Seguirão impunes os mandantes do assassinato de Celso Daniel? 6 - Quando serão repatriados os dólares escondidos no exterior por Duda Mendonça?” (Eny Seidel, 16/02/06).

81 – "Nosso" Delúbio foi indiciado em Goiás por abandono de cargo e peculato. Minha pergunta: se ele ficou anos sem trabalhar, recebendo como se o fizesse, por que só ele foi indiciado? A diretora da escola onde ele trabalhava, nunca deu falta dele nas salas de aula? A pessoa encarregada de mandar para a Secretaria da Educação a folha de frequência dele, nunca percebeu que ele não assinava o ponto? Será que mais uma vez o Delúbio será o boi de piranha? Tem uma deputada do PT, pra variar, envolvida nesse rolo, não vai acontecer nada a ela?” (Eny Seidel, 16/02/06).

82 – [Perguntas:] 1 - Cartões corporativos do governo. Quando vamos saber, quanto e em que, eles gastam o nosso dinheiro? 2 - O ministro Paulo Bernardo ainda está ministro? Mesmo depois do depoimento da Soraya? 3 - E o estelionato eleitoral de Lula com a sua carta a população? 4 – E o estelionato midiático do Duda com aquele filme do Fome Zero feito num suposto assentamento que na realidade era uma fazenda produtiva privada?” (Peninha, 16/02/06).

83 – “Alguém lembra? Em junho de 2004 era noticiado: Marido da ministra do Meio-Ambiente é envolvido em escândalo de corrupção O mais novo escândalo envolvendo o governo Lula é protagonizado por Fábio Vaz de Lima, marido da Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. O Banco Mundial (Bird), que investe no projeto Reservas Extrativistas (Resex II), encontrou várias irregularidades na atuação de ONGs (organizações não-governamentais), entre elas, uma ligada ao marido de Marina. A entidade denunciada é

parceira do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), na qual Lima foi secretário-executivo. A ONG estaria servindo como fachada para receber madeira extraída ilegalmente?" (Wagner Pocci, 17/02/06).

84 – “Perguntas do site Videversus: Quem paga as contas de José Dirceu? Quem paga as viagens de José Dirceu? Quem sustenta Delúbio Soares? Quem paga o advogado de Delúbio Soares? De onde Waldomiro Diniz tira dinheiro para sobreviver? Quem paga as contas de Silvinho *Land Rover* Pereira? Quem paga as contas de Marcelo Sereno? Alguém sabe dizer onde eles trabalham?” (Ana Maria Pacheco Lopes de Almeida, 17/02/06).

85 – “Falando em primeiro marido, me lembrei do marido da Marta Suplicy. Por onde anda a investigação sobre o envolvimento dele com dois nomes diferentes, na qual ele estava envolvido em envio e recebimento de dinheiro do exterior para o PT?” (Eny Seidel, 17/02/06).

86 – "Marisa da Silva devolveu ou doou as jóias recebidas na viagem ao Oriente Médio?" (Cris, 17/02/06).

87 – "As férias dos queridos amiguinhos do filhinho de Lula, em Brasília, foram pagas como? Foi em vôo de carreira, que eles chegaram e voltaram de lá? Ou foram de graça, pelo vôo da FAB?" (Cris, 17/02/06)

88 – "E o sigilo do Okamoto? Os membros da CPI afirmaram que iriam reapresentar o pedido de quebra de sigilo ao Supremo, corrigindo as falhas do primeiro pedido. Foi reapresentado?" (Pedro, 17/02/06).

89 – “Repercutiu no Congresso a prisão em Brasília de Eudo Lustosa Brasil (revelada no site claudiohumberto.com.br em 08/11/05). Foi flagrado com 6 kg de cocaína na bagagem. É petista de carteirinha, ativista do Centro dos Direitos Humanos do Acre e amigão do governador Jorge Viana (PT). Que fim levou?” (Wagner Pocci, 17/02/06).

90 – “Por que ele [Lula] não cumpriu a promessa de campanha de acabar com a CPMF em 2004?” (Fernando, 17/02/06).

91 – “Como está a investigação do superfaturamento da operação tapa-buraco? E as empresas que foram contratadas sem licitação, já foram demitidas?” (Eny Seidel, 17/02/06).

92 – “Veiculado pela TV Bandeirantes, o Jornal da Noite divulga gravações que apontam para uma tentativa de abafar as investigações sobre o assassinato do ex-prefeito de Santo André Celso Daniel, ocorrido em janeiro de 2002. Aparecem nas conversas o chefe de gabinete do presidente Lula, Gilberto Carvalho, e o empresário Sérgio Gomes da Silva, o Sombra - acusado pelo Ministério Público de ser o mandante do crime. As fitas reapareceriam meses depois em sessão da CPI dos Bingos, mostrando que o deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), designado pelo PT para acompanhar o caso, teria orientado depoimentos de envolvidos. O deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP) não será indiciado por isso? E a namorada do Celso Daniel que está nessas fitas se fazendo de viúva sofredora, também irá se livrar disso?” (Eny Seidel, 17/02/06).

93 – “PSDB e PFL requerem ao Tribunal Superior Eleitoral a suspensão dos repasses do fundo partidário ao PT. A medida foi tomada após a confissão do ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares de que financiou as campanhas de 2004 de seu partido e de legendas da base aliada com caixa dois, em claro desrespeito à Lei Orgânica dos Partidos Políticos. Novo pedido é feito pelo senador Álvaro Dias (PR) no dia 20 de setembro. Dessa vez, por uso irregular do fundo partidário. Passagens aéreas e outras despesas de parentes de dirigentes do partido ou filiados à legenda, inclusive do presidente Lula e do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, foram pagas com recursos públicos direcionados ao partido. O dinheiro foi usado até para a compra de pizzas. Por onde anda esse processo? Qual foi a resposta do TSE?” (Eny Seidel, 17/02/06).

94 – “Vocês se lembram de Romero Jucá (PMDB-RR), aquele das fazendas voadoras, vacas que voavam também? Por onde andam as investigações contra ele?” (Eny Seidel, 17/02/06).

95 – “Em março, dois meses depois das denúncias sobre as primeiras mortes de crianças indígenas por desnutrição no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul, a Câmara criou uma comissão externa para investigar o caso. Só naquele mês, seis crianças morreram de fome - foram 28 até junho. As mortes foram causadas por desvio de alimentos enviados aos indígenas e pelo despreparo da Funasa, responsável pelos programas de atendimento à saúde das comunidades. A deputada Thelma de Oliveira (MT), integrante da comissão, classificou a política indigenista de Lula de "desumana". E o que aconteceu depois? Alguém foi julgado, condenado?” (Eny Seidel, 17/02/06).

96 – “O Banco Popular, começou a operar em 2004. Naquele ano, o banco gastou R\$ 29,7 milhões com propaganda e apenas R\$ 21,3 milhões em créditos. Além disso, a instituição financeira contratou, sem licitação, consultoria da empresa do concunhado de Delúbio Soares. E por onde anda o pessoal que fez isso?” (Eny Seidel, 17/02/06).

97 – “Segundo notícia da Tribuna *On line*, Hélio Fernandes, sábado, 22 de outubro de 2005, Auditoria do Tribunal de Contas da União revela que o governo Lula teve prejuízos de pelo menos R\$ 15,6 milhões com serviços de publicidade contratados pela Secretaria de Comunicação (Secom) no período em que o petista Luiz Gushiken esteve à frente do órgão, responsável por toda a propaganda da administração federal. Os auditores descobriram que o governo pagou por produtos que não foram entregues e por serviços gráficos superfaturados. As principais irregularidades foram encontradas na impressão de revistas e cartilhas para divulgar as ações federais. Os auditores descobriram, por exemplo, que pelo menos 600 mil revistas e 600 mil encartes do balanço intitulado Anos de Governo Lula não foram distribuídos pela agência Duda Mendonça & Associados, titular de um dos contratos com a Secom. Somente neste caso, os técnicos do TCU estimaram que os

prejuízos superaram os R\$ 3 milhões. [Quais foram as providências tomadas?]" (Arthur, 17/02/06).

98 – “Lembram-se? Deu no Estadão de 15/09/05: "Auditores do TCU concluíram ontem em Curitiba um parecer recomendando uma devassa nos Consórcios Sociais da Juventude, programa custeado pelo Ministério do Trabalho que já consumiu R\$ 73 milhões do ano passado para cá, caso o órgão confirme irregularidades apontada por eles. Baseando-se na investigação que fizeram no PR, onde os recursos do programa são controlados por uma entidade dirigida por integrantes do PT local, os auditores propõem que o TCU proíba o repasse das verbas para ONGs. O parecer chegará hoje às mãos do ministro relator do processo, Walton Alencar Rodrigues. Sob pretexto de capacitar 800 jovens para o programa Primeiro Emprego, o MT depositou quase R\$ 2 milhões, entre dezembro e abril, numa conta da Fundação Estadual de Cidadania (FEC), que não é nem fundação nem estadual, mas uma entidade dirigida pelo tesoureiro de campanha e por um assessor de campanha do deputado estadual Ângelo Vanhoni, do PT, candidato derrotado a prefeito de Curitiba em 2004. [Quais foram as providências tomadas?]" (Wagner Pocci, 18/02/06).

99 – "[Pergunta elaborada a partir de mensagem do leitor Adél Feres, no Fórum dos Leitores do Estadão (copiado por Ana Maria Pacheco):] "Se a lista do valerioduto foi remetida ao STF, tão logo se constatou a existência nela de deputados federais, por que não se adotou o mesmo procedimento com a lista de Furnas, em face de estar incluídos na mesma, não só um enorme número de deputados federais, como também de senadores e governadores? [...] A lista não foi remetida porque o STF certamente mandaria sustar as investigações e arquivar o inquérito, uma vez que a mesma não tem autor comprovado por se tratar de uma fotocópia, fruto de uma montagem grosseira e criminosa, além de não ter nenhum denunciante assumido? E aqui vai mais uma pergunta: por que a PF não intima o sr. Nilton Monteiro a apresentar o original que diz possuir no prazo de 5 dias, sob pena de indiciá-lo pelos crimes de falsidade material e ideológica? [...] É concebível

que se faça uma investigação sem um denunciante assumido com base num fato criminoso concreto? Como as notícias jornalísticas dizem que a investigação se dá a pedido do presidente Lula, podemos concluir que a PF se transformou nesse governo numa polícia política, a exemplo do que de pior ocorreu nos tempos da ditadura com os Deops?” (Adél Feres by Ana Maria Pacheco, postada por Augusto de Franco, 18/02/06).

100 – “Segundo o colunista Augusto Nunes, no Jornal do Brasil (18/09/05), os militantes petistas indicados por parentes “têm conseguido sobreviver à erosão do prestígio dos padrinhos. Sílvia Pereira foi afastado da Secretaria Geral do PT (e do volante do *Land Rover*). A irmã, Analice Novaes Pereira, continua na direção do Ibama em São Paulo... A principal auxiliar de Analice é Cristiane Leonel, chefe da Divisão da Fauna. Incapaz de distinguir um lobo-guará de um gato angorá, chegou lá por ser cunhada de Luiz Gushiken... Contentes com a preservação dos gabinetes, as duas vêm presenteando ricos amigos com aves raras”. [Pergunta introduzida por Antonio Fernandes: alguma providência foi tomada para coibir esse nepotismo ou “nepetismo”?]” (Valter Costa, 17/02/06)

101 – “Segundo noticiou O Globo (02/01/06), a ONG Contas Abertas, “criada para fiscalizar o gasto do dinheiro público... fez um balanço mostrando que de janeiro até 29 de dezembro de 2005, as despesas com festas e publicidade de ações oficiais do governo Lula chegaram a R\$ 8,6 milhões. O levantamento foi feito com dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi). O valor é superior às despesas com o programa de prevenção para emergências e desastres, que gastou R\$ 2,3 milhões para obras como contenção de encostas, canalização de córregos e desobstrução de galerias. Outro dado que chama a atenção da ONG é o gasto de R\$ 557,9 milhões com viagens e R\$ 1,12 bilhão com diárias para servidores do Executivo, Legislativo e Judiciário. Até 10 de dezembro de 2005, os números mostram que a União gastou em publicidade R\$ 230 milhões. Do total, foram destinados R\$ 94 milhões para promover as ações do próprio governo. O resto foi gasto em

publicidade institucional dos três poderes”. [Perguntas: qual foi o destino de tais recursos? Quem está investigando isso?]] (Wagner Pocci, 17/02/06).

102 – “Por que o governo federal, por meio da Caixa Econômica Federal, foi fechar convênio para a concessão de empréstimos com juros facilitados aos aposentados – o chamado crédito consignado – com o BMG (Banco de Minas Gerais), antes de todos os outros bancos? Um negócio, diga-se, com lucro na casa das centenas de milhões de reais! Logo com o BMG! Sim, aquele mesmo banco que tinha (tem ainda?) uma relação muito estreita com o PT, concedendo-lhe por exemplo mais de um empréstimo, avalizado por ninguém menos que Marcos Valério! Empréstimos esses que, dizem, seriam (foram) "quitados" de maneira mais do que heterodoxa! Não será muita coincidência a escolha desse banco (logo ele!) para atender os aposentados, excluindo todos os outros, talvez até com uma estrutura melhor, mais capilarizada, de atendimento aos aposentados?” (Felipe Varella, 18/02/06).

103 – “Qual a cifra mesmo que circulou por fora na oficialização do contrato entre a Caixa Econômica Federal e a GTECH, aquela empresa especialista em loterias? 500 milhões de reais? 600 milhões? O nome disso não é suborno, propina, achaque, extorsão? E esse dinheiro, que não é pouco, foi para onde mesmo, dado que um dos intermediários do "negócio" foi Waldomiro Diniz (além de Buratti), aquele mesmo da gravação com Carlinhos Cachoeira e ex-número 2 da Casa Civil, braço direito de José Dirceu, além de negociador-mor do Planalto no Congresso (até fevereiro de 2004), portanto, no período dourado do suposto mensalão? Repetindo, para onde foi o dinheiro? Para o Erário? Para um casa de caridade? Para o Criança Esperança? Para o Fome Zero? Ou para a África sub-saariana, para auxílio no combate à Aids? Qual o destino? Deixei de falar algum?” (Felipe Varella, 18/02/06).

104 – “A reforma do apartamento da família imperial em São Bernardo, quem pagou? Quem comprou o apartamento e pagou? Me lembrei também do lote da família, lote que esteve envolvido em um negócio meio sujo, ninguém investigou isso?” (Eny Seidel, 18/02/06).

105 – “Segundo o jornal Correio da Bahia (21/07/05), o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL) apresentou ontem três requerimentos à mesa diretora do Senado com pedido de informações ao governo federal sobre os negócios realizados pela Telemar, concessionária de serviço público de telecomunicações, com as empresas que têm como sócio Fábio Luís Lula da Silva, filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, entre elas a Gamecorp e BR4. Esses requerimentos foram atendidos?” (Paulo Camargo, 18/02/06).

106 – “E o caso Cipriani, Transbrasil, Emparsanco, apartamento de São Bernardo? Esta Emparsanco realiza obras para as administrações petistas em todo o país. Não há uma grande obra a região do ABC que não tenha sido feita por esta construtora. Como foram feitas as licitações destas obras?” (Vinci, 18/02/06).

107 – “O Sr. Trevisan , do Conselho de Ética do Governo, foi o intermediário do negócio com a Telemar. Qual foi a comissão ? A Trevisan intermediou outros negócios entre petistas e empresas privadas?” (N. Azevedo, 18/02/06).

108 – “Por que a estrela vermelha do PT ainda não foi desmanchada do Palácio da Alvorada?” (João Ricardo, 18/02/06).

109 – “Lembram da cartilha do "Politicamente correto"? Alguém foi responsabilizado por mais esta malversação do dinheiro público? Quem paga o prejuízo? Nós?” (Peninha, 18/02/06).

110 – “O caso que envolveria o irmão do ministro Antonio Palocci (Fazenda), Ademar Palocci, está parado porque o deputado Carlos Willian (PTC-MG) não consegue aprovar o requerimento de convocação. Quem estaria barrando essa convocação?” (Eny Seidel, 18/02/06).

111 – “O governo Lula gastou 40% a mais com serviços e materiais de caráter secreto ou reservado, em 2005. Foram desembolsados R\$ 18,3 milhões com essas ações classificadas por lei como de interesse da segurança do Estado e

da manutenção da ordem política e social. O aumento é referente não só ao ano de 2004, como também supera a média dos últimos dez anos, que ficou em torno de R\$ 11 milhões, em valores reais”. Quem está investigando isso? Não seriam esses gastos mais uma fonte de dinheiro para pagar os mensaleiros?” (Eny Seidel, 18/02/06).

112 – “A Operação Tapa Buraco foi feita sem licitação e , em muitos casos, sem contrato. Alguns "consertos" já foram por água abaixo. Sabe-se que o custo de quilometro chegou a custar o dobro do normal. Pode não parecer, mas é um caso muito grave de malversação do dinheiro público, com fins eleitoreiros. Vai ficar por isso? Estes contratos ou as obras sem contratos não teriam sido usados para a formação de caixa de campanha?” (Cris Azevedo, 19/02/06)

113 – “E aquela denúncia do Jefferson, amplamente confirmada, de uma triangulação que renderia uma comissão milionária envolvendo o banco português Espírito Santo, o IRB e Marcos Valério? A grana da negociata seria dividida entre o PT e o PTB. A turma fez várias viagens a Lisboa. É só recuperar o depoimento de Jefferson à CPI dos Correios e o Estadão, que noticiou em manchete a patifaria. O negócio só não prosperou porque o Banco Espírito Santo intuiu - fazendo jus ao nome... - que era uma fria e que haveria risco de um grande escândalo. E tirou o time”. [Em que pé está essa investigação?] (Ana Maria Pacheco Lopes de Almeida, 19/02/06).

114 – “Ainda nem se sabe das "investigações" Lulinha-Telemar e o caso retorna às manchetes de jornais acrescido por grossas suspeitas e surpreendentes informações. A oposição descobriu que a Telemar, uma concessionária de serviços públicos, já havia feito um aporte de R\$ 5 milhões na empresa de Lulinha, como Fábio é chamado, continuou a despejar milhares de reais no negócio. Na forma de patrocínios e produção para programas de TV da Gamecorp do primeiro-filho, a Telemar está injetando R\$ 415,75 mil por mês na empreitada, segundo o jornal Folha de S.Paulo. Por ano, dá R\$ 4,989 milhões. Os números são da própria Telemar e representam

20% do que a empresa gasta, por exemplo, com patrocínios e produções na Rede Globo. Nada mau... pro Lulinha, claro! Mas como é que fica?" (Valter Costa, 19/02/06).

115 – “Por que abafaram a descoberta de que o novo marqueteiro de Lula - João Santana, ex-sócio de Duda Mendonça - também recebeu, no mínimo, mais de 500 mil dólares em contas no exterior? É dinheiro "não contabilizado", que chegou a ele pelas mesmas contas clandestinas de Duda e que configura evasão de divisas e lavagem de dinheiro” (Ana Maria Pacheco Lopes de Almeida, 19/02/06).

116 – “Que tipo de ameaça (ou "negociação") fez Duda Mendonça a Lula para manter as milionárias contas publicitárias que sua agência detém na Petrobrás e no Ministério de Saúde? Em breve, Duda ganhará uma fortuna de comissão - dinheiro público - por conta da megacampanha da Petrobrás sobre a auto-suficiência em petróleo. Por que o Ministério Público não agiu para forçar a rescisão das contas de Duda com o governo e a estatal?” (Ana Maria Pacheco Lopes de Almeida, 19/02/06).

117 – “Ninguém está achando estranha essa súbita hiperatividade governamental, a saber: a) abertura de processo contra Edyr Macedo, dono da Igreja Universal, da Rede Record e do novo partido do vice, José Alencar, e potencial aliado de Lula por meio do "bispo" Marcello Crivella, sobrinho de Edyr e candidato ao governo do Rio? b) e a ofensiva contra todos os grandes bancos do país, segundo manchete da Folha de S. Paulo de hoje: "PF vai indiciar 18 bancos suspeitos de remessa ilegal"? Nada mal ficar com o rabo preso de toda essa turma da pesada, em pleno ano eleitoral... Na minha terra, isso tem nome” (Ana Maria Pacheco Lopes de Almeida, 19/02/06).

118 – “O telefone celular de número (61) 8111-7197 é registrado em nome da Presidência da República. Oficialmente, o aparelho fica nas mãos de Ademirson Ariovaldo, secretário particular de Palocci há mais de 15 anos. A conta telefônica revela troca de telefonemas, durante o expediente, entre

Ademirson e uma turma da pesada – figuras investigadas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público por supostamente saquearem cofres sustentados pelos contribuintes. Novos dados da quebra de sigilo telefônico de Ademirson revelam telefonemas de outros personagens como o ex-executivo do grupo Leão Leão Marcelo Franzine (investigado pelo Ministério Público por fraudes em licitações), o lobista do mercado financeiro carioca Carlos Eduardo Valente, ligado ao Banco Prosper, e os empresários José Roberto Colnaghi. E Palocci, continua inocente nesse turbilhão de roubos aos cofres públicos, com aquela cara de inocente, rindo de todos os brasileiros?” (Eny Seidel, 19/02/06).

119 – “E quanto ao caso do envolvimento do PT, por seus filiados, dirigentes e políticos regionais (alguns com mandato federal), com a extração ilegal de madeira na Floresta Amazônica? Esquema em que petistas incrustados na máquina estatal extorquiam dinheiro de empresários madeireiros, clandestinos ou não, para o livre desenvolvimento do negócio ilegal? Em qual nível está a investigação? Qual o resultado prático da CPI que investigou isso no Congresso? A proteção do meio ambiente não era uma das bandeiras político-programáticas do PT? Ou esse foi mais um caso em que filiados cometeram "erros localizados"? Se assim o foi, esses filiados foram expulsos da legenda? E as madeiras que participaram do esquema? Continuam atuando?” (Felipe Varella, 19/02/06).

120 – “A partir de matéria publicada anteontem no site do Diego Casagrande, pergunto: por que a CPI do Mensalão desconsiderou a declaração feita pelo presidente do PL, Valdemar Costa Neto, de que o ex-ministro das Comunicações, o deputado Eunício Oliveira (PMDB-CE), teria se beneficiado de recursos do "valerioduto"? O caso nunca foi investigado?” (Augusto de Franco, 19/02/06).

121 – “Outra pergunta (inspirada pela mesma notícia do site do Diego Casagrande, citada acima): por que o deputado Gonzaga Patriota (PSB-PE) passou ileso no escândalo que derrubou o ex-presidente da Câmara Severino

Cavalcanti? Patriota seria o intermediador entre Severino e o empresário Sebastião Buani. Nas conversas, ficou acertado que Buani pagaria propina a Severino para manter aberto seu restaurante na Câmara. Patriota teria ainda recebido parte dos recursos. Por que as CPIs e o Conselho de Ética não investigaram isso?” (Augusto de Franco, 19/02/06).

122 – “Mais uma pergunta inspirada na mesma notícia acima: por que o caso Coteminas, investigado na CPI dos Correios, foi abandonado? A empresa recebeu R\$ 1 milhão por camisas entregues para a campanha de 2004. O dinheiro teria como origem as contas do empresário mineiro Marcos Valério Fernandes de Souza. O inquérito foi iniciado pela Polícia Federal, porém a CPI não o levou adiante. Por que?” (Augusto de Franco, 19/02/06).

123 – “Alguém sabe? Em meados de 2005 noticiava-se que a ministra Marina Silva, do Meio Ambiente, encontrava-se na berlinda, por conta do repasse de verbas oficiais para as ONG do setor. Neste sentido, o TCU estaria devassando diversos convênios firmados por sua pasta. Os recursos envolvidos em suspeita de fraude chegariam a R\$ 25 milhões. O que deu a "devassa"?” (Wagner Pocci, 19/02/06).

124 – “Quem pagou os 300.000,00 dos advogados do Delúbio e os honorários do Aristides Junqueira?” (Vânia, 20/02/06).

125 – “Ainda na série “Lula sabia?” [da corrupção institucionalizada em seu governo], cabe trazer a seguir uma particular impressão do jornalista Jânio de Freitas (Folha de S.Paulo, 12/02/06; grifo meu), na esteira do caso ‘Furnas’: “Roberto Jefferson diz que José Dirceu lhe propôs destinar ao PTB R\$ 1,5 milhão por mês, dos R\$ 4 milhões coletadas por Furnas entre os seus fornecedores. O acordo teria sido fechado por Dimas Toledo em visita à casa de Jefferson, cuja narrativa seguiu assim: ‘Foi quando Lula deu pra trás’. [segundo Jefferson, dissera Lula:] ‘Não, esse cara [Dimas Toledo] é um traidor. Ele é tucano. Botamos R\$ 1,5 milhão na Cemig, para o programa Luz para Todos nas favelas e ele só botou placa do Aécio’. o que está implícito na

descrição feita por Jefferson é o conhecimento do esquema ilegal por Lula, na condição de palavra final e decisiva. A descrição faz depreender também que, não fosse a omissão em uma placa, o acordo seria aprovado. Lula não ‘daria pra trás’ como não ‘deu para trás’ se, em outra afirmação de Jefferson, a verba mensal já existia e até então ficava para o PT e um grupo seletivo de deputados de outros partidos. O ‘homem inocente’ dos depoimentos iniciais de Jefferson, do qual José Dirceu devia afastar-se para não o comprometer, já havia desaparecido em suas narrativas subseqüentes. Mas o recente envolvimento de Lula diferencia-se dos anteriores: tem verossimilhança dada por uma corrente de fatos comprováveis. A propaganda do programa existiu. Fosse ou não para beneficiar o governador Aécio Neves, nela não foi incluída referência à contribuição federal. Lula ficou indignado com a omissão, a ponto de mencioná-la em público como traição ou injustiça ao governo federal. E houve de fato vasta movimentação para manter no cargo o ameaçado diretor de Furnas. Pergunto: alguém ainda acredita que Lula foi traído? Ou melhor: alguém ainda acredita que Lula é santo?” (Felipe Varella, 20/02/06).

126 – Faço minha a pergunta formulada pelo jornalista Jânio de Freitas (Folha de S.Paulo, 12/02/06): “Insatisfeito com votos dados no Supremo Tribunal Federal por um dos nomeados em seu mandato, Lula quis entrevistar os três finalistas à ocupação da vaga existente no Tribunal. Dada a dupla exigência de que candidatos ao Supremo apresentem ‘elevado saber jurídico e reputação pessoal e profissional ilibada’, que teste terá feito Lula para avaliar a posse das condições exigidas e, com isso, dar às entrevistas a única justificativa ética possível?” (Felipe Varella, 20/02/06).

127 – “Polícia confirma que PT falsificou a assinatura de Tarso. Um laudo do Instituto de Criminalística da Polícia Civil do Distrito Federal confirmou que o PT falsificou a assinatura do seu próprio presidente para fazer uma representação contra o deputado Onyx Loreonzoni (PFL-RS) no Conselho de Ética da Câmara no fim do ano passado... O laudo, de doze páginas, é assinado pelas peritas Ivete Silva Rocha e Albaniza Montenegro. Elas

concluíram que “as assinaturas são falsas e obtidas por processo de imitação”... O laudo foi feito a pedido do Conselho de Ética” (cf. <http://www.primeiraleitura.com.br/auto/index.php> em 20/02/06). Se um estelionatário pobre falsificar assinatura a polícia “prende e arrebenta”. E o responsável por isso, presidente do PT na ocasião, que tem nome e endereço, vai ficar livre? (Right, 20/02/06).

128 – “Qual é a punição para um partido que apresenta uma representação falsificada?” (Cris, 20/02/06).

129 – A Polícia Federal concluiu que o PT de Cuiabá (MT) usou caixa dois na campanha eleitoral de 2004, informa a Folha *Online*. O inquérito teria constatado que gastos com gráficas e vídeos de ao menos R\$ 3,5 milhões não-declarados à Justiça Eleitoral. Alexandre Cesar, candidato do PT a prefeito da cidade, que perdeu a eleição, responsabilizou o ex-tesoureiro do partido Delúbio Soares por “um erro contábil”. Por que o registro do PT ainda não foi cassado, com todas as falcaturas já levantadas?” (Right, 21/02/06).

130 – “E a Benedita, restituiu o dinheiro gasto com suas viagens irregulares no primeiro ano do governo Lula?” (Márcio, 21/02/06).

131 – “E o filho do Zé Dirceu, que teve as portas do governo abertas as suas vindas à Brasília? Não será investigado? Não houve tráfico de influência?” (Marcio, 21/02/06).

132 – “Nada mais foi dito pela imprensa, sobre o irmão do Apedeuta, o “Vavá”, que estava dando uma de lobista, e cobrando muito bem?” (Luciano, 21/02/06).

133 – “A jornalista Liliana Pinheiro relembra-nos (Primeira Leitura, 01/02/06) de um dos primeiros amigos de Lula a se envolver com negócios escusos no governo deste. Trata-se do empresário Mauro Dutra. Vejamos o texto da

jornalista: “(...) parceiro de mais de 10 pescarias com o presidente. Ele foi investigado porque presidia a ONG Ágora, que estava entre as preferidas do Ministério do Trabalho para receber verbas do Programa Primeiro Emprego. O Ministério Público encontrou, nas prestações de contas sobre o uso de dinheiro público da ONG, 54 notas fiscais frias e 33 de empresas fantasmas, algo em torno de R\$ 900 mil em valores do início de 2004.” Pergunto: a relação de amizade entre Lula e Mauro Dutra influenciou na contratação do serviço referido? Como está a apuração deste caso? O senhor Mauro Dutra já foi indiciado?” (Felipe Varella, 21/02/06).

134 – “Mais uma lembrança trazida pela jornalista Liliana Pinheiro (Primeira Leitura, 01/02/06), em artigo que procura desvendar o porquê de tantas menções na mídia ao termo 'amigo de Lula': “(...) deparei-me com o mal explicado caso que envolve o deputado Devanir Ribeiro (PT-SP), este um companheiro dos tempos em que o presidente era sindicalista no ABC. Quando vereador em São Paulo, era no gabinete de Devanir que se contavam dólares do caixa dois do PT, segundo denúncia do doleiro Toninho da Barcelona na CPI dos Correios, ainda carente de comprovação, mas esquecida na pilha de transcrições de depoimentos comprometedores.” Pergunto: o Ministério Público está agindo? E a Polícia Federal?” (Felipe Varella, 21/02/06).

135 – “O jornalista Sebastião Nery revela em sua coluna diária (Tribuna da Imprensa, 21/02/06): "Como se diz lá na Bahia, o governo caiu mesmo na zona. A insuspeita e oficiosa revista Época publica uma notícia que é uma CPI compulsória: 'O presidente quer informações precisas de Delubio sobre o que foi combinado com Marcos Valerio e sobre quais novas frentes (*sic*) de corrupção podem vazar para a imprensa. Época teve acesso a uma das confidências de Delubio: o PT receberia doações de empreiteiras caso o Ministério dos Transportes pagasse uma pendência de R\$ 2,1 bilhões, herdada do governo FHC. O governo Lula realmente quitou a conta (*sic*) e até mesmo o balanço oficial do PT de 2004 revela a doação de R\$ 12,9 milhões pelas empreiteiras'. Pagou, levou. E Lula repetindo o cinismo de que nunca

sabe de nada." Pergunto: esta suspeita procede? Pela informação, a doação foi contabilizada, não havendo, portanto, caixa 2. Ainda assim, há alguma maneira capaz de se descobrir a ligação espúria entre a doação ao PT e o pagamento oficial às empreiteiras?" (Felipe Varella, 21/02/06).

136 – “Lamas, tesoureiro informal do PL, foi indiciado por lavagem de dinheiro e sonegação. Ele é um tipo muito pitoresco que na CPI confirmou que foi várias vezes aos bancos e ao escritório de Marcos Valerio realizar tarefas que lhe foram designadas pelo ex-deputado Waldemar Costa Neves. Ele era um pombo-correio entre um e outro. Não distribuía dinheiro entre os deputados. Só recolhia a mando do líder do PL. Agora, só ele é indiciado? A corda no lado mais fraco? E o receptor? E o mandante? Pune-se o mensageiro?" (Lopes, 23/02/06).

137 – “A assinatura do Tarso Genro é falsa, confirmada em 3 laudos. Quem entregou a petição ao deputado petista com assinatura falsificada, sabe quem a assinou, mas não quer dizer. Vai ficar por isso mesmo? Não vamos saber o autor de mais uma assinatura falsa de petistas?" (Eny Seidel, 23/02/06).

138 – “Segundo notícia do Globo *Online* de ontem, “a Justiça americana autorizou, a pedido da Promotoria de Nova York, o acesso da CPI dos Correios aos documentos das transações bancárias do publicitário Duda Mendonça nos Estados Unidos. Serão compartilhadas com a CPI provas já remetidas ao Ministério da Justiça em novembro de 2005, nos termos do acordo de cooperação em matéria penal entre o Brasil e os Estados Unidos. Segundo o Ministério da Justiça, os parlamentares já podem ter acesso aos documentos a partir de agora. Os papéis estão na Polícia Federal, no Ministério Público e no Departamento de Recuperação de Ativos." Pergunto aos causídicos e à OAB: se forem encontrados dados que configurem crime não seria o caso de processar o Ministro da Justiça por, no mínimo, prevaricação ou ocultação de provas, desde novembro?" (Right, 24/02/06).

139 – “Por que alguns fundos de pensão, cujas direções são ou foram ligadas ao PT, concentraram grande parte de seus investimentos no Banco Rural e no BMG, logo os dois bancos ligados ao esquema do mensalão, e justamente no “ano-base” desse mesmo esquema, em 2004 (investimentos esses que, não à toa, deram prejuízos)?” (Felipe Varella, 24/02/06).

140 – Hoje, na parte da manhã, o Sr. Getúlio Pernambucano, chefe do Departamento de Economia da Agricultura e Pecuária do Brasil, disse em entrevista à Radio CBN, que este PIB está super estimado pelo governo e que ele garante que não chegou a 1%. Disse também que a Agricultura ficou negativa em 10% e que o prejuízo dos agricultores chega a 16 bilhões. Não será verdade o que ele afirma? Quem sabe o IBGE não foi obrigado a anunciar este PIB para o governo não ficar mal?” (Carmem A. Paulino, 24/02/06).

[**Nota do autor** – Infelizmente a lista acima parou em 24 de fevereiro de 2006. Se estivesse sendo alimentada até hoje teríamos mais algumas centenas de perguntas, do tipo: qual a origem do dinheiro ilegal apreendido com petistas para comprar ou forjar ou falso-dossiê contra a oposição na reta final da campanha eleitoral e o que faziam os homens de confiança de Lula na trama? Quem é o responsável por aquelas cartilhas pagas pelo governo e “doadas” ao PT? Como se justifica a “generosidade” da Petrobrás financiando obras em redutos situacionistas e aliados? E as relações espúrias entre a empresa Matisse e o governo Lula? Por que a oposição acabou no Brasil?]

Créditos (e índice dos artigos)

- [01] Antonio Fernandes, www.democracia.org.br (16/04/06): “Lula cria um cargo público por hora” |
- [02] Assessoria Técnica Econômica do PSDB, Nota para debate interno (31/08/06): “O aparelhamento da máquina pública federal no governo Lula” |
- [03] Site do PT (maio de 2006): “Relação dos 974 Contribuintes do PT em cargos de confiança do Poder Executivo” |
- [04] Floriano Pesaro, Folha de São Paulo (28/10/06): “É preciso superar os limites” |
- [05] Augusto de Franco, www.augustodefranco.com.br (12/10/06): “Tecnologia social e pobreza”
- [06] Augusto de Franco, www.democracia.org.br (20/11/06): “Renúncia, vacilação, leniência, conivência: a trajetória colaboracionista das oposições partidárias no Brasil da Era Lula”
- [07] Gustavo Iochpe, Folha de São Paulo (22/08/06): “Se merecem”
- [08] Augusto de Franco, www.democracia.org.br (29/01/06): “O gene colaboracionista”
- [09] Antonio Fernandes, e-Agora (23/02/04): “Corrupção ‘altruísta’?”
- [10] Augusto de Franco, www.democracia.org.br (14/05/06): “Crime e política”
- [11] Augusto de Franco, e-Agora (06/02/06): “A roubalheira petista é ideológica”
- [12] Maria Sylvia de Carvalho Franco, entrevista concedida à Marcelo Carneiro, Veja (05/07/06): “Ideologia emburrece”
- [13] Augusto de Franco, www.democracia.org.br (04/05/06): “A idéia de democracia de Lula”
- [14] Augusto de Franco, www.democracia.org.br (01/05/06): “As mudanças extraordinárias de Lula”

- [15] Antonio Fernandes, www.democracia.org.br (04/05/06): "A (falta de) idéia de democracia de Lula"
- [16] Ipojuca Pontes, O Estado de São Paulo (11/11/06): "Ameaça totalitária"
- [17] Augusto de Franco, www.democracia.org.br (21/05/06): "Desvendando a conjuntura política (ou: Os irresponsáveis e a degeneração institucional do país)"
- [18] José de Souza Martins, O Estado de São Paulo (29/10/06): "Prendas de um Estado paralelo"
- [19] Augusto de Franco, Folha de São Paulo (04/10/05): "O problema é o caixa 3"
- [20] Gilberto de Mello Kujawski, O Estado de São Paulo (14/09/06): "Dez razões para não votar em Lula"
- [21] Augusto de Franco, Folha de São Paulo (16/12/05): "O falso dilema do impeachment"
- [22] Augusto de Franco, Folha de São Paulo (13/04/06): "O impeachment necessário"
- [23] Augusto de Franco, www.democracia.org.br (14/04/06): "Democracia e impeachment"
- [24] Augusto de Franco, www.democracia.org.br (19/04/06): "O problema dos argumentos contra o impeachment"
- [25] Reinaldo Azevedo, Blog do Reinaldo Azevedo (19/09/06): "Guia de defesa do leitor: como identificar matéria picareta"
- [26] Augusto de Franco, Folha de São Paulo (23/02/06): "O iminente suicídio do PSDB"
- [27] Augusto de Franco, www.democracia.org.br (19/09/06): "Ministro ou *Consiglieri*?"
- [28] Reinaldo Azevedo, Blog do Reinaldo Azevedo (26/09/06): "Ensaio geral do Estado Policial"
- [29] Veja (22/11/06): "Que cheiro de pizza..."
- [30] Denis Rosenfield, Site do Diego Casagrande (16/11/06): "O paradoxo da reforma agrária"
- [31] Murillo de Aragão, Blog do Murillo de Aragão (14/11/06): "Movimentos sociais no segundo mandato de Lula"

- [32] Augusto de Franco, www.democracia.org.br (30/10/06): "A vitória do novo coronelismo"
- [33] José Arlindo Soares, entrevista concedida a Gabriel Manzano Filho, O Estado de São Paulo (06/11/06): "Coronelismo não acabou no NE"
- [34] Leonardo Coutinho, *Veja* (22/11/06): "Espetáculo de crescimento"
- [35] Enrique Krause, O Estado de São Paulo (15/04/06): "Os dez mandamentos do populismo"
- [36] Augusto de Franco, www.democracia.org.br (08/05/06): "O neopopulismo lulista"
- [37] Augusto de Franco, Folha de São Paulo (20/06/06): "Responsabilidade política"
- [38] Demétrio Magnoli, Folha de São Paulo (24/03/05): "A queda"
- [39] Augusto de Franco, e-Agora (24/03/05): "Lições de parasitologia"
- [40] Gustavo Iochpe, Folha de São Paulo (31/10/06): "Perversões da democracia"
- [41] Augusto de Franco, www.democracia.org.br (15/04/06): "Popularidade não é legitimidade"
- [42] Antônio Fernandes, www.democracia.org.br (29/04/06): "A quadrilha é o PT"
- [43] Augusto de Franco, e-Agora (06/11/05): "É hora de resistência democrática"
- [44] Augusto de Franco, www.democracia.org.br (01/06/06): "Previsão sombria"
- [45] Democracia (outubro de 2006): "Manual de Dagobah"
- [46] Ruy Fausto, Folha de São Paulo (22/01/06): "As perspectivas da esquerda"
- [47] Antonio Fernandes, e-Agora (24/01/04): "Descalabro petista e compreensivo silêncio peessedebista"
- [48] Antonio Fernandes *et all.*, e-Agora (24/02/06): "A lista da vigilância democrática"

Índice dos verbetes da Parte Factual

(Em elaboração)

"Aloprados"

Ancinav

Brant e Azeredo

Cartões de Crédito Corporativos da Presidência

Conselho Federal de Jornalismo

Correios

Dirceu-“Capitão do Time” e Chefe da Quadrilha

Dólares na Cueca

Duda

Falso Dossiê

Fundos de Pensão

Furnas

Gushiken

IRB

João Paulo

Lubeca

Lula-Okamoto

Lulinha-Telemar

Máfia de Ribeirão Preto

Máfia do Lixo

Máfia dos Bingos

Máfia dos Doleiros

“Mansão do Lobby e dos Prazeres”

Mensalão-Valerioduto

Mentor

O nosso Delúbio

Palocci x Francenildo

PCC e conexões com o crime organizado

Previ-BB

Roberto Jefferson-“Cheque em branco”

Santo André

Silvinho-"Landrover"

Telefônicas

Toninho de Campinas

Vampiros-Sanguessugas

Vavá

Waldomiro-Dirceu

GLOSSÁRIO DA 'ERA LULA'

APARELHAMENTO DO GOVERNO | BANDITISMO DE ESTADO | BLINDAGEM | "BOLSA-ESMOLA" | COLABORACIONISMO OPOSICIONISTA | CORRUPÇÃO ALTRUÍSTA | CORRUPÇÃO DE ESTADO | CRIPTOPETISTA OU CRIPTOLULISTA | DEGENERAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES | DEMOCRACIA COMO REGIME DA MAIORIA | DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO | DIREITA X ESQUERDA | ELEITORALISMO | "ELES, QUE GOVERNARAM O BRASIL DESDE CABRAL" | ELITES | ENTOURAGE DE LULA | 'ERA LULA' | **Período aberto com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para presidente da República em 2002 e que não tem um prazo definido para terminar, mesmo se considerarmos que as regras atuais permitem a permanência do atual mandatário no cargo apenas até 2010, de vez que a estratégia do 'lulopetismo' prevê a retenção do poder nas mãos do mesmo grupo privado, chefiado por Lula, pelo tempo que for necessário para alterar a correlação de forças, criando condições para o estabelecimento de uma hegemonia neopopulista de longa duração no Brasil. {Cf. 'Estado paralelo', 'Lulopetismo', 'Neopopulismo' e 'Golpe contra a vontade popular'}** | ESTADO PARALELO | ESTATISMO-CORPORATIVISTA | FALSO CAIXA 2 OU CAIXA 3 | FISIOLGISMO NO ATACADO | FORÇAS CONSERVADORAS | GANGUE POLÍTICA | GOLPE CONTRA A VONTADE POPULAR | GOVERNABILIDADE | IMPARCIALIDADE (OU ISENÇÃO) JORNALÍSTICA | IMPEACHMENT | IMPUNIDADE | JORNALISMO PICARETA | LOTERIA DO CALCULISMO ELEITOREIRO | LULOPETISMO | MENSALÃO | MINISTRO-CONSIGLIERI | MOVIMENTOS SOCIAIS | "NÃO EXISTEM PROVAS" | NEOCLIENTELISMO | NEOCORONELISMO | NEOLIBERALISMO | NEOPOPULISMO | "NUNCA ANTES NESTE PAÍS" | PARASITISMO DEMOCRÁTICO | PATRULHAMENTO IDEOLÓGICO | "PEGA LADRÃO!" | PERVERSÃO DA POLÍTICA | POPULARIDADE SEM LEGITIMIDADE | PRIVATIZAÇÃO | PRIVATIZAÇÃO PARTIDÁRIA DA ESFERA PÚBLICA | PT NO GOVERNO | QUADRILHA NO GOVERNO | RECURSOS NÃO-CONTABILIZADOS | RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA | REVOLUÇÃO PELA CORRUPÇÃO | SÍNDROME DA OPOSIÇÃO RESPONSÁVEL | "SOFISTICADA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA" | SUBORNO DE PARLAMENTARES | "TODOS FAZEM A MESMA COISA" | VIGILÂNCIA DEMOCRÁTICA |